



Viviane Magno Ribeiro

**O processo constituinte dos direitos culturais
na transição política brasileira (1980)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Professor Francisco de Guimaraens

Rio de Janeiro
Agosto de 2014



Viviane Magno Ribeiro

O Processo constituinte dos direitos culturais na transição política brasileira (1980).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Francisco de Guimaraens

Orientador
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Mauricio de Albuquerque Rocha

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Adriano Pilatti

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Euclides Mauricio Siqueira de Souza

Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Viviane Magno Ribeiro

Graduou-se em Direito na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2011. É pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC).

Ficha catalográfica

Ribeiro, Viviane Magno.

O processo constituinte dos direitos culturais na transição política brasileira (1980) / Viviane Magno Ribeiro; orientador: Francisco de Guimaraens. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Direito, 2014.

257 f. : 29,7 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito.

Inclui bibliografia

1. Direito - Teses. 2. Direito Constitucional. 3. Direitos Culturais. 4. Poder Constituinte. 5. Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988. 6. Movimentos Sociais. I. Guimaraens, Francisco de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

*A meus professores e amigos,
Adriano Pilatti, Francisco de Guimarens e Maurício Rocha,
por me ensinarem a agir em relação ao mundo com mais liberdade.*

Agradecimentos

Esta “província mais bonita da Terra”, como dizia o Darcy, país atravessado por tantas contradições, obriga-nos a, pelo menos, pensar. A nossa realidade foi e é sempre a causa que me apaixonou, alegre e que me faz escrever. Porém, na verdade, as reflexões que se seguem só se tornaram efetivamente concretas pela convivência gratificante com as pessoas às quais aqui dedico este trabalho. Caso as próximas páginas logrem algum mérito ao final, isso se deve exclusivamente:

Aos subsídios materiais concedidos pelo CNPQ e pela PUC-Rio. À PUC, por ter me ensinado que “nada é pesado a quem tem asas” e por ter sido o local onde todos os dias nestes últimos oito anos eu tenha me sentido em casa. Pelo corpo de funcionários que propicia o ambiente generoso e plural, responsável por um desenvolvimento acadêmico saudável. Meu agradecimento especial aos professores do programa, Gisele Cittadino, José Gomez, Carlos Plastino, Márcia Bernardes, Bethânia Assy e Fábio Leite. E, como não poderia deixar de ser, à Carmen e ao Anderson, os “anjos da guarda” dos alunos, que com tanta destreza e simpatia tornam tudo isso possível.

Aos colegas do mestrado, já que as melhores horas destes últimos dois anos foram os momentos das discussões calorosas na sala do 7º andar que se prolongavam até o bandeirão. Em especial, aos queridos Luciana, Valeska, Renata, Elisa, Débora, Rafaela, Rafael e José.

Aos queridos amigos que me socorrem da tara do trabalho, oferecendo os momentos mais bonitos e sentidos de gozo e alegrias compartilhadas. Às meninas, Isabel, Ebert, Fernanda, Ana Paula, Rômulo, Alice, Iaci, Carla, Luciana e Julita; e aos meninos, Pedro, Konrad, Alves, João, Serguei, Gabriela e Sasha, não só aos mundos como a todos aqueles que eles trazem com eles. E, especialmente, ao Felipe Jardim, incansável companheiro dos “subterrâneos da liberdade”.

Se a noção de sororidade tem algum sentido prático para mim, deve-se ao exemplo de força e inteligência das mulheres e irmãs maravilhosas que a vida colocou em meu caminho, Aline, Éricka, Rita e Thaís.

A meu caríssimo chefe, Sergio, por me ensinar todos os dias a trabalhar. E, sobretudo, por me aproximar com estratégia e senso crítico da matéria prima da vida pública brasileira e por me revelar, ainda, com rigor técnico único, os sentidos honrosos da prática jurídica.

À tríade essencial da minha formação. À orientação livre do Chico, pelo tácito voto de confiança que ofereceu ao longo de todo o tempo de elaboração deste trabalho, exigindo, sem saber, muito mais esforço e maturidade de minha

parte. Ao Maurício, por sua filosofia prática, pelo grupo do Spinoza e por juntos organizarmos as melhores festas. E ao Adriano, pela paixão com que leciona, que nos introduz ao Brasil profundo, sem deixar nunca de lado as dimensões trágicas e, ao mesmo tempo, belas da realidade.

E, finalmente, ao núcleo duro da minha vida. Ao Vagner, pela docilidade e completa falta de moralismo com que nos assegura. À Dra. Valéria, por desde cedo me ensinar a formular os melhores diagnósticos das relações humanas. E à Letícia, por desde o primeiro ano de vida me colocar de pé e me fazer andar e assim se segue.

Resumo

Ribeiro, Viviane Magno; Guimaraens, Francisco de. **O processo constituinte dos direitos culturais na transição política brasileira (1980)**. Rio de Janeiro, 2014. 257p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho dissertativo tem como objetivo traçar um panorama, sob o ponto de vista histórico e jurídico, do processo de elaboração dos direitos culturais na Constituição de 1988. Para tanto, o momento da transição política brasileira e o correspondente processo constituinte de um ordenamento constitucional cultural são considerados para além de seu marco institucional oficial, ou seja, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. O referencial metodológico de poder constituinte é empregado em sentido mais amplo, de sorte a orientar a investigação em direção aos principais elementos que a nível social, político e cultural contribuíram e participaram efetivamente para a construção dos artigos 215 e 216 da nova Constituição. Deste modo, e considerando a relevante participação popular na ANC, as discussões que tomaram lugar em suas Subcomissões e Comissões temáticas também são analisadas em relação às principais questões e problemáticas inseridas no contexto político e cultural daquele período. A finalidade de tal proposta investigativa é a produção de um significado próprio e particular ao conjunto normativo sobre cultura brasileira presente na Constituição de 1988 a partir da materialidade inscrita em sua gênese.

Palavras-chave

Direito Constitucional; Direitos Culturais; Poder Constituinte; Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988; Movimentos Sociais.

Abstract

Ribeiro, Viviane Magno; Guimaraens, Francisco de (Advisor). **The constitutional process of cultural rights in the Brazilian political transition (1980)**. Rio de Janeiro, 2014. 257p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work aims to give an overview, from the point of legal and historical view of cultural rights in the process of writing the Constitution of 1988. Thus, the moment of Brazilian political transition and the corresponding constituent process of a constitutional order cultural are considered beyond its official institutional framework, in other words, on the occasion of the National Constituent Assembly of 1987/1988. The methodological framework of constituent power is used in the broadest sense, in order to develop research towards the main elements that social, political and cultural contributed and participated effectively for the construction of articles 215 and 216 of the new Constitution. Thereby, and considering the relevant public participation in the ANC, the discussions that took place in its subcommittees and thematic committees are also analyzed in relation to the main issues and problems embedded in the political and cultural context of that period. The intent of such investigative proposal is the production of a specific and particular meaning to the set of rules about Brazilian culture present in the Constitution of 1988 from the materiality entered in its genesis.

Keywords

Constitutional Law; Cultural Rights; Constituent Power; National Constituent Assembly of 1987/1988; Social Movements.

Sumário

Considerações Iniciais	13
1 Experiências históricas constituintes e o processo de democratização na transição política brasileira (1970-80).	29
1.1 Aspectos institucionais antecedentes ao processo constituinte de 1987-1988	29
1.2 A participação dos movimentos sociais no processo de democratização.	35
1.2.1 A recomposição das forças sociais e as novas práticas políticas inauguradas no período	39
1.2.1.1 “Identificando a novidade”	39
1.2.1.2 Remanejamentos teóricos realizados para “dar conta da nova realidade”	46
1.2.1.3 As condições socioeconômicas e culturais de emergência dos novos atores	57
1.2.1.4 As matrizes práticas e discursivas que possibilitaram a emergência dos movimentos populares	64
1.3 Pensando os conceitos produzidos a respeito do processo de democratização na transição política a partir dos movimentos constituintes	78
2 Novidades da produção teórica sobre cultura na transição política brasileira	89
2.1 Mapeando as críticas à ideologia da cultura brasileira	91
2.2 O debate e a circulação das ideias na criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)	113
2.3 A proposta de política cultural formulada pelo Partido dos Trabalhadores	117
2.4 As formações ideológicas nas sociedades históricas e uma outra leitura possível das manifestações culturais populares	136
2.4.1 Crítica à ideologia da competência e a proposta do <i>contradiscorso</i>	137
2.4.2 Interpretação dos processos históricos, temporalidades múltiplas e as sociedades históricas	146
2.4.3 Uma outra leitura possível das manifestações culturais populares	154

3 O processo instituinte dos direitos culturais na Assembleia Nacional Constituinte de 1987	164
3.1 As relações entre a cultura e a política (1960-1970)	167
3.1.1 Ideias e culturas em movimento: as principais temáticas abordadas no Ciclo de Debates do antigo Teatro Casa Grande	176
3.1.2 O conceito de cultura e as mudanças institucionais na transição política	197
3.2 A cultura e a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988	211
4 Considerações Finais	231
5 Referências Bibliográficas	241
6 Anexos	246

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Etapas e fases de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988	212
---	-----

*Façam ou recusem a fazer arte, ciência, ofícios.
Mas, não fiquem apenas nisso, espiões da vida.
Camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar.
Marchem com as multidões.*

Mário de Andrade, Conferências, 1942.

Considerações Iniciais

Além dos interesses e gostos pessoais que motivam sempre a escolha por um objeto de pesquisa, este trabalho dissertativo foi inspirado, em grande medida, por vislumbrar-se uma certa limitação nas tentativas de conceituação e justificação dos direitos culturais inscritos no texto constitucional de 1988 oferecidas pela doutrina jurídica atual e as conseqüentes possibilidades de interpretação que hoje se depreendem da norma.

Na realidade, como área de estudo específica após a Constituição, a produção relativa aos direitos culturais é relativamente nova. Os primeiros estudos sistemáticos acerca de seu substrato legal datam do final da década de 1990¹. O mesmo se deu no âmbito das políticas públicas de cultura, as quais apenas intensificaram-se depois do ano 2000 e, mais concretamente, a partir do primeiro governo Lula, acompanhado pela gestão do ministro Gilberto Gil e Juca Ferreira, abrindo em sequência um maior campo de debates e reflexões na produção teórica correspondente².

Nessa medida, a crítica esboçada às opções teóricas desenvolvidas até aqui e a inserção de uma proposta de análise com a qual este trabalho se compromete,

¹ SILVA, José Afonso da. *Ordenação Constitucional da Cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001.

² A década de 1990 representou um verdadeiro deserto para o campo das políticas públicas de cultura. Após a importante conquista que os setores culturais e movimentos artísticos alcançaram em 1988, o período seguinte testemunhou a extinção do Ministério da Cultura e teve como expoente apenas os programas de financiamento baseados no incentivo fiscal, mediante um complexo aparato legal e normativo – a Lei Rouanet (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991). Segundo alguns autores, o incentivo indireto como política cultural isolada provoca efeitos perversos como a transferência do controle ou pelo menos a filtragem das produções artísticas pelas entidades privadas e a burocratização das secretarias de cultura, tirando de vista, assim, a possibilidade de participação popular e uma distribuição mais justa dos recursos. Tal cenário modifica-se um pouco na gestão de Francisco Weffort, já no governo Fernando Henrique, com a edição, por exemplo, do decreto regulamentando o acautelamento do patrimônio cultural imaterial. A partir de 2003, no entanto, contam-se inúmeras iniciativas e novos programas, a saber: criação do Plano Nacional de Cultura pela Emenda Constitucional nº 48 de 2005; o Programa Cultura Viva com a instituição dos Pontos de Cultura por todo o país; execução de mudanças importantes nas leis de incentivo a fim de garantir uma melhor redistribuição dos recursos; criação de novas Secretarias com o intuito de racionalizar os trabalhos (foram criadas as Secretarias de Políticas Culturais, Articulação Institucional, Identidade e Diversidade Cultural, Programas e Projetos Culturais e a de Fomento a Cultura); organização de Conferências Nacionais de Cultura com ampla participação da sociedade civil, entre outros. Ver: CALABRE, Lia. *Política cultural no Brasil: um breve histórico*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; e, em especial, ver: TURINO, Célio. *Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

deve-se muito mais à precocidade do tema em comento do que, obviamente, a um desvirtuamento dos autores a serem citados. Pela revisão bibliográfica considerada é possível identificar, ao contrário, análises que desbravaram o tortuoso campo cultural e por sua densidade suscitaram, justamente, as reflexões a serem apresentadas. Em sentido oposto a uma hipotética negação ao pensamento produzido, a dissertação pretende construir uma linha de diálogo que seja capaz, quem sabe, de contribuir ainda mais com o material existente.

A adjetivação atribuída à cultura como objeto de estudo não constitui nem de perto um exagero. Como é sabido, esta é uma área do saber problemática que envolve uma série de dificuldades e desdobramentos em sua definição. Além disso, a palavra tomada separadamente do contexto em que se apresenta carrega uma polissemia que não torna seu enfrentamento menos problemático. Daí, portanto, a grande dificuldade que referi em conceituá-la, também, enquanto categoria jurídica.

Sua existência enquanto direito pressupõe uma realidade fática que resulta numa atribuição de valor especial pela lei que visa reconhecê-la, valorizá-la, garanti-la, fomentá-la, facilitar seu acesso etc., oferecida, nesse caso, em lugar de destaque em uma seção independente na Constituição de 1988³. Depreende-se, assim, que o processo constituinte originário elegeu as manifestações culturais como prática juridicamente protegida e regulada dentro do Estado de Direito Democrático a ser construído a partir daquela data. Contudo, no mesmo sentido referido anteriormente, tampouco enquanto categoria do direito, a cultura oferece

³ A Constituição de 1988, além de ser a primeira a utilizar tal termo para referir-se ao direito à cultura, inaugurou um corpo complexo de múltiplos direitos no interior desta seção independente. Embora a cultura seja prevista como um direito no ordenamento jurídico brasileiro desde a Constituição de 1934 (a partir da Era Vargas passou a constar no rol dos direitos sociais), tanto a primeira previsão constitucional como aquelas que se seguiram nos anos de 1937, 1946 e 1967, restringiram-se a prever limitadamente como obrigação do Estado o incentivo e o apoio às produções culturais e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Note o teor de seus textos: “Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (1934) “Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.” (1937) “Art 174 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior. Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.” (1946 e idem em 1967).

menos dificuldades no enfrentamento de seu conceito. A propósito, uma das limitações que identifiquei na doutrina é, justamente, no enfrentamento teórico com relação ao conteúdo jurídico e a respectiva natureza que os direitos culturais alcançaram na Lei Magna e o modo de justificá-los.

Inicialmente, é possível destacar que os trabalhos desenvolvidos, em geral, tendem a conceder preferência aos referenciais normativos oferecidos pelo texto constitucional. Embora a interpretação teleológica calcada sobre os princípios constitucionais e os objetivos da república previstos nos primeiros artigos ofereçam elementos para um entendimento coerente com o corpo de normas constitucionais, ela não deve constituir o ponto de partida para a produção de um sentido particular para os direitos culturais. Tal hermenêutica, ao final, acaba resultando em uma análise circular, incapaz de oferecer os elementos próprios que os constituem e, assim, não tão fecunda para uma compreensão autônoma do ordenamento cultural.

Do mesmo modo, outras análises restringem a produção de sentido sobre os direitos culturais à própria listagem inscrita nos artigos que os preveem. Isto é, o conteúdo da norma é extraído tão somente dos termos, vocábulos e finalidades previstos nos *caput*, incisos e parágrafos que formam tal ordenamento, não adicionando uma vírgula sequer, à exceção de bem explicitá-lo, a um entendimento que nos levasse a razão de ser dessas previsões, a revelar o cenário social concreto a que se refere e as necessidades que, enquanto múltiplos direitos que enfeixa, procura responder.

Figuram, ademais, outros trabalhos jurídicos mais atentos às transformações materiais da sociedade, porém, ainda assim, tal preocupação é subsidiária e acaba por tentar captar a dinâmica normativa a partir, por exemplo, das mudanças no plano internacional, pela identificação dos tratados celebrados, ou mediante os termos oferecidos pela produção teórica estrangeira, quer quando se referem à emergência de um reconhecimento mais concreto dos direitos culturais pelo constitucionalismo moderno, quer quando se referem à macro transformações, partindo de noções gerais e abstratas como globalização, multiculturalismo, pós-modernidade etc..

Com certeza essas últimas produções teóricas são relevantes para situar o campo de estudo em uma realidade maior no qual está inevitavelmente inserido.

No entanto, a generalidade de tais termos e sua filiação a problemas e questões donde são enunciados acabam por distrair o estudo daquilo que, a meu ver, seria mais relevante na tentativa de identificação/compreensão da existência dos direitos culturais e de seu conseqüente sentido na sociedade brasileira pós-1988. Tanto o comprometimento com referenciais estritamente positivos do texto legal como a filiação a explicações genéricas sobre eles furtam aquilo que carrega de peculiar e potente em sua previsão.

Este capítulo introdutório não tem como objetivo esmiuçar uma análise sobre as produções teóricas existentes e os pressupostos sobre os quais foram elaboradas. Pretendo apenas apresentar adiante algumas referências aos seus pensamentos a fim de ilustrar o que aqui está sendo questionado e suas implicações, de maneira a preparar o terreno para o desenvolvimento da proposta que se dará a seguir.

Pois bem, umas das primeiras limitações mencionadas dizem respeito ao problema de se tentar apreender o conceito e a justificativa dos direitos culturais restringindo-se aos referenciais normativos ou principiológicos presentes na Constituição e aos próprios elementos oferecidos pelos artigos 215 e 216. Da primeira tentativa, decorre uma leitura que coloca os direitos culturais a serviço do princípio da dignidade humana ou como mero elemento integrante da cidadania⁴, uma vez que pertenceriam ao rol dos direitos sociais.

Um dos autores que reproduz esta leitura é Francisco Humberto Cunha Filho, pesquisador da Universidade Federal do Ceará e um dos percursores com a obra, *Os direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Veja as afirmações que sustenta quanto à conceituação dos direitos culturais:

são aqueles atinentes às artes, à transmissão de conhecimento e à memória coletiva, havendo em todos esses uma relação entre o passado, o presente e o futuro. Desse modo, podemos conceituar os direitos culturais como sendo aqueles referentes às artes, à memória coletiva e à transmissão de saberes, que asseguram

⁴ Nesse sentido a interpretação se dá à luz dos artigos 1º e 3º da CRFB, cujas previsões estabelecem, dentre outras, como fundamento da república a cidadania (inciso II) e a dignidade humana (inciso III) e como objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I) e a garantia do desenvolvimento nacional, respectivamente.

o conhecimento e o uso do passado, interferindo no presente e possibilitando planejamentos para o futuro, do mesmo modo a serviço da dignidade humana⁵.

Tal definição decorre do sentido antropológico que a Constituição teria adotado para o entendimento jurídico do termo cultura, podendo ser especificado, segundo o autor, como: “a produção humana vinculada ao ideal de aprimoramento, visando a dignidade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos” e, acrescenta, “uma compreensão valorada da cultura, como a intervenção humana em favor da dignidade”⁶. Em relação, especialmente, ao ordenamento constitucional da cultura, Francisco Cunha destaca dois elementos, como é possível depreender do trecho indicado acima, para a identificação dos direitos fundamentais ora tratados, são eles: as “as artes, a memória coletiva e a transmissão de conhecimento”, e o caráter que guardam de trans-temporalidade, o qual incorpora elementos do passado, presente e futuro. E assim conclui: “encontrando um direito com estas características, no qual os referidos elementos temporais convivam simultaneamente embora que um em menor escala que os outros, não devemos ter dúvidas de que estamos diante de um direito cultural”⁷.

Compartilha da preocupação de oferecer uma conceituação estrita aos direitos culturais, o autor da obra, *Dicionário Crítico de Política Cultural*⁸ e professor da USP, José Teixeira Coelho. Em um artigo, *Direito Cultural no Século XXI: Expectativa e Complexidade*⁹, publicado na revista da qual é editor, Observatório Itaú Cultural, ele resume suas principais ideias que aqui coletamos:

Os direitos culturais são individuais; muitos, porém, quiseram ver no coletivo, no grupo, na comunidade, o principal sujeito desses direitos, de tal modo a propor que os direitos culturais coletivos se sobrepõem e se impõem aos individuais. (grifei)

(...) maior clareza para o conceito de direitos culturais ao investigar **quais dos direitos humanos podem de fato ser considerados culturais e qual o conteúdo que podem ter, de modo que se desenvolvam padrões normativos** sobre os direitos culturais e se reforce a implementação dos direitos culturais¹⁰. (grifei)

⁵ CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Integração de Políticas Culturais: entre as ideias de aliança e sistema. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 121.

⁶ CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Os direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, p. 27-28.

⁷ Ibid. p. 34.

⁸ COELHO, José Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

⁹ Idem. Direito cultural no século XXI: expectativa e complexidade. In: *Revista Observatório Itaú Cultural* – (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

¹⁰ Ibid. p. 12.

E, por fim, sintetiza os principais direitos culturais em um trio mínimo assim formulado: “participar da vida cultural, participar das conquistas científicas tecnológicas e o direito moral e material à propriedade intelectual”¹¹.

Um terceiro jurista que versa sobre o assunto é o autor do recente trabalho, *Direitos Culturais no Brasil*, Allan Rocha. O livro, fruto de sua tese de doutorado na UERJ¹², tem o mérito de elaborar uma pesquisa fundada em uma ampla sistematização das principais normas e recentes julgados que envolvem o tema. Na mesma esteira dos autores até aqui citados, Rocha depreende a conceituação dos direitos culturais a partir de uma composição centrada na figura do sujeito de direitos, o que pressupõe, novamente, sua leitura a partir do princípio da dignidade da pessoa humana:

O caráter constitutivo das experiências culturais remete ao princípio da dignidade da pessoa humana como âncora das normas jurídicas a serem constituídas e efetivadas. As relações entre a cláusula geral de proteção à dignidade humana e os direitos fundamentais têm grande amplitude, sem, contudo, servirem de justificativa para todo o catálogo, sob risco de generalização e abstração que levem à sua inaplicabilidade. É possível, contudo, seguindo seus postulados filosóficos, decompor o conteúdo do princípio geral da dignidade humana em quatro corolários ou sub-princípios, a saber: igualdade, integridade física, moral e social, liberdade e solidariedade¹³.

A interpretação que o neoconstitucionalismo confere ao princípio da dignidade humana não deixa de considerá-lo, obviamente, em consonância com as práticas coletivas que circundam e constituem os indivíduos. Contudo, esta relação é enxergada a partir de um ponto de vista centralizado no sujeito enquanto referência primeira, acabando por colocar uma série de relações que envolvem mais dualidades e dicotomias problemáticas do que outra coisa, senão vejamos:

Os direitos culturais têm peculiar relevância na integração social da pessoa. Referem-se tanto a aspectos individuais como coletivos. Refletem, ao mesmo tempo, interesses privados e públicos. (...) As justificativas dos direitos culturais remetem, assim, à formação da pessoa para uma existência digna, à construção das identidades, onde o particular e o social se encontram, à inclusão e exercício da cidadania cultural, à capacitação para o diálogo intercultural e ao desenvolvimento socialmente sustentável. Todas estas circunstâncias interagem na justificação dos direitos culturais assim como informam o seu conteúdo. Estas

¹¹ Apud: AGUIAR, Stefani Frota. Análise dos Direitos Culturais para uma Implementação das Políticas Públicas Culturais. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (4), Universidade Federal da Bahia, p.167-177, 2011. Disponível em: www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Acesso em 03/12/2012.

¹² ROCHA, Allan. *Os direitos culturais e as obras audiovisuais cinematográficas*: entre a proteção e o acesso. Tese (doutorado). Orientadora: Heloisa Helena Barboza. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, 2010.

¹³ *Ibid.*, p. 69.

relações são amplamente reconhecidas nos tratados internacionais, encontrando ressonância na Constituição Federal e por todo o ordenamento jurídico nacional. Os instrumentos normativos internacionais e suas interpretações autorizadas são unânimes em afirmar a essencialidade dos direitos culturais para a concretização da proteção integral à pessoa, objetivo máximo de praticamente toda ordem jurídica ocidental contemporânea e expresso no reconhecimento da dignidade humana como comando jurídico fundamental¹⁴.

Os corolários que se depreendem, por sua vez, de tal princípio, capacitam o autor a chegar a uma definição mais precisa do conteúdo jurídico dos direitos culturais:

O conteúdo dos direitos culturais no Brasil está, portanto, estruturado a partir de quatro normativas, que são: a livre e plena participação na vida cultural da comunidade; o acesso às fontes e fruição dos bens de cultura nacional; o incentivo às diversas manifestações culturais e a proteção das identidades; e o robustecimento do patrimônio cultural brasileiro. É somente a partir da consideração dos seus efeitos sobre a existência pessoal, a formação das identidades, a construção da cidadania, interações sociais e diálogo livre, o alcance do desenvolvimento cultural, com uma interpretação jurídica sistemática e teleológica direcionada à plena satisfação das normas estabelecidas na Constituição, nos tratados internacionais e na regulamentação infraconstitucional, que o conteúdo dos direitos culturais pode ser revelado e os seus efeitos sobre os direitos patrimoniais autorais podem ser indicados. É esta tarefa a que se procede¹⁵.

Pelos trechos coletados resta evidente que o autor aborda os direitos culturais por dois âmbitos distintos que dialogariam: o direito à cultura como essencial elemento à “pessoa humana” (e daí decorre sua compreensão a respeito do exercício da cidadania) e, ainda, o seu papel na constituição dos diferentes “grupos formadores dos Estados contemporâneos” ao mesmo tempo em que destaca sua função no desenvolvimento da sociedade. A absorção de tais questões pelos tratados internacionais e conseqüentemente pela Constituição brasileira, segundo ele, deve-se às correntes transformações, tais quais:

A emergência do multiculturalismo enquanto questão político-social foi decisiva para reformulação e independência conceitual dos direitos culturais. As formas de coexistência, em um mesmo Estado, de grupos com diferentes valores, matrizes comportamentais e visões de mundo, tornaram-se tópico essencial para a integração das diferentes culturas em um mesmo território. Os processos de mundialização das relações – políticas, econômicas, sociais e pessoais – e integração em grandes blocos supranacionais contribuíram ao trazer a problemática do diálogo intercultural e da comunicação para o centro do debate no século XXI. Esta combinação de transformações sociais e políticas resultaram na consciência sobre a importância e relevância dos direitos culturais, de um lado, como amálgama sócio-jurídico dos grupos formadores dos Estados

¹⁴ Ibid., p. 70.

¹⁵ Ibid., p. 100.

contemporâneos e, de outro, como elemento essencial na construção das identidades e da formação da pessoa, além do papel crucial para o desenvolvimento econômico¹⁶.

Deste modo, o autor assenta na origem da nova previsão constitucional de 1988 as mesmas preocupações que, de modo geral, informaram a importância concedida aos direitos humanos na esfera internacional, sendo seu medidor principal os novos tratados e convenções a esse respeito¹⁷. Coloca em compasso a tais transformações, ademais, a atual significação concedida à cidadania, a qual explica pela conceituação oferecida pelo inglês T. H. Marshall, o mesmo autor utilizado, aliás, por todos os estudiosos citados até agora, como referência para explicar o processo histórico que justificou o oferecimento de um tratamento ampliado pela Constituição brasileira ao exercício da cidadania¹⁸.

A apresentação de trechos das obras de cada autor objetiva, em primeiro lugar, manter a interpretação o tanto quanto possível fiel às ideias que propõem. Contudo, há ainda uma intenção de fundo nessa coleta que é a de deixar os textos demonstrarem per si suas próprias limitações e assim provocar a seguinte sensação no leitor: é sintomático que após algumas linhas gastas tenhamos chegado até aqui sem atingir ainda uma noção concreta acerca do conteúdo dos direitos culturais presentes na Constituição brasileira.

Isso porque, as teses apresentadas não logram produzir um sentido específico, mas substituir uma representação conceitual por outra. Assim, a noção de direitos culturais foi explicada pela noção da dignidade da pessoa humana, também presente na Constituição. Seu conteúdo jurídico foi demonstrado pela síntese dos elementos que compõem o texto dos artigos em comento e sua origem justificada pela absorção de conceitos presentes em tratados internacionais que

¹⁶ Ibid., p. 82. Esta perspectiva permeia os estudos e análises contidos no Informe Mundial sobre Cultura 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo, UNESCO, São Paulo: Moderna, 2004.

¹⁷ “A elaboração sobre seu conteúdo jurídico, por razões metodológicas, será feita a partir do estabelecido na Constituição Federal de 1988, em especial, mas não exclusivamente, nos artigos 215 e 216, e será informada pelos tratados internacionais de direitos humanos incorporados no ordenamento nacional, sem se afastar dos fundamentos e objetivos republicanos, considerando ainda os casos decididos pelos tribunais. Nestes termos, inicia-se a seguir a análise do conteúdo dos direitos culturais”. Ibid., p. 93.

¹⁸ Ibid., p. 74. Nesse sentido, ver: MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 63 e ss.

expressam transformações globais e afetariam diretamente a maneira pela qual o exercício da cidadania é compreendido hoje¹⁹.

Ou seja, ao final, oferecem uma explicação normativa e formal, aparentemente válida, porém, fechada em si mesma, e por isso circular, tal qual indicado no início. A concretude que lhes falta e a natureza abstrata que, sem dúvida, demonstram, devem-se ao fato de funcionarem mediante uma operação que se abstrai da realidade e passa a explicar a ideia pela própria ideia. Essa construção *in abstracto* resta lacunar – e, portanto, incompleta –, pois é incapaz de completar a si mesma, na medida em que se construiu pelo ocultamento das causas materiais que podem explicar a presença e o funcionamento mesmo dos direitos culturais no texto constitucional. Isto é, a semântica dos enunciados legais tornou-se prejudicada porque lhe foi retirado o movimento do real pelo qual tais termos foram constituídos e que nos oferecem as pistas e o material de trabalho mediante os quais é possível penetrar no horizonte de seu significado e problematizá-lo.

Feitas tais considerações, é possível anunciar finalmente a proposta de análise do presente trabalho. Sua finalidade consiste na tentativa de produzir um significado dos artigos 215 e 216 arrolados na Constituição Federal de 1988 a partir da demonstração do engendramento de causas materiais que lhe deram causa e que abre, em concomitância, a possibilidade de atualização de seus sentidos no presente. Isto é, proponho um esforço investigativo que buscará apresentar os elementos participativos do processo constituinte ocorrido na transição política brasileira ao longo das décadas de 1970 e 1980. As forças sociais que mobilizaram-se para tanto, o contexto político-institucional no qual se deu tal momento, as necessidades reconhecidas pelos atores em questão, os principais termos em debate na formulação legal de um ordenamento cultural por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, ente outros acontecimentos. Ou seja, uma série de fatores, os quais serão especificados adiante, que contribuíram para a positivação do texto constitucional tal como dado

¹⁹ Por exemplo, no âmbito da prática, o que significaria falar em livre acesso e produção dos bens culturais brasileiros? Como se revelaria a liberdade de criação no contexto brasileiro? O que justifica sua previsão normativa? Do que se trata a referência à memória coletiva utilizada? Ora, os termos depreendidos são apresentados, mas restam divorciados de qualquer problematização e vinculação factual ao cenário que deveriam se remeter.

hoje e pelos quais é possível formular uma leitura analítica rigorosa dos artigos que não se imiscua das problemáticas nos quais deitam raízes.

Considerando a larga escala qualitativa anunciada para a o exame deste momento, não farei uso da referência teórica tradicional acerca de poder constituinte. Utilizarei, porém, dos conceitos apresentados pelo filósofo político contemporâneo, Antonio Negri. A partir de uma leitura dos principais acontecimentos históricos transformadores da modernidade, ou do que poderíamos referir também como revoluções, Negri oferece uma alternativa radical a esta categoria comum ao pensamento constitucional moderno que a enclausura na ocorrência de assembleias nacionais constituintes e nos papéis de legisladores constituintes originários, os quais, passados os momentos de transição, delegariam sumariamente seus poderes de fato às representações instituídas de direito.

Sua leitura é radical por dedicar atenção aos elementos promovidos em cada um dos momentos constituintes que toma em seu exame²⁰. Volta-se às raízes e às manifestações imanentes aos desejos que inauguraram tais movimentos na ação transformadora provocada na realidade pelos corpos sociais instigantes, aos quais denomina de *multidão*. Assim, o poder constituinte, considerado enquanto manifestação da potência de agir da multidão e de produzir no presente novos registros para as práticas coletivas, é conceituado pelo autor como um movimento proveniente do terreno da práxis, o qual inaugura um momento de caráter liberatório, voltado para a alteração do estado de coisas presente. À luz deste registro necessariamente prático, Negri entende o poder constituinte não como uma ideia simplesmente, mas como um momento mesmo de produção ontológica que colocaria no real a possibilidade de uma nova prática constitutiva múltipla e imanente à existência dos corpos sociais. E, por conseguinte, avessa às noções externas e que poderiam sobredeterminá-la –, cuja provocação, em si conflituosa, lida com a imprevisibilidade da experiência e direciona-se à produção de uma outra forma de existência. A novidade inaugurada, por outro lado, não se

²⁰ O autor se vale de noções provenientes das experiências revolucionárias europeias vivenciadas ao longo da modernidade, tal como revolução italiana do século XIV e XV, revolução inglesa do século XVII e a americana e francesa do XVIII. Baseando-se nos principais autores que pensaram tal conceito em cada época e assim experimentaram cada uma das expressões da potência constitutiva da multidão. In: NEGRI, Antonio. *Poder Constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2002.

desvincula do presente. Intervindo materialmente nele, é possível dizer que os movimentos constituintes são sempre concretos e atuais.

Ou seja, mais do que um conceito fechado que nos permitiria apreender o processo de transição ora tratado, o filósofo contribui à análise na medida em que propõe um “dispositivo nômade” para a compreensão das dimensões destas experiências, as quais são sempre singulares e atuais, como afirmado, na medida em que lidam com uma série de fatores concretos às suas existências – em função das condições materiais existentes e da criatividade da prática humana –, que procuram ultrapassá-las com vistas a produzir outras práticas pelas quais o real é tomado e produzido.

Depreende-se de sua concepção uma nítida influência do pensamento político maquiaveliano a respeito do tempo, da capacidade de ação dos corpos sociais – sempre determinada pela relação entre a virtù e a fortuna –, e da produção de novos registros no real. O tempo histórico em sua concepção não é a mera cronologia da sucessão linear e progressiva de acontecimentos, porém, o capta como a própria materialidade decorrente das transformações provocadas pelas ações de homens e mulheres. Isto é, na medida em que a mutação é o índice da ação humana – submetida sempre aos regimes de transformação resultantes da composição e decomposição dos corpos sociais –, a temporalidade resta inscrita neste registro no qual a ação humana é capaz de produzir o seu próprio tempo, determinar seu próprio destino, deixando de ser sobredeterminada por concepções externas. O tempo histórico é resultado, portanto, da expressão do que o historiador político florentino denomina de virtù – o senso de oportunidade dos corpos sociais e sua capacidade de inovação no real – frente às determinações impostas pela fortuna. Tem-se, assim, uma nova ideia de tempo, nem cíclico, nem inevitável, mas a ação dos homens passa a ser medida por uma nova temporalidade que se caracteriza, antes, pela produção ontológica de eventos singulares e alternativas liberatórias. No mesmo passo, tal temporalidade poder ser concebida como uma conformação eminentemente aberta, passível de novas manifestações as quais, de fato, não se separam das manifestações inaugurais, desde que seus efeitos sejam encarados em continuidade às causas propulsoras.

No contexto produtivo inaugurado pelos momentos de ruptura em questão, é possível identificar também, segundo Negri, a produção de novos direitos. Isto

decorre da concepção acerca de potência e direito que o autor incorpora do filósofo político Baruch Spinoza. Potência, nessa perspectiva, não se confunde com poder. Este é considerado uma capacidade abstrata delegada de produzir as coisas, ao passo que o primeiro é entendido como sendo a força que as produz no real de modo imediato. Assim sendo, o poder seria efeito da potência, um produto da dinâmica afetiva dos corpos sociais direcionada a uma estabilidade, isto é, à sua conservação ou, em termos político-jurídicos, à sua organização ou constituição. A categoria de direito decorre desta expressão da potência coletiva de agir e produzir efeitos que possibilitem sua ação na realidade. Os direitos são entendidos, portanto, como a própria capacidade de agir da multidão não se encontrando, assim, fora (posto ou transcendente) à ordem comum constitutiva do ser social. Como explicita Francisco de Guimaraens, “não há um conjunto abstrato de direitos a ser declarado ou enunciado, como faz acreditar o jusnaturalismo. Qualquer direito somente existe em concreto, materialmente, atrelado ao seu exercício e à sua efetivação”²¹. Nessa perspectiva, que mantém atados os direitos à sua produção constitutiva pela ação da multidão, os direitos não se dissociam do âmbito individual, tampouco do coletivo, deixando de lado uma compreensão que distinga ambas as expressões da ação social e o enxergando como um resultado das práticas comuns dadas pela composição formada entre uma rede de singularidades individuais relacionadas e agenciamentos.

Ainda em consideração a essa dinâmica produtiva, é possível afirmar que os direitos gerados pela potência coletiva assentam-se sobre o pressuposto da igualdade, na medida em que sejam considerados os participantes de fato dos processos constituintes. Paralelamente, acompanha o pressuposto da igualdade, o da pluralidade. Sob sua ótica, enxerga-se que nos momentos de ruptura ou transição os atores em questão são orientados por um desejo de liberação, isto é, de uma prática produtora de novos registros no real, os quais resultam das naturais tensões e diferenças que atravessam os corpos sociais. À luz destas perspectivas, abordaremos os direitos culturais, portanto, a partir de uma metodologia de trabalho que reate os laços de sua prescrição normativa às dinâmicas constituintes que os afirmaram a fim de conferir sua materialidade adequada.

²¹ GUIMARAENS, Francisco de. *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 143.

Pois bem, balizados tais referenciais metodológicos, compreende-se a proposta de fazer uma leitura do conteúdo inscrito no ordenamento constitucional da cultura a partir da identificação dos elementos participantes de sua formulação que exceda simplesmente as discussões ou decisões resultantes da ANC. Esta, ao contrário, será analisada em consonância ao contexto maior da transição política brasileira na qual estava inserida. O processo de abertura colocado em curso naquela época designará o recorte teórico proposto à luz, é claro, daquilo que interessa à temática cultural.

Assim, em um primeiro momento, destacarei as principais questões que permeavam tanto a prática política como as discussões teóricas daqueles que experimentavam o movimento de democratização na fase final do regime ditatorial. Importa sublinhar que o processo de transição não deve ser lembrado apenas como uma medida unilateral proveniente da cúpula militar com vistas a transferir novamente o exercício do poder aos civis em uma conjuntura de crise. É importante considerar, igualmente, a recomposição das forças sociais e a luta política em prol da democratização que deu à tônica àqueles anos e que excederam em muito a equação temporal imposta pelo governo – enquanto *distensão lenta, gradual e segura* – e ultrapassaram as fronteiras institucionais impostas pela “transição pactuada”.

A análise do contexto geral constituinte será abordada sob a perspectiva dos movimentos sociais que excederam o tempo e o espaço regulares do processo de abertura e provocaram um legítimo sentido de ruptura na conjuntura política mediante o que de novo propuseram nos meios discursivos e de ação elaborados, oferecendo outra propulsão à distensão. Deste modo, é pela identificação de suas práticas e falas que será perquirido um significado para o que, naquele momento, foi concebido enquanto opções para se pensar e se fazer a construção democrática brasileira e outros conceitos conexos à sua instituição, tais quais o de cidadania, autonomia e participação; essenciais, aliás, para a reflexão posterior acerca da natureza dos direitos culturais e de seu adequado entendimento sob o signo de uma sociedade democrática.

Nesta linha, o segundo capítulo se debruçará sobre as novidades teóricas vinculadas à temática cultural neste período de transição. A partir da década de 1970 ocorreu um nítido movimento de releitura das interpretações sobre a

formação sociocultural brasileira que teve em seus expoentes as obras de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, seguido por Carlos Guilherme Mota em *Ideologia da Cultura Brasileira*.

Em um sentido geral, a apreciação da previsão normativa sobre a cultura de um país requer que sejam consideradas algumas figuras essenciais à construção dos Estados nacionais na modernidade. A primeira parte do segundo capítulo cuidará, de modo genérico, desta temática. A seguir, pela revisão das obras citadas, serão abordadas as leituras críticas que problematizaram noções correlatas a essa discussão no que tange ao Brasil, como nação, povo, cultura nacional, progresso, desenvolvimento, entre outras. Os autores citados dedicaram-se a investigar a maneira como foram construídos tais conceitos pelo pensamento social brasileiro e, concomitantemente, reconheceram “dispositivos ideológicos” ou “raízes ideológicas” na construção da autoimagem do país.

Como será demonstrado, é perceptível em suas interpretações um deslocamento teórico em direção às complexas relações que compõem a amálgama social brasileira. Tal discussão não ficou restrita à produção intelectual apenas. Em paralelo ao ritmo efervescente do final da década de 1970, discussões sobre a cultura brasileira, a narrativa histórica do país e a penetração da ação dos sujeitos sociais contaminaram os mais diferentes espaços de produção do saber e da militância política. A título de exemplificação, serão expostos no capítulo 02 as principais ideias em circulação por ocasião da criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e a formulação da cartilha sobre políticas culturais elaborada pelo Partido dos Trabalhadores (e, posteriormente, encaminhada à ANC).

Seguindo esta linha de continuidade entre os conceitos trabalhados, o capítulo aprofundará, ainda, um tema recorrente às discussões apresentadas no período: a questão da ideologia. A filósofa brasileira Marilena Chaui, pensadora contemporânea a este momento e militante, elaborou à época uma densa fortuna crítica a respeito da gênese das ideologias nas sociedades modernas e suas manifestações no pensamento brasileiro. Em meio a esse contexto histórico, Chaui enxergou nas manifestações populares de cultura uma alternativa para o questionamento das representações unificadas e homogêneas construídas em relação ao aparecer social. Em seus ensaios, a filósofa opõe, em uma operação de

desmistificação das imagens ideologizadas de cultura nacional, a ação dos atores sociais, suas tradições e a memória coletiva. Em complementação ao primeiro capítulo, o segundo será essencial, pois, para reconhecer possíveis dimensões de práticas democráticas e da cidadania, que sejam também culturais.

Este percurso inicial que objetiva conferir uma contextualização histórica e teórica ao movimento instituinte no qual estava inserido a ANC, terminará com uma exposição brevíssima a respeito do que tínhamos em relação ao “cenário institucional da cultura” daquela época. A própria criação de um Ministério da Cultura autônomo ao Ministério da Educação indica uma maior valorização a partir da década de 1980 concedida à temática cultural dentre as políticas públicas do governo. A maior atenção oferecida ao tema se justifica pelo trabalho empreendido por Aloísio Magalhães, fundador do Centro Nacional de Referências Culturais, e posteriormente diretor do IPHAN e dirigente da Secretaria de Cultura do MEC, em 1981. Os novos conceitos que Aloísio Magalhães efetiva nas políticas culturais do período são fundamentais para entendermos boa parte do conteúdo do texto constitucional. À vista de tal fato, procederei a uma breve síntese de suas concepções e dos planos de ação implementados na área a fim de conceder o papel que lhe cabe para a consecução dos direitos culturais tais como arrolados na Constituição de 1988.

Finalmente, o último capítulo abordará o processo constituinte dos direitos culturais na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. De acordo com registros da época, “a cultura esteve em lugar de destaque na nova Constituição” e a classe artística e cultural atuou de forma muito contundente, mediante as propostas encaminhadas e participando nas discussões das audiências públicas. As causas da mobilização dos movimentos artísticos serão explicitadas no início deste capítulo, bem como serão examinadas as principais temáticas que circundavam a reflexão e os problemas concretos enfrentados naquele período.

Isso será exemplificado através de uma breve exposição da memória de um dos principais encontros da classe cultural na década de 1970, o ciclo de debates do antigo teatro Casa Grande. Como será atestado, as principais necessidades que informavam o setor estiveram presentes também nos debates realizados por ocasião das audiências públicas. A última parte do trabalho cuidará, especificamente, dos tópicos predominantes nestes dois momentos. Com efeito, o

capítulo final descortinará os principais elementos em jogo no período, aproximando-nos, por conseguinte, do conteúdo material que se encontra subsumido nos artigos constitucionais existentes.

Por fim, as últimas considerações demonstrarão como toda investigação a ser desenvolvida pode, quem sabe, contribuir para uma leitura mais substancial do ordenamento constitucional da cultura. E, talvez, produzir uma justificação e interpretação das garantias e liberdades constitucionais que realizem os anseios e desejos inscritos na ação política do período, neste primeiro passo do Brasil em direção a uma maior democratização de nossa vivência cultural.

1

Experiências históricas constituintes e o processo de democratização na transição política brasileira (1970-80).

1.1

Aspectos institucionais antecedentes ao processo constituinte de 1987-1988

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986 não foi um resultado natural tampouco previamente esperado do processo da transição política brasileiro no qual estava inserida. Na verdade, ela conformava uma das principais bandeiras da luta pela democratização do país que se desenvolveu, em grande medida, determinado pelas regras institucionais do regime que estava sendo ultrapassado. Todavia, sua ocorrência também não evidencia uma vitória plena das mobilizações sociais feitas para tanto. Ao mesmo tempo que marca um importante avanço no processo de rearranjo político das instituições – e talvez constitua o clímax de tal período – há de se considerar que não logrou celebrar todas as demandas inscritas no apelo por uma constituinte exclusiva, livre e soberana. Do mesmo modo, em que pese ter cultivado algumas virtudes, como a recepção dos anseios sociais pela ampla participação da sociedade civil, pela divisão de suas comissões temáticas e por sua longa duração que permitiu um aprofundamento nos debates em questão, alguns aspectos de sua funcionalidade e dos perfis de seu corpo de representantes ainda vinculados ao regime anterior, contribuíram para conter e frear as propostas que poderiam atingir, poderia ousar dizer, uma radicalização democrática mais sensível no modelo em gestação.

Do ponto de vista jurídico-formal, o processo constituinte é resultado do Ato Convocatório proposto na edição da Emenda nº 26 de 27 de novembro de 1985 à Constituição de 1967 e se refere à eleição do corpo constituinte, instalação de seus trabalhos, regimento interno e elaboração, discussão e votação do texto promulgado como nova Constituição Federal. Contudo, à luz das mobilizações sociais, a luta pela reconstitucionalização do país data das décadas anteriores e inicia-se como modo de oposição ao regime autoritário, muito rico e variado, capaz de congrega diversas organizações sociais, grupos políticos que atuavam na clandestinidade, as principais entidades da sociedade civil e a oposição, na

figura do MDB, que atuava na legalidade. É possível registrar alguns marcos essenciais como:

- a Carta do Recife, em 1971, pregando a convocação de uma Constituinte, num tenso momento em que parte da oposição legal propôs a autodissolução do MDB, como forma de resistência ao regime; a crise de 1977, com o Pacote de Abril que levou o MDB a oficializar a convocação de uma Constituinte como prioridade da oposição legal;
- a Lei da Anistia e a reforma partidária de 1979, que substituiu o bipartidarismo (Arena e MDB) por um pluripartidarismo controlado, trazendo para a vida política institucionalizada algumas lideranças e forças antes banidas ou autoalijadas e levando o quadro partidário a se organizar com os partidos PDS, PMDB, PP (Partido Popular – logo depois se incorporou ao PMDB), PTB, PDT e PT;
- a decisão da OAB²² de assumir a bandeira como prioritária e convocar um congresso nacional de advogados sobre a Constituinte, o Congresso Pontes de Miranda, 1981, em Porto Alegre;
- o surgimento de organizações específicas pela Constituinte, em especial os “plenários”, “comitês” e “fóruns”, que gerariam o Movimento Nacional pela Constituinte e, já no curso da Constituinte, a Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte, envolvendo a participação de: sindicatos, federações e centrais sindicais;
- associações de moradores; movimento estudantil, inclusive UNE e Ubes; universidades; representações profissionais (arquitetos, engenheiros, sociólogos, professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, jornalistas, etc.); igrejas – com destaque ao papel muito ativo exercido pela CNBB; grandes entidades

²² A atuação da OAB em prol da reconstitucionalização do país data do início da década de 1970. Vale destacar que os atos institucionais e a repressão retiraram dos advogados garantias básicas com as quais trabalhavam como o *habeas corpus*, a visitação aos seus clientes, a autonomia judiciária, etc., além de promoverem o desaparecimento e a tortura entre alguns de sua classe. Pelas presidências de Raymundo Faoro seguido de Eduardo Seabra Fagundes, a questão do Estado excepcional até ali suportado passou a importar a inexistência de sua legitimidade, demandando-se a volta das garantias republicanas básicas, ou seja, a recuperação de sua legitimidade passou a significar a volta da democracia e das liberdades civis perdidas. Acerca deste tema é notória a declaração de Curitiba publicada pela Ordem por ocasião do VI Encontro da Diretoria do Conselho Federal, em 1972. Nela constava a defesa do restabelecimento das garantias do Judiciário, da “harmonia entre a segurança do Estado e os direitos do indivíduo, na conformidade dos princípios superiores da Justiça”; do livre exercício da atividade profissional do advogado, a saber: “Não há a mínima razão em que se tenha como necessário o sacrifício dos princípios jurídicos no altar do desenvolvimento, pois o legítimo progresso econômico e social só se fará em conformidade com os princípios do Estado de Direito e o respeito aos direitos fundamentais do homem. Se é verdade que para o desenvolvimento são indispensáveis paz e segurança, não é menos verdade que não existe tranquilidade e paz quando não há liberdade e justiça. Toda a dinâmica da vida nacional e o funcionamento das instituições deve processar-se sob o crivo do respeito à pessoa humana (...)”. Quanto à inserção do tema da legitimidade é também notória essas palavras de Raymundo Faoro: “O Estado de direito não está todo, nem na sua substância, no conjunto das leis, da Constituição, e das medidas do poder. A lei, a lei ordinária, a lei magna valem, porque são legítimas, porque respondem à vontade do povo na sua soberania necessária. Para realizá-la, para que ela seja a verdade de todas as horas, na atividade diária e nos prédios forenses, só um caminho é possível, a estrada de mil bifurcações, de mil desvios, de mil enganos, a estrada real da liberdade. Liberdade com todos os adjetivos, sem nenhum adjetivo que a tolha, na palavra, no livro, na imprensa, no tribunal e no lar, para que a face viril do homem se afirme, se eleve e se dignifique”. Sobre o tema ver: MOTTA, Marly. “‘Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...’- a OAB na redemocratização brasileira (1974-80)”. *Revista Culturas Jurídicas*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008.

nacionais como, entre muitas outras, a OAB, a ABI²³ e a SBPC; movimentos político-ideológicos e uma variada gama de organizações; lideranças de diferentes áreas de atuação²⁴.

A possibilidade aberta em 1984 de eleger diretamente, depois de 25 anos, um presidente da república ativou ainda mais o apelo popular pela organização de uma assembleia exclusiva, livre e soberana. A campanha pelas *Diretas Já!* transformou-se no maior movimento de massas da segunda metade do século XX no Brasil, todavia, encontrou derrota momentânea na proposta em votação naquele momento no Congresso Nacional. A Emenda Dante de Oliveira não alcançou o número necessário de votos para modificar a Constituição então vigente – dois terços dos deputados e dos senadores – sendo rejeitada em 25 de abril de 1984. No entanto, a solução pela escolha de presidente civil oriundo de partido de oposição ao regime, com a possibilidade de ser eleito pelo Colégio Eleitoral, renovou as expectativas e abriu o caminho para a convocação da Constituinte. Já em seus discursos iniciais, o presidente Tancredo Neves, eleito pela Aliança Democrática, consolidou este compromisso: “assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional”²⁵.

²³ O enquadramento da ABI neste contexto foi fortemente impulsionada pela atuação da “imprensa nanica”, um grupo de importantes jornais da oposição, tais como *O Pasquim*, *Politika*, *Versus*, *Movimento*, *Opinião*, etc. Do mesmo modo, o cerceamento da liberdade de expressão e o assassinato do jornalista da TV Cultura Wladimir Herzog nas dependências do DOI paulistano, em 1975, contribuíram para a ABI se filiar oficialmente na luta pela democratização. Sobre o engajamento da ABI e de outras entidades e a reconstrução de sua memória a partir da luta pela democratização ver: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

²⁴ COELHO, João Gilberto Lucas. “Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem”. In: ARAÚJO, José Cordeiro de; AZEVEDO, Débora Bithiah de; BACKES, Ana Luiza, (orgs.). *Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A sociedade na tribuna*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009, p. 23.

²⁵ Discurso de Tancredo Neves na Convenção do PMBD que o oficializou candidato em 12 de agosto de 1984. E ainda, quando já vitorioso no Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985, no discurso proferido na ocasião, aborda como um dos temas centrais a questão da Constituinte: “A primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. (...) Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política. Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a Lei Fundamental do país. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios e aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí a preocupação de que ela não surja no açodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional”. In: *Ibid.*, p. 21.

Mesmo falecendo antes de tomar posse, seu vice-presidente, José Sarney, manteve, em parte, o compromisso de convocar a Constituinte, propondo-a através da Emenda citada com a anuência do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, precedida de uma iniciativa do Congresso Nacional de remover os chamados “entulhos autoritários”²⁶.

O compromisso dúbio do presidente recém-desligado da ARENA justifica o desenrolar destes acontecimentos que não ocorreu de modo linear nem tranquilo, mas favoreceu a resistência das forças ligadas à ditadura e em segmentos militares contrários a uma constituinte exclusiva²⁷, malgrado as mobilizações sociais que defendiam, como vimos, tal modelo, por significar uma ruptura com o *status quo* e pelo desejo que o poder constituinte originário se manifestasse sem as amarras e práticas já estabelecidas na função legislativa ordinária. Contra ele, todavia, existiu a ponderação dos riscos de choque institucional entre a Constituinte e um Congresso funcionando paralelamente²⁸. Venceu esta tese. O presidente José Sarney propôs e o Congresso Nacional aprovou que os constituintes seriam os deputados e senadores eleitos em pleito já previsto. A eleição parlamentar de 1986 passou a ser, pelo ato convocatório,

²⁶ Emenda nº 25 à Constituição de 1967, de 15 de maio de 1985: livre organização partidária, restabelecimento das eleições diretas, direito de voto aos analfabetos, eleição de deputados federais e senadores pelo Distrito Federal, revogação do instituto de perda de mandato por infidelidade partidária, etc.

²⁷ “(...) em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, (...) deveria comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo (...) o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra de constitucionalidade. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia, de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (O Brasil Republicano vl. 04). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 259.

²⁸ O cultivo de tal temor justifica-se. Como ressaltou Fábio Konder Comparato à época: “Tudo parece que a ideia de se elaborar uma nova Constituição representou, da parte dos homens no governo, um grave erro político, não inteiramente corrigido com a rápida auto-atribuição, pelo Congresso, dos poderes constituintes. Pois, apesar das notórias deficiências da representação popular no Congresso, que é o órgão encarregado de votar a nova Carta, a tendência manifesta do eleitorado vai no sentido das mudanças substanciais e não da conservação do atual estado de coisas. E esse vento de mudanças acabará soprando fortemente em Brasília”. Introdução ao anteprojeto que serviu de base às discussões internas e a uma ulterior tomada de posição políticas pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1985. In: COMPARATO, Fábio. *Muda Brasil! Uma Constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 12.

eleição de um corpo legislativo regular, mas com poderes especiais para elaborar, em assembleia unicameral, uma nova Constituição²⁹.

Este resultado final possível atingido, entre o que foi colocado pelo desejo das mobilizações sociais e o que de fato foi apreendido institucionalmente, revela o caráter ambíguo da Constituinte de 1986 que ressaltai inicialmente. Sua ocorrência se inscreve no signo do forte tensionamento sob o qual se deu o processo de abertura brasileiro. De um lado, a transição cumpria de modo ortodoxo as próprias regras institucionais e os agentes que operavam de modo a assegurar seus interesses frente a uma maior liberalização impulsionada pelas forças sociais. Entretanto, de outro, tal situação também não significou uma determinação insuperável, de sorte que os acontecimentos antecedentes ao processo constituinte devem ser enxergados nesse movimento de tensão pelos quais os atores políticos envolvidos foram capazes de localizar brechas que permitiram forçar as fronteiras impostas pelas forças dominantes e inaugurar:

“um fenômeno, raro no constitucionalismo brasileiro, qual seja, o de uma minoria ter sido capaz de produzir uma Constituição razoavelmente progressista contra uma maioria conservadora, de o procedimento constituinte, embora defeituoso, não ter conseguido escamotear totalmente o interesse popular”³⁰.

Entre tais perdas e ganhos, encontram-se, justamente, as ocasiões propícias que a sociedade civil soube atuar e que fazem jus à potência criativa inscrita na ação política. Não é secundário à análise proposta, portanto, considerar a força com que a sociedade brasileira se reergueu após 21 anos de terror de Estado. A virtude inovadora revelada nos processos políticos colocados em curso nesse período leva a imaginar a ocorrência de uma especial recomposição de forças sociais. O que, em concomitância, indica a necessidade de buscar-se a essência originada em tal engendramento que possibilitou um legítimo movimento de resistência na distensão proposta já pelos governos militares e que,

²⁹ “Por fim, registre-se que a eleição dos delegados constituintes na forma de deputados federais e senadores e dentro do cronograma normal, portanto, num pleito no qual também se escolhiam os governadores de estados, ofuscou na respectiva campanha eleitoral o debate de temas fundamentais para a futura Constituição, com a paixão que as eleições majoritárias para cargos executivos costumam provocar. Mesmo assim, aconteceram muitas iniciativas no sentido de debater conteúdos e de provocar o posicionamento de candidatos sobre temas constitucionais relevantes ou de interesse específico de algum grupo social”. In: Coelho, João Gilberto Lucas, op. cit., p. 22.

³⁰ SILVA, José Afonso da. Prefácio. In: PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. XVI.

posteriormente, foi responsável por formular as reivindicações presentes nas discussões constituintes, como será examinado adiante.

Isto é, dados apenas os exemplos da campanha pelas Diretas e da luta pela reconstitucionalização, revela-se que o processo de transição não seguiu um rumo pacífico e previsível orientado pelas correntes conservadoras. E estas tiveram que lidar com as intempéries advindas do intenso fluxo de pressões provocado pela recomposição das forças sociais. Logo, dos traços deixados por estes movimentos de ruptura é possível depreender o significado do esforço constituinte em prol da transposição do estado de coisas presente, ou seja, do modelo de dominação econômica, política, social e cultural instaurado pela ditadura civil-militar em direção a um real processo de democratização do país.

Tal perspectiva afina-se às referências metodológicas descritas inicialmente em relação ao exame do poder constituinte à luz de uma ótica que considere o contexto produtivo, as alternativas liberatórias propostas, as novas práticas sociais inauguradas, a ressignificação dos imaginários constituídos etc., pelas quais é possível identificar os elementos essenciais gerados em um processo constituinte particular. Pelos caminhos abertos por essa leitura, sob um registro fundamentalmente prático, proponho analisar os elementos inovadores que permitam – mesmo que por ora isso pareça um tanto quanto abstrato ou distante – uma interpretação dos artigos 215 e 216 presentes no texto constitucional mais compreensiva e fiel ao seu próprio contexto.

Esta primeira parte do trabalho se dará em duas etapas. Primeiro, tecerei uma descrição histórica e sociológica da recomposição de forças daquilo que estou a denominar genericamente de movimentos sociais, populares e sociedade civil com vistas a reconhecer em seus discursos e ações projetos difusos dos quais seja possível retirar um entendimento acerca da democratização pretendida naquele momento. Do exame a ser realizado, espera-se depreender as pistas para trabalhar, em um segundo momento, o conteúdo dos direitos culturais de um modo vinculado ao sentido de democracia e cidadania colocado em circulação naquelas condições históricas. Tal como disposto na introdução, este exame será feito pela leitura daqueles teóricos que assumiram a emergência de novos sujeitos coletivos em suas reflexões sobre o processo de transição – o que significa dizer, a meu ver, o reconhecimento de novas práticas coletivas e registros produtivos no

real – como a melhor via para direcionar seus olhares ao que, em seu movimento conflitivo, a sociedade atualizava como as reivindicações necessárias a fim de se ultrapassar os modelos ideológicos e materiais da ditadura e, assim, superar os obstáculos colocados para a construção da democracia.

1.2

A participação dos movimentos sociais no processo de democratização.

Acima foi citada uma série de instâncias que se colocaram a favor dos debates em torno de uma constituinte independente, tais quais algumas entidades representativas da sociedade civil, como a ABI, OAB, CNBB, as centrais sindicais, os partidos emergidos após a reforma partidária de 1979, o movimento estudantil renovado, as associações de moradores, representações profissionais, grupos ligados às universidades, entre outros, muitos daqueles que compuseram depois o Movimento Nacional pela Constituinte e, já no curso da Constituinte, a Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte.

Mesmo que seja tão complicado quanto inadequado pressupor uma estrita separação entre sociedade civil e o Estado ou distinguir o âmbito social e o exercício do poder político, como almejam os liberais, é necessário reconhecer que o reerguimento político da sociedade brasileira no período da transição se deu, assim como identificado acima, fora das instâncias políticas oficiais. A relativa independência pela qual o social entra em cena novamente deveu-se, em grande medida, à experiência autoritária anterior, responsável por permitir pouquíssimos espaços onde era possível reunir forças em prol de uma resistência aos modelos político, econômico, social e cultural impostos pelo regime civil-militar. Mas se de um lado o esvaziamento do espaço público provocado pela violência de Estado comprimia a possibilidade de um enfrentamento mais forte e direcionado, de outro, a sociedade volta-se a “si mesma” a fim de autonomamente recompor as condições pelas quais seria possível retomar a ação política, tendo sido gerado daí tanto um reconhecimento como a produção de novas práticas colocadas em circulação naquela época.

A gravitação dos atores citados³¹ em torno da temática constituinte reflete um destes movimentos que ocorriam de modo simultâneo entre as esferas sociais e que contribuíam para uma ampla e intensa troca de falas e experiências por entre as entidades oficiais, os sindicatos, as universidades, os movimentos locais de bairro etc.. Por isso, ao invés de destacar as propostas das principais entidades mencionadas, creio ser mais fecundo discorrer sobre esta atmosfera comum na qual se viam inseridas. A meu ver, quem melhor apreendeu tal momento foi o sociólogo Eder Sader em sua obra já citada *Quando novos personagens entraram em cena*. Como ressalta Francisco Weffort, “a descoberta da sociedade civil” não foi uma apreensão meramente intelectual. Os “atores oficiais” citados tanto foram impactos como ativaram novos registros nas práticas políticas daquela época. Justamente, Sader identifica a emergência de novos personagens no seio do processo instituinte em curso, na medida de seus encontros com “velhas” matrizes teóricas e práticas da militância, colocadas pelas determinações estruturais da ditadura, e reconhece um processo concomitante pelo qual a nova práxis social tanto influenciou como foi influenciada por aquilo que constituiu a “novidade” do período. Deste modo, à vista das inovações apresentadas em cena, tanto os intelectuais se viam impelidos a elaborar novas “categorias de representação do real”, como, por exemplo, as correntes de esquerda, nas formulações de suas autocríticas consequentes ao fracasso da luta armada, passavam a incorporar as propostas nascentes ou, finalmente, as entidades representativas de classe absorviam as novas demandas e termos pelas quais poderiam encontrar base e legitimar sua atuação frente às instâncias oficiais.

³¹ **Aqueles brevemente mencionados na citação das páginas 06 e 07.**

O que Eder Sader³² nomeia e os fatores que ressalta da *emergência de novos sujeitos coletivos* serão utilizados aqui, na linha da referência metodológica já repetida, como parâmetro de inteligibilidade das dinâmicas sociais que tornaram o processo político da abertura um momento de temporalidades múltiplas, de talvez muitas aberturas. Mais especificamente, o autor se debruçou sobre algumas das falas e experiências de movimentos sociais da Grande São Paulo, entre 1970-80, a saber, o novo sindicalismo, as associações de bairro e os conselhos de saúde. Não obstante o localismo de sua análise, a distância histórica de hoje e outras produções teóricas correspondentes, fazem-nos reconhecer não só a reprodução de aspectos semelhantes destacados pelo autor em outros movimentos sociais ocorridos no país na mesma época, mas também sua influência direta nos debates levados à Constituinte. Já afirmei a incorporação pelos atores protagonistas deste modo peculiar de recomposição de forças sociais e isso se esclarece caso passemos a traçar algumas das linhas de afinidade e parentesco entre tais movimentos, as quais serão mais aprofundadas no decorrer de todo o trabalho. Mas, apenas a título de exemplo inicial, é incontestável a influência do novo sindicalismo para as proposições em torno dos direitos trabalhistas levantadas posteriormente na Constituinte, bem como seu efeito propulsor para a criação do Partido dos Trabalhadores, o qual constituiu um eixo

³² Algumas informações sobre a trajetória do autor: formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, Eder Sader foi um dos fundadores da Polop, organização de esquerda que na segunda metade da década de 1960 empreendeu importante militância contra o regime militar, marcando-se por uma das poucas organizações que distanciavam-se das tendências dominantes na esquerda brasileira da época, uma das poucas que propunham uma maior aproximação com o operariado para se pensar a transformação política. Suas atividades arrefeceram, contudo, quando os militantes foram levados a exilar-se. Eder parte inicialmente para o Chile, onde foi professor na Universidade Católica de Santiago e na Universidade de Concepción. Nesse período dedicou grande parte de suas pesquisas ao estudo dos movimentos sociais urbanos que ganharam particular relevância no período entre 1970-73 e do complexo processo político que se desenvolveu neste país durante o governo da Unidade Popular. Em seu segundo exílio, na França, Eder desdobra suas atividades entre as funções de professor dos Departamentos de Sociologia e de Economia da Universidade de Paris VIII-Vincennes e uma intensa intervenção política na imigração brasileira e de solidariedade com a resistência do povo chileno. Vinculado que estava ao Movimento de Esquerda Revolucionária, o MIR do Chile, ele desempenha uma atividade permanente de denúncia do terror pinochetista ao mesmo tempo que lança luzes sobre os tempos sombrios que vive a América Latina nos anos 70. Interessante observar que Vincennes foi a mesma universidade onde neste período Deleuze, Guattari, Foucault, e, posteriormente, Negri, Alain Badiou, Jacques Rancière, Michel Löwy, entre outros de destaque no pensamento político contemporâneo passaram. Não causa estranhamento, portanto, a proximidade de Sader nesse período ao círculo dos autonomistas italianos exilados (advindos do movimento operaísta), como Negri, com os quais construiu forte diálogo no exílio e, igualmente, sua aproximação com Guattari, filósofo este que na década de 80 visitou o Brasil, tendo participado de uma edição da Revista *Desvios*, fundada por Eder, e publicado uma entrevista com o então líder sindical Luís Inácio da Silva.

de confluência de diversas tendências de esquerda e aproximou boa parte dos intelectuais que conceberam propostas e/ou participaram das audiências públicas por ocasião da ANC. Em relação à cultura, por exemplo, este partido foi o único a enviar uma proposta consistente para o ordenamento cultural, assinada por Antonio Cândido, Marilena Chaui e Lélia Abramo. Ao passo que as experiências dos conselhos de saúde municipais foram essenciais nas discussões que resultaram no modelo de Sistema de Saúde Único atual.

Ou seja, quer no âmbito dos seminários organizados nas universidades, quer na reativação do movimento estudantil e na retomada da militância de esquerda, quer nas ofensivas empreendidas pela OAB, ABI, CNBB etc., ou quer, finalmente, nas manifestações dos movimentos artísticos e culturais, os ventos propulsados pela nova reconfiguração da classe trabalhadora, pelas reivindicações colocadas a partir dos movimentos populares e mediante a politização das referências culturais que iam constituindo-se em novos atores sociais, contribuíram para oxigenar a atmosfera política da época e auxiliaram na formulação de demandas mais progressistas por ocasião da Constituinte, tendo sido reconhecidos como os fatores responsáveis por criar as condições para se pensar e se fazer a democratização em marcha naquelas décadas.

Assim sendo, as discussões propostas nas próximas seções direcionam-se no sentido de reconstruir tal cenário com vistas a indicar, pelo próprio caminho da democratização, as principais condicionantes – de sua ruptura e dos conflitos colocados – que, a meu ver, contribuem para que este trabalho possa conceber uma ideia própria em relação ao desejo de democracia e de cidadania inscritos no decorrer da transição. É a partir de suas referências, pois, que espero criar o parâmetro para se pensar a democratização da cultura, tal como será analisado nos capítulos seguintes. Para tanto, serão abordados inicialmente os remanejamentos teóricos utilizados por Eder Sader para dar conta da nova realidade e, portanto, distinguir os “novos” personagens, e em seguida demonstrar o modo como foram impactados e influenciaram os “velhos” atores.

1.2.1

A recomposição das forças sociais e as novas práticas políticas inauguradas no período.

1.2.1.1

“Identificando a novidade”.

No âmbito das discussões teóricas, a reativação das lutas sindicais no núcleo do ABC paulista impeliu uma gama de debates no campo da sociologia. As explicações oferecidas tanto à passividade precedente quanto à posterior ascensão da mobilização sindical parecia não oferecer respostas suficientes às complexas dimensões nas quais passaram a se dar. Até a década de 70 o operariado era enxergado a partir da lógica do capital e sob a dominação de um Estado onipotente. Os autores destacavam em sua relação com o Estado uma postura passiva frente à apropriação dos sindicatos pelos mecanismos de tutela impostos, à repressão e/ou face aos efeitos ainda sentidos pela tradição do trabalhismo. Quanto ao sistema capitalista, ressaltavam o fato que a intensa industrialização promovida nas últimas décadas promovera uma mudança de perfil da classe trabalhadora³³, a qual, ao ser incorporada às estruturas produtivas, sentia-se beneficiada por elas e, portanto, sem motivos aparentes para questioná-las³⁴.

³³ Maria Hermínia de Tavares favorece essa imagem de trabalhadores prisioneiros da estrutura econômica polarizada e impotentes diante do Estado pelo que denominou de “sindicalismo de negócios” resultante da “moderna grande empresa”, onde os problemas surgidos nas relações trabalhistas seriam colocados enquanto questões *interna corporis* e delegadas a um corpo de representantes “apolíticos”, solidamente plantado na empresa e tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais. In: ALMEIDA, M. H. T.. “O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas”, In: Debate e Crítica. São Paulo, Hucitec, n. 6, jul. 1975, p. 60.

³⁴ Conforme assinala Márcia Berbel a respeito da obra de Leôncio Martins Rodrigues, (que fazia parte da escola de sociologia da USP, junto a Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, entre outros, que cumpre-se destacar, apesar das críticas, pioneiros na realização de estudos sistemáticos sobre a classe operária, não mais diluída em concepções como povo ou nação): “o trabalho de interpretação sobre a constituição da classe operária dado pelo funcionamento e pelas modificações causadas pela estrutura produtivo-econômica permitiram que concluíssem que os trabalhadores industriais, oriundos do campo e portadores das tradições patriarcais-oligárquicas a que foram submetidos, conservavam um modo de pensar tradicional, estando alheios a tudo que dissesse respeito a condição operária propriamente dita. Fascinados pelas possibilidades de ascensão pessoal que essa condição lhes oferecia, seriam incapazes de ter um projeto coletivo, mantendo-se indiferentes às decisões seja no âmbito da empresa ou da sociedade. Desta forma, as relações de subordinação da classe operária ao Estado desde o Estado Novo parecem perfeitamente explicáveis”. In: BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira* (1978-80). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Suely Queiroz. São Paulo, 1991, p. 04. E ainda, segundo o próprio autor, “por sua inserção neste sistema, teria relegado às classes melhores condições, devido aos melhores salários e às melhores condições de trabalho, proporcionados pela maior especialização (...) pelo que uma orientação

É inequívoca a influência das condições materiais na realidade do operariado apreendida pelas ideias formuladas acima, não se pode negar que tais condições contribuíram em certa medida na constituição de determinados padrões de condutas por estabelecerem um cenário que Eder Sader descreve, grosso modo, em referência a diversas obras, como:

Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais, atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas referências culturais na metrópole, despolitizadas pela ação de um Estado que esvazia ou reprime os mecanismos de representação, alienadas e massificadas pelos meios de comunicação. Até mesmo suas estratégias de sobrevivência apareciam funcionais à reprodução capitalista: a autoconstrução, mecanismo pelo qual a população mais pobre resolveu seu problema habitacional, barateava os custos da reprodução da força de trabalho, permitindo um rebaixamento dos salários reais; o aprendizado profissional, através do qual famílias de trabalhadores projetaram uma ascensão social ou simplesmente protegeram-se num mercado de trabalho altamente competitivo, ao tornar-se um processo maciço, terminou diminuindo os salários reais dos operários qualificados³⁵.

No entanto, a despeito das condicionantes que tal cenário colocou aos comportamentos dos trabalhadores, elas não acabaram por constituí-las ou conformá-las em sua totalidade. Essa situação pôde e foi contornada pelos operários ao organizarem outros espaços de convivência social e expansão de seus comportamentos, alternativos a tais limitações. Além disso, as mesmas condicionantes, seja a estrutura produtiva, seja a promessa pendente de crescimento do modelo socioeconômico do regime, sofreram profundas modificações ao longo da década. De maneira que novos fatores imprevisíveis, como o arrocho salarial, demissões, inflação etc., vão passar a participar do rol dos elementos que importam na compreensão de suas condutas e, posteriormente, ações políticas, sem, contudo, esgotar as possibilidades explicativas em relação à irrupção dos movimentos operários e populares do final da década. A necessidade de se proceder a uma mudança de foco veio acompanhada das significativas alterações no conjunto da sociedade e as reordenações que passaram a se intensificar ao longo da década de 70. Assim, pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações.

revolucionária por parte dos trabalhadores dificilmente poderá consolidar-se”. In: In: RODRIGUES, L. M. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 102.

³⁵ SADER, Eder, *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 35.

Manifestações capazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressões de resistência, de autonomia e criatividade. Creio que estas mudanças constituem um efeito retardado e mais profundo das derrotas dos anos 60. Elas expressam uma crise dos referenciais políticos e analíticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade em nosso país³⁶.

Deste modo, embora gestadas desde o início de 1970, as mudanças colocadas pela sociedade passaram a ser “reconhecidas” de modo mais contundente por intelectuais e militantes a partir de 76, quando se inicia uma revalorização concreta das práticas sociais presentes no cotidiano popular, “ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação”³⁷. Passaram a ser vistas, doravante, por suas linguagens, lugares de manifestação, valores que professavam, como indicadores da emergência de outras identidades coletivas, tratava-se, pois, “de uma novidade no real e nas categorias de representação do real”³⁸. Isso talvez possa ser atribuído ao fato de que apenas em 78 esta nova forma de composição das forças sociais apareceu de modo mais evidente: nas votações recolhidas pelo MDB, na extensão e características de movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, na formação do chamado “Movimento Custo de Vida”, no crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, no aparecimento das comunidades de base, greves e na formação do Partido dos Trabalhadores, as quais, segundo Eder, seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente. Como qualquer movimento instituinte de ruptura, a emergência de outros sujeitos coletivos ligou-se às condições impostas às suas experiências sócio-políticas. Nessa linha, Francisco Weffort atribuiu à experiência tensa do “terror de Estado” a elaboração da sociedade civil e a alteração do próprio modo de abordar as questões políticas:

A decepção, mais ou menos generalizada, com o Estado abre caminho, depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil. Mas nem por isso terá sido, em primeiro lugar, uma descoberta intelectual. Na verdade, a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado começa com os fatos mais simples da vida dos perseguidos. Nos momentos mais difíceis, eles tinham de se valer dos que se encontravam à sua volta. Não havia partidos aos quais se pudesse recorrer, nem tribunais nos quais se pudesse confiar. Na hora difícil, o primeiro recurso era à família, depois aos amigos, em alguns casos

³⁶ Ibid., p. 33.

³⁷ PAOLI, M. Celia, SADER, Eder, TELLES, Vera. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro. In: R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica*, Paz e Terra, 1986.

³⁸ SADER, Eder, op. cit., p. 34.

também aos companheiros de trabalho. Se havia alguma chance de defesa havia que procurar um advogado corajoso, (...). De que estamos falando aqui senão da sociedade civil, embora ainda no estado molecular das relações interpessoais? A única instituição que restava com força bastante para acolher os perseguidos era a Igreja Católica (...). Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la (...). É evidente que, quando falo aqui de ‘invenção ou de ‘engrandecimento’, não tomo estas palavras no sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade³⁹.

A necessidade de inventar para si outros espaços de luta expressa um momento representativo de crise pelo qual passou a sociedade brasileira e que alteraram as próprias questões e os ângulos desde os quais a sociedade se interrogava. Do campo da experiência retiram-se as especulações teóricas possíveis, cujo sentido nesse caso nos faz concluir que, em parte, da experiência do “fechamento do Estado, este deixou de ser visto como parâmetro no qual se a media relevância de cada manifestação social. Começam a surgir interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal”⁴⁰. Como assinalado no trecho acima, este não foi um movimento puramente intelectual, mas identificava-se no campo das experiências. As ideias aqui correspondem – isto é, tanto manifestam quanto produzem – à emergência de novos padrões de práticas coletivas. Essa nova valorização da “sociedade civil” expressava uma alteração de posições e significados na sociedade, que se mostravam tanto nas categorias de pensamento quanto nas orientações das ações sociais. Por exemplo, alguns autores que mantiveram seus olhares presos ainda às estruturas acabaram por atribuir a emergência dos movimentos à formação de uma “elite operária neste setor” decorrente do “polo mais desenvolvido do capitalismo brasileiro”. Segundo Celso Frederico, na obra *A Vanguarda Operária*, esta classe aparecia como “exasperada, como se estivesse sendo olhada através de uma lente de aumento que dilatasse ao extremo os seus traços mais significativos”⁴¹. E daí o autor justifica o núcleo mais “consciente” do movimento grevista daquela época, o qual, impulsionado por sua

³⁹ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 93-95.

⁴⁰ SADER, Eder. Op. cit., p. 34.

⁴¹ FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.

condição, estaria a resistir ao capital mediante sabotagens, boicotes e greves mais intensas.

A exigência colocada por sua qualidade de “novidade” requereu que outros atributos fossem colocados em questão. Em 1983, Eder Sader, Maria Celia Paoli e Vera da Silva Telles, constatam que já em 1978 diversos estudos passaram a questionar a imagem dos trabalhadores brasileiros “subordinados graças às determinações estruturais da indústria brasileira” e que buscavam, neste novo momento, observar as práticas desses trabalhadores como “dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade”⁴². Com efeito, observam que as estruturas produtivas saem do protagonismo (como objeto central de análise), bem como as instituições tradicionais (partidos e sindicatos) perdem centralidade. O universo de exame teórico passou a atrair a partir daquele momento outros elementos para constituir seu objeto, como os “grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base etc.; os trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber”.

A começar do início: pela rotina fabril. Sader *et al* destacam um primeiro trabalho neste sentido, de Amnéris Maroni, *A estratégia da recusa*. A autora, propositalmente, afasta de sua análise o enfoque institucional e coloca luz sobre os “trabalhadores em movimento”, mesmo que dentro da fábrica, a fim de demonstrar seu protagonismo em recusa às interpretações anteriores. O trabalhador reaparece, assim, ele mesmo, “reapropriando-se do espaço da racionalidade do capital para convertê-lo em campo de luta e resistência à dominação capitalista”⁴³. O que faz no dia-a-dia, nas variadas formas que encontra de uma “resistência cotidiana, na fábrica, à disciplina e à opressão”. Mesmo aqueles estudos que não assumiram outros elementos de análise no seu exame a respeito da constituição do novo sindicalismo, acabaram por admitir que ela passou-se ao largo ou, pelo menos, desviando-se, das instituições tradicionais. Ricardo Antunes em *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*

⁴² PAOLI, M. Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva, “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. In: *Revista de História*. São Paulo, Marco Zero, 3/6, set. 1983.

⁴³ MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

paulista – as greves de 1978/80 acompanhou teoricamente a evolução desde as primeiras paralisações de fábrica até as campanhas unificadas dos anos posteriores e enxerga ao “final” deste processo, em 1980, quando as greves arrefecem, uma “forte derrota política”, a qual atribui, justamente, à ausência de uma “direção consciente”. Em contraposição à Amnérís, o autor entende as reivindicações contra o arrocho salarial como eixo central para apreender a dimensão prática de tal acontecimento. As demandas que se seguiram a essa, tais como a luta contra o intervencionismo estatal e pela democratização, autonomia e liberdade sindical, direito de greve, maior organização no espaço fabril, pela negociação direta, entre outras, constituíram apenas os instrumentos capazes de possibilitar a luta maior deste movimento que seria a denúncia e o combate à superexploração do trabalho, “uma vez que o despotismo e a opressão exprimiam a forma pela qual, no cotidiano fabril, a expropriação do trabalho se efetivava. E o arrocho salarial era a manifestação mais perversa desta concretude”⁴⁴.

Não obstante o arrocho salarial ter sido, sem dúvida, um aspecto motivador essencial das reivindicações, ele não esgota as possibilidades explicativas de sua ruptura. Antunes indica com propriedade a falta de instituições tradicionais que pudessem centralizar e “ordenar” a luta, mas o faz com estreiteza ao condenar o processo a um fracasso devido à ausência de uma “direção consciente, ou seja, fundada na existência de uma orientação política cientificamente elaborada e não limitada aos marcos da espontaneidade e intuição das massas”⁴⁵. Suas conclusões apressadas derivam da limitada circunscrição estabelecida para apreender a dinâmica grevista ao restringi-la aos aspectos da dominação imediata. Com isso, Antunes afasta as “alianças” mediatas que essas reivindicações traziam consigo provenientes da articulação e reflexão quanto à vivência da superexploração em outros espaços sociais e mediante outras práticas sociais; experiências de convivência que remetiam de volta ao campo fabril sujeitos e demandas políticas tanto mais fortalecidos quanto complexos.

A complexidade da ruptura forçou, assim, o deslocamento do olhar teórico dos pontos centrais dos quais decorriam a luta dos trabalhadores (partidos, sindicatos, Estado) para outros estratos do corpo social, o que não quer dizer que

⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1988, p.27.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 28.

foram alcançados, uma vez que, à vista das considerações de Antunes, conclui-se que, sem uma referência concreta, o autor enxerga apenas voluntarismos nas ações das massas. Justamente, o sensível e rigoroso exame que Eder Sader faz desta dinâmica, associando as lutas e experiências tanto do novo sindicalismo como de outros movimentos populares às suas matrizes discursivas e espaciais, permite que o autor ultrapasse a “barreira ontológica” das estruturas e dos condicionantes materiais colocados pela determinação social e, combinado a eles, possa reconhecer o que houve de afirmativo e criativo nos movimentos, oferecendo respostas, por conseguinte, mais completas.

Ele mesmo constata que ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção dos movimentos operários, das “classes populares”, ou dos setores dominados (“e esta própria hesitação na nomenclatura, presente nas interpretações sobre esses fatos, já indica uma novidade na forma como eles apareceram que se acomodava mal às denominações já feitas”⁴⁶) que emergiram com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida.

Era o ‘novo sindicalismo’ que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os novos movimentos de bairro, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma ‘nova sociabilidade’ em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os novos ‘movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.⁴⁷

A impressão de autonomia que o autor atribui à emergência de tais movimentos, decorrentes de algumas qualidades que ele reconhece brevemente no trecho citado – como o processo de auto-organização, a reivindicação de direitos, aos novos valores partilhados etc. –, auxilia a compreender o passo a mais que sua leitura deu em comparação às análises recém-abordadas. Ao incluir e destacar a marca autônoma de tais ações, o autor as livra das concepções que as determinaram tão só a partir das estruturas produtivas e dos mecanismos de poder, fazendo compreender assim outros elementos componentes da vida social. A atitude inovadora das ações mencionadas deixa transparecer e, ao mesmo tempo, faz indicar que elas não se caracterizaram por um mero inconformismo e recusa às

⁴⁶ Ibid., p. 26.

⁴⁷ Ibid., p. 36.

condições dadas, aos modelos estabelecidos, tampouco lutavam apenas por novos padrões de legitimação da ordem vigente. Nessa linha, a novidade consistia em algo para além da contestação. A novidade não residia no antagonismo que se apresentava aos padrões vigentes, mas, antes, tais ações faziam-se a partir de novos padrões de tal modo que, para além de uma negação, eram capazes de inovar, consistindo assim o sentido de sua ruptura. Conclui-se, portanto, que o antagonismo aparente correspondia, antes, à aparição de uma nova configuração de classe, é claro, calcada nas transformações impostas pelos modelos socioeconômicos, mas traziam em sua constituição, por sua vez, tanto uma recusa como uma resposta a eles. O seu traço criativo e, daí autônomo, permitiu o autor compreender que se testemunhava, concomitantemente, a aparição de novos sujeitos históricos⁴⁸.

Para dar conta da natureza dessa nova configuração, o sociólogo viu-se obrigado a mudar os parâmetros de exame do que nomeia de “novos sujeitos coletivos”, bem como implicou na análise da gênese de tais movimentos e das matrizes as quais estavam relacionadas, cujas combinações imprevisíveis possibilitaram sua constituição em outros termos. Abaixo sintetizarei brevemente os manejos teóricos utilizados pelo autor para, então, recompor o percurso necessário ao entendimento de seu processo constituinte.

1.2.1.2

Remanejamentos teóricos realizados para “dar conta da nova realidade”.

Logo no primeiro capítulo da obra já citada, Sader confessa sua insatisfação à vista dos conceitos destacados anteriormente na análise de tal tema,

em todos esses casos, as ações das classes sociais aparecem como simples atualizações das estruturas dadas. E daí, simplesmente passivas ante os mecanismos de reiteração da ordem, as alterações desta também teriam de ser

⁴⁸ “Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945. A pesquisa teria que dar conta da natureza dessa nova configuração”. In: *Ibid.*, p. 36.

explicadas por alterações daqueles mecanismos estruturais. Nesse registro, a própria ideia da constituição de sujeitos coletivos desempenhando algum papel criador nos processos históricos não fazia muito sentido⁴⁹.

O autor propõe um alargamento nos eixos conceituais de modo a expandir as explicações vinculadas às estruturas em direção à consideração, por sua vez, das experiências, e, em vez de partir das categorias/caráter de classe, propõe considerá-las enquanto “configurações sociais” em um trabalho voltado a identificar os “sujeitos coletivos” envolvidos. Quanto ao primeiro deslocamento, ele constata, inicialmente, a superação já falada, que das condições do chamado milagre brasileiro não se conseguiria deduzir nem as mudanças no comportamento sindical, nem as motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram, nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes nas ações das classes sociais.

Segundo o autor, “na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características ‘estruturais’, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno”. Isso porque, ao oferecer o protagonismo às contradições causadas pelas condições impostas pelo sistema capitalista e sua reprodução na força de trabalho, não é possível elucidar as características singulares que se revelam caso nos debruçemos para examinar o fenômeno em sua originalidade. Isso porque, restringir a análise às condições objetivas dadas acaba-se por deduzir os comportamentos como “necessidades objetivas”, operando uma naturalização dos fatores econômicos e das opções políticas possíveis, as quais emergem como meras consequências. Dispersam-se nesta operação, todavia, os processos de atribuição de significados provenientes do mundo simbólico de cada agrupamento, ou seja, deixam-se de lado seus imaginários próprios, logo aquilo que os singulariza enquanto movimento coletivo.

Em uma substituição mais generosa, o autor propõe alcançar as mediações criadas entre as estruturas dadas e as ações sociais desenvolvidas, nas quais aparecem o “processo de atribuição de significados, pelos quais uma *ausência* é definida como *carência* e como *necessidade*, e pelos quais certas ações sociais são

⁴⁹ Ibid., p. 37.

definidas como correspondendo aos *interesses* de uma coletividade”⁵⁰. Sader denomina essa mediação de “elaboração cultural das necessidades”, cujo conteúdo excede as lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas de reprodução, e contribuem na revelação das especificidades que envolvem o “modo como o fazem (que tipo de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam”, todos dependentes de uma “constelação de significados que orientam suas ações”.

Para uma apreensão particular desta constelação de significados, o autor faz uso de três elementos concretos que, segundo ele, definem um determinado grupo enquanto grupo, a saber: a) sua identidade, b) o modo como se articulam objetivos “práticos” a valores que dão sentido à existência do grupo em questão e, principalmente, c) “das experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve”⁵¹. Do primeiro elemento, cumpre esclarecer que não se trata de uma suposto essencialismo inerente à constituição dos sujeitos e preexistente às práticas, mas sim da “identidade derivada da posição que assume”⁵². Ou seja, ela não é um norte abstrato a guiar suas condutas, porém, encontra-se corporificada em instituições determinadas, onde se “elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam”. E assim lança as questões: Quem são os membros em questão? São membros de um sindicato? Militantes de um partido? Participantes de uma comunidade de base? Tal identidade vai depender e colocar-se em referência ao segundo elemento citado e que singulariza os modos de organizar as ações dos grupos em prol dos objetivos comuns. Contudo, ambas dependem primordialmente do último elemento mencionado, cujo significado Sader retira da concepção de E. P. Thompson sobre a constituição histórica das classes sociais; a fim de elucidar a questão cita trecho da obra *Luta de classes sem classes?*: “as classes acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do ‘conjunto de relações sociais’ com uma cultura e

⁵⁰ Ibid., p. 43.

⁵¹ Ibid., p. 44.

⁵² Ibid., p. 44.

expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais”. E, por conseguinte, conclui:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da *experiência* das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela ‘estrutura já dada’ é também produzida pelas interações e lutas de classe)⁵³.

Nesta conclusão, na qual identifica um movimento comum e recíproco entre as condições dadas e a atividade dos sujeitos, ele acaba por afastar também uma suposição que poderia encaixá-lo em uma revalorização dos sujeitos segundo uma tradição solipsista ou de uma reencenação do solitário sujeito cartesiano produtor da realidade a partir de suas ideias. Para longe de qualquer idealismo, Sader esforça-se por afastar as falsas concepções dicotômicas em torno de sujeitos x estruturas. Pelo até aqui descrito, resta evidente que o autor assume que a realidade objetiva não é exterior aos homens, “mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, temos também de considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais”⁵⁴. Ora, mas então como é capaz de associar e ponderar a autonomia das ações humanas frente ao peso do mundo objetivado? O seu pulo do gato consiste na importância que oferece ao tema da experiência e, sobretudo, de uma de suas características primordiais, a indeterminação. Isto é, estamos submetidos a uma “continuidade histórica” e trabalhamos com os mecanismos oferecidos pela realidade objetiva, contudo, no núcleo recôndito da indeterminação das experiências, homens e mulheres são capazes de, ao utilizar-se dos instrumentos já dados, criar novas funções para eles, produzir outros significados, reinventar suas práticas sobre os sistemas mesmos de significações que estão na base dos simbolismos de cada sociedade, das suas instituições e dos

⁵³ THOMPSON, E. P.. “Lucha de clases sin clases?”. In: Tradicion, revuelta y consciencia de clase, Anagrama, p. 38. *Apud*: Ibid., p. 45.

⁵⁴ Ibid., p. 45. Assinalo que estas considerações iniciais, mesmo que agora pareçam distantes do objeto de estudo do presente trabalho, serão fundamentais mais a frente nas críticas tecidas ao dualismo com que a doutrina jurídica trata o envolvimento entre o individual e o coletivo, o qual suscita grandes problemas no campo dos direitos culturais, principalmente em relação aos direitos autorais, cujas concepções atuais necessitam da figura dos direitos individuais em contraposição ao coletivo e assim emperram a defesa e a valorização de uma proteção aos produtores da cultura.

fins aos quais ela subordina sua funcionalidade. Assim, embora já constituído, é tão somente no terreno da prática, pelas infindáveis possibilidades de combinações da realidade que resta em sua imprevisibilidade, que se abre a possibilidade aos grupos constituírem a todo tempo o seu “fazer histórico”. E, por conseguinte, conclui: “com essas referências procurei pensar as alterações nas práticas coletivas de trabalhadores, como reelaboração do imaginário constituído, através de novas experiências, onde se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados. Por aí surgem práticas instituintes”⁵⁵.

A partir destas referências que o autor é capaz de empreender o segundo alargamento conceitual a que me referi anteriormente: o deslocamento de sua compreensão para além de uma concepção em termos “classistas” para uma que considera a “configuração social”. Ele não pretende, do mesmo modo, afastar a existência “objetivamente dada” das classes sociais e suas lutas em uma conceituação marxista. No entanto, nessa linha – pensando a “realidade objetiva como o resultado das ações sociais que se objetivaram” –, Eder suspende a referência marxista inerente à sociedade capitalista a uma “realidade virtual” que, embora tenha se colocado de fato, é, igualmente, uma condição experimentada e, portanto, continuamente reelaborada. Explica o autor que “‘classe social’ designa desse modo uma condição que é comum a um conjunto de indivíduos. Mas ela é alterada pelo modo mesmo como é vivida”⁵⁶. Ao debruçar-se sobre os novos modos de organização e gestão dos problemas comuns dos trabalhadores daquela época, o autor percebe que a constituição dos movimentos sociais implicou uma forma particular de elaboração dessas condições, de maneira que puderam operar cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente. Por conseguinte, os atores envolvidos percebiam, ou melhor, eram sensibilizados pela exploração e pela divisão capitalista do trabalho a que estavam existencialmente submetidos, mas eram capazes de conceber também uma elaboração prática enquanto transformação dessa existência. Novamente, na noção e na condição de classe articulam-se seus aspectos objetivos e subjetivos, enquanto dois momentos indissolúveis. Contudo, neste momento em especial que trato, “os novos movimentos sociais eles se dão

⁵⁵ Ibid., p. 46.

⁵⁶ Ibid., p. 48.

no solo da condição proletária, mas esta é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem”, permitindo ao autor, assim, expandir as fronteiras da análise marxista dogmática⁵⁷.

Ao longo desta apresentação acerca da natureza das interrogações e dos conceitos que Sader faz uso em seu texto, utilizei de forma indiscriminada as noções de movimentos sociais/populares, operariado, classe trabalhadora, etc.. Adiante, veremos que o rol de objetos utilizados no estudo em comento foi igualmente variado (clubes de mães da periferia sul, oposição metalúrgica de SP, movimento de saúde). Mas, à vista disso, como é possível atribuir a tais expressões uma categoria tão problemática como a de “sujeito”? O autor, ciente das ambiguidades que envolvem tal termo, optou por mantê-lo e afirmá-lo pelo fato de os agentes identificados expressarem uma insistente preocupação na elaboração das identidades coletivas, como forma de exercício de suas autonomias, o que tornou o sentido de sujeito, segundo ele, mais um objeto de análise do que um instrumento conceitual⁵⁸. Na verdade, essa noção tornou-se um elemento de estudo de outros autores, os quais a depreendiam das próprias falas daqueles envolvidos no processo de mobilização, passando-se a ser amplamente elaborada teoricamente também. É interessante perceber que os discursos identificados, muito embora provenientes de instâncias diferentes, guardavam entre si traços comuns: associados à nova categoria de sujeito que anunciavam traziam projetos difusos relacionados à prática daquilo que entendiam como o exercício de sua cidadania⁵⁹.

⁵⁷ Ibid., p. 50. Como se depreende do seguinte comentário: “A discussão sobre as condições postas pela divisão capitalista de trabalho social em nosso país tem certamente sua importância para a compreensão dos movimentos sociais. Mas na verdade as maiores interrogações começam a partir daí. O que desafiou a inteligência dos que se interessaram pelo fenômeno foi a emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, uma outra identidade social, nova forma de representação coletiva. Por isso, se nossa pesquisa procurou captar os elementos que conformaram a condição proletária em São Paulo, ela se deteve particularmente no estudo dos movimentos sociais que reelaboraram essa experiência”

⁵⁸ Ibid., p. 51.

⁵⁹ Assim como se depreende de diversos comentários às suas manifestações “(...) talvez seja o caso de admitir a existência de uma estratégia subjacente a esses movimentos que apontam, precisamente, na direção da constituição de um *novo sujeito coletivo*. **É a luta pela cidadania que dá conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política**” (José A. Moisés sobre as lutas dos metalúrgicos de São Bernardo, in: MOISÉS, J. A.. “Qual é a estratégia do novo sindicalismo?”. In: *Alternativas populares da democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.); “Teve início assim o lento processo de agregação popular (...) constituiu aquelas pessoas como um *sujeito popular*, com uma identidade própria, progressivamente conquistada, com a consciência de ter uma história semelhante, problemas e esperanças comuns, os mesmos valores,

Nota-se que o referido projeto não consistia, na verdade, em demandas objetivamente formuladas direcionando seus interesses. O que continham de projeto era, na verdade, o resultado das experiências comuns compartilhadas em um novo espaço público constituído por eles mesmos, donde seus atores iam se modificando, subjetivando-se, concretizando seus desejos, reconhecendo suas necessidades comuns, talvez, até mesmo, uma história semelhante; ou seja, no decorrer da própria convivência foram traçando e substancializando uma identidade e uma proposta, contornos e conteúdos, portanto, da consciência de uma cidadania a ser requerida adiante politicamente. E daí decorre o seu grau de autonomia, a grande novidade reconhecida neste momento. Já considerei que mais do que se opor aos padrões de condutas vigentes, os novos movimentos sociais, em decorrência das matrizes das quais se originaram e da inovação com que constituíram outros espaços de sociabilidade, foram capazes de formular padrões de ações sem precisarem ser, necessariamente, tributários, quer como antagonistas, quer como efeitos, ao modelo anterior, autodeterminando assim os termos pelos quais se representaram ou como afirma Sader: “(...) um traço comum é o fato de a noção de 'sujeito' vir associada a um projeto, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas. E outro traço comum, vinculado a este é a conotação com a ideia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias

e também um destino comum” (J. C. Petrini, ao descrever o desenvolvimento de uma comunidade de base, in: PETRINI, J. C.. *CEBs: um novo sujeito popular*, São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 89.); “(...) a massa, mediante as associações se transforma num povo, novo *sujeito histórico emergente*, que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elabora uma consciência de sua situação de marginalização, constrói um projeto de seu futuro e inaugura práticas de mobilização para mudar a realidade circundante (...)” (Leonardo Boff, também caracterizando o processo de constituição das CEBs, In: BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 58-59.); “A articulação destes novos espaços públicos, a troca de experiências e a criação de novos valores entre os trabalhadores através destes processos de mobilização colocam como possibilidade histórica a **expressão independente e autônoma** dos trabalhadores e sua constituição enquanto *sujeito político*” (S. Caccia Bava, referindo-se às práticas dos trabalhadores, in: CACCIA BAVA, S.. *Práticas cotidianas e movimentos sociais*. Dissertação de mestrado, USP, 1983, p. 15); “(...) voltado para a reconstrução das lutas operárias na região do ABC, com o objetivo de colaborar na construção de um novo sujeito político histórico” . (Heloisa Martins refere-se ao programa de trabalho do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, in: MARTINS, H.. *Igreja e movimento operário no ABC – 1954-1975*. Tese de doutoramento, USP, 1987, p. 15.); “(...) o que pode ser de relevância prática para os movimentos sociais atuais são os primeiros e tímidos passos no sentido de tornarem-se sujeitos de sua própria história” (Tilman Evers, discutindo o significado dos novos movimentos sociais, in: EVERS, T.. “Identidade: a face oculta dos movimentos sociais”. In: *Novos Estudos*, Cebrap, abril 1984, p. 18.)

experiências”⁶⁰.

Ora, mas, novamente, essa mesma ideia de autonomia confere algumas problematizações à definição de um sujeito determinado, uma vez que a pluralidade de agrupamentos que se colocaram em movimento, indicando como desnecessária a constituição de um 'centro estruturante', vai de encontro à ideia tradicional de um sujeito capaz de ordenar a diversidade e atribuir racionalidade aos dados. No mesmo passo, a extrema mutabilidade dos movimentos, no sentido de que seus componentes se manifestaram em várias frentes e formas (desde associações de bairros a sindicatos), conspira contra a sedimentação de identidades coletivas. Reconhecida essa questão, Eder a considera sob a ótica de alguns autores em particular, opositores das “conotações racionalistas” impressas na noção de sujeito pelo pensamento moderno tradicional, tais quais os filósofos políticos Felix Guattari e Antonio Negri que elaboram o termo, sintetizado por ele da seguinte maneira:

“agenciamento coletivo de enunciação” - porque se refere mais diretamente a expressão subjetiva aos processos singulares de constituição coletiva -, relaciona as novas formas de produção de subjetividade com as mudanças ocorridas nos modos de produção. Simplificando muito: à medida que as modalidades da produção capitalística invadem todos os poros da sociedade, provocam também uma inédita politização no social e, com isso, um descentramento do político⁶¹.

Ou seja, a formulação final, sujeitos históricos, seria a expressividade particular e mesma de um processo de constituição do coletivo, cujo agenciamento está vinculado às condições dos modos de produção social. Situando-a em nosso sistema, o capitalista, e nas constantes transformações pelo qual tem envolvido toda a sociedade, há de se levar em conta tal relação e, sobretudo, o seu impacto sobre a relação entre o social e o político. O que no caso do Brasil da transição mostra-se de modo muito peculiar. O “descentramento do político” considerado pode ser atribuído sem dúvida às transformações que se operaram no seio da sociedade brasileira e de seu modo de produção: a crescente industrialização da década de 60 em diante, o grande fluxo migratório do campo para a cidade e, ademais, remetendo-nos às palavras de Weffort acerca da centralização do poder por conta de um Estado autoritário e o conseqüente refluxo da mobilização para os âmbitos da sociedade civil.

⁶⁰ SADER, Eder. Op. Cit., p. 52.

⁶¹ Ibid., p. 53.

Consequentemente, a constatação do descentramento (e o sujeito pensado enquanto relações de agenciamentos que se operam no bojo das transformações sociais) vem oferecer uma resposta a este primeiro falso problema que a relação entre a autonomia e a necessidade da constituição de um 'centro estruturante' parecem, a uma primeira vista, opor. Nessa perspectiva, não há *um* polo central de onde emerge a racionalidade capaz de ordenar as ações, porém, elas podem se autogestar a partir de múltiplos espaços de ações e, uma vez colocadas em encontro, são capazes de formular uma enunciação que pode indicar tanto uma performance discursiva como uma práxis particular àquele grupo. Esta grande circulação dos atores envolvidos nos movimentos que permitia a atuação de seus componentes em múltiplas “frentes” (talvez permitida pelo alargamento das esferas sociais) aparece, novamente, como um falso problema posto pela autonomia ao se pensar o sujeito coletivo a partir de um ente transcendente à sua própria constituição que, por isso, poderia, em tese, ordenar o corpo social. Tal caráter de mutabilidade permitida pela autonomia oporia uma difícil sedimentação das identidades coletivas. Sader desfaz este entendimento ao considerar que essa mutabilidade diz respeito ao aspecto variado da vida social: o agente social não possui mais unidade e homogeneidade, sendo dependente das várias “posições de sujeito”, mediante as quais ele é constituído em diversas instâncias.

Isto posto, tanto maior será a mutabilidade quanto é a complexidade dos espaços de sociabilidade nos quais ele pode agir, em sequência podemos entender que a “proliferação destas novas formas de luta resulta de uma crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partimos da noção de sujeito como um agente descentralizado, destotalizado”⁶². E quando se toma nessas diversas dimensões a relação entre sujeito e autonomia é possível reconsiderar o paralelo antes analisado entre agentes x estruturas. Além de produto das condições objetivas, os agenciamentos diversos que acontecem nas esferas sociais e os processos constituintes delas decorrentes acabam por produzir o que previamente chamou de “elaboração cultural das necessidades”. A autonomia aparece, pois, como essa capacidade de localizar os seus posicionamentos dentro da estrutura, detectar as

⁶² Ibid., p. 54.

condicionantes as quais estão à mercê (as carências e limitações impostas) e, finalmente, a partir deles, conceber novas estratégias de ação a fim de transformar sua condição.

Há, pois, uma inerência recíproca de sujeito e objeto na própria constituição do sujeito. [visto como uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém, essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias⁶³.] Nessa concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado⁶⁴.

O autor em comento poderia ter explorado de muitas maneiras essa capacidade do “imaginário” dos sujeitos históricos coletivos, porém, elege como parâmetro da pesquisa os discursos elaborados. E, talvez, caiba traçar essa referência, por fim, com vistas a esclarecer o que por ora possa ter sido explicado de um modo um tanto quanto teórico. Por exemplo, Eder examina no decorrer de sua pesquisa grupos de trabalhadores residentes em determinada periferia de São Paulo. Desde essa condição, é possível logicamente conceber a existência “virtual” de uma série de demandas ainda mudas, um conjunto de anseios, necessidades, medos, motivações suscitados pela trama das relações sociais nas quais se constituem, o que inclui bens materiais precisos à sua reprodução e símbolos através dos quais se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade. Em um estado anterior lógico apenas, ainda sem exterioridade aparente; contudo, é através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas:

É através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza, numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos e vestidos, de feijão com arroz ou carne-de-sol, de escola para os filhos ou de televisão. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política⁶⁵.

⁶³ Ibid., p. 55.

⁶⁴ Ibid., p. 57.

⁶⁵ Ibid., p. 58.

Assim, as experiências comuns fornecem uma série de elementos, às vezes discursivos ou não, mas por todos distribuídos e partilhados, que compõem o imaginário de uma sociedade e mediante o qual seus membros experimentam suas condições de existência. Mas é recorrendo à linguagem, enquanto meio expressivo e estrutura dada, que esses mesmos membros vão, primeiro, inscrever-se na tradição de toda sua cultura e, em seguida, sobre as experiências vividas, operar coletivamente um novo arranjo das significações instituídas, suscitando novos significados. Ao lançarem-se, portanto, e interpelarem o público, os sujeitos o fazem calcados em um sistema de referências compartilhado pelo que fala e por seus ouvintes. Mas em que momento constituem-se como novos então? A partir do desenrolar da prática instituinte daqueles anos, Sader foi tanto impactado como enxergou a novidade em suas capacidades de emergirem a partir de uma “matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade”⁶⁶.

Os novos personagens, ao entrarem em cena, portanto, expõem concomitantemente as fraturas e os conflitos sobre os quais as sociedades se fundam. Ao reelaborarem tal imaginário por dentro mesmo das estruturas dominantes, puderam desnudar as lacunas dos modelos ideológicos construídos previamente e disponibilizar caminhos alternativos para um projeto de democratização que pudesse incluir em seus termos as condições materiais de existência desses setores sociais. O modo como os movimentos populares da grande São Paulo tornaram isso possível é objeto de uma minuciosa análise feita na obra ora analisada. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, não seria possível esmiuçá-la. No entanto, proponho indicar brevemente abaixo o percurso analítico que empreendeu e aquilo que identificou como original, em um esforço para que o presente exame, como era a proposta do autor, não esteja divorciado da prática.

⁶⁶ Ibid., p. 60.

1.2.1.3

As condições socioeconômicas e culturais de emergência dos novos atores.

Inicialmente, no capítulo II de seu livro, Eder Sader aponta os principais elementos da condição proletária em São Paulo experimentada na época, o que envolveu um amplo estudo da vida desta enorme metrópole e, principalmente, alguns fatores mais pungentes daquele contexto como: a socialização dos migrantes, a luta por moradia e a modificação de seus espaços públicos. Alguns componentes são essenciais, ainda, na leitura do cotidiano das pessoas envolvidas: a “voragem do progresso”, o padrão da vida urbana marcada por um crescimento vertiginoso, cujo ritmo não significou um aumento equivalente da qualidade de vida dos cidadãos, senão a sua remoção para outras áreas estendendo-se ainda mais os limites da periferia e da desigualdade de fato entre os poucos privilegiados, gozadores do direito à cidade, e o resto⁶⁷.

Um segundo componente essencial de sua análise é “a ordenação pelo trabalho”. Antes da situação fabril, Sader considera a ainda mais agonizante situação do desemprego, agravada pela enorme concorrência do mercado e dos alvedrios dos empregadores ao se aproveitarem disso, impondo um rigor extremo na seleção à banalidade das tarefas atribuídas aos novos recrutados, deduzindo-se daí, um mecanismo da segmentação do mercado de trabalho, tema este amplamente explorado pelos economistas. Contudo, “do ponto de vista do operário em busca de emprego, o processo aparece em primeiro lugar como manifestação impactante do poder da empresa. A seleção aparece, de início, como

⁶⁷ Ibid., p. 69. “As décadas de 60 e 70 foram de intensa e contínua remodelação urbana: quarteirões derrubados, avenidas rasgadas, erguidos viadutos, bairros refeitos. A expansão metropolitana, criando grandes distâncias, só se tornava possível se estas fossem vencidas por um sistema de locomoção mais ágil. E se tal expansão se tornou possível com o aumento dos veículos motorizados na cidade, esse aumento, por sua vez, exigiu uma enorme ampliação das vias de trânsito que permitissem seu fluxo. O enfrentamento das longas distâncias e de longos períodos nos trajetos diários entre a casa e o trabalho incorporou-se à experiência da vida urbana para os trabalhadores. E estas maiores exigências de vias de transporte constituem um fator a mais no sentido de transformação urbana. Nesse contexto, a vida da maioria das famílias trabalhadoras foi marcada por constantes mudanças. Ao observarmos os mapas e tabelas da distribuição da população pelo espaço metropolitano, encontramos um registro do modo como seus diferentes setores viveram o ‘progresso da cidade que mais cresce no mundo’. Na rápida expansão das periferias da Grande São Paulo encontramos sobretudo aqueles mais recentemente chegados à metrópole, os de rendimentos mais baixos, os mais jovens. Da luta pelo sucesso na cidade grande uma das formas através das quais seus resultados se fazem mostrar mais flagrantemente é no lugar de moradia, assinalando os que progrediram e os que perderam na voragem do progresso”.

modo de a empresa ditar suas regras, aprovando os candidatos que aceitam sua lei. (...) E a admissão é também um ensaio de recrutamento ideológico, em que o iniciado aprende o orgulho de pertencer àquela família”⁶⁸.

O recrutamento ideológico, a fim de evitar qualquer rebeldia interna, aliou-se, ainda, a complexos mecanismos de colaboração entre os sistemas repressivos montados pelas próprias empresas no seu interior e a repressão policial-militar”⁶⁹. Além dos trabalhadores fabris, o autor inclui em sua análise os membros do setor da construção civil e o mecanismo pelo qual incorporou uma quantidade expressiva de trabalhadores sem necessidade de especialização, mal remunerados, com vínculo empregatício precário e sujeitos a alta rotatividade. Ainda, situa em seu exame as características componentes do setor informal que, já em 1980, representava cerca de 11% da população economicamente ativa da Grande São Paulo, cuja renda média mensal encontrava-se abaixo do salário mínimo. Eram os núcleos familiares que permitiam, na realidade, a subsistência desses indivíduos, os quais viviam mais fortemente a situação de insegurança e desamparo. Ademais, expede considerações acerca da instável situação dos autônomos e, especialmente, da categoria dos bancários, fortemente impactados pela nova informatização do setor que acabou por provocar a precarização de seus empregados e destaca, ainda, a deterioração econômica de setores antes tradicionais, como dos professores e médicos, provocando um enorme desinteresse por tais profissões e, conjuntamente, a precarização das condições de trabalho, cujos efeitos, pelos poucos investimentos atribuídos à educação e à saúde públicas ao longo de todo o regime, persistem até hoje e forçaram a passagem de tais categorias para o setor privado. Sader resalta um indicador dessas mudanças de comportamento que pode ser visto na aproximação dos trabalhadores não manuais de manuais, dado pela crescente adesão daqueles à forma de associação sindical. No setor de “profissionais liberais”, por exemplo, o número de empregados sindicalizados

⁶⁸ Ibid., p. 73.

⁶⁹ De acordo com o que pontua: “o despotismo inerente à organização capitalista do processo de trabalho exacerbado pelo desconhecimento de qualquer interlocutor coletivo e pelo controle sistemático no sentido de tentar eliminar toda discussão e eventual contestação. Contando com a plena colaboração da repressão estatal, os sistemas de controle da mão-de-obra manejados pelos empresários visavam pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veleidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais. Adentrar o espaço da fábrica era ingressar num lugar de ordem e disciplina definidos ‘de cima’, por autoridades desconhecidas, mas cujos olhos e braços se faziam sempre presentes”. Ibid., p. 74.

aumentou em 363% entre 1960 e 1978. Outra característica marcante para a compreensão dos significados presentes na experiência do trabalho nesse período foi a crescente participação de mulheres na população economicamente ativa da Grande São Paulo que passou de 25,4% em 1950 para 32,8% em 1980.

Assim, resumindo, a experiência no trabalho – importante não só porque condiciona fortemente o conjunto das condições de vida na medida em que determina os rendimentos, mas ainda porque constitui em geral a principal inserção do indivíduo na rede social, sendo por isso o principal lugar de definição de suas identidades – foi a experiência de uma exploração extremamente diferenciada. Sufocadas as possibilidades de pressões político-sociais, as condições de trabalho foram em geral definidas em função das condições de mercado. Num mercado altamente competitivo, o padrão de comportamento estimulado e predominante foi o da corrida individualista às posições superiores. (...) O padrão individualista de ‘vencer na vida’ está estampado no orgulho profissional (...). que expressa sobretudo a experiência da importância de seu trabalho para o processo de produção. (...) Frente a empresas que procuraram quase sempre impor as normas rígidas e os salários mais baixos, esses operários qualificados apreenderam a força da pressão coletiva e mobilizaram as solidariedades forjadas a partir das relações pessoais. A experiência do trabalho foi assim a experiência de rígidas disciplinas e de ordenações despóticas contra as quais os trabalhadores se moveram⁷⁰.

A “trajetória dos migrantes na cidade” também é refeita em seu livro e destaca-se pelo modo mais dinâmico com que examina o desenraizamento dos migrantes chegados à Grande São Paulo naquelas décadas. O autor argumenta que os padrões de adaptação constituídos são também fatores de mudança na vida social da metrópole. As formas culturais mobilizadas pelos migrantes para “vencer na vida” e não serem tragados na “selva do asfalto” estiveram presentes tanto nas novas paisagens urbanas das periferias quanto nas organizações populares constituídas nos anos 70. Tem lugar de destaque, igualmente, os “projetos familiares: o sonho da casa própria” valores e expectativas de ascensão a uma classe média através do consumo⁷¹.

Outro tópico de sua análise é “o espaço público e os pedaços da cidade”,

⁷⁰ Ibid., p. 87.

⁷¹ Ressalta contradições dessa ascensão que não se afastam das considerações atuais, assinalo mais uma vez seu comentário: “As famílias operárias procuraram assimilar (como resultados variados) os padrões de consumo difundidos pela indústria cultural e que os aparentaria à ‘classe média’. Isso significou uma *absorção* dos padrões dominantes. Mas significou também uma *reivindicação* de participação no consumo dos bens produzidos com a industrialização. Em segundo lugar, e creio que isso é o mais importante, na aquisição desses bens se expressou a *importância atribuída pelas famílias operárias à própria casa*. A casa bem equipada, (...) com os sinais visíveis dos resultados dos esforços coletivos, com os enfeites que manifestem o gosto de seus moradores, constitui o lugar primeiro onde os trabalhadores se reconhecem entre os seus, no seu mundo, livre das impertinências dos chefes, da indiferença dos guichês, da violência das ruas”, in: Ibid., p. 110.

no qual ele diz ser possível assistir tanto ao fechamento dos espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizavam experiências sem incidência direta na institucionalidade política. Vimos que a política assumiu a forma de uma racionalidade tecnocrática que pretendia falar pelos interesses nacionais, isenta de paixões e interesses, acima de partidarismos e fruto da competência dos que a exerceram, o público se dissolveu com a alienação dos indivíduos na esfera privada. Espaços públicos sofreram restrições através de um processo que Guattari chama de “alisamento das paisagens”⁷². O que significa dizer que ocorreu a destruição física de lugares culturalmente significativos como resultado do ritmo avassalador da remodelação urbana, dissolvendo espaços de convivência formados pelos encontros cotidianos na cidade ou formados pelos despejos. As grandes distâncias e o pouco tempo disponível, os maiores ritmos de trabalho e o cansaço acrescido, fatores antes vistos que contaram para uma nítida diminuição das formas de lazer público. No entanto, Eder ressalta que em cada lugar novas referências são teimosamente recriadas. Se não havia mais os espaços da praça, do pequeno cinema local, do tradicional clube dos domingos, os cidadãos recompunham suas convivências naqueles locais que lhes sobraram. Assim, as padarias do bairro, por exemplo, iam adquirindo sinucas, em torno das quais era possível discutir sobre o futebol da TV, ao lado sentar, compartilhar uma garrafa de cerveja, trocar confissões sobre as dificuldades do expediente e planejar possíveis roteiros de lazer para o final de semana. Pequenas resistências cotidianas a um dia-a-dia cada vez mais marcado pelo alijamento das experiências comuns.

A paisagem alisada sofre um ‘reestriamento’ nesses pedaços por onde fluem novos significados coletivos que expressam as interpretações formuladas sobre as condições de vida na metrópole. A retórica dominante – que condenava a política como manifestação de interesses escusos (a ser substituída pela gestão racional e patriótica) – é absorvida mas reinterpretada na semântica dos dominados, que suspeitam de todos os políticos e voltam-se para os seus interesses. É desse solo que brotaram os movimentos sociais a partir da metade da década de 70⁷³.

A apurada análise sociológica que Eder Sader desenvolve, utilizando-se de estatísticas, dados oficiais e depoimentos colhidos entre aqueles sujeitos às transformações urbanas pelas quais a Grande São Paulo passou ao longo da

⁷² In: “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”. *Espaços e Debates*, nº 16, 1985 *apud* *Ibid.*, p. 118.

⁷³ *Ibid.*, p. 121.

década estudada, oferece um quadro geral completo no qual é possível identificar de modo mais dinâmico a relação entre dominantes e dominados e as condições materiais intermediárias. Com riqueza de detalhes, o autor traça os estriamentos causados pela “voragem do progresso” e seu impacto na remodelação incessante da paisagem urbana, cujo tempo passou a ser marcado pelo ritmo acelerado dos automóveis e dos longos trajetos lentamente percorridos pelo transporte público e o espaço demarcado pelo redimensionamento urbano causado pela abertura de novas vias expressas e menos lugares de convivência, como praças, campos, centros culturais, etc.

Em seu texto, os elementos estruturantes da vida urbana combinam-se aos novos padrões de comportamento social, colocados pela expectativa da casa própria como sonho e/ou realidade, o acesso a novos bens de consumo e a linguagem privatizada da televisão, entre outros, os quais contribuem para o arrefecimento dos vínculos e práticas comunitárias tradicionais. Esses mesmos padrões que recepcionaram as levas de migrantes, causando tanto a sua aculturação como sendo modificados pelas tradições que traziam na bagagem. Ainda, não menos importante, Eder destaca a mobilização das relações informais para enfrentar os desafios da “selva urbana”, enquanto aqueles que dispunham de uma carteira de trabalho enfrentavam a situação do desemprego ou do despotismo fabril, em meio às diferenças de exploração entre profissionais e peões, jovens e velhos, homens e mulheres, carregadas de significados culturais instituídos, ou seja, corpo e alma que compõem a cartografia das experiências urbanas.

A dinâmica com a qual o cenário é reconstruído, no movimento mesmo de seu processo constituinte, abre espaço para a apreensão das atividades dos indivíduos neles inseridos. Este alargamento de perspectiva em relação aos modos de ser, fazer e viver dos sujeitos permite deslocar o conformismo que era atribuído à sua relação com as esferas institucionais para o reconhecimento de uma resistência inscrita nas ações cotidianas em relação, agora, às condições das experiências, mesmo as rotineiras, mas cujo interior carregava uma resposta criativa e prática à realidade vivida e, sobretudo, conforme seus interesses e necessidades mais próximos. A conjuntura sociopolítica apresentada, de um lado, expõe a nítida desimportância concedida e as possibilidades que poderiam ser retiradas dos espaços tradicionais institucionais, de outro, conduz-nos a entender o

porquê de ter ocorrido tanto uma maior autonomização do social quanto uma recomposição de forças em torno das principais questões em comum as quais os sujeitos eram submetidos (próximas e locais), sinônimo, por conseguinte, da valorização do seu cotidiano, enquanto temática e espaço adequado para elaborar as demandas necessárias.

Enxergo que no mesmo passo em que houve uma intensificação das dificuldades encontradas em seus dia-a-dias pelas transformações sociais, políticas e econômicas, a maneira de encará-las e superá-las ocasionou dois efeitos: o primeiro, involuntário, revelou o antagonismo existente nas formações da organização social. A ascensão de um grupo desviante ao modelo instituído coloca luz sobre as fraturas e lacunas com as quais o pensamento dominante é incapaz de lidar e, por isso, tenta a todo o tempo encobri-lo, ora com mecanismos ideológicos, ora com a violência institucionalizada; o segundo se deve ao fato de terem se visto obrigados a elaborar seus desejos e alternativas de ações a partir de categorias novas, uma vez que o indizível não pode ser dito por meio daquilo que ainda não o compreende, tampouco pelas lacunas deixadas pelo pensamento hegemônico. Todavia, a oportunidade aberta para se repensar as categorias de representação da realidade não sobreveio de uma espécie de geração espontânea, mas deitaram raízes em modelos instituídos com os quais sofreram trocas dialéticas e disto resultaram modalizações muito particulares de ambas as experiências. Desta maneira, Eder Sader esclarece tal encontro:

No calor dos acontecimentos decisivos, que abriram espaços de visibilidade por onde os agentes identificaram suas realidades, emergiram novos significados. Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre realidade e a representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão uma das outras. Ao usar as palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam⁷⁴.

No capítulo II da obra em análise, há pouco tratado, o autor procura referir, por meio dos depoimentos dos cidadãos metropolitanos, os significados elaborados pelos atores às diversas condições de suas vidas. No capítulo posterior,

⁷⁴ Ibid., p. 142.

a atenção se volta para a reelaboração dessas experiências. A fim de analisar suas semânticas, ele identifica “três agências ou centros de elaboração discursiva” que visaram ao cotidiano popular e o reelaboraram da ótica de uma luta contra a condição dada. Três instâncias sociais portaram-se como palco do escoamento causado pelas condicionantes abordadas, bem como foram atraídas pelo cotidiano do universo popular, cuja disposição oferecia a chance de elas reatarem seus laços com a base da sociedade⁷⁵. O autor aborda três instituições em crise que abriram espaços para novas elaborações e por terem, cada uma, experimentado a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos. Essas agências buscaram novas vias para reatar suas relações. “Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de 'novas formas de integração com os trabalhadores'. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um 'novo sindicalismo’”⁷⁶. Obviamente, a incidência social e a consistência argumentativa destas esferas são muito diferentes entre si, contudo, as três contribuíram diretamente para a mobilização popular que se testemunhou na década de 70. Assim, embora não se assemelhem em suas “linhagens”, identificam-se no papel que desempenharam enquanto *lugar* (tanto a natureza interna quanto a forma particular de estabelecer relações com o meio) e *molde* (enunciados, atos de linguagem)⁷⁷. Os movimentos sociais constituíram-se recorrendo a tais matrizes, que foram adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes que se mostraram no final dessa época. E eles terão também modificado as próprias matrizes que os alimentaram. À vista dos limites impostos pelos objetivos da dissertação, apontarei abaixo as principais características destas trocas que serão

⁷⁵ Do potencial deste encontro, Eder afirma: “eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre e com o meio e, assim, abordam diversamente a realidade. A potencialidade das novas matrizes está, portanto, tão ligada à consistência interna das suas categorias e modalidades de abordagem do vivido quanto à sua abertura, às fissuras que deixa para poder incorporar o novo, aquilo que ainda era indizível e para o que não poderia necessariamente haver categorias feitas”. Ibid., p. 143.

⁷⁶ Ibid., p. 144.

⁷⁷ A metodologia utilizada por Eder Sader na identificação dos meios de reelaboração das experiências e o papel de atribuição de significados nesse processo foi feita através da busca, em cada caso: como é nomeado o vivido; que valores são invocados, como são nomeados os atores a que se faz referência e que predicados lhes são atribuídos; que objetivos são visados e que conclamações são feitas.

importantes na compreensão da natureza dos movimentos populares e, sobretudo, para a compreensão da inovação destes múltiplos tempos e experiências em movimento que abriram caminho para importantes desvios teóricos nas possibilidades de se conceber a construção democrática brasileira.

1.2.1.4

As matrizes práticas e discursivas que possibilitaram a emergência dos movimentos populares.

Pois bem, a primeira delas proveniente da Igreja Católica, e bem localizada nas comunidades de base donde emergiu a teologia da libertação, tinha raízes fundadas na cultura popular e apoiou-se numa organização bem implantada, beneficiando-se do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular. A II Conferência dos Bispos da América Latina, realizada em 1968, é importante para entender as bases teóricas sobre as quais apareceram a teologia da libertação, o trabalho das comunidades eclesiais de base e o reposicionamento antes destacado da CNBB em prol da abertura, uma vez que nesta conferência foram denunciadas a violência institucionalizada no continente e anunciado o necessário compromisso de “unir-se aos pobres”⁷⁸, inserindo a Igreja na luta contra as causas sociais da miséria. A partir deste momento, radicalizou-se o processo de abertura da instituição aos setores populares, em termos de discurso e de estrutura. Um “contraposto à “morte” referida ao egoísmo e ao comodismo, aparece a “vida” da ação comunitária, visando uma libertação”⁷⁹. Nesse sentido, as primeiras iniciativas se deram na área da “educação popular”; em 1971, equipes foram constituídas na periferia sul de São Paulo para promover alfabetização segundo o método Paulo Freire, proibido pelo regime militar. Vale destacar, ainda nesse ano, a criação do Centro Pastoral Vergueiro, pelo padre Giorgio Calegari, que havia sido preso junto a militantes de esquerda, com a finalidade de resgatar a memória de lutas e iniciativas populares, organizando-se aí um arquivo para subsidiar os movimentos que surgissem.

Daí mesmo constitui-se um núcleo de educação popular reunindo padres, seminaristas, estudantes, militantes de esquerda que buscavam incorporar o “povo” numa resistência ao regime (expressando, portanto, uma busca de

⁷⁸ MONDIM, B.. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

⁷⁹ SADER, Eder. Op. Cit., p. 147.

alternativa à prática então dominante do confronto aberto) (...) Para os educadores a alfabetização era um meio para a formação de consciências críticas no interior de coletividades auto-organizadas⁸⁰.

Ao longo dos anos posteriores, tais iniciativas foram se irradiando pelas regiões de São Paulo, grupos de jovens, grupos de educação popular, clubes de mães, grupos de casais começaram a aparecer por toda parte. Combina-se a isso o retorno de dom Paulo Evaristo Arns de Roma para ser sagrado cardeal do estado e o lançamento de sua “Operação Periferia” que possibilitou o engajamento de centros comunitários de bairros em 17 comunidades da periferia. A incidência das comunidades eclesiais de base não se restringiu a Grande São Paulo, mas multiplicaram-se, principalmente na zona rural; em 1981 calculava-se em 80 mil para todo o país. Segundo o autor estudado entre os motivos de seu êxito: “podemos pensar no caráter flexível de sua forma organizativa, na revivescência de relações primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros, no acolhimento das formas da religiosidade popular”⁸¹. Quanto aos discursos circulados, Sader identifica como tema central a *libertação*, a qual se opôs a *opressão*, e que articulava uma série de valores positivos e negativos correspondentes, como a solidariedade x egoísmo, a justiça x miséria, o serviço comunitário x fechamento individualista, a capacidade crítica x alienação, a luta x conformismo, a identidade comunitária x dispersão indiferenciada. Ademais, o autor considera que esta noção de libertação deve ser refletida para além das concepções teológicas e transcendentais, porém, vistas pelo que há de contato com a realidade premente, e assim compara:

A noção de *libertação*, tal como aparece nas falas pastorais, pode ser talvez mais bem compreendida se a compararmos com a noção de *revolução* dos discursos socialistas e comunistas. Referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunde a vida social a partir dos ideais de justiça movidos pelo povo em ação. No que carregam de projeção de um recomeço radical, em que o 'mundo é posto de ponta-cabeça', uma e outra têm características míticas. (...) Por isso mesmo suas manifestações na experiência cotidiana não são tanto grandes processos coletivos quanto o 'despertar das consciências' e o desencadear de práticas através das quais cada pequena coletividade se sinta 'sujeito de sua própria história'. Não tendo por objetivo central a instauração de uma nova estrutura, mas, antes do que isso, a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas⁸².

⁸⁰ Ibid., p. 148.

⁸¹ Ibid., p. 156.

⁸² Ibid., p. 165.

Ademais, a historiadora Márcia Berbel salienta que a ausência de canais para a expressão política (com o fim dos partidos, o controle dos sindicatos, a censura aos meios de comunicação) fazia com que muitos trabalhadores procurassem e encontrassem formas de organização e discussão através da Igreja⁸³. O curioso deste afluxo dos trabalhadores para tais comunidades de base é perceber que ele promovia, no mesmo âmbito, tanto a recusa ao Estado autoritário, como o distanciamento autônomo em relação aos partidos tradicionais e possibilitou a criação de novas práticas políticas muito em tributo à própria teologia cristã, calcada sobre a solidariedade. Ou seja, acabaram produzindo um modo novo de pensar sobre a forma de fazer política.

As práticas políticas inovadoras propiciadas pelos espaços das CEBs e aproveitadas pela articulação dos trabalhadores ressonaram na autocrítica formulada pelo o que restou das esquerdas combativas provenientes da luta armada. Fazem parte destes diversos reposicionamentos políticos que se voltaram ao que estava acontecendo nas “bases” da sociedade alguns grupos da resistência dos dez anos passados. A segunda matriz examinada, a marxista enfrentava uma profunda crise e, ainda, os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora, “os grupos de militantes desgarrados, dispersados com a desarticulação das organizações de esquerda, iam buscar novas formas de ‘ligação com o povo’”⁸⁴. Por outro lado, em seu benefício, ela trouxe um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito do tema da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. As primeiras iniciativas assemelharam-se às da Igreja Católica, os militantes voltaram-se aos cursos voluntários de alfabetização e

⁸³ “A salvo das possibilidades de intervenção da ditadura militar, ela praticamente se manteve como única forma de organização possível para as discussões de problemas de ordem política. Frei Betto apresenta a questão da seguinte forma: ‘as comunidades eclesiais de base, que haviam se iniciado em 1960, a partir de 64 passam a ter um novo caráter: em primeiro lugar, deixam de ser mera extensão do trabalho clerical, passando a ter um caráter mais laico; em segundo lugar, transformam-se praticamente na única forma de reorganização do movimento popular (...). E, realmente, nessa coisa que a repressão tratava com indiferença, muita gente de esquerda foi se hibernar. Sobretudo setores populares, que tinham um pequeno nível de consciência e politização, encontraram nas CEBs um lugar de rearticulação. Em 1970, essa esfera pastoral já havia transformado na grande sementeira dos movimentos populares (...). A partir daí criaram-se clubes de mães, associações de moradores, movimentos de custo de vida, grupos de teatro, grupos de jovens, de negros, etc..’. Este processo formou lideranças do movimento sindical, popular e partidário da década de 70 e foi responsável pela formação política de um grande contingente de trabalhadores.” BERBEL, Márcia. Op. Cit., p. 40

⁸⁴ SADER, Eder. Op. Cit., p. 167.

educação popular seguindo a metodologia de Paulo Freire. Nestes espaços a demanda era grande e a atividade apareceria legal e aos olhos do regime. De acordo com Sader, os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Freire – “torceram o nariz para o seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular. (...)” abria-se com esse método um lugar para a “elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social dos educando. Afinal, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci”⁸⁵.

Muito embora a “educação popular” não tenha sido em todas as partes a forma dominante da “nova relação” da esquerda com o seu público, Sader acredita que ela ofereceu o *paradigma*. Isso pode ser visto no processo de gênese do seu “retorno” e as novas práticas instituídas, nos temas e nos rumos das “autocríticas” elaboradas pelos grupos militantes da luta armada e, afinal, nos lugares e conteúdos das falas marxistas que contribuíram para a elaboração das experiências populares nos movimentos sociais nos anos 70. A derrota estampada pela resistência não proveio apenas dos golpes desfechados pela repressão, mas um outro fator de crise – o qual tocava na sua própria identidade e revelava-se em seu isolamento –, originou-se no fato de que a derrocada militarista se produziu em disputas nos quais os supostos sujeitos revolucionários (as massas) não tiveram participação⁸⁶.

A partir de 1972 a autocrítica formulada após as sucessivas derrotas teve como tema central justamente a “ligação das vanguardas revolucionárias com as massas trabalhadoras”. Deste modo, repositonavam sua estratégia na direção de uma reaproximação com os trabalhadores de maneira a “organizar a resistência dos trabalhadores transformando suas débeis manifestações de luta em uma resistência ativa, unificada e direcionada”. Assim, o MR-8 conduziu-se ao campo de luta que caracterizou como as “tendências proletárias” e passou a atuar junto a grupos operários independentes, oposições sindicais, estudantes e, em menor

⁸⁵ Ibid., p. 168.

⁸⁶ “Pensadas como prelúdios de uma guerra revolucionária iminente, aquelas ‘ações de vanguarda’ teriam sentido em função dos espaços que abririam para a posterior intervenção das ‘massas populares’. Não tenho ocorrido essa passagem, ela se encerraram numa história em que os protagonistas se limitaram às forças da repressão, de um lado, e aos grupos revolucionários, de outro”. Ibid., p. 170.

escala, às organizações populares dos bairros. No mesmo campo de ação eram citadas as práticas da Ação Popular (AP) e da Política Operária (Polop)⁸⁷. A primeira ação de reorientação quando os militantes começaram a sair das prisões foi também em direção ao movimento operário. Tal inserção não foi feita pela transformação dos ativistas em trabalhadores fabris como antes, mas através da ligação aos sindicatos, por meio de cursos ou editando jornais. Esta última forma levou à formação do ABCD Jornal, que valeu aos militantes da Ala Vermelha o acesso à diretoria do sindicato de São Bernardo do Campo. De acordo com Sader, nos rumos tomados por esses movimentos é possível reconhecer uma espécie de culto às virtudes da “paciência pedagógica”: “Ou seja, sem cancelarem as estratégias revolucionárias elaboradas nos pequenos círculos conspirativos, esses grupos procuraram enraizá-las nas massas, vinculando-se às ações coletivas de resistência, por diminutas que fossem”⁸⁸. O que fazia com que os grandes projetos revolucionários fossem “deixados de lado” por um momento e as atenções recaíssem sobre as questões mais imediatas, como a luta contra o arrocho salarial, o índice de reajuste salarial a ser defendido, a pressão a ser feita na distensão proposta pela ditadura, etc..

Este acompanhamento das pequenas atividades de reaglutinação dos trabalhadores colocou os militantes em uma peculiar situação. Isso porque, os problemas imediatos e mais urgentes impostos pelos primeiros não deixavam muito espaço, em um momento inicial, para as tradicionais polêmicas que polarizavam os debates ideológicos (por exemplo, as cisões em torno do caráter da revolução, socialista? popular? democrática?, ou do caráter da sociedade brasileira, capitalista? semifeudal? neocolonial?, etc..), forçando-os a se aproximarem, ao contrário, dos temas postos pela conjuntura concreta do momento. Por isso, foi sendo cada vez maior o número de militantes que começaram a se desprender de suas organizações e a manter essas atividades junto aos trabalhadores já sem as referências totalizadoras das estratégias

⁸⁷ O mesmo teor pode ser identificado nas publicações provenientes da Ala Vermelha. Segundo a própria: “o seu erro fundamental foi ter feito da opção pela luta armada imediata o divisor de águas com relação ao reformismo pacifista do PCB. Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar luta armada imediata (...). Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas (...)”. Ver também: GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 204

⁸⁸ SADER, Eder. Op. Cit., p. 172.

revolucionárias. Muito por conta também da crise em âmbito internacional que abalava as referências teóricas do socialismo, “internacionalmente as estratégias revolucionárias e a teoria marxista eram fundamente questionadas. (...) [sentiam] os efeitos de um ‘desencantamento’ das sociedades pós-revolucionárias do socialismo real”⁸⁹.

Cabe considerar ainda aqueles militantes de esquerda fragmentados ou desligados das organizações, os quais, após a derrocada da luta armada, passaram a atuar individualmente e acabaram atraídos pelo universo das mobilizações populares crescentes; reintegraram-se com a luta política de outros modos e vias sendo levados para a prática onde poderiam realizar de fato seus referenciais ideológicos ainda latentes (na análise e na oposição ao capitalismo, no papel da classe operária, na luta pelo socialismo). Concretamente, orientaram-se em direção dos grupos de fábrica, das oposições sindicais, dos movimentos de bairro que solicitavam novas reflexões. Além disso, é possível encontrar militantes que buscaram vinculações políticas a partir de suas competências profissionais: advogados, arquitetos, assistentes sociais, professoras. Do mesmo modo, houve aqueles que não necessariamente passaram pelo movimento da resistência, porém, influenciados pelo marxismo voltaram a campo servindo-se das atividades de organização popular a partir de questões do cotidiano, como a habitação, a saúde, a educação, em suma, da mobilização em torno do que depois foi pleiteado como direitos sociais. Importa destacar que avulsos ou não das instâncias partidárias, o engajamento de tais militantes com o trabalho de base propiciou a recriação de políticas e reflexões independentes das estratégias que antes os enquadravam.

A clandestinidade com que os grupos de esquerda tinham de atuar dificultou muito sua inserção em lugares bem localizados, até porque, diferente da Igreja, não contavam com espaços estruturados. O seu “público” foi sendo constituído menos nas relações de militância e mais na distribuição de jornais que procuravam tratar das questões de atualidade, atuando possivelmente como “formadores de opinião” entre membros de movimentos sociais, uma vez que circulavam pelas oposições sindicais, setores dos pastorais, grupos de educação popular, meios intelectuais e, principalmente, no movimento estudantil. Seu campo de influência variava na medida em que muitos setores, senão aqueles que

⁸⁹ Ibid., p. 174.

compartilhavam o vocabulário teórico mais técnico, não encontravam “aderência à realidade vivida pela população. Incapazes de tratá-la através dos termos em que era vivida no cotidiano popular, mostravam-se sobretudo inatuais”⁹⁰. Por isso mesmo Sader sublinha que os aspectos das formulações marxistas que circularam de modo mais fluente e impactaram suas estratégias foram aqueles que falavam do funcionamento do capitalismo, da exploração da classe operária, das suas formas de luta, ou seja, daquilo que os afetava concretamente todos os dias⁹¹.

Parto agora para a consideração da terceira matriz discursiva identificada pelo autor estudado, mais do que um espaço, possíveis linhas teóricas ou uma militância, tratou-se da emergência mesma de um novo movimento, o denominado “novo sindicalismo”. Ele guarda algumas peculiaridades e interessantes ambiguidades, cuja expressão talvez tenha permitido constituir aquilo que apareceu de mais potente no período. As ambiguidades provêm do fato de estar inserido em um “tradicional” ambiente da cultura política brasileira, sobretudo sob a ótica do trabalhismo, mas, ao mesmo tempo, ter conseguido romper as barreiras institucionais, reelaborar determinados significados nas fissuras dos discursos dominantes e desnudar os conflitos encobertos em suas múltiplas dimensões. Portava-se, assim, como o movimento mais atual daquele período.

Como nos casos anteriores, Eder Sader traça com perspicácia as causas que possibilitaram tal rompimento. À vista dos objetivos do trabalho, atenhamos apenas às particularidades do movimento, ou seja, o que pôde conceber de inovador a partir das experiências. Quanto a essas, o autor observa, inicialmente, o fato de ser um tanto quanto problemático pensar na existência de uma matriz própria até meados da década de 70⁹², na medida em que o principal espaço de representação das reivindicações operárias atribuído aos sindicatos, qual seja,

⁹⁰ Ibid., p. 177.

⁹¹ “Há, por exemplo, um 'curso de formação básica' elaborado originariamente pelo Polop que, com pequenas variações, foi utilizado pelo MEP, MR8, AP, POC e cujas formulações seriam, em maior ou menor, medida absorvidos pelas oposições sindicais, grupos de educação de base e mesmo nos treinamentos pastorais. As aulas básicas desse manual sintetizam explicações marxistas sobre: as lutas de classe e os modos de produção como etapas do desenvolvimento histórico; a exploração capitalista a partir da análise da mercadoria, da venda da força de trabalho e do conceito da mais-valia; o proletariado como a 'classe revolucionária de novos dias'; o Estado como instrumento de dominação; o socialismo e o comunismo. Embora desigualmente, essas ideias foram absorvidas nos exercícios de interpretação das condições vividas que dê lugar nos movimentos sociais”. Ibid., p. 178.

⁹² Ibid., p. 145.

negociar os dissídios coletivos salariais, foi neutralizado pela Ditadura por meio da lei nº 4.725/1965, a qual previa que os “reajustes – que não poderiam se efetivar em intervalo menor de um ano – seriam determinados com base no 'salário real médio' dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa que corresponderia ao 'aumento da produtividade nacional' no ano anterior, sendo todos esses cálculos fornecidos pelo governo”⁹³.

Restou-lhes, e muitos dirigentes sindicais acomodaram-se a essa situação – alimentados pelo imposto sindical e sem a presença desestabilizadora de mobilizações conflitivas nas bases fabris –, atuarem como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais. O novo sindicalismo vai surgir dos conflitos fabris localizados que geraram pressões mais contundentes sobre os sindicatos, no sentido de “superar um situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados”⁹⁴. A imobilidade dos anos anteriores pode ser atribuída (além, é claro, aos efeitos traumáticos causados pela violenta repressão às greves de Osasco e Contagem, em 1968) a um elemento citado acima que serviu de base para o reajuste dos salários, sinal ideológico significativo do regime, a saber: “acrécimo de uma taxa que corresponderia ao 'aumento da produtividade nacional' no ano anterior”. Isto é, a imobilidade dos trabalhadores deveu-se a essa esperança do operariado nutrida pelas expectativas criadas em torno do Brasil Grande, cujo projeto pretendia “incluir” os trabalhadores e concediam-lhe especial *status*:

inicialmente associada à ideia de um trabalhador honesto, responsável, de 'comportamento exemplar', cujos interesses estariam identificados com os do 'desenvolvimento do país'. Aparece associada à possibilidade da constituição de uma identidade autovalorizada e socialmente reconhecida, construída a partir do trabalho árduo exercido no setor mais moderno da economia brasileira, responsável em grande medida pelas altas taxas de crescimento então experimentadas. A identidade de um trabalhador sério, dotado de uma 'dignidade profissional' específica e de certa forma diferenciada do conjunto da classe⁹⁵.

Contudo, neste acordo bilateral, o regime estava conferindo à categoria, concomitantemente, e de forma imprevisível, a expectativa de uma contrapartida, sentida como possibilidade de interlocução uma vez que faziam parte do projeto e

⁹³ Ibid., p. 179.

⁹⁴ Ibid., p. 180.

⁹⁵ ABRAMO, Lais. *O resgate da dignidade*., p. 146. Apud: Ibid., p. 188.

almejada como a participação nos frutos do próprio trabalho. Deste modo, uma vez que as “regras de reciprocidade” não foram respeitadas pelo governo, do pacto incorreu-se em sucessivas frustrações pioradas pela experiência dos dissídios, na qual os empresários se limitavam a apoiar-se na legislação para rechaçar as propostas sindicais. Afrontados seus merecimentos e ofendidas suas dignidades enquanto trabalhadores, as atitudes do operariado começaram a passar por “sutis e progressivos deslizamentos de significado, um discurso de conciliação vai se tornando um outro, da contestação”⁹⁶. Se Sader atribui um ritmo sutil e progressivo a essa modificação de postura é porque o novo sindicalismo teve de lidar em duas frentes: a de suas respectivas categorias e a das autoridades. Tal mediação obrigava que os pontos de avanço fossem costurados com o devido cuidado, pelo que seus expoentes conseguiram explorar brechas legais, objetivos e formas de ação considerados legítimos para defenderem os interesses dos associados – e aí logrando impor-se em sua base de apoio –, embora nesse processo tenham tido, afinal, de se contrapor às autoridades.

Foram capazes de lidar com as oportunidades do momento, tecendo um discurso que ao mesmo tempo que tocava diretamente os interesses das bases ia colocando demandas e estendendo ao nível dos poderes as fronteiras para sua atuação. Com isso, não pretendo afirmar que seus representantes dispunham desde o início de uma intencionalidade ao operar a passagem da conciliação à contestação, tampouco tratou-se de uma transformação operada por algum puro impacto dado por uma “realidade” dos conflitos sobre as “palavras” de conciliação. Sader acautela-nos de tais desvirtuamentos da análise histórica e conclui: “A prática discursiva do novo sindicalismo opera essa passagem – que não estava previamente inscrita em sua matriz nem na 'realidade' –, porque se 'abriu' de um modo determinado para os fatos que constituiu como sua realidade, abordando-os através de determinadas categorias, e não outras”⁹⁷. Nessa linha, alguns elementos foram fundamentais para o seu movimento instituinte do jeito que foi: beneficiou-se do clima da distensão política, não se acomodou passivamente aos projetos de abertura do governo, pelo contrário, explorou suas possibilidades e apoiava-se numa mobilização existente nas bases, a qual, em que

⁹⁶ Ibid., p. 183.

⁹⁷ Ibid., p. 185.

pese carecer de amparo legal, tinha o discurso emitido de um lugar social que integrava a institucionalidade estatal. A respeito deste último fator, Sader comenta:

se essa obrigatória cumplicidade impunha sérias limitações às falas e movimentos dos sindicalistas, a verdade é que em contrapartida eles assumiam o papel – institucionalmente definido – de agenciadores dos conflitos trabalhistas. Eram reconhecidos publicamente nessa função, sendo considerado legítimo que defendessem os interesses específicos dos trabalhadores. Esse lugar de onde falam condiciona suas modalidades discursivas. Se muito já se falou acerca das limitações daí decorrentes, o “novo sindicalismo” revelou, por outro lado, as potencialidades que essa situação produz para a geração de discursos capazes de interpelar as mentalidades formadas pelos discursos dominantes⁹⁸.

Trabalhando sobre estes elementos díspares, ora frente às limitações colocadas pelo Estado, ora nos limites que dispunha enquanto órgão representativo, os novos sindicalistas foram construindo na própria experiência as ferramentas adequadas para sua luta. As características peculiares que daí brotaram e o modo particular de fazer são sintetizadas por Eder ao trabalhar os discursos de Lula. Merece destaque, por exemplo, a estratégia em propor uma superação da postura anterior subalterna partilhando das modalidades operárias de expressar-se em seu cotidiano e, ao mesmo tempo, projetando-as no cenário público, onde polemiza de igual para igual com os interlocutores:

Analisando os discursos de Lula, diz H. Osakabe que neles se dá uma ‘explicitação da experiência sensível’ dos trabalhadores, formulada do seu interior. Por isso é um discurso ‘imperfeito’, que se permite refazer-se no próprio curso segundo as alterações da experiência e da própria interlocução, e que dissolve as compartimentações entre a linguagem pública e a privada ou entre o conveniente e o inconveniente. É portanto a fala de um ator não domesticado pelas regras instituídas⁹⁹.

Feitas as considerações sobre a forma, vale destacar o seu comentário quanto ao teor dos discursos elaborados:

Todo o discurso é efetivamente montado em cima de uma convocação, de um chamado para que se engajem, e não simplesmente que apoiem passivamente os atos eventuais do presidente. O conflito salarial começa a ser investido de um significado maior, vinculado à própria honra dos que o assumiram. É para esse desafio que Lula convoca seus ouvintes e por isso quer que entendam esse significado. Posto nesse registro, certamente seus ouvintes identificaram esse conflito com outros que cada um deve ter experimentado em sua vida. A prepotência dos dominantes, a justeza da causa dos trabalhadores, a carga moral com que se qualifica o comportamento de cada ator envolvido expressam um modo de interpretação dos fatos que toca muito de perto aquele público. Nestes termos, manter a greve é muito mais do que simplesmente lutar por um índice de

⁹⁸ Ibid., p. 183.

⁹⁹ Ibid., p. 190.

reajuste contra outro. É afirmar a própria dignidade contra o desrespeito com que pretendem tratá-los¹⁰⁰.

Outra temática recorrente nas falas dos personagens é quanto ao *significado da greve*. É curioso perceber que de todas as maneiras tentaram não ensinar um caráter político às suas reivindicações, na medida em que na semântica popular daquela época o ato político seria aquele movido por interesses escusos e implicava manipulações. E, neste momento, os trabalhadores operaram um extraordinário deslocamento de sentido, segundo observado por Sader. Nas falas identificadas, os sindicalistas não endereçaram suas reivindicações de modo direto contra o Estado ou aos empregadores: “algumas pessoas de má-fé entenderam ou querem entender que a nossa greve é uma greve política, que a nossa greve é um desafio ao governo. E nós nunca desafiamos a ninguém. O que nós desafiamos, isso sim, foi a nossa capacidade de luta (...). O que nós fizemos aqui foi uma verdadeira demonstração de grandeza (...)”¹⁰¹.

Não oferecer uma conotação “política” às greves naquele momento talvez possa parecer uma capciosa manobra dos sindicalistas, uma vez que não se indispunham de maneira tão frontal com a ditadura, estariam “meramente” defendendo uma causa tão justa quanto natural, a defesa das condições básicas de trabalho. Entretanto, a reelaboração da experiência nestes termos pelos trabalhadores e a consequente conscientização do que estavam vivenciando, revelou um significado único para as experiências: *desafiar a própria capacidade de luta* expressava uma força imanente aos seus anseios, colocada a provocar e a testar eles mesmos, antes de tudo. Nesta percepção preliminar não há diretamente um inimigo externo a combater, antes restam as dificuldades que terão que ser, inevitavelmente, superadas pelo seu esforço. A superação das adversidades, vista através da capacidade ou não de mobilização, demonstra seus desejos precípuos em lutar por emprego e melhores condições, afirmando, pois, na própria potência de agir, os direitos de greve, direitos trabalhistas, o direito de um sindicato democrático e todas as consequências que uma demanda autônoma por maior participação pode provocar para um estado republicano.

Foi, portanto, a afirmação primeira de seus direitos que os levou ao

¹⁰⁰ Ibid., p. 193.

¹⁰¹ Ibid., p. 192.

enfrentamento mais direcionado em seguida. A força dos esforços acumulados fez perceberem que poderiam ser levados a qualquer lugar com ela, direcionando suas demandas a partir daí a quem se interpusesse, seja ao regime ditatorial, seja aos expropriadores da força de trabalho alheia. Este movimento de ação foi tão rico quanto ruptivo, pois, como disseram: - “o que nós fizemos aqui foi uma verdadeira demonstração de grandeza (...)”, colocando em xeque, ao mesmo tempo, a antiga caracterização da “menoridade do povo brasileiro” como incapaz de mexer-se por “coisas sérias”, quer por preguiça, quer por incapacidade articulatória política. Ao contrário, a greve aparecia como afirmação coletiva de que aquela multidão de trabalhadores era, sim, capaz de demonstrações de “fé” e de “grandeza”. Um desejo afirmativo de imporem a si mesmos em movimento, uma luta calcada em suas próprias ações, desposadas de vínculos externos, que não representaria tão somente um antagonismo ao modelo instituído, mas a promessa de ser algo mais: “E eu acho que nada neste mundo, a não ser algo muito superior à nossa capacidade de briga, pode evitar ou pode fazer com que nós deixemos de nos reunir aqui e deixemos de brigar pelo nosso salário, que é o mínimo que nós temos de fazer”¹⁰².

Creio que as matrizes discursivas e seus respectivos lugares de ressonância reconstruídos anteriormente contribuíram para trabalhar sobre os termos dominantes e, por conseguinte, recompor as forças sociais que puderam impor-se contra tal lógica, permitindo-os emergirem em uma condição transformada pelo seu próprio esforço e proposta, uma vez tendo ressignificado suas experiências cotidianas, compartilhadas sensivelmente enquanto dominados. Esta conclusão tiro da leitura feita da obra de Eder Sader, pelo o que o autor assim conclui acerca deste período:

No fogo dos enfrentamentos e diante das interpelações da matriz dominante, os movimentos sociais recorreram às matrizes discursivas da contestação para repensar o cotidiano das classes populares. Nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas. Valorizavam-se também os atos de solidariedade através das quais os indivíduos transcendiam a rotina vazia imperante na sociedade. E valorizava-se fundamentalmente uma sede de justiça que denunciava a situação social vigente. Em todos esses aspectos, as novas práticas discursivas atingiam a racionalidade tecnocrática e o individualismo

¹⁰² Ibid., p. 200.

burguês dos discursos dominantes¹⁰³.

No último capítulo da obra, finalmente, o autor desloca o foco de olhar dos grandes centros organizadores e institucionais em crise e o pouca sobre a ação simultânea dos novos discursos e práticas que informaram os movimentos sociais e populares, seus sujeitos, reconstruindo suas histórias. Isso foi possível mediante o reconhecimento da história de quatro organizações diversas: a dos clubes de mães, a do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a da oposição metalúrgica de São Paulo e das comissões de saúde da Zona Leste. Vê-se por suas qualidades a heterogeneidade constitutiva dessas estruturas e, claro, a reprodução das diversidades no plano de suas manifestações e demandas. O autor considera que no aspecto da diversidade em si mesma isso não constituiu uma novidade. Comparando-as aos padrões existentes no período de 1945-64, é possível identificar também tal heterogeneidade que provocou a emergência de diversas formas de manifestação social, e ele cita alguma delas: operários industriais, posseiros, assalariados agrícolas, consumidores contra a carestia, grupos mobilizados pelo tema do nacionalismo etc.

No entanto, a diversidade tendia a inscrever-se em registros unificadores, que ordenavam os diferentes movimentos atribuindo-lhes lugares diferentes. Eles ganhavam sentido através do discurso estatal, segundo a versão dominante, getulista. Ou, então, na contrapartida comunista, através da unificação operada pelo partido. Na década de 70, a diversidade se reproduziu enquanto tal apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos. Quando acompanhamos a história (...) defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica [etc., cita as matrizes analisadas acima]; muitas vezes até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro. A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão¹⁰⁴. (comentei)

Estas diversas formas de expressão fizeram-se possível já em 70 pelo fato de afirmarem suas diversidades como manifestação de uma identidade singular, e não como sinal de uma carência do dominado. O que foi resultado da tentativa de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos – demandando e produzindo direitos – precisamente, aliás, porque eram ignorados nos cenários públicos instituídos. Como pontuado diversas vezes por Eder, suas histórias transcorreram fora do reconhecimento estatal, mesmo o “novo sindicalismo” que se desenvolveu

¹⁰³ Ibid., p. 194.

¹⁰⁴ Ibid., p. 198.

em um lugar institucional reconhecido como legítimo pelo discurso dominante, propôs uma manifestação particular de reivindicação de novos direitos, que por aí buscava se expressar. E daí afirma: por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em todos os discursos, no esforço de constituir um espaço público além do sistema da representação política totalizadora.

Concluo do percurso descrito até agora dois efeitos produzidos pela experiência constituinte da transição política brasileira. Em relação à práxis, testemunha-se que o traço da autonomia ressaltado, como expressão dos movimentos populares pela criação de outros espaços e práticas instituintes de novos registros simbólicos, identidades e falas coletivas face às determinações da conjuntura econômica, política e cultural do regime, os possibilitou identificar e elaborar suas necessidades e carências de maneira a direcioná-las posteriormente no campo político como reivindicação pelo reconhecimento e produção de novos direitos concretos em meio ao contexto do processo de abertura.

Em segundo lugar, capta-se do discorrido uma sensível mudança nos níveis de representação do real com os quais passaram a operar os pensadores e militantes daquela época. Um fenômeno teórico relativamente novo no país, qual seja, a transferência do olhar de uma perspectiva “estadocêntrica”, ou desde os espaços institucionais oficiais, para o pouso sobre a cena do social, isto é, sobre as dinâmicas próprias sociais, de maneira que, por exemplo, a classe trabalhadora passou a ser vista não mais como simples efeito das estruturas de poder ou como mero objeto passivo vítima da dominação, porém, passaram-lhe a consignar seu devido lugar nas relações – limitantes ou não – nas quais se constituía enquanto tal. Isto é, concedendo-lhe o papel de agente ou sujeito que também participa ativamente para o resultado final da realidade, seja no modo como se adequa e se beneficia das determinações de seu contexto, seja nos mecanismos de resistência que elabora para superar as condições dadas, residindo no meio termo desta relação ambígua as bordas para exercitar sua liberdade e provocar inovações. Guardemos por ora a impressão de tal mudança e as proposições geradas, pois ela será objeto de análise do ponto 2 deste capítulo, quando abordarei as críticas elaboradas às categorias ideológicas acerca da ideia de cultura brasileira e as proposições, no mesmo decênio, de outras interpretações para se trabalhar os fenômenos socioculturais.

De todo modo, a transição brasileira, como momento de crise e de imprevisibilidade, admite que a revisitemos como uma página em aberto da história, cheia de alternativas dispostas, umas realizadas outras não como atesta o curso dos acontecimentos, mas que, simultaneamente, ainda nos permite localizar, a partir destes dois movimentos abordados, um possível sentido em relação ao que se pretendia na democratização do período. Mais do que a inauguração de um modelo político novo ou uma estrutura de Estado objetiva, buscou-se, finalmente, a construção de uma sociedade democrática que passa por essa maneira de reconhecer a pluralidade que a compõe, os regimes de transformação aos quais está submetida, a assunção e a conseqüente legitimação de seus conflitos internos, a fim de abrir a possibilidade de criação de espaços institucionais onde eles possam ser trabalhados politicamente, tendo de ser considerados os modelos político e econômico constituídos doravante, resultados destas dinâmicas de forças sociais.

1.3

Pensando os conceitos produzidos a respeito do processo de democratização na transição política a partir dos movimentos constituintes.

Segundo Marilena Chaui, em seu prefácio a obra citada, “navegando contra a corrente das posições dominantes na ciência política, Eder Sader nos oferece a saga dos movimentos sociais populares da região de São Paulo que puseram novos personagens na cena histórica brasileira entre 1970 e 1980, criando condições para o exercício da democracia”¹⁰⁵. Assim como afirmado inicialmente, os pensadores abordados assumiram o ponto de vista da experiência deste movimento constituinte de ruptura para formular suas considerações acerca dos caminhos pelos quais poderiam ser pensados o processo de democratização em curso na abertura. Não é outra a consideração que Marilena faz a respeito de suas principais publicações naquela época:

Entre 1978 e 1981, época dos textos da primeira edição, nosso país estava mergulhado na luta pelo fim da ditadura e pela democratização. Nossa preocupação voltava-se para os obstáculos à sociedade democrática e para a busca de formas de superá-los. Sob essa perspectiva, a nova forma da divisão

¹⁰⁵ CHAUI, Marilena. Prefácio a SADER, Eder, *Quando novos personagens entraram....*, op. cit., p. 10.

social do trabalho, sobredeterminada pela divisão entre competentes, que mandam, e incompetentes, que executam, surgiu como foco principal de nossas considerações, colocando no seu centro a discussão sobre a ideologia da competência e as manifestações populares da cultura, de maneira a elaborar uma noção crítica, a de contra-discurso ou de recusa do uso privado do saber, em nome de sua elaboração como *coisa pública* e como direito dos cidadãos. A primeira edição terminava com um ensaio sobre as relações entre democracia e socialismo, procurando reunir, sob o ponto de vista da história e da prática políticas, as reflexões suscitadas pelas questões de ideologia e cultura e pelo surgimento político da classe trabalhadora brasileira como sujeito de suas próprias ações¹⁰⁶.

Deste pequeno trecho, tem-se que a oposição das manifestações populares da cultura e do surgimento da classe trabalhadora como sujeito de suas próprias ações ao discurso competente produzido pelas construções ideológicas constituíram os elementos fundamentais para que a autora e outros teóricos pudessem formular e inserir uma crítica aos obstáculos que tais noções representavam à construção democrática.

Mas por que a ascensão de tais movimentos criou condições para se pensar o exercício da democracia no Brasil? Inicialmente, é possível afirmar que o aparecimento de suas falas e ações recolocaram na cena pública elementos da vida social que deixaram à mostra a fratura antidemocrática peculiar a uma determinada concepção sobre o exercício político partilhada pelas camadas dominantes da sociedade brasileira. Justamente, um imaginário que desloca da participação popular a possibilidade de sua realização e transfere para os “políticos profissionais” a capacidade decisória concernente à existência social no seu todo. De acordo com Marilena, guardadas as particularidades de sua manifestação no país, sobretudo no que se refere ao caráter autoritário, tal concepção se funda na formação ideológica pela qual as sociedades modernas representam a si mesmas e atualizam seu aparecer social, econômico, político e cultural.

De acordo com o salientado da leitura que Sader faz do traço de autonomia expresso pelos movimentos populares pesquisados, tal expressão não invocaria ações independentes ou uma hipotética independência dos espaços institucionais oficiais (a forte provocação do novo sindicalismo, como vimos, deveu-se justamente a sua inserção nas instâncias oficiais) ou das forças objetivas da

¹⁰⁶ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. Apresentação à 11ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 11.

realidade, como se sujeitos soberanos de sua própria vontade e caminho fossem. Aliás, em seu cuidadoso exame, não descarta a influência das estruturas, mecanismos de poder, tampouco das matrizes nas quais assentaram as condições de possibilidade de emergência dos novos personagens. Sem embargo, creio que quando o autor faz referência às suas autonomias pretende indicar o movimento no real pelo qual os sujeitos, à vista das determinações, negam, contestam as condições dadas e, de modo conjunto, oferecem alternativas práticas e inovadoras. Como argumentado anteriormente, se é possível qualificar como uma “novidade” tais movimentos naquele período, deve-se justamente a essa operação.

Relembro o discorrido: frente a uma situação de encolhimento dos espaços públicos, de precarização das condições de vida nas grandes cidades, de individualismo exacerbado, de isolamento determinado por uma ordem autoritária que restringia a mobilização das formas de organização social, rompem, imprevisivelmente, uma série de expressões de ações coletivas que fazem emergir novas formas de sociabilidade e outros vínculos possíveis de solidariedade¹⁰⁷, sejam nos “clubes de mães” voltados às discussões de questões comuns às mulheres trabalhadoras submetidas a uma penosa dupla jornada, nas associações de bairro onde os moradores esforçavam-se por encontrar meios de resolver seus problemas locais, seja no novo sindicalismo com todas as suas críticas dirigidas às “velhas” estruturas sindicais burocratizadas, hierarquizadas, cooptadas e a posterior demanda pela ampliação dos direitos sociais.

Deste modo, caracterizando-os a partir de suas ações sociais e dos valores partilhados e ressignificados, tanto nos microcosmos de suas vidas cotidianas como na dimensão mais amplificada das lutas sindicais, apontava-se para o aspecto instituinte dos espaços sociais instaurados pelos movimentos sociais e aludia-se à capacidade de constituir direitos em decorrência de processos sociais novos que eles passaram a desenvolver. É no seio desses novos processos sociais que podemos, portanto, identificar um campo aberto pelos movimentos para o exercício de sua própria liberdade. É nessa medida, aliás, que podemos identificar

¹⁰⁷ “(...) hoje descobrem-se os trabalhadores como sujeitos autônomos, dotados de impulso próprio de movimentação, sujeitos de práticas cujo sentido político e dinamismo não são derivados dos espaços cedidos pelo Estado e **cujas reivindicações não são o reflexo automático e necessário das condições objetivas**, mas passam por formas de solidariedade e de sociabilidades coladas na vida cotidiana”. In: TELLES, Vera da Silva, “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

sua expressão de autonomia como a de liberdade. No seio dos novos processos sociais, a ação coletiva ultrapassa a consciência de suas carências e necessidades (as determinações do real), porque envolvem conjuntamente a criação de novos sujeitos sociais, isto é, a elaboração e o reconhecimento de identidades coletivas em busca de expressão política. Desta maneira, deslocam-se da mera consciência de suas carências e necessidades para, a partir de uma prática mais elaborada, contrapõem-se aos privilégios existentes entre as relações autoritárias dadas e requerem, em nome da concreção da igualdade e liberdade, a realização efetiva de seus direitos ou a criação de novos. De sorte que, como indica Chauí, “a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias)”¹⁰⁸.

Tais novidades colocadas no campo sociopolítico divergem, a propósito, de outras das determinações do real: as ideológicas que totalizam o sentido de sua existência social por regras autoritárias e exteriores às suas dinâmicas próprias e os transformam em meros objetos sociais, todas as formas de alienação geradas pela identificação do poder em um corpo abstrato e deslocado da sociedade, cuja soberania é atribuída de direito ao Estado e aos representantes que nele atuam, ou seja, todas as formas de *heteronomia* social, marca por excelência das sociedades modernas. É na proposição de uma outra prática, fundada na participação e na reelaboração prática da ideia e do exercício do poder – não mais identificado exclusivamente com o Estado –, é que tais movimentos emergem como autônomos. Em um artigo publicado no primeiro número da revista *Desvios*, Marilena Chauí sublinha alguns traços manifestados naquela época por tais movimentos que ilustram bem o argumentado até aqui:

Esses movimentos sociais-políticos manifestam alguns traços que vale a pena reter: em primeiro lugar, não pretendem falar em nome da sociedade como um todo, mas em nome das diferenças que desejam ver reconhecidas e respeitadas como tais; em segundo lugar, não pretendem estabelecer prioridades quanto ao reconhecimento de sua existência face a outros movimentos, mas cada qual coexiste com os demais, seja de modo conflituoso, seja de maneira convergente; em terceiro lugar, não pretendem que o reconhecimento de sua existência e de seus direitos tenha como condição a tomada do Estado, mas passam pela reelaboração prática da ideia e do exercício do poder que não é identificado exclusivamente com o do Estado. Surgem, pois, como um *contra-poder social*, na

¹⁰⁸ In: *Prefácio...*, op. cit., p. 12.

expressão de Lefort¹⁰⁹, que contrapõe ao poder estatal instituído (vertical, burocrático, hierárquico, administrativo, centralizador) uma outra prática, fundada na participação e na busca de algo que podemos, desde já, designar como *autonomia* frente à heteronomia que determina a existência sociopolítica instituída¹¹⁰.

Mas, para isso, na busca de uma possível participação político institucional, tais movimentos tinham que lidar com algo fundamental e incontornável: a existência dos partidos políticos que monopolizam nas condições atuais o fazer político e as relações com o poder e o Estado. Neste mesmo ensaio do qual nos referimos, a filósofa traça um longo percurso da gênese e das concepções de representação correntes dos modelos políticos modernos demonstrando que, ao operar sempre sobre a transferência e delegação de poder mediante a pressuposição da “existência prévia de algo que será repostado em imagem por uma atividade do sujeito”¹¹¹, ela não possui um vínculo substantivo com a ideia de democracia. Com vistas aos objetivos, cabe pontuar apenas o que a autora salienta ao final de sua análise: diante do modelo representativo existente as lutas sociais se voltam à temática da *cidadania* dentro de uma reivindicação democrática maior, o que, segundo ela, apareceu em três níveis principais nos debates circulados no Brasil naquela época vinculados à discussão mais ampla sobre a cidadania:

Em primeiro lugar, como exigência do estabelecimento de uma ordem legal de tipo democrático na qual os cidadãos participam da vida política por meio dos partidos políticos, da voz e do voto, implicando uma diminuição do raio de ação do Poder Executivo em benefício do Poder Legislativo ou dos parlamentos – aqui, a cidadania está referida ao direito de representação política;

Em segundo lugar, como exigência do estabelecimento das garantias individuais, sociais e econômicas, políticas e culturais cujas linhas gerais definem o estado de direito em que vigorem pactos a serem conservados e respeitados e o direito à oposição – neste nível, a ênfase recai sobretudo na defesa da independência do Poder Judiciário, a cidadania estando referida aos direitos e liberdades civis.

Em terceiro, como exigência do estabelecimento de um novo modelo econômico destinado à redistribuição mais justa da renda nacional, de tal modo que não só diminua a excessiva concentração de riqueza e o Estado desenvolva uma política social que beneficie prioritariamente as classes populares, mas ainda implica o direito dessas classes de defenderem seus interesses tanto através de movimentos sociais, sindicais e de opinião pública, quanto pela participação direta nas decisões concernentes às condições de vida e de trabalho – nesse nível, a

¹⁰⁹ A autora retira a expressão de Claude Lefort in *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹¹⁰ In: “Representação ou Participação?”. Aqui vamos utilizar a edição revista presente na obra já citada *Cultura e Democracia...*, op. cit., p. 286.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 288.

cidadania surge como emergência sociopolítica dos trabalhadores (desde sempre excluídos de todas as práticas decisórias no Brasil) e como questão de justiça social e econômica¹¹².

Do alargamento considerado em tais concepções, percebemos que a “tônica das reivindicações democráticas”, como aduz, estiveram intimamente relacionadas às concepções de representação, liberdade e participação, de maneira a ampliar a própria questão liberal da cidadania passando do plano político institucional para o da sociedade como um todo, o que a permite pontuar:

Quando se examina o largo espectro de lutas populares nos últimos anos pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois planos principais: a) no plano político, **a luta não é pela tomada do poder, mas pelo direito de se organizar politicamente** e pelo direito de participar das decisões, rompendo a verticalidade do poder autoritário; b) no plano social, mais amplo, nota-se que as lutas não se concentram na defesa de certos direitos ou em sua conservação, **mas na luta para conquistar o próprio direito à cidadania, pelo reconhecimento de novos direitos e, portanto, de novos sujeitos sociais**¹¹³. (grifei)

Contudo, a luta pelo reconhecimento de novos sujeitos sociais depende e apenas emerge quando estes, pelos processos de sociabilidade mencionados, são capazes de intervir ativamente na realidade e se colocarem enquanto tais, o que nos transfere novamente à temática da autonomia com a qual iniciei essa seção e que ofereceu fundamentalmente, a meu ver, os elementos para o alargamento do sentido de cidadania colocado em discussão naquela época. Isso talvez fique mais claro se retomarmos o significado de autonomia proposto. Autonomia, do grego *autós* (si mesmo) e *nómos* (lei, regra, norma), é a capacidade interna de oferecer-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição da lei-regra, pôr-se a si mesmo como *sujeito*. Assim, a autonomia é a posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos e culturais) pela ação efetuada pelos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social e política¹¹⁴. Logo, é o movimento de liberdade fundamental pelo qual, face às contingências reais, os sujeitos, por suas próprias práticas, são capazes de repor a diferença social entre o poder, o direito e o saber, de sorte que a compreensão da pluralidade de fontes das práticas sociais

¹¹² CHAUI, Marilena. “Cultura Popular e autoritarismo”. Originalmente conferência no simpósio Popular Culture and Democracy. Smithsonian Institute, Washington DC, 1987. In: *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro* (Escritos de Marilena Chauí). Organização de André Rocha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 268.

¹¹³ *Ibid.*, p. 298.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 304.

permita que cada uma delas atue sobre as outras esferas para modificá-las. Ou, como explica melhor a autora em questão:

Nessa perspectiva, quando objetos sociais (...) são capazes de, em condições determinadas, interpretá-las, conhecê-las, em sua necessidade e determinar os requisitos para transformá-las, sua atividade de conhecimento e de posição de novas leis e normas os constitui como sujeitos. Esse movimento é a liberdade. Se a liberdade é a consciência da necessidade, segundo a expressão célebre, isto significa que a liberdade e necessidade não são opostos senão quando a necessidade é concebida como a pura exterioridade e a liberdade como a pura interioridade. Ao contrário, a articulação entre ambas pode ser concebida a partir do momento em que se compreende que a necessidade histórica é produzida pela prática dos próprios homens em condições que *não escolheram*, mas cuja gênese e cujos resultados os homens também são capazes de conhecer, para partindo deles, mudar a relação com a própria história, isto é, em lugar da submissão cega à exterioridade nua e em lugar da ilusão do poderio da vontade como interioridade nua, intervir na própria necessidade dando-lhe novo curso, nova lei, nova regra. A autonomia não consiste, então, no poder para dominar o curso da história e sim na capacidade para, compreendendo esse curso, transformar-lhe o percurso¹¹⁵.

O que foi colocado, portanto, pela concepção desta cidadania mais alargada, ou poderia já chamar, de cidadania ativa, é a própria percepção pelas lutas sociais das contradições que aparecem ao terem se deparado com as limitações de sua participação de fato e a percepção efetiva da heteronomia crescente das práticas sociais e das ideias políticas, cuja consequência foi um movimento que fez aparecer, conseqüentemente, na superfície do social os limites de tal ilusão, fazendo necessária a inserção do tema da autonomia, isto é, uma articulação possível entre a representação e a participação. Acerca de tal processo, Chaui recoloca a questão: “poderíamos indagar se movimentos sociais e populares que agem como *contra-poderes* sociais não seriam uma pista desse movimento e dessa articulação”¹¹⁶. A autonomia, assim como formulada nesta época, torna-se um pressuposto fundamental para se conceber a cidadania ativa, se repensarmos a cidadania como afirmação de direitos e como criação de direitos, isto é, como criação dos sujeitos sociopolíticos por sua própria ação, podemos não só presentificar a autonomia, mas ainda ultrapassar o sentido restrito da cidadania como voz e voto¹¹⁷ e a concebê-la nos seguintes termos:

A cidadania ativa é a que é capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz portanto de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito

¹¹⁵ Ibid., p. 304.

¹¹⁶ Ibid., p. 302.

¹¹⁷ Ibid., p. 308.

que se caracteriza pela sua autopoisição como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados e cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto, é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política¹¹⁸.

Nessa linha, chegamos, finalmente, ao último tópico desta primeira seção, o qual visa identificar os desdobramentos provocados pela entrada em cena dos novos sujeitos históricos para as provocações em torno da ideia de democracia. Novamente, em relação às elaborações teóricas de Chauí, ao percorrer o caminho teórico trilhado pela autora, nota-se que sua “preocupação voltava-se para os obstáculos à sociedade democrática e para a busca de formas de superá-los” ante o fato de que “nosso país estava mergulhado na luta pelo fim da ditadura e pela democratização”. À luz da conjuntura política e da necessidade de se discutir os meios políticos pelos quais poderíamos realizar a transição, a filósofa desloca seu olhar, antes, para os elementos e padrões da vida comum brasileira que permitiriam uma conseqüente crítica ao modelo político-econômico vigente. Ou seja, em seu pensamento, a experiência do social entra em cena novamente para orientar e suscitar as reflexões possíveis para se pensar a questão das instituições políticas, sociais, econômicas, culturais, etc., enquanto resultados do primeiro.

É nesse sentido que ela se volta ao imaginário social, elaborando suas críticas aos mecanismos ideológicos que impedem o reconhecimento do caráter conflitivo que funda os corpos sociais (intrinsecamente divididos, seja sob uma visão aristotélica, entre ricos e pobres ou maquiaveliana, entre os grandes e o povo ou, ainda, em Marx, nas classes sociais antagônicas) e produzem, a fim de dissimular tais contradições, imagens totalizadas e homogêneas – a partir de referenciais exteriores à própria sociedade – e, por isso, essencialmente autoritárias, como os ideais de nação e povo, os quais deslocariam e abstraíram a percepção do exercício do poder para a figura soberana do Estado. A entrada de novos personagens históricos em cena, pois, movimentou e destrinchou os processos pelos quais tais elementos puderam ser refletidos. E é a partir das trilhas deixadas por suas experiências que a autora tanto encontra os obstáculos como os desvios possíveis para compor os aspectos de uma *sociedade democrática*. É pela

¹¹⁸ In: Anais da XIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Belo Horizonte, 1990.

invenção de sua práxis – à vista da conjuntura sociopolítica em questão – que pensa, assim, a hipótese de uma *invenção democrática*. Simultaneamente, compreende-se que o emprego do conceito oferecido por Claude Lefort não ocorre à toa, mas encontra ressonância na experiência do pensamento da filósofa nesse contexto.

À vista de todo o exposto, não pretendo afirmar que a nova configuração da classe trabalhadora ou que a aglutinação de novas demandas sociais por parte dos movimentos populares guardavam em si um projeto de democracia, mas sim que seu reconhecimento importou a identificação daquela parte que leva a divisão social à superfície da comunidade, atualizando seus conflitos e revelando o mapa que define o corpo político, ou seja, expondo todos os âmbitos das relações de poder. É nesse sentido que a experiência abordada assemelha-se ao que Chauí define como um momento de invenção democrática, no esteio do pensamento de Lefort, ocasião em que ocorre um fenômeno de “diferenciação interna entre a sociedade e a política”, de sorte que os conflitos sejam novamente reconhecidos enquanto constitutivos do social e este seja capaz de impor à instituição do político novas configurações de exercício político conforme suas demandas.

De acordo com Lefort, a incorporação da conflitividade nas instâncias oficiais acionada pelo momento de criação democrática provoca um corte fundamental no político, o que o filósofo francês denomina de *desincorporação* do poder, isto é, a perda da eficácia prática e simbólica da ideia, da imagem, do nome da *unidade*. Ao desfazer-se da unidade imaginária, o político abre-se aos antagonismos que atravessam os corpos sociais, oferecendo um espaço para que sejam trabalhados de outra forma na esfera política. A invenção democrática se faz assim quando o político abre-se aos conflitos sociais, de sorte que não só os considerem legítimos, porém, concomitantemente, os instituem como direitos. Com efeito,

A democracia é invenção porque longe de ser mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstalação permanente do político e do social. Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia abre para a história no sentido forte da palavra. E desfaz as imagens da boa sociedade e do bom governo, da “comunidade ideal”

transparente, virtuosa, sem conflitos, plenamente reconciliada consigo mesma, una e invencível¹¹⁹.

Deste modo, a democracia pode colocar-se como modelo político quando a vida social coloca-se, antes, como sociedade democrática, ou seja, aquela capaz de reconhecer suas diferenças, a fim de que elas sejam trabalhadas politicamente, permitindo a todo tempo sua transformação, de modo condizente, pois, à própria natureza das sociedades históricas. Ademais, ao considerar o conflito legítimo e legal, revelaria um dos cerne da democracia, que: “as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los”¹²⁰. Isso porque, como relembra Marilena, a mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade, através das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras, declarado o direito à igualdade, a sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como direito real, abrindo o campo histórico para a criação desse direito pela práxis humana. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos.

Destas considerações, é possível agora sintetizar os principais traços pelos quais a autora constrói sua concepção de democracia: primeiro, a política deve ser vista como governo da sociedade, como espaço da luta pelo poder, da luta de interesses, da legitimidade das contradições sociopolíticas, demandando para isso, em segundo, que a comunidade seja tomada enquanto polos de auto-organização, de contra-poderes ao mero domínio estatal, constituindo-se, portanto, como forma de expressão das classes e dos grupos sociais; em terceiro, ao legitimar-se para o conflito e para luta – para todas as formas de organizações internas –, a sociedade democrática abre espaço, por fim, para a participação direta, para que seja possível uma correlação entre a distribuição de poder e a distribuição das riquezas; ou como sintetiza, finalmente, em dois pontos principais:

¹¹⁹ CHAUI, Marilena. Apresentação de “A Invenção Democrática”. In: LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Autêntica, 2011, p. 20.

¹²⁰ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000, p. 558.

A democracia é a única sociedade e o único regime político que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os conflitos da necessidade e de interesses (disputas entre os partidos político e eleições de governantes pertencentes a partidos opostos), mas procura instituí-los como direitos e como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados. Mais do que isso. Na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um contra-poder social que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado.

A democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contra-poderes sociais, a sociedade democrática não está fixa numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria *práxis*¹²¹.

Ou seja, em última análise, a democracia não é um modelo final a ser inaugurado ou atingido, porém, a criação dos meios pelos quais é possível instaurar práticas democráticas em todas as esferas da sociedade. É através do reconhecimento de cidadãos ativos, o que pressupõe a distribuição de condições básicas e igualitárias de ação e participação para todos – e, portanto, os capacita lutar pela indiferenciação dos espaços ainda marcados pelos signos dos privilégios e das hierarquias colocadas entre o saber, poder e o agir –, que a sociedade se abre, simultaneamente, para um processo de democratização e criação de uma ordem comum que admita na pluralidade mesma que a compõe a participação de seus sujeitos nos processos decisórios e a invenção, portanto, de modelos econômicos, políticos e culturais verdadeiramente republicanos segundo suas necessidades particulares.

¹²¹ Ibid., p. 561.

2

Novidades da produção teórica sobre cultura na transição política brasileira.

Nota-se da bibliografia produzida a respeito dos movimentos constituintes antes descritos um perceptível deslocamento teórico dos referenciais utilizados nas interpretações dos processos sociopolíticos em curso naquela época. Do mesmo modo, ao final da penúltima seção, também foi deixada em aberto uma questão acerca das inovações das categorias e pressupostos para se representar a realidade no referido decênio. E, ainda, no início da última seção, as primeiras palavras de Chaui apontaram obstáculos comuns enfrentados pelos intelectuais e militantes na luta pela democratização da sociedade brasileira, os quais se refletiam nas concepções ideológicas formuladas até ali, indicando como caminho para sua superação as *outras falas* elaboradas nas análises das *manifestações populares da cultura*.

Em relação ao Estado, o próprio enfrentamento gerado pela remobilização das forças sociais indica o esgotamento dos mecanismos ideológicos (efetivados pelos atos de força ou não) utilizados na estabilidade e legitimação do regime por mais de duas décadas¹²². No entanto, do que se trata a superação das concepções

¹²² Como aponta a historiografia do período, o regime militar não deve ser compreendido apenas enquanto fenômeno institucional constituído pela força ou pela violência. Os estudos mostram a íntima correspondência entre os desejos e as perspectivas sobre a política partilhada por uma parcela da sociedade e o “movimento revolucionário de 31 de março”. Alguns elementos discursivos são emblemáticos deste universo comum, tais quais a crença na necessidade da defesa interna e a garantia da ordem nacional frente a um inimigo comum figurado nas imagens da ameaça comunista e dos agentes responsáveis pela corrupção. E, ainda, a crença na necessidade de supressão de todo e qualquer antagonismo social e a proteção aos valores morais da sociedade, cuja missão foi atribuída aos militares, única classe capaz de salvaguardar, ainda, os direitos, ou melhor, os privilégios de poucos frente às reformas de base que seriam levadas a efeito pelo governo Jango. E, no mesmo passo, poderiam garantir a sustentação de um modelo de desenvolvimento baseado na ideia de progresso nacional, tal como formulado nas salas do complexo ESG/IPES/IBAD. Alguns autores denominam esta ideia de “utopia autoritária”, responsável por delegar aos militares e seus tecnocratas a competência para governar o país naquelas condições, acreditando ser os únicos capazes de assegurar, em suma, a segurança nacional, a ordem institucional, implementar um “projeto saneador” das instituições e resolver os problemas econômicos. Nesse sentido, ver: D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. DREIFUSS, Rene Armand. *1964 : a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ideológicas formuladas na leitura de determinada imagem de Brasil pelos pensadores brasileiros? Esta seção objetiva tratar dos “dispositivos ideológicos” ou das “raízes ideológicas” do pensamento social brasileiro voltado a conceber o nosso processo sócio-cultural reconhecidos naquele momento específico. Tais discussões são muito bem sintetizadas nas obras já clássicas de Dante Moreira Leite, Carlos Guilherme Motta, Roberto Schwarz, entre outros, que se voltaram para uma reflexão mais profunda da questão. Utilizarei suas referências teóricas para apontar as principais oposições feitas nesse período ao que pode ser denominado uma ideologia da cultura brasileira, essencial para depreender as novas propostas conceituais elaboradas na análise das expressões sociais que compõem as diversas manifestações culturais brasileiras.

Nesse sentido, salientarei de modo muito breve as críticas formuladas ao que denomino por ora genericamente de ideologia da cultura brasileira, deduzindo-se das correntes de pensamento escolhidas em seus exames os pressupostos e a metodologia que as colocam enquanto manifestações ideologizadas em suas representações sobre a cultura nacional. Em um segundo momento, abordarei os debates e as discussões correntes no ambiente acadêmico nos anos posteriores às publicações mencionados, em uma perspectiva mais ampla, utilizando para tanto o exemplo da criação do Centro de Estudo de Cultura Contemporâneo (CEDEC) em 1976, pela afinidade temática e dos intelectuais aqui abordados. A seguir, também pelas linhas de continuidades pelas quais estão sendo traçadas esta investigação, tratarei da proposta sobre política cultural apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, já nos idos de 1980, cuja publicação foi encaminhada para as discussões da constituinte no final da década. Como pode ser depreendido desta pequena introdução, a temática da ideologia incidia de maneira constante nos debates da época. A fim de que possamos entender realmente sua vinculação à temática cultural, os meios pelos quais são formadas e o porquê de sua reprodução nas sociedades contemporâneas, creio ser adequado deter maior atenção ao tema, pelo que constituirá o quarto objeto de análise deste capítulo. Além disso, a construção de imagens ideológicas vincula-se ao processo de formação dos estados nacionais e à dificuldade das sociedades históricas em lidarem com a questão de sua própria origem e, conseqüentemente, criarem os meios para sua legitimação. Um Estado que se pretende democrático, pois, como

será tratado, tem de lidar com a questão de sua autoimagem mitificada – com a narrativa que elabora sobre si mesmo –, e mais, permitir a participação dos cidadãos nas disputas pelos meios de produção do saber. De maneira que, em um sentido mais amplo, a adequada apreensão e reconhecimento das manifestações populares pode ser capaz de contribuir para o alargamento do exercício da cidadania e para a democratização do campo cultural, social e político, tal como tentarei esboçar ao final.

2.1

Mapeando as críticas à ideologia da cultura brasileira.

Embora colocada algumas vezes de maneira um tanto quanto óbvia, a vinculação do par – cultura e nacional – não deve ser encarada de modo tão naturalizado quando se objetiva proceder a uma análise compreensiva das manifestações culturais de determinado país. Deve-se ter em mente que a invenção da nação é um feito relativamente novo na história mundial e comporta implicações cruciais para a concepção e funcionalização dos debates em torno de uma ideia de cultura.

Esta seção pretende abordar o pensamento social que entre as décadas de 1970 e 80 se dispôs a problematizar os trabalhos dos principais ideólogos brasileiros que participaram da construção de um ideário de cultura nacional, ou seja, aqueles que esboçaram as principais linhas características que consubstanciam o imaginário nacional sobre nós mesmos. Importa destacar que não se pretende flanquear o conteúdo de suas obras e assim apresentar as teorias, por exemplo, de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou de Fernando Azevedo, mas sim, em respeito aos limites descritos inicialmente, objetiva-se apontar apenas os traços comuns identificados que imputam nas explicações concedidas por tais intelectuais um viés ideologizado das formações sócio-culturais brasileiras.

Retomando o argumento inicial, a maioria dos estados modernos nasce como Estados-nações. Segundo Erick Hobsbawn a nação não deve ser encarada enquanto uma entidade social originária ou imutável. A nação nos termos que a compreendemos pertence a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado

territorial moderno, o Estado-nação¹²³. O historiador data seu aparecimento na altura de 1830 – ou seja, logo após as principais revoluções humanistas daquele período – e periodiza suas mudanças em três etapas específicas: de 1830 a 80, fala-se em “princípio da nacionalidade”; de 1880 a 1918, fala-se em “ideia nacional”; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em “questão nacional”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território e provém dos elementos discursivos da economia política liberal, a segunda a articula à língua, religião e raça, originando-se nas falas dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e na terceira, finalmente, enfatiza-se a consciência nacional definida por um conjunto de lealdades políticas sendo emanada principalmente dos partidos políticos e do Estado.

Prendendo-nos menos a estrita periodização proposta pelo historiador, interessa aqui perceber os movimentos gerais do desenvolvimento do imaginário nacional. Percebe-se que a criação de uma imagem identitária comum a determinado conjunto territorial e com densidade populacional veio responder inicialmente às necessidades materiais das nascentes sociedades capitalistas de maneira a criar uma “economia nacional”, o que exigiu a invenção simultânea de um conjunto de institutos voltados a tais atividades. A começar pelo próprio Estado, entidade que ascende como soberana, racional e representante universal dos interesses da nação que poderia (concedendo-lhe o monopólio da força) operar como instância neutra para a resolução dos conflitos gerados pelas relações entre os cidadãos; aquela pequena parcela social reconhecida como os sujeitos de direitos, ou seja, aos quais são atribuídos igualdade e liberdades formais a fim de contratar as trocas econômicas, colocando de modo abstratamente horizontal os detentores dos meios de produção e da força de trabalho. Adiciona-se a algumas de suas funções o monopólio da moeda, das finanças públicas e atividades fiscais, competindo-lhe ainda a função de garantir a segurança da propriedade privada dos meios sociais de produção e dos contratos econômicos e do controle do aparato militar de repressão às classes populares.

A consagração da imagem do Estado-nação acima e transcendente às esferas econômicas e sociais e os princípios com ele anunciados, não foram

¹²³ HOBBSBAWN, Erick. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 19.

suficientes, contudo, para garantir em sua totalidade a invenção da ideia nacional ou de uma consciência nacional, nem mesmo, embora tenha sido constituído para isso, frear peremptoriamente as demandas sociais colocadas ao longo do século XVIII pelas classes trabalhadoras na trilha aberta pelas próprias revoluções burguesas ao superarem o modelo de privilégios do *Ancien Régime*. Mesmo que tal imagem unitária e homogênea oculte os interesses de dominação e poder de uma classe que controla a regulação de toda a vida social como se universal fosse, ela sozinha não logra produzir um sentimento nacional. Como assevera Benedict Anderson, as comunidades nacionais tiveram de ser imaginadas sendo utilizado para isso uma série de vínculos simbólicos, memoriais e míticos que tornaram o corpo social unificado em uma imagem integrada e uma nação particular¹²⁴. Não à toa, por exemplo, lembra Françoise Choay que é a partir da Revolução Francesa que as noções modernas de monumento histórico e patrimônio cultural foram criadas. Um dos principais atos jurídicos da Assembleia Nacional Constituinte de 1789 foi colocar os bens do clero, dos emigrados e da Coroa à disposição da nação e em 1790 é apresentada uma proposta de preservação utilizando o termo “monumento nacional”; segundo a autora, sua salvação correspondeu a uma função historiográfica e o valor primário do tesouro “devolvido a todo o povo” era necessariamente econômico¹²⁵.

A ideia nacional surge, desta maneira, do fato da definição pelo território, pela conquista e pela demografia não mais bastar, mesmo porque, como sublinha

¹²⁴ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. 2º ed. London: Verso, 1991.

¹²⁵ Como assinala Choay: “Os responsáveis adotam imediatamente, para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora do espólio. Palavras-chave: herança, sucessão, patrimônio e conservação. Eles transformaram o *status* das antiguidades nacionais. Integradas aos bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização estas se metamorfosearam em seus valores de troca, em bens materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, será preciso manter e preservar”. Em função disso, fez-se necessário elaborar um método para preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão. O valor fundamental, porém, dessas “peças de família” é, sem dúvida, o nacional, a fim de ilustrar e servir a um determinado sentimento, o sentimento nacional crescente. In: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 100. Além da política patrimonial, cabe notar que os incipientes estados nacionais, além de se preocuparem com a invenção e a escrita de uma história comum entre seus cidadãos, deixando para trás as divisões estamentais e obliterando as diferenças de classe, concentraram seus esforços em uma política linguista que instituiu uma grafia oficial. Portanto, a escolha de determinados lugares, signos, narrativas, datas comemorativas – enfim, de determinadas categorias de classificação e valoração – institui e inculca “esquemas práticos de percepção, apreciação e ação”. (Cf. BORDIEU, Pierre. “Violência simbólica e lutas políticas”. In: *Reflexões*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 206) Nesse sentido, além da escolha da arquitetura de uma cidade, dos objetos a comporem um museu, da literatura dita nacional, a “violência simbólica”, como indica Bordieu, exerce sua influência nas escolas e universidades, por excelência as máquinas de produção e reprodução dos cidadãos nacionais das comunidades nascentes.

Marilena Chaui, além das lutas sociais internas, regiões que antes haviam preenchido os critérios do “princípio de nacionalidade” lutavam para ser reconhecidas como Estado-nações independentes. Durante o período de 1880-1918, a ideia nacional promove a “religião cívica”, que transforma o patriotismo em nacionalismo, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada:

Sob esse aspecto, as principais elaborações teóricas foram feitas pelos pensadores e artistas românticos alemães. Assim, por exemplo, para um escritor como Herder, língua, religião, moralidade e artes constituem o ‘espírito do povo’ e conduzem à afirmação de *Ur-Volk*, o povo originário, que sustenta o povo presente com suas características particulares. Para um jurista como Savigny, há uma relação orgânica entre a lei e o caráter nacional, a natureza da lei vindo determinar a essência da nação e de sua história. A origem da lei deve, pois, ser encontrada na consciência nacional, que também produz a língua e os costumes, cabendo ao legislador apenas a tarefa de vestir formalmente e externamente os conteúdos inerentes ao caráter nacional, tornando explícito seu silencioso existir. O Estado Nacional não é, portanto, realização de uma vontade racional consciente de si, mas produto de forças históricas inconscientes e ocultas, o “espírito do povo”¹²⁶.

Na linha do argumentado ainda por Chaui, na transição do século XIX para o XX a ideia nacional foi mais bem delineada pela necessidade de resolver três problemas que se apresentavam prementes naquela época: as lutas socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena-burguesia, que aspirava pelo aburguesamento e temia a proletarização¹²⁷. Segundo

¹²⁶ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 160.

¹²⁷ Como observa Hannah Arendt, ao longo de todo o Oitocentos, educação e cultura não se separaram. Inversamente, a ascendente burguesia conferiu-lhes um caráter esnobe, tornando-as uma questão de *status*, um elemento de distinção e hierarquização entre as pessoas. Esse caráter diferenciador não era estranho à sociedade de corte, que já dividia os seus membros entre discretos e vulgares, excluindo *a priori* a plebe, a raia-miúda. Entretanto, a lógica cortesã estruturava-se nos estamentos, enquanto a sociedade burguesa, em oposição, assentava-se no pressuposto da igualdade entre os indivíduos. De fato, a burguesia incorporou os padrões aristocráticos de superioridade, apropriados paulatinamente pelo espírito liberal. Dessa forma, a sua suposta superioridade seria produto de seus méritos, construído pela aquisição de educação e cultura, que passaram a ser apenas um dos produtos disponíveis no mercado capitalista. Se no início do século XIX predominou o filisteísmo – explicado por Arendt como expressão que designava “uma mentalidade que julgava todas as coisas em termos de utilidade imediata e de valores materiais, e que, por conseguinte, não tinha consideração alguma por objetos e ocupações inúteis tais como os implícitos na cultura e na arte” – a alta sociedade, com o passar do tempo, fez da cultura a trincheira para assegurar sua posição social. Por outro lado, “educar-se” era uma das palavras de ordem das classes médias em sua luta contra os aristocratas que desprezavam o mero afã de ganhar dinheiro, sendo esta a origem do que a autora denomina de “filisteu cultivado”, o qual reduziria os

a filósofa, foi exatamente no momento em que a divisão econômica e social das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “ideia nacional” um instrumento unificador da sociedade:

Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao ‘espírito do povo’, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade. A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde os tempos imemoriais, porque suas raízes deitam no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está na língua, nos usos, costumes, tradições crenças, da vida cotidiana) e com a capacidade de incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se uma pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade. Sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital¹²⁸.

A ideia nacional incorpora, assim, o espírito da nação determinado por uma série de elementos comuns a um hipotético povo originário e autêntico capaz de agregar em uma unidade imaginária e homogênea o sentimento do nacional ou a consciência nacional partilhada por todos. Tais elementos seriam aqueles formadores do caráter nacional. Embora a origem deste termo remeta-se ao romantismo alemão, Dante Moreira Leite aduz que tal noção foi utilizada em certa

bens culturais a meio circulante. De acordo com a autora o próximo passo das sociedades modernas, já considerada como “de massas”, foi transformar os bens culturais em mera diversão e consumo. O problema, segundo ela, não é que a “cultura se difunda para as massas, mas que a cultura é destruída para produzir entretenimento”. Cf. ARENDT, Hannah. “A crise na cultura: sua importância social e política”. In: *Entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, p. 255 e seguintes.

¹²⁸ Ibid. p. 161. E ainda em relação à Europa, acerca da criação da noção de civilização, vale mencionar o interessante trabalho de Nobert Elias, *O processo civilizador*. No primeiro capítulo de sua obra, o autor demonstra como se deu a construção histórica do conceito e do uso do termo “civilização” nas nações europeias ocidentais. Isso a fim de demonstrar como a utilização de tal conceito “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” e arrisca afirmar, até mesmo, a consciência nacional de cada Estado, uma vez que, com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo etc. Para tanto, o autor inicia diferenciando a sociogênese do termo civilização em dois países diferentes, quais sejam, a França e a Alemanha, sendo que neste último a tradução utilizada para o emprego de tal termo configura “kultur” e não “zivilisation”, o que fica esclarecido com a análise da história de construção do estado alemão. Para os franceses e ingleses, o termo civilização é empregado para expressar seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade, enquanto que sua tradução literal para o alemão, “zivilisation”, significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo somente a aparência externa de seres humanos, isto é, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é “kultur”. Cf. ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

medida na literatura brasileira. Segundo o autor, a independência das colônias sul-americanas coincide com o nascimento do nacionalismo europeu. “Na realidade, a ideologia que preside a esse movimento de independência e ao seu fortalecimento é nitidamente importada da Europa. Não admira, por isso, que os temas de nossa independência e de nosso nacionalismo sejam uma transposição, mais ou menos adequada e feliz, dos encontrados no nacionalismo europeu da época”. Aqui também, a volta à tradição encontrou uma símile na volta ao passado colonial como, por exemplo, na celebração do indígena e em outras temáticas que aliam e supõem a relação entre a natureza e o homem. Ademais, de acordo com sua leitura, em vários períodos de nossa história intelectual vem à tona o tema de uma língua brasileira, a única na qual o brasileiro poderia exprimir-se e que, ao mesmo tempo, já seria expressão de nossas características mais autênticas:

Se acompanhamos os escritores brasileiros do século XIX – sobretudo os políticos, os cronistas e os críticos – veremos como aos poucos se construíram os símbolos ou mitos que justificam e explicam a nacionalidade; como Tiradentes aos poucos emergiu para a história e as comemorações patrióticas, como o 7 de setembro acabou por constituir-se uma data nacional, como os brasileiros chegaram a formar uma imagem nacionalista do Brasil. Nesse sentido, a formação do nacionalismo acompanha, em suas linhas gerais, a organização dos vários nacionalismos europeus¹²⁹.

O interesse do autor não se dirige à relação entre os nacionalismos brasileiros e europeus e sua conseqüente influência. Segundo ele, apenas indiretamente, o que lhe anima a pesquisa é, na verdade, refletir como a gênese na construção de nossa identidade nacional, calcada nesse esforço por determinar um caráter nacional, expressa-se em correntes de pensamento cuja marca comum e principal seria a manifestação de uma série de “dispositivos ideológicos” na construção de nossa identidade, o que, ao final, mais limitou do que ofereceu ideias adequadas para o conhecimento da realidade brasileira. Assim, partindo desta suposição, sua obra pioneira inaugura um trabalho dialético que visa demonstrar como as formulações sobre o caráter nacional brasileiro dependeram de três determinações principais: o momento sociopolítico, a inserção de classe ou a classe social dos autores e as ideias europeias mais em voga em cada ocasião.

Inicialmente, o autor traça um denso panorama das raízes do conceito de caráter nacional demonstrando a precariedade de suas teorias, cujo desvirtuamento

¹²⁹ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. 3º ed. rev., refundida e ampl. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 32.

principal reside na tentativa de arregimentar uma explicação sobre a expressão da personalidade de um povo a partir de categorias estritamente psicológicas. De acordo com Moreira Leite, constituam ou não formas complexas para traduzir a reação primitiva ao etnocentrismo, é certo que não resistem a uma análise objetiva mais rigorosa, e parecem revelar formas explícitas ou disfarçadas de preconceito contra estrangeiros, bem como exaltação da própria cultura:

Na verdade, essas várias interpretações procuram responder a perguntas inevitavelmente feitas pelos leigos, desde o momento em que percebem tão grandes diferenças entre vários povos e entre vários momentos históricos. (...) Existem muitos tipos de respostas a tais perguntas; apenas algumas delas poderiam ser classificadas como psicológicas, isto é, apenas algumas explicam a História por categorias psicológicas. No entanto, seria possível dizer que a explicação psicológica, pelo menos no caso das diferenças entre os povos, acaba por ser uma explicação *biológica* ou *social*. Explicação biológica seria, evidentemente, a apresentada pelas várias formas de racismo; explicação social seria a apresentada pelas teorias históricas e culturalistas, para as quais as características psicológicas resultam de acontecimentos históricos ou da configuração da cultura, isto é, da maneira de viver de um povo. Mas como a História e a cultura são criadas pelo homem, é frequente que a Biologia, expulsa pela porta da frente, acabe voltando pela porta dos fundos. (...) Talvez o erro dessas perguntas resida no fato de as formas culturais hoje encontradas resultarem de uma longa evolução, um processo histórico que desconhecemos inteiramente¹³⁰.

Em uma segunda etapa de sua obra, o autor perpassa o pensamento daqueles intelectuais que ao longo das etapas históricas procuraram explicações para as evidentes diferenças do país considerado atrasado pelos literatos sob o ponto de vista das nações europeias. Sua análise apresenta várias interpretações do caráter brasileiro, supondo-se que revelam diferentes etapas na maneira dos intelectuais enxergarem o Brasil e as características psicológicas do povo brasileiro. A seleção dos ideólogos foi feita a partir da escolha daqueles que apresentam certa coerência, isto é, certa unidade e sentido, mas cujas explicações que tentam oferecer acabam incidindo em um conjunto de categorias uniformes ou um sistema ideológico aparentemente coerente e fechado. Segundo ele, os traços dos ideólogos se revelam, justamente, quando tentam oferecer uma explicação sobre a expressão da personalidade brasileira. Dante Moreira Leite sintetiza as várias fases das ideologias do caráter nacional brasileiro que iria dos fins do século XIX até a década de 1940-1950 e obedecem ao seguinte esquema:

I – A fase colonial: descoberta da terra e o movimento nativista (1500-1822)

¹³⁰ Ibid., p. 128-129.

- II – O Romantismo: a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros (1822-1880)
- III – As ciências sociais e a imagem pessimista do brasileiro (1880-1950)
- IV – O desenvolvimento econômico e a superação da ideologia do caráter nacional brasileiro: a década de 1950-1960¹³¹.

Muito embora, como demonstra, o momento sociopolítico influencie as motivações e a própria metodologia utilizada no exame dos intelectuais abordados, elas não aparecem como possíveis condicionantes presentes nas relações sociais que se constituem no país, porém, muito mais, enquanto resultados de outras determinações casuísticas. Por exemplo, apesar de Gilberto Freyre falar em uma “economia monocultora, latifundiária e escravocrata”, deixa de fora tais elementos para a análise das características do povoamento do Brasil, bem como vários dos aspectos da vida material e social da colônia, procurando as consequências da peculiaridade colonial para a vida brasileira mediante uma análise que “se aproximaria muito mais de um estudo antropológico, isto é, tentou examinar os caracteres culturais de portugueses, índios e negros”¹³².

Outro, como Fernando Azevedo, na introdução “Psicologia do povo brasileiro” à sua clássica obra *A Cultura Brasileira*, circunda alguns dos fatores que considera condicionantes para o caráter coletivo. Estes fatores seriam o meio físico, o clima e a raça; eles é que modelam um “povo no momento em que sua alma é virgem ainda” e são capazes, “através da modificação do meio humano, de perpetuar os traços hereditários que se imprimiram desde o princípio às primeiras gerações”. Sendo, portanto, de acordo com Dante, perfeito o símile entre indivíduo e nação:

assim como às vezes se admitiu que o indivíduo seria uma tábula rasa na qual se imprimiriam as influências de vários fatores, Fernando Azevedo admitiria um momento histórico em que o povo ainda não teria o caráter e em que este seria modelado pelo meio físico, clima e raça. Mas a partir daí o símile é abandonado, pois o caráter é transmitido hereditariamente, através da sociedade. Em outras palavras, esta representa uma estabilização do caráter inicial, formado pelos fatores naturais, isto é, o meio físico e a raça. À medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais passam a ter, por isso, maior influência que as naturais; no entanto, Azevedo admite que a alma de um povo não é uma ‘essência eterna’, e está sujeita a transformações, embora seja possível encontrar hábitos e tendências mentais ‘suficientemente presentes e suficientemente gerais’. No caso do brasileiro, como se trata de um povo ainda jovem, essa definição é ainda mais

¹³¹ Ibid., p. 145.

¹³² Ibid., p. 315.

difícil, pois ainda não se realizou a ‘fusão harmônica dos diversos elementos mentais que entraram em sua composição’¹³³.

Quanto a um dos traços comuns nas fases ideológicas, antes destacado, a identificação da elite intelectual com as classes dominantes e, até mesmo, a atribuição de caracteres psicológicos dos estratos sociais donde falam a todo o corpo social, Leite concede-nos um sugestivo exemplo. Em relação ao pensamento de Sergio Buarque de Holanda, no qual se aprofunda de maneira muito mais virtuosa do que será deduzido aqui, o autor demonstra que a cordialidade, embora obviamente não se confunda em seu texto com a noção de bondade, guarda aspectos de uma relação nitidamente intraclasse, vejamos:

(...) a descrição psicológica do brasileiro – só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora, como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que está falando na classe alta, dos grandes proprietários rurais. **Se isso é evidente para o leitor, não é explicitado pelo autor, que por isso fala em características gerais e não em forma de domínio político.** Isso fica muito claro quando se pensa na cordialidade: esta é, apesar de tudo que diz Holanda, forma de relação entre *iguais*, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre o superior e o subordinado. A impressão contrária – que também aparece em Freyre – não é cordialidade, mas paternalismo: como a distância entre as classes sociais é muito grande, a classe superior tem atitude de condescendência para com a inferior, desde que esta não ameace o seu domínio. Nem é difícil concluir que essa mesma distância mascarou o preconceito racial no Brasil: os negros colocados em situação que não ameaça os brancos, são tratados cordialmente. No entanto, quando os negros ameaçaram essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares¹³⁴. (grifei)

Feitas estas brevíssimas considerações acerca dos dispositivos ideológicos utilizados pelos autores escolhidos, cabe analisar aquilo que efetivamente interessa aos objetivos deste trabalho, um movimento de “superação das ideologias” que Dante Moreira Leite afirma com otimismo no último capítulo de sua obra. Para o autor, a década de 50 anunciara uma ruptura no pensamento ideológico do caráter nacional – “indicações dos vários rumos observáveis nos estudos atuais sobre o Brasil” – e seleciona alguns trabalhos emergentes de uma nova interpretação da história brasileira, a qual guardaria, dentre os fatos mais significativos das “novas tendências”, a posição acatada por tais teóricos: “enquanto na fase ideológica o grupo intelectual se identifica com as classes

¹³³ Ibid., p. 294.

¹³⁴ Ibid., p. 292.

dominantes, na fase seguinte os intelectuais, se não se identificam com as classes desprotegidas, procuram ver o conjunto da sociedade”¹³⁵.

O autor deposita grande entusiasmo na leitura de Caio Prado Junior. Mediante considerações sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo*, Leite ressalta a opção do autor em escolher fatores peculiares e decisivos do povoamento, da vida material e da vida social da colônia para, a partir de tal gênese, explicar as fases posteriores. “No entanto, antes de descrevê-los, indica o que denominou o ‘sentido da colonização’ e chega a uma análise que se tornou clássica para os que estudam o Brasil: para compreender a nossa história é necessário pensar que a colonização do Brasil procurou obter produtos tropicais, isto é, inexistentes na Europa. (...) Esse sentido determina a escolha dos produtos agrícolas aqui obtidos e, mais ainda, as fases de desenvolvimento e decadência das diferentes regiões brasileiras”¹³⁶. Assim é possível compreender não só as características do povoamento no Brasil, bem como dos vários aspectos da vida material e social da colônia em um registro diametralmente oposto de Freyre. Em outras palavras, a nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu, o que determinou o tipo de exploração do solo e de organização da produção – a grande propriedade monocultora e escravocrata – bem como as pequenas proporções da economia de subsistência, destinadas ao consumo dos colonos, o que fez Prado Jr. enxergar, ao contrário de Freyre, esse tipo de economia como uma das causas participantes do sentido de colonização e é deste sentido que podem ser determinadas algumas das características da vida brasileira.

Dante Moreira Leite destaca, ademais, outro aspecto que distingue o autor das interpretações anteriores: em vez de escolher uma região ou um aspecto da vida brasileira e, em torno desse aspecto particular, fazer girar toda a história do Brasil, parte de esquema objetivo e mostra como as atividades das várias regiões decorrem da atividade básica¹³⁷. O autor concede um exemplo que ilustra muito bem seu argumento, vejamos:

Como os outros historiadores, Caio Prado Jr. encontra os documentos sobre a população desocupada da colônia. No entanto, em vez de interpretar esse dado

¹³⁵ Ibid., p. 310.

¹³⁶ Ibid., p. 314-315.

¹³⁷ Ibid., p. 315.

como consequência da decadência nos trópicos ou da degeneração do híbrido, mostra como o sistema econômico da colônia conduziria fatalmente a esse resultado, pois praticamente não oferecia oportunidade para o trabalho livre. É nesse sentido que Prado Jr. representa um momento decisivo na superação do pensamento ideológico: as características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de colonização imposto pela economia europeia¹³⁸.

Deste modo, o mérito de Caio Prado consistiria no fato de sua explicação não mais considerar a situação do país através de um outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores – mas de interpretá-la em função das relações cognatas ao próprio *sentido da colonização*. Segundo Leite, esta interpretação é fundamentalmente dinâmica e a análise das tensões criadas pelo sistema o permitem reinterpretar vários episódios de nossa história, “não porque esta seja monótona repetição de si mesma, mas porque um momento resulta das condições criadas pelo momento anterior ou por novas condições criadas pelo momento anterior ou por novas condições do mercado externo, para o qual estava voltada a produção brasileira”. E, com efeito, considera a mensagem final de seu livro evidentemente otimista se comparada às ideologias, já que demonstra que as características da vida brasileira não foram impostas por um destino da nação, mas por condições concretas que podem ser modificadas.

Por fim, Moreira Leite examina ainda as análises sociológicas da situação racial daquela época, os novos estudos dos movimentos messiânicos e de comunidade. Em relação aos primeiros, diferente das ideologias por ele consideradas anteriormente que mostram como é falsa a ideia, “que parece fazer parte da auto-imagem do brasileiro – de que o Brasil é país sem preconceito racial”, a partir da década de 1950 algumas pesquisas ofereceram respostas mais objetivas para a situação racial no Brasil. Ele salienta que a partir daí o negro deixa de ser analisado pelo seu aspecto religioso, ou pelas suas sobrevivências religiosas na cultura brasileira, para ser analisado como parte da sociedade. “Nesse sentido, devem ser lembradas as pesquisas de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (...) entre os trabalhos sobre o negro brasileiro, dentro da nova perspectiva, o mais ambicioso e amplo é talvez o de Florestan Fernandes que o classifica, de maneira bem ampla, como ‘um estudo de como o Povo emerge na história. Por isso, estudo não apenas a história do negro a partir da Abolição, mas

¹³⁸ Ibid., p. 316.

a sua situação atual numa sociedade de classes”¹³⁹. Quanto aos movimentos messiânicos, assinala aqueles estudos que os explicam não como delinquência ou “atraso racial”, mas como consequência, fundamentalmente, da grande propriedade e das suas transformações nos últimos anos. E, finalmente, destaca dos estudos de comunidade o trabalho de Antonio Cândido em relação a um grupo caipira do interior de São Paulo, no qual traça não apenas a história dessa cultura marginal, bem como sua crise e transformação naquela época, procurando ver o ajustamento do caipira num processo mais amplo – diferente de Euclides da Cunha que os localizavam como exemplo da decadência do bandeirante –, mas também não pintando uma “visão rósea que do caipira tiveram os regionalistas do pré-modernismo ou a interpretação pessimistas dos ideólogos”¹⁴⁰.

Vê-se, portanto, que a obra de Dante Moreira Leite finaliza com um capítulo dedicado, e como o título sugere, a uma expectativa de *superação das ideologias* nos idos de 1954 quando de sua defesa de tese¹⁴¹ na Universidade de São Paulo. Nos parágrafos anteriores destaquei as publicações que a seu ver operaram sob outros registros que não o das representações do caráter nacional – e em tais obras sequer talvez possa se falar em uma definição apriorística de cultura nacional – a partir de traços coerentes, fechadas e sem lacunas que poderiam compor a natureza determinada do caráter nacional brasileiro. Assim, alguns destes trabalhos configuraram revisões radicais no pensamento social brasileiro como também salienta, em obra posterior, Carlos Guilherme Mota, em *A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, que inclui o outro autor citado no mesmo rol de revisionistas.

A obra de Mota data de 1974. A distância temporal o permite identificar que neste mesmo período das décadas de 1950 e 60, muito embora a emergência de importantes trabalhos críticos, a tônica que exerceu predominância no campo intelectual, político e cultural não foi menos ideologizada, contudo. Como é sabido, as narrativas que orientavam o pensamento e a militância progressistas da época voltaram-se muito mais a uma busca por um projeto de reformismo nacionalista dado essencialmente pelo norte do nacional-desenvolvimentismo.

¹³⁹ Ibid., p. 317.

¹⁴⁰ Ibid., p. 319.

¹⁴¹ Participaram de sua banca, entre outros, Raymundo Faoro e João Cruz Costa.

Diferente da análise de Leite, Carlos Guilherme Mota concede maior atenção ao “chão social”, como denomina, no qual emergiram e operaram as matrizes de pensamento no Brasil sobre as noções de cultura. Seu interesse inclina-se, em uma angulação que se pretende histórica, a mapear os pressupostos ideológicos que jazem na base das formulações sobre a cultura, quer em suas definições como nacional, brasileira, quer nos termos de popular, de massa etc., preocupando-se, desta maneira, em problematizar o objeto de labor dos intelectuais brasileiros tratados situando-os em relação ao contexto vivido. Ou seja, busca o conhecimento de algumas determinações sociais das formas de pensamento estudadas, sendo possível, finalmente, esboçar um retrato da história da cultura brasileira ou, pelo menos, da história das ideologias da cultura brasileira.

A periodização que propõe da produção cultural perpassa quatro décadas, iniciando com o período do *Redescobrimento do Brasil (1933-37)*, seguida pela análise dos *Primeiros Frutos da Universidade (1948-51)*, passando pela *Era de Ampliação e Revisão Reformista (1957-1964)*, abordando, a seguir, o período de *Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1964-69)* para, por fim, tratar dos principais *Impasses da Dependência Cultural (1969-74)*, apontando em cada fase os temas predominantes, os traços e conteúdos ideológicos das principais produções culturais, isso à luz da crítica que tece de maneira geral aos ideólogos, segundo o autor, pouco envolvidos com as questões sociais, anunciando seus discursos sob a perspectiva das classes dominantes e preocupados, sobretudo, com análises quantitativas, e não qualitativas, da realidade brasileira.

A distância histórica mencionada que o diferencia de Dante Moreira Leite e o permite identificar um movimento em paralelo ao das leituras radicais das décadas de 50 e 60 pela circulação de tendências ideológicas nacionalistas também é observado por Marilena Chaui. Em sua leitura a filósofa identifica neste período uma passagem das formulações em torno do “caráter nacional brasileiro” em direção a uma definição ideologizada da “identidade nacional”¹⁴². Segundo afirma Carlos Guilherme Mota, a transição que se opera a partir da década de 1950 caracterizada pela montagem (“ou, no mínimo, reforço”) de tendências ideológicas nacionalistas plasmaram-se em ressonância a processos sociais e

¹⁴² CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador...*, op. cit., p. 164.

políticos marcados pelas transformações do modelo econômico brasileiro e pela criação de condições para o que era pensado como uma possível “revolução burguesa” no país. Assim, tais formulações são tributárias em grande parte às modificações criadas pelo desenvolvimento do capitalismo nesta época. Concomitantemente, a superação do subdesenvolvimento “transformou-se em alvo difuso a ser atingido pelas ‘forças vivas da nação’: de periferia dever-se-ia atingir, de maneira planejada, a condição de ‘centro’, para retomar vocabulário caro aos nacionalistas”¹⁴³.

Visualiza-se facilmente esta gradual passagem caso seja colocado em perspectiva, novamente, o chão social no qual se assentaram as formulações sobre a cultura brasileira em um momento e em outro. Situa-se na fase do *Redescobrimento do Brasil* interpretações historiográficas impactadas em seu contexto pela Revolução de 1930, a qual, mesmo que limitadamente, foi capaz de romper com as forma de organização social colocada pela ordem oligárquica anterior, pela potente intelectualidade nascida com o modernismo de 1922 e politicamente implicada pela fundação do Partido Comunista. Bem ou mal, foi um momento ruptório no pensamento social brasileiro, voltado contra a leitura bacharelesca, contra a historiografia oligárquica – identificada por Dante nos Institutos Históricos – e contra uma absorção colonizada dos referenciais estilísticos em nossa produção cultural. O momento era, como explicita Carlos Guilherme, da descoberta das oligarquias em sua vida social, política, psicológica, íntima, penetrando-a e a colocando em movimento com o tema da mestiçagem, não obstante tal temática tenha sido valorizada “numa erudita procura de convergência racial cordial”¹⁴⁴, perdendo-se, ao mesmo tempo, o viés da dominação que se encontra recôndito nas relações sociais.

A produção cultural da nova república vivenciava e orientava-se a partir das dicotomias aparentes entre a velha ordem oligárquica e o Brasil urbano-industrial que já vinha despontando na mesma época. Tais dualidades ainda vão se fazer sentir nos *primeiros frutos* de uma produção acadêmica mais sistematizada por ocasião da criação das primeiras faculdades brasileiras após 1930 (no caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP vale lembrar a influência das

¹⁴³ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, p. 156.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 28.

missões culturais francesas e italianas que propiciaram a vinda de mestres como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, P. Monbeig, Ungaretti, entre outros, responsáveis por criar “tradição de raízes profundas e fisionomia marcada”¹⁴⁵ para o pensamento social brasileiro). No final dos anos 40 os resultados do labor universitário aparecem, apesar de possuírem traços teóricos, temáticas e estilos bastante distintos entre si, contêm, entretanto, alguns pontos em comum:

procuram libertar-se seja da perspectiva mitológica, bandeirista, tipificadora dos Institutos Históricos, seja da orientação factualista ingênua, marcada entre nós pelo positivismo científico de Langlois-Seignobos. Vitor Nunes Leal, mineiro e professor do Rio de Janeiro, produziu trabalho por muito tempo modelar para os estudos da vida política no Brasil *rural* – o que era importante para a primeira divisão dos estudos sociais no Brasil, descobrindo-se o rural, com estilos de organização e dominação política e social que muito se diferenciavam do *urbano*. Abriu ampla vaga de estudos sobre o coronelismo, numa época em que, no plano das ideologias das elites, a ‘modernização’ esbarrava nas estruturas do Brasil ‘arcaico’, ‘rural’, ‘feudal’, ‘tradicional’, para retomar a terminologia das explicações dualistas no Brasil e que terão plena expansão nessa época¹⁴⁶.

A ruptura com os padrões oligárquicos – nos mais variados sentidos, inclusive no de pensamento – e a maturação da produção com maior rigor metodológico e análises sócio-históricas mais sofisticadas nas universidades combinaram-se de modo a, primeiro, contribuir para o descortinamento ou, pelo menos, colocar no horizonte, a problematização de uma cultura brasileira em suas múltiplas dimensões e eixos.

Em segundo lugar, inaugurados os marcos de uma exploração em torno da existência nacional, com suas particularidades e problemas, abriu-se o terreno, a seguir, para a ampliação desta temática na forma de um maior engajamento nos estudos das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais no Brasil, pungentes na transição da década de 1950-60. O que quero ressaltar é a importância de se perceber que na primeira fase há uma afirmação do Brasil enquanto nação, cujo sentido foi essencial para inaugurar um movimento de busca pelas nossas peculiaridades, identificação das dualidades da realidade brasileira, em suma, uma tentativa teórica de esboçar o caráter próprio e, conseqüentemente, a expressão mais ou menos homogênea de determinada cultura brasileira. Traçadas as principais características identitárias, o momento posterior se caracterizou, por sua vez, em um movimento que visava distinguir as diferenças

¹⁴⁵ Ibid., p. 33.

¹⁴⁶ Ibid., p. 34.

que, além de nos tornarem uma nação particular, destacava-nos das outras nações. Dessa vez, colocou-se como necessário buscar, então, as particularidades da realidade brasileira no cerne do processo histórico em curso, ou seja, no seio das transformações que se operavam nas esferas econômicas, sociais e políticas do país. A caracterização da identidade nacional passava, pois, pela afirmação ainda de nossa conformação enquanto nação, mas requeria, ao mesmo tempo, perquirir os efeitos das mudanças provocadas pela intensificação do sistema capitalista no Brasil. Se há, por um lado, um maior engajamento nas questões provocadas pelas transformações do modelo econômico e a averiguação de nossas estruturas de poder, de outro, todavia, o apontamento dessas diferenças era elaborado à vista de parâmetros exteriores, ou seja, dos referenciais abstratos relacionados ao que colocava como uma nação desenvolvida e moderna, restando para o país, assim, a condição de nação subdesenvolvida inserida na economia mundial. Desta maneira, em contraposição, a identidade nacional foi elaborada como aquilo que faltaria para nos integrarmos ao rol das nações capitalistas, sendo emblemática deste momento a veiculação de propostas políticas e econômicas de desenvolvimento e modernização.

Diversamente da ideologia do ‘caráter nacional’, a ideologia da ‘identidade nacional’ opera noutro registro. Antes de mais nada, ela define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença. (...) Para que se possa ter uma ideia da diferença entre as duas ideologias, tomemos um exemplo. Na ideologia do ‘caráter nacional brasileiro’, a nação é formada pela mistura de três raças – índios, negros e brancos – e a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial. Nessa perspectiva, o negro é visto pelo olhar do paternalismo branco, que vê a afeição natural com que brancos e negros se relacionam, completando-se um ao outro, num trânsito contínuo entre a casa-grande e a senzala. Na ideologia da ‘identidade nacional’, o negro é visto como classe social, a dos escravos, e sob a perspectiva da escravidão como instituição violenta que coisifica o negro, cuja consciência fica alienada e só escapa fugazmente da alienação nos momentos de grande revolta. Na primeira, o caráter brasileiro é formado pelas relações entre o branco bom e o negro bom. Na segunda, a identidade nacional aparece como violência (branca) e alienação negra, isto é, como duas formas de consciência definidas por uma instituição, a escravidão. Como observa Silvia Lara, a primeira imagem é a da escravidão benevolente, enquanto a segunda é a da escravidão como violência, mas, nos dois casos, os negros não são percebidos como o que realmente foram, tirando desses homens e mulheres ‘sua capacidade de criar, de agenciar e ter consciências políticas diferenciadas’, numa palavra, despojando-os da condição de sujeitos sociais e políticos. Enquanto a ideologia do ‘caráter nacional’ apresenta a nação totalizada – é assim que, por exemplo, a mestiçagem permite construir a imagem de uma totalidade social homogênea –, a da ‘identidade nacional’ a concebe como totalidade incompleta e lacunar – é assim

que, por exemplo, escravos livres e homens pobres, no período colonial, ou os operários, no período republicano, são descritos sob a categoria da consciência alienada, que os teria impedido de agir de maneira adequada. A primeira opera com o pleno ou o completo, enquanto a segunda opera com a falta, a privação, o desvio. E não poderia ser de outra maneira. A ‘identidade nacional’ pressupõe a relação com o diferente. No caso brasileiro, o diferente ou o outro, com relação a qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa ‘identidade’, definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações, isto é, desprovida de traços que a fariam ter a plenitude imaginada pela ideologia do ‘caráter nacional’¹⁴⁷.

Pelo trecho citado, percebe-se que nesta passagem às elaborações da identidade nacional, as singularizações de nosso processo histórico passaram a ser refletidas – e nossas diferenças determinadas – em contraposição a um hipotético modelo de sociedade (capitalista) completamente realizado ou desenvolvido. Assim, a condição de atraso é tomada, ao mesmo tempo, como caractere próprio de nossa identidade e obstáculo a ser superado, de sorte que a história era lida como processo de modernização mediante o progresso e aproximação gradativa do atrasado rumo ao desenvolvido, isto é, em direção ao modelo completo¹⁴⁸.

Como salienta Carlos Guilherme Mota, tais referenciais tomaram as principais tendências intelectuais a partir da década de 1950. A maior parte da intelectualidade progressista embarcou no projeto de um reformismo nacionalista, sendo emblemáticos deste período, para citar alguns, as produções teóricas de Celso Furtado em torno de um planejamento desenvolvimentista, os trabalhos históricos acerca do trabalhismo getulista de José Honório Rodrigues e mais fortemente o nacionalismo dos ideólogos do ISEB, embebido em teorias dualistas de explicação da realidade nacional e em uma procura por “soluções adequadas” ao país¹⁴⁹.

¹⁴⁷ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador...*, op. cit., p. 165-166.

¹⁴⁸ Idem, “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. Publicado originalmente em: *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. Utilizo a edição disposta no conjunto *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Organização de André Rocha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, (Escritos de Marilena Chauí, vol. 02), p. 19.

¹⁴⁹ MOTA, Carlos Guilherme, op. cit., p. 38/ p. 175. Acerca da relação entre os intelectuais e o nacional-desenvolvimentismo, Leandro Konder, no texto *História dos intelectuais nos anos 50* tece considerações que se integram à nossa análise. O autor ressalta que segundo a proposta do ISEB, do qual participaram figuras diversas como Helio Jaguaribe, Werneck Sodrê, Guerreiro Ramos, Roland Corbusier, e outras, a importância de se pensar o desenvolvimento devia-se à necessidade de inserir o país na “Idade Moderna”, uma vez que teria nos faltado a experiência de uma crise capaz de desafiar o pensamento tradicional a rever suas convicções fundamentais. O

Muito embora a existência de múltiplos e variados matizes formuladores da identidade nacional, é possível fornecer, segundo Carlos Guilherme Mota,

algumas indicações sobre o lineamento geral da produção cultural nesse período em que se estruturou um poderoso sistema ideológico, onde as ideias de ‘consciência nacional’, ‘aspirações nacionais’, ‘cultura brasileira’ e ‘cultura nacional’ constituíram os fulcros de linhas de pensamento suficientemente fortes para mascarar *quase*¹⁵⁰ todos os diagnósticos sobre a realidade brasileira. Até mesmo o pensamento marxista, desmistificador por essência, deixou-se penetrar por esse quadro ideológico (...) participou da elaboração de ideologias nacionalistas (...) desfigurando-se¹⁵¹.

Além dos intelectuais citados, e estritamente em relação ao campo da produção cultural, de acordo com o autor, as propostas dos Centros Populares de Cultura (CPC), identificado com a União Nacional dos Estudantes, por exemplo, participaram da reprodução deste sistema ideológico e ajudaram a intensificar a circulação das discussões em torno do termo “cultura popular”. Mesmo que utilizado em múltiplas acepções e por diversos grupos, de maneira geral foi posta em ação a tese de que a “cultura popular” não era apenas a que vinha do povo, mas a que se fazia pelo povo. Sem que houvesse, no entanto, uma clara ideia do que era a cultura feita pelo povo, tampouco a própria noção de povo era criticamente problematizada.

Segundo o autor, “a *cultura popular* é então conceituada como um instrumento de educação que visa dar às classes economicamente (e *ipso facto* culturalmente) desfavorecidas uma consciência política e social. Os principais teóricos desse movimento foram Carlos Estevam e Ferreira Gullar, que discutiam o problema em níveis muito diversos”¹⁵². A cultura popular assim considerada – e oposta de modo dualista à cultura de elite – guardaria, apesar de seu potencial emancipatório e de sua autenticidade, um conteúdo alienado que precisaria passar

moderno era identificado, assim, como o sistema capitalista, pelo que se impunha a necessidade do desenvolvimento e modernização do próprio pensamento historiográfico. A história deveria ser pensada a partir das necessidades do presente. Nessa linha, a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional foi identificada, também, com os anseios das massas populares, sem, no entanto, haver nenhum consenso no que se refere a como deveria ser construída tal ideologia ou como ela poderia ser identificada com o povo. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998, p. 358 e seguintes.

¹⁵⁰ A presença do advérbio quase merece nota, uma vez que Carlos Guilherme dedica alguma das seções de suas obras a demonstrar a radicalidade do pensamento crítico de Antonio Cândido, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 156-157.

¹⁵² *Ibid.*, p. 210 e 211.

antes pela filtragem da vanguarda intelectual a fim de se tornar um instrumento de conscientização das massas.

A marca do nacionalismo enquanto princípio de individualização temporal e espacial também não deixou de estar presente em tais grupos, sobretudo na produção de Ferreira Gullar, como registra Carlos Guilherme Mota ao analisar a obra *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. O poeta atribui especial importância ao papel progressista das vanguardas intelectuais, tanto no sentido de nos aproximar do “caráter nacional da expressão estética”, como as considerando aquelas capazes de provocar e discutir as transformações necessárias para enfrentar a condição de subdesenvolvimento e, finalmente, promover o necessário, isto é, a superação das estruturas arcaicas de nosso país. Encontram-se subsumidas nessas suposições as outras marcas do pensamento progressista dessa época antes consideradas. Gullar compreende a condição de subdesenvolvimento como uma etapa histórica a ser superada dentro de um registro da história em constante evolução (em contraposição à de ruptura e descontinuidade, como observa Mota). E ao final coloca como questão em aberto o “destino da cultura numa sociedade de massas”¹⁵³.

A propósito, no avançado da década de 1960 a problemática da massificação da cultura reverberava e circulava em meio às discussões sobre a produção cultural no Brasil. No entanto, o emprego de tal conceito também não contribuiu para um aprofundamento nas questões fundamentais que constituíam a dissimulação cultural das relações de classes, como defende Mota. Ou seja, mesmo que *os impasses da dependência cultural (em 1969-1974)*, como denota o

¹⁵³ No entanto, “o vanguardista está na ponta de qual corrida?”. É essa a pergunta que Roberto Schwarz se faz lançando dúvidas sobre as atividades da vanguarda cultural em textos da década de 1970. Ver: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Especialmente os ensaios: “Nota sobre vanguarda e conformismo” e “Cuidados com as ideologias alienígenas”. De acordo com Mota: “Com as ambiguidades de certas vanguardas intelectuais se revelassem muito acentuadas por essa época, Schwarz passa a levantar dúvidas sobre a concepção de cultura – e de História – que as informavam. Distante de um marxismo linear e pouco criativo, aquele marxismo esclerosado demais, para apreender as especificidades das novas manifestações que abafavam o avanço relativo da cultura política no país (...)”. In: *Ibid.*, p. 245. Na sua compreensão a vanguarda cultural não gerava outra coisa do que o fortalecimento do sistema sócio-político. A leitura radical de Schwarz foi construída através de ensaios publicados entre 1960 e 1964, nos quais desenvolveu conceitos ancorados no pensamento de Lukács, Adorno, Horkheimer e Benjamin. Após 1967, intensificou-se ainda mais sua crítica contra a produção intelectual e artística que se ajustava mais e mais ao mercado de consumo, sobretudo em sua análise sobre os novos meios de comunicação de massa onde, segundo ele, o artístico estava em decadência.

título do último capítulo de seu ensaio, fossem colocados como uma das condicionantes fundamentais para se refletir acerca de uma ideia de cultura no Brasil, ainda assim os intelectuais engajados em tal temática permaneciam distanciados das contradições presentes na realidade material brasileira que poderiam contribuir para um debate mais aprofundado do tema.

Isso porque, como é o objetivo de sua obra, Carlos Guilherme Mota pretende demonstrar, ao analisar as produções culturais entre 1930 e 1970, que os conceitos utilizados pelos pensadores em torno da construção de uma ideia de cultura brasileira, ou de uma ideia de Brasil, colocaram-se de modo a mais escamotear os conflitos subjacentes às relações sociais brasileiras do que realmente revelá-las ou explicá-las. Ou seja, as análises sobre o processo histórico brasileiro, à exceção de poucas obras críticas já mencionadas, operaram de maneira a ocultar as causalidades próprias de nosso processo cultural sendo substituídas por termos identitários apriorísticos e totalizantes voltados a produzir uma imagem ideologizada da cultura brasileira.

Assim, a seu ver, a “Cultura Brasileira”, não existiria no plano ontológico, mas enquanto recurso explicativo fornecido ou originado em determinadas camadas sociais das quais os pensadores brasileiros provinham – e as quais o autor evoca como “estamentos senhoriais” – responsável por reproduzir e universalizar uma imagem autóctone dessas mesmas camadas, afastando ou colocando no esquecimento, simultaneamente, a participação dos outros sujeitos históricos para a compreensão das relações sociais e políticas no país. Até mesmo quando a atenção foi dirigida para outros componentes e estratos de nossas relações sociais isso foi feito de maneira a contrapor dicotomicamente a existência de uma cultura popular (em oposição a uma hipotética cultura de elite ou burguesa), perdendo-se assim as tensões provocadas pelos dinamismos do corpo social.

Do mesmo modo, a criação do símile entre cultura brasileira e identidade nacional, ou cultura nacional, e o então abarcamento pela primeira de termos como “consciência nacional”, “aspirações nacionais” etc., mesmo que tangenciando importantes questões conexas à situação brasileira face o sistema capitalista, especificamente em relação à condição de subdesenvolvimento e dependência, não contribuíram para averiguar de fato as implicações de nossa

condição para a produção cultural. As diferenças já determinadas pela condição de atraso e falta dispunham à nação um destino fadado a um processo histórico linear orientado pelos ditames do progresso e do desenvolvimento a serem atingidos em algum momento posterior.

(...) o que se verifica é que, ao inverso, a noção de “Cultura Brasileira” gerada nos últimos quarenta anos dissolveu as contradições sociais e políticas *reais* quando estas afluíam ao nível da consciência dos agentes: numa palavra, a consciência *cultural* nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação *política* de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência *social*. Esse legado dos estamentos dominantes da República Velha e do Estado Novo – a noção de “Cultura Brasileira” – mais serviu a embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes e a mascarar a problemática da dependência. Nesse sentido, trata-se de um conceito autofágico, alienante, de raiz estamental e que, numa sociedade já de classes, nobilita àqueles que dele cuidam. Não existe, nesse sentido, uma Cultura Brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente, como um fator dissolvente nas contradições reais. ‘Democracia racial’, ‘história incruenta’, ‘homem cordial’, ‘caráter nacional’ etc. transformaram-se com facilidade em moedas correntes nessa ‘cultura’. **A ausência sistemática de estudos sobre movimentos sociais de porte (Balaiada, Farroupilha, 1930) e de linhagens ideológicas significativas passa a ser um dado essencial que está a indicar a omissão exemplar em relação a temas centrais que deveriam marcar o travejamento central dessa ‘cultura’.** A *omissão* de temas centrais e fundamentais na produção cultural de uma sociedade possui um valor decisivo para o estudioso das ideologias preocupado em desenhar os contornos de um sistema ideológico. Note-se, a propósito, que somente após 1964 essa ‘cultura’ produziu as primeiras (e poucas) pesquisas significativas, por exemplo, sobre operariado no Brasil – o que é compreensível quando se trabalha mais com noções ideológicas como ‘cultura brasileira’ (...) do que com *conceitos analíticos* como consciência de classe (por exemplo). A veiculação de noções como aquelas dão conta, no plano do vocabulário, da existência de um sistema ideológico que se *atualiza* no sentido de manter unificado através de ‘interpretações’ que soldam as contradições reais. Ainda no plano do vocabulário, não parece difícil visualizar o circuito percorrido de 1930 a 1974, no plano das produções culturais, indicando a existência de uma sucessão de *momentos* nos quais noções como ‘civilização brasileira’, ‘cultura brasileira’, ‘cultura nacional’, ‘cultura popular’, ‘cultura de massa’, marcariam os horizontes ideológicos da intelectualidade progressista – incrustrada, ela mesma, na camada dominante. **Não será por acaso que, ao final do circuito, já nos anos setenta, se verifica o acoplamento de duas noções (ideológicas) básicas: Cultura Brasileira nos quadros da massificação.**¹⁵⁴ (grifei)

Contudo, o próprio autor reconhece com otimismo os novos trabalhos produzidos a partir de então:

Pode-se perceber a existência de *novas linhagens de interpretação* tendentes a romper com a tradição de se focalizar a história da ‘cultura brasileira’, ou a história do ‘pensamento brasileiro’ como universos mais ou menos coesos e

¹⁵⁴ Ibid., p. 286.

fechados. Nessas poucas abordagens estudadas no ensaio, a ‘cultura brasileira’ não aparece enraizada na ideologia mais ou menos difusa (conforme a conjuntura) da ‘consciência nacional’ presente nas interpretações nacionalistas anteriores, na medida em que o ‘pensamento brasileiro’ não aparece como simples ‘reflexo’ das bases sociais, como entendiam os paralelistas dos anos 50. Idêntica modificação parece existir em formulações do marxismo ortodoxo: raramente se entende, hoje, em termos de uma possível história da cultura, o estágio cultural (ideológico) atual como apenas ‘uma etapa de um processo evolutivo’ já pré-traçado. *Mais: observar-se o surgimento de traços de linhas de interpretação tendentes a dessacralizar radicalmente a noção de Cultura, que seria tão-somente a maneira de se articular, de se arranjar, de se definir uma ideologia numa ‘região’ da superestrutura considerada uma formação econômico-social, num dado momento histórico.* Parecem nítidos, pois, os efeitos das ‘rupturas’ que provocaram a série de impasses em que se encontram as frentes remanescentes da produção cultural. (...) As rupturas mencionadas, de maneira geral, se acham definidas a partir da revisão de teses nacionalistas, teses criticadas com o apoio de teorias de classes sociais de inspiração marxista; (...) ou a partir de uma série de pesquisas sobre a cultura popular, orientadas segundo metodologia rigorosa. **Em suma, a ruptura pode ser registrada, por exemplo, através de investigações em que os estudos dos dinamismos específicos da dissimulação cultural das relações de classe surge vinculado à problemática da massificação e do controle social em área periférica**¹⁵⁵. (grifei)

É interessante aos objetivos deste trabalho demarcar, primeiro, a consciência (auto)crítica que se reproduziu na academia neste período. Em segundo lugar, importa reconhecer o próprio impacto da realidade brasileira ao longo da década de 1970 sobre as possibilidades de se pensar uma imagem de Brasil ou de cultura brasileira ou mesmo de se produzir cultura no país. A partir de 1969, como se sabe, temos o acirramento do regime militar e o consequente aumento do controle social por parte do chamado, à época, “Sistema”. Variadas formas de violência se manifestavam nas políticas oficiais do Estado brasileiro. Tornava-se ainda mais problemático refletir sobre as condições da produção cultural brasileira em meio ao crivo explícito da censura oficial ou refletir sobre uma imagem de Brasil por meio de registros hegemônicos e tendentes às ideias mencionadas de conciliação, cordialidade e história incruenta, frente, por exemplo, ao emprego amplo e sistemático de tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados de cidadãos brasileiros dos mais diferentes estratos sociais em nome dos “interesses nacionais”.

Ademais, cabe notar que, paradoxalmente, as políticas públicas de cultura elaboradas nessa época, e até mesmo outras palavras de ordem presentes no discurso autoritário oficial – tais quais os ideários de desenvolvimento, progresso

¹⁵⁵ Ibid., p. 288.

e modernização –, utilizaram-se de pressupostos ideológicos muito semelhantes àqueles destacados anteriormente. Fazendo-se necessário repensar posteriormente, portanto, já na transição, uma compreensão mais adequada, ou pelo menos, criticamente mais engajada, acerca da temática da cultura brasileira dentro do contexto tratado. Por esse motivo, a seção adiante propõe identificar as discussões travadas no âmbito teórico e entre a militância política do final da década de 1970 – reanimada pela perspectiva da reconstitucionalização do país – que, na linha deste pensamento crítico destacado até aqui, passou a abordar os diversos planos ideológicos pelos quais o vocábulo cultura era tratado, sugerindo, pois, uma maior problematização dos próprios procedimentos ideológicos pelos quais ele era, igualmente, manifestado.

2.2

O debate e a circulação das ideias na criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

Um dos novos espaços de pensamento que congregou algumas destas novas linhagens interpretativas as quais Carlos Guilherme Mota se refere no último trecho destacado¹⁵⁶, parece-me aquele que se deu em torno da criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e com as publicações de seus periódicos, a Revista de Cultura e Política.

O instituto, criado em 1976 por iniciativa de Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhom Albuquerque, Luiz Eduardo Wanderley e Marilena Chaui, tinha o objetivo de promover uma discussão interdisciplinar em torno das principais temáticas em jogo no processo político da abertura e oferecer uma perspectiva crítica no que diz respeito ao modo como os conceitos de democracia, autoritarismo, cultura popular, entre outros, vinham sendo colocados pelo pensamento político, ciências sociais e estudos culturais da época, indo de encontro a certas tradições destas áreas. Com a emergência dos novos movimentos sociais, a reanimação da mobilização política em torno da abertura, o

¹⁵⁶ Indicadas pelo autor como tendentes a romper com a tradição de se focalizar a história da cultura brasileira como universo coeso e fechado, não mais enraizadas na ideologia da consciência nacional presente nas interpretações nacionalistas anteriores e caracterizadas por um esforço em dessacralizar a noção de Cultura, resultantes das diversas rupturas teóricas destacadas anteriormente e, ainda, apoiadas em teorias de classes sociais de inspiração marxista e direcionadas a uma série de pesquisas sobre as manifestações populares de cultura, utilizando-se de metodologia mais rigorosa etc.

retorno dos exilados ao país, a reorganização do pensamento de esquerda, entre outros acontecimentos que identifiquei no capítulo anterior, logo se aproximaram do grupo outros intelectuais e militantes, transformando-se assim em um polo aglutinador das novas tendências teóricas e práticas. Como relembra um de seus participantes, o cientista político Marco Aurélio Nogueira:

A única condição para ser do CEDEC era ser contra a ditadura. (...) O CEDEC não incluía só a esquerda. Incluía, por exemplo, os liberais progressistas como Celso Lafer, e Almino Affonso, por exemplo. Um dos seminários mais interessantes que nós tivemos logo no início quando os exilados começaram a voltar, foi feito pelo Miguel Arraes. Incorporaram-se ao grupo Plínio de Arruda Sampaio, vindo da Democracia Cristã, o pessoal da OAB, da ABI, por intermédio do Perseu Abramo, o pessoal do Cebrap – uma parte do Cebrap passou a participar dos dois Centros –, o pessoal da ciência política da PUC, das ciências sociais da USP, os grupos ligados à Teologia da Libertação e a Paulo Freire¹⁵⁷.

Assim, a pluralidade de vertentes que participavam dos debates do grupo e o próprio cenário de crise dos últimos anos da década de 1970, possibilitaram que as temáticas citadas fossem reelaboradas sob outros ângulos. Por exemplo, a questão do autoritarismo, tradicionalmente compreendida em um viés economicista ou através da “teoria da dependência”, que colocava o autoritarismo político da América Latina como uma saída ou resultado da articulação entre o estado nacional, o capital nacional e o capital internacional apenas, foi ampliada e colocou-se em dimensão a manifestação das diversas formas de autoritarismo incrustadas nas relações sociais brasileiras, inclusive nas construções correntes do saber. Da mesma maneira, o conceito de democracia tradicionalmente identificado com um modelo político específico, mormente com o de Estado de Direito liberal, deveria ser expandido e articulado com a possibilidade de se pensar um processo de democratização dos mais diferentes planos sociais, seja da seara econômica ou política, seja a cultural, importando para isso uma maior distribuição de poder, riquezas e, principalmente, participação popular¹⁵⁸.

¹⁵⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. “O pensamento político e a redemocratização do Brasil”. In: *Lua Nova. 30 anos CEDEC*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>. Acesso em 12/10/2013, p. 13.

¹⁵⁸ Outra questão fundamental a ser levada em consideração é o seu distanciamento da vertente do nacional-desenvolvimentismo e a inserção da temática da democracia nas discussões. Acerca de suas publicações na *Revista de Cultura e Política*, vale transcrever a constatação presente no trabalho de Leonardo Barbosa: “A Revista de Cultura & Política, lançada pelo CEDEC um ano após a fundação deste e publicada entre os anos de 1978 e 1982, foi uma resposta a demanda dos intelectuais que a criaram pela construção de um sentido a sua ação no contexto de um crescente engajamento desses no processo de Abertura política brasileira. Como deixa claro o editorial do primeiro número da revista, os conceitos que nas suas páginas seriam discutidos tiveram por

Aliás, a intensificação das mobilizações populares em diversas frentes, já mencionada, impelia concretamente nos teóricos a necessidade de inserir no entendimento de nossas transformações a participação das diferentes classes sociais. As discussões dessa época são marcadas por uma forte crítica ao papel de protagonismo concedido aos “fatos institucionais” e o reconhecimento do papel coadjuvante oferecido às classes populares no entendimento do processo histórico brasileiro. Deste modo, a identificação dos sujeitos históricos e de suas diferentes manifestações (não apenas enquanto “objeto de dominação” ou massa de manobra populista) tornou-se um fator essencial a ser inserido nos debates em curso. Ao introduzir em sua alcunha, por exemplo, o termo “cultura”, sugeriam entender a “cultura política, a cultura tal como vista pelos antropólogos, a questão da cultura popular, o problema da ideologia, a questão gramsciana da cultura e a luta pela hegemonia”¹⁵⁹, o que se revela na apresentação do primeiro número de sua revista:

objetivo pensar o sentido da história brasileira naquele momento, e pensar, nesta, o lugar que os intelectuais deveriam ocupar. Os responsáveis pela fundação do CEDEC, membros, como eram, de uma geração intelectual por vezes associado ao Seminário de Marx, organizado por orientandos do sociólogo Florestan Fernandes, incorporaram diversos debates e conceitos que haviam sido desenvolvidos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Tal trajetória intelectual possuía um fio orientador: a crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista tal como formulado pelo ISEB, eleito, por sua vez, pelos intelectuais desta geração da Escola Paulista como centro construtor de uma narrativa histórica brasileira a ser combatida. Dois são os principais diálogos realizados (...) com seu passado recente, em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, dão continuidade à crítica desenvolvida ao nacionalismo-desenvolvimentista logo após a experiência do golpe militar de 1964 (...) Nas obras de Octavio Ianni e Francisco Weffort, publicadas logo após o golpe, o conceito de populismo ganha centralidade em seus discursos por permitir a historicização do nacionalismo-desenvolvimentista do ISEB. Ambos os autores analisam o momento histórico que vai de 1946 a 1964 como um período já superado na história brasileira, e procuram entender o porquê de seu fim trágico. Com isso, a distância científica já elaborada por Florestan Fernandes em sua crítica ao ISEB, atualiza-se como uma distância também temporal. A ênfase no caráter de ruptura do golpe de 1964 e do anacronismo das práticas e ideias políticas das forças trabalhistas e nacionalistas contribui para a demarcação do intelectual com origem nas tradições da Escola Paulista, com seu discurso e objeto já bem delimitado: a sociedade civil. Essa perspectiva será atualizada para legitimar o lugar de fala dos intelectuais do CEDEC no contexto da Abertura política. Em segundo lugar, incorporam a pesada crítica ao conceito de desenvolvimento realizado no âmbito do CEBRAP durante a década de 1970. Por meio da análise das obras de Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, o presente trabalho procurou mostrar como o conceito de desenvolvimento, anteriormente central para conferir um sentido à narrativa da história brasileira, se esvaziava no contexto de crescimento econômico com forte exclusão social. Assim, as críticas ao nacionalismo-desenvolvimentista são usadas para atacar o desenvolvimento como um todo, que passa a ser visto de maneira negativa. (...). A democracia torna-se, portanto, o horizonte que confere sentido à narrativa por meio da qual os intelectuais do CEBRAP se colocavam em uma postura de oposição ao regime militar”. In: BARBOSA, Leonardo Martins. *Crise e Transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982): uma análise do momento da Abertura*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, orientador Luiz Resnik, 2010.

¹⁵⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio, *op. cit.*, p. 08.

O nosso ambiente de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções estatais, contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo em épocas mais recentes é o tecnocrata, reavivando as raízes autoritárias da tradição da cultura brasileira. Cumpre, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. (...) Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia (...).

Ou em um segundo boletim publicado em 1978, no qual foram expostos os esforços iniciais por parte do grupo em organizar um acervo básico de informações para o estudo do processo de participação social, política e cultural das classes populares dos grandes centros urbanos do país:

O CEDEC é uma instituição civil (...) fundada em 1976 e cujo objetivo principal consiste na consolidação de um espaço para a realização de pesquisas e debates sobre aspectos sociais, políticos e econômicos e culturais da realidade brasileira, com ênfase especial na problemática das classes populares. É assim que o perfil do CEDEC se define. Nesse sentido, dirige suas atividades para as seguintes áreas: movimento operário e sindical, trabalhadores rurais, movimentos sociais urbanos, cultura popular, violência e marginalidade, igreja e suas relações com os movimentos populares e o Estado, ideologia e partidos políticos.

Em suma, como pode ser observado das temáticas trabalhadas, é inaugurado um novo momento teórico no Brasil, como observa Chauí: nessas circunstâncias, o “social [a sociedade brasileira] entra em cena novamente” e, segundo a mesma,

isso tem consequências políticas: quando o Estado deixa de ser o sujeito histórico e quando a transformação histórica deixa de ser pensada como tomada pelo Estado, quando os movimentos populares, os movimentos sindicais, a cultura popular, partidos políticos, as formas sociais e políticas de organização surgem como os novos sujeitos históricos ou como um sujeito histórico coletivo, como disse Eder Sader, há uma redefinição da prática social transformadora. Aparece, tanto no plano industrial como nas demais instituições sociais, o tema da autogestão em oposição ao tema sociológico da organização. E, no plano político, o tema da autonomia em oposição ao tema leninista da vanguarda. Com esses temas, entra em cena a discussão intensa sobre a noção de participação. Com a proposta de autogestão ao lado do trabalho, da autonomia dos movimentos sociais e populares, do lado da sociedade, e da participação, do lado social e político, o CEDEC encontrou os três elementos ou as três determinações que lhe permitiram fazer uma reflexão sobre a relação entre democracia e socialismo¹⁶⁰.

Considero importante ressaltar esta significativa ampliação do significado atribuído ao vocábulo cultura, às manifestações culturais brasileiras e, por

¹⁶⁰ Ibid., p. 16.

consequente, ao reconhecimento de seus produtores e o caminho aberto para reconhecer sua participação na construção histórica brasileira, na medida em que tal movimento vai se fazer sentir posteriormente nas discussões travadas por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, sobretudo através das propostas enviadas pelas diferentes entidades representativas das classes artísticas, dos movimentos sociais, pelos próprios constituintes e pela presença popular nas audiências públicas.

Uma dessas ocorrências que destacarei adiante, e que constitui um efeito mesmo da produção teórica considerada até aqui, é a proposta de política cultural encaminhada pelo Partido dos Trabalhadores. Seu plano de cultura, que contou com as contribuições dos mais diversos quadros de militância do partido, foi sistematizado, em termos gerais, por Antonio Cândido, Edélcio Mostaço¹⁶¹, Lélia Abramo¹⁶² e Marilena Chaui.

2.3

A proposta de política cultural formulada pelo Partido dos Trabalhadores.

Um dos aspectos interessantes da proposta do Partido dos Trabalhadores é a abordagem multifacetada que oferece à temática da cultura. Na cartilha, os autores não estavam preocupados em apresentar uma definição para o termo cultura, tampouco estipular os seus direitos correlatos. Tem-se, na verdade, a demonstração de um panorama a respeito dos diversos planos nos quais é possível identificar o aparecimento das manifestações culturais, ou seja, os usos e sentidos atribuídos ao vocábulo e o modo como eles se relacionavam ao modelo político e econômico existente à época. É a partir deste exercício reflexivo e crítico que o texto propõe, ao final, possíveis caminhos e contornos para uma maior democratização do campo cultural no país.

¹⁶¹ Teórico, crítico de teatro, ensaísta brasileiro e, ao longo da década de 1980, foi membro do Centro de Estudos de Arte Contemporânea, CEAC, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, participava como editor de Arte em Revista, publicou, em 1982, *Teatro e Política: Arena, Oficina e Opinião* e de 1987 a 1989 presidiu a Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA.

¹⁶² Atriz e militante, protagonizou inúmeras peças fundamentais para o teatro brasileiro, tal como *Eles não usam black-tie*, em 1958, com Gianfrancesco Guarnieri e, a partir de 1978, passou a presidir o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo.

Com efeito, o primeiro desses âmbitos abordados foi a sua dimensão enquanto política social do Estado brasileiro. Reconheceu-se que a formulação de políticas públicas de cultura era utilizada, em grande medida, para a legitimação do próprio Estado perante a população. Desde a produção e circulação de propagandas exaltando determinada imagem do país, na elaboração dos planos nacionais de educação e de cultura, na orientação das estatais, na forma como se dava a distribuição dos financiamentos e recursos para área, até no controle social executado pela censura. Enfim, os serviços públicos relativos à cultura serviam não apenas para garantir um direito social da população, mas muito mais, talvez, contribuíam para a formação de um *imaginário comum* ou, em outros termos, aquilo que me referi no início da seção 2.1., participava na criação de um sentimento nacional e de uma imagem do Estado ou da nação brasileira válida a todos e a todas.

Nesse sentido, lembram os autores que tal fenômeno não foi particular aos governos daqueles anos, mas as políticas sociais deveriam ser vistas como uma espécie de resposta oferecida pelos estados contemporâneos à contínua pressão das demandas impostas pelos movimentos sociais, de maneira que os serviços públicos aparecem como um conjunto de recursos para conservar o aspecto de “universalidade e de comunidade política (...) acima das particularidades das classes. Um dos meios é a chamada política social, isto é, um conjunto de procedimentos, de práticas e de instituições pelas quais o Estado se responsabiliza pelo bem-estar dos cidadãos (...) e também como instrumento de legitimação, já que não pode ser visto como representante do bem comum”¹⁶³. Ainda na linha de argumentação dos autores, e considerando que redigem o documento ainda no contexto do regime militar¹⁶⁴, contribuiria para a criação de tal aparência a existência tanto das políticas culturais como da indústria cultural, ambas encarregadas de “disseminar, conservar e difundir a ideologia da classe dominante”, as quais se realizariam desde as: “as escolas (do pré-primário às

¹⁶³ ABRAMO, Lélia; CANDIDO, Antonio, CHAUI, Marilena; MOSTAÇO, Edélcio. *Política Cultural*. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 09.

¹⁶⁴ Repetimos: cumpre lembrar que a discussão proposta se inseria no contexto político de um regime extremamente autoritário, cujas decisões sobre a elaboração das políticas sociais do país originavam-se de uma pequena cúpula de tecnocratas orientadas a partir dos interesses de seus apoiadores/financiadores. No entanto, a discussão ainda é válida para reconhecermos a grande abrangência que a temática cultural percorre nos serviços oferecidos pelo Estado e a necessidade, portanto, da participação popular.

universidades), nos laboratórios e centros de pesquisa científica e artística, nos planos nacionais de educação e de cultura, nos museus, na literatura oficial e em todas as empresas nacionais de cultura”. Por sua vez, “a indústria cultural (que pode ser estatal ou não) se realiza pelos meios de comunicação de massa – imprensa, rádio, televisão, propaganda, serviços editoriais, discos e artes audiovisuais”. No entanto, de acordo com os mesmos, as finalidades da política cultural e da indústria cultural seriam as mesmas, isto é,

a conservação da ideologia dominante, porém, a política cultural pode oferecer-se como política nacional que interessa à nação e à sociedade como um todo, enquanto a indústria cultural se oferece diretamente determinada pelo jogo do mercado e da competição. A política cultural pode aparecer como incentivo à produção cultural, enquanto a indústria cultural se baseia exclusivamente no consumo dos chamados bens culturais¹⁶⁵.

Concretamente, os autores sintetizam os principais traços e características das políticas culturais formuladas pelo Estado brasileiro no decorrer daqueles anos (até 1980) e os desdobramentos dessa vinculação em quatro tópicos. O trecho completo pode ser visto no anexo I deste trabalho. Destaco alguns traços interessantes de suas constatações, tais como os seguintes pontos: a) centralização das decisões culturais nos Ministérios e Secretarias de Educação e Cultura; b) vínculo entre cultura e segurança nacional, de sorte que, aqui, a cultura foi diretamente colocada como instrumento fundamental do controle ideológico, seja na primeira educação ao estabelecer, por exemplo, aulas de moral e educação cívica, entre outras matérias, seja no controle ideológico ampliado e estimulado pelos meios de comunicação de massa, particularmente a televisão e os investimentos Embratel-MEC. Além, disso, destacam que a marca principal da cultura sob a LSN e sob a vigilância do SNI foi a presença direta da censura sobre a produção cultural. Além, desses recursos repressivos, o MEC empregou um outro, mais eficaz, qual seja, o controle das atividades culturais por meio da distribuição dos recursos e da colocação das verbas, de sorte que muitas vezes não era sequer preciso reprimir e censurar os produtores de cultura, bastando cortar-lhes os recursos financeiros para trabalhar; c) vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional, isto é, a subordinação dos planos culturais ao modelo econômico de desenvolvimento capitalista implantado (portanto, baseado na forte

¹⁶⁵ Ibid., p. 12.

concentração da renda e na superexploração do trabalho e no arrocho salarial); d) vínculo entre cultura e integração nacional, isto é, o uso da cultura como fator de unificação nacional (visando à criação de um sentimento nacional de ‘grande potência’). Os planos culturais, ao mesmo tempo em que deveriam ser regionalizados, deveriam também possuir as mesmas características para todo o país porque a cultura teria dupla função:

a) despertar o sentimento e a consciência nacional; b) formar o caráter nacional. A marca principal da ideia de integração nacional, marca presente nos outros pontos, mas não tão clara neste último, é o *nacionalismo*. O nacionalismo dos planos culturais possui três características principais: a) através da ideia de unidade nacional, ocultamento das divisões sociais de classes, das diferenças raciais, culturais, sexuais, etc., oferecendo a imagem de um sociedade homogênea e indivisa, dotada do mesmo ‘caráter nacional’; b) imposição vinda do alto (do Estado) da ‘verdadeira’ e da ‘correta’ consciência nacional; c) preparação ideológica para o espírito do ‘Brasil potência’¹⁶⁶.

Do trecho destacado, é possível perceber que, institucionalmente, as mesmas formulações ideológicas apontadas nas seções anteriores sobre uma imagem de Brasil e de cultura brasileira, como as concepções que entrelaçavam cultura e desenvolvimento, a tentativa de estabelecer um caráter nacional, a modernização como pressuposto primeiro para se pensar os problemas nacionais, o ocultamento das diferenças em termos totalizantes, a disponibilização de políticas para a cultura originadas do alto e oferecidas por “especialistas”, entre outras, foram encampadas e utilizadas pelos governos autoritários. Colocava-se, portanto, a necessidade conceber uma visão crítica a respeito de tais concepções.

A primeira abordagem que os autores sugerem é a de refletir a questão cultural no Brasil sob o ponto do sistema econômico onde há a existência de uma separação entre a visão da produção e do consumo da cultura dentro de uma sociedade dividida em classes, o que remete também a uma fragmentação entre aqueles que seriam os produtores da cultura de um lado e os meros consumidores de outro. O que, em um nível anterior, decorreria da separação primeira entre o trabalho manual e o intelectual, de modo que somente uma parte da produção cultural é “vista como cultura propriamente dita” e o restante apareceria e seria designado em termos secundários com o nome vago, por exemplo, de cultura popular, mormente identificada com o folclore ou como uma “subcultura, como o resíduo empobrecido e arcaico da boa cultura”. Desta maneira implicada,

¹⁶⁶ Ibid., p. 36-39.

sustentam que, de certa forma, determinadas manifestações culturais e suas “catalogações” são convertidas em instrumentos para a “dominação ideológica de uma classe sobre a outra”, assim como argumentado inicialmente. Em suma, enxergava-se, naquele contexto, que a questão da cultura estava intimamente relacionada com a da ideologia e com as formas de dominação política através das ideias. Igualmente, o mesmo poderia ser afirmado em relação ao papel assumido pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural. Enquanto esta teria se tornado o principal meio para a tarefa de unificação e de homogeneização social e cultural, aquela guardava ainda mais sérias implicações quando relacionada à formação da “opinião pública”, vejamos:

Com os meios de comunicação de massa a ideia de opinião pública se altera profundamente – ainda que não se altere o fundamental, isto é, que a opinião pública é a opinião de grupos e de classes particulares que detêm a propriedade dos meios de difusão das ideias. A alteração maior reside em três pontos: a) despolitização da opinião pública em favor dos interesses mercantis do consumo; b) concentração dos meios de emissão das mensagens em poucas mãos que controlam toda a opinião da sociedade para fins que não são explicitados; c) industrialização da comunicação e da informação. Essa industrialização significa: 1) que a difusão de informações e de ideias obedece ao critério do mercado contemporâneo de maximização dos ganhos e minimização das perdas – sem que se pergunte ganho de quem e em que, perda de quem ou de que ou em que; 2) conseqüentemente, uma concepção inteiramente utilitarista da cultura, só havendo difusão das ideias que sirvam para alguém e para alguma coisa, sem que se diga a quem, a que, para que e em que serve tal cultura; 3) conseqüentemente, instrumentalização da cultura pelos procedimentos administrativos que determinam o que é mais eficiente, mais rendoso e mais eficaz do ponto de vista do consumo e da ideologia. Sem dúvida, porém, a maior modificação da opinião pública trazida pelos meios de comunicação de massa diz respeito ao número de pessoas atingidas por eles num tempo bem menor. Essa alteração fez com que se difundisse a ideia de que os meios de comunicação de massa, por atingirem mais pessoas num tempo menor e por exigirem pouca ou nenhuma escolaridade, são instrumentos de democratização social e política. O que é falso. Não só as ideias veiculadas são as das classes dominantes, ou as dos grupos contestadores depois de diluídas e digeridas para perderem sua força contestadora (...), como ainda a difusão só é feita depois de filtrada por interesses econômicos, políticos e ideológicos de classes e de grupos dominantes. Também é importante lembrar como os meios de comunicação de massa banalizam os acontecimentos importantes e tornam toda a realidade homogênea e consumível¹⁶⁷.

O segundo exame que o grupo sugere à utilização do termo cultura é a da distinção correntemente feita entre os detentores de cultura e aqueles que seriam considerados os “incultos”. A cultura sob este aspecto é equiparada simplesmente ao saber científico, tecnológico, artístico e filosófico pelas classes dominantes e

¹⁶⁷ Ibid., p. 32-33.

assumido de maneira geral em seu emprego. Assim, ocorre a identificação de toda a cultura com um aspecto particular dela (o que seria próprio “da ideologia, cuja finalidade é dar cunho universal ao que é particular a uma determinada classe”). Cultura aparece, portanto, como sinônimo de *produção de saber* que pressuporia aquilo destacado anteriormente: a) a divisão social entre o trabalho intelectual e o manual, e ainda, b) escolaridade.

Para os autores, a posição e o reconhecimento de uma *outra ideia de cultura* por meio das políticas culturais incidia ainda de maneira mais urgente, na medida em que, no mundo contemporâneo, essa valorização da cultura enquanto posse dos conhecimentos técnico-científicos seria uma de suas estruturas basilares e uma de suas principais faces, a qual perpassaria, na realidade, as diversas relações do trabalho e da estratificação das funções sociais. Por aquilo que denominam de “mito da competência” ou mais especificamente em relação a essa temática, o mito da “competência cultural”: a utilização da cultura dominante como instrumento poderoso de controle, de exclusão e de invalidação social, política e cultural através da separação entre dirigentes e dirigidos. Conceito este em que vou me deter mais adiante, mas que pode ser observado nas mais diversas instâncias da sociedade de acordo com os autores:

a) na divisão do processo de trabalho dentro de uma fábrica é estabelecida uma rigorosa e radical separação entre os técnico-cientistas-administradores-gerentes-dirigentes que tomam todas as decisões, controlam todo o processo de trabalho em nome do ‘saber’ que possuem e reduzem os trabalhadores a mero executantes de tarefas para as quais devem possuir um minúsculo conjunto de conhecimentos cujas finalidades e cujo sentido não precisam nem devem conhecer. (...) A divisão, porém, também não se restringe à separação entre direção científica e execução trabalhadora, mas também divide todo o trabalho em migalhas, em pequenas parcelas, cada vez mais especializadas. Ora, qual foi a justificativa para [isso]? A justificativa foi a de que é *racional, eficiente, tecnicamente mais rentável, mais organizado, mais planejado e melhor administrado* um processo de trabalho no qual os trabalhadores desconheçam os imperativos técnicos e científicos da produção e no qual seu corpo realize no tempo corretamente cronometrado as tarefas impostas pelas máquinas. Assim, todo um conjunto de conhecimento – isto é, de cultura – foi mobilizado para arrancar dos trabalhadores o direito de decidir e de controlar seu próprio trabalho e seu próprio corpo e tempo. (...) b) Esse procedimento acima descrito, não se restringe às fábricas, à construção civil, aos bancos. Espalha-se por toda a sociedade porque nossa sociedade é uma sociedade *administrada*. Isto significa, em primeiro lugar, que para os administradores existe uma cultura (os princípios administrativos) válida para toda a realidade e aplicável em toda parte. Do ponto de vista administrativo, a realidade não possui diferenças e é possível organizar e controlar a Volkswagen, a Cosipa, a Embratur, a Embrafilme, a Embratel, os hospitais, as escolas, as universidades, as creches, os transportes, a vida familiar, o lazer, tudo

enfim, *da mesma maneira*, de acordo com os *mesmos princípios* e com os *mesmos fins*. E a política, como não poderia deixar de ser, é inteiramente confundida com a administração. Nossa cultura identificou tudo com a organização, o planejamento e a administração: identificou governar e administrar; fez de todas as atividades sociais (lazer, arte, imprensa, meios de comunicação, saúde, vida e morte) esferas administráveis e administradas. Ora, quem administra? Aquele que recebe o saber e a cultura administrativos. (...) c) Os fenômenos que descrevemos nos itens *a* e *b* não produzem apenas os efeitos que mencionamos. Produzem ainda um outro que é essencial que um partido de trabalhadores compreenda: o mito da “competência”, identificada com a posse do saber científico, tecnológico, administrativo, planejador e burocrático¹⁶⁸.

Este conceito circunstanciado no mito da competência, cujo significado vincula-se ao das próprias formações ideológicas na contemporaneidade, foi objeto de inúmeras publicações de Marilena Chaui à época. Mais adiante pretendo aprofundar sua análise, uma vez que, por meio das críticas suscitadas pela filósofa, é possível apreender importantes contribuições para se pensar a democratização da produção do saber e, concomitantemente, da produção de cultura. Por ora, cabe indicar que os mecanismos ressaltados nesses tópicos impossibilitavam, de acordo com os autores, o reconhecimento de um aspecto essencial da produção cultural: que todos os membros de uma sociedade produzem, reproduzem e consomem cultura. Isso porque acaba por ficar mascarado ou ocultado – sobretudo nas formulações das políticas culturais daquela época – os sentidos que o termo cultura carrega em seu âmago e manifestam-se de fato, isto é,

o conjunto das formas pelas quais os homens exprimem suas relações com a natureza, com o espaço, com o tempo, uns com os outros, com o sagrado e o divino, com as mudanças e as permanências. A construção de uma casa, o modo de plantar, de cozinhar, de rezar, de cantar, de dançar, de rir e de chorar, de festejar o nascimento e de cultuar a morte, de pintar e desenhar, de vestir ou não vestir, de amar e de odiar, de fazer sexo, constituir ou não determinadas modalidades de vida familiar, de memória coletiva, de encarar a infância, a maturidade e a velhice etc., tudo isso e muito mais, costuma ser chamado amplamente de *cultura*. A cultura, implicando o trabalho, a linguagem e a relação com o tempo possível constitui o mundo humano propriamente dito, isto é, o modo como os homens imprimem na realidade suas ideias, seus sentimentos, seus temores e suas esperanças, suas alegrias e tristezas, suas práticas de controle sobre o mundo natural e sobre a existência social. Costuma-se dizer que a cultura, em sentido amplo, é formada pelos conjuntos de símbolos que em diferentes época e em diferentes lugares exprimem os pensamentos, os sentimentos e as ações dos homens. Nessa perspectiva ampla, todos os seres humanos, enquanto

¹⁶⁸ Ibid., p. 18-20.

humanos, participam da cultura, seja como produtores de ideias, de práticas e de símbolos, seja como reprodutores da cultura estabelecida¹⁶⁹.

É claro que os significados que expõem não constituem nenhuma novidade e são até mesmo aqueles veiculados e sentidos pelo senso comum. No entanto, os autores procuravam apontar, justamente e paradoxalmente, os aspectos castradores pelos quais a cultura era tomada no âmbito da formulação das políticas sociais, na distinção ente seus produtores, na caracterização de suas manifestações e nas representações que se perpetuavam no âmbito teórico e também no da militância política. A propósito, as representações concebidas nas instâncias da militância política dizem respeito ao terceiro ponto abordado no documento. Consideram essencial tratar o tema do autoritarismo quando manifestado nas práticas políticas e culturais, não sendo considerado, portanto, um fenômeno restrito ao Estado, mas presente nas várias práticas cotidianas da população.

Pelo descrito até aqui resta claro que ele se manifesta nos pontos indicados anteriormente, na cultura dominante, em sua reprodução pela cultura-ideologia dos dominados (“o machismo, por exemplo”), mas também se manifestaria nas próprias práticas político-culturais que se pretendiam liberadoras e antiautoritárias daquele período, mesmo que de modo implícito. Os autores indicam um caso típico de autoritarismo por aquilo que denominam de “populismo cultural (ainda que seja involuntariamente autoritário)”¹⁷⁰. Talvez seja possível traçar um paralelo entre as críticas que formularam e as temáticas mencionadas anteriormente quando tratei da ideologia da cultura brasileira, vejamos:

O populismo possui uma visão muito curiosa da cultura: por outro lado, critica a cultura da classe dominante como elitista e de privilégios, devendo ser abolida pelo ‘povo’, e, por outro lado, considera a cultura popular como verdadeira e autêntica, mas muito primitiva, tosca, inconsciente, alienada e precisando de uma vanguarda esclarecida que recolha os materiais populares, reflita sobre eles, reelabore a manifestação cultural popular e a devolva ‘conscientizada’ para a massa. Isto significa que o populismo tem da cultura exatamente a mesma visão daqueles que imagina estar combatendo, ainda que na aparência pareça ser diferente porque parece considerar a cultura popular como valiosa. Se a elite dominante faz das produções culturais populares – forró, esculturas de barro e de madeira, músicas, cordel, rendas, bordados, festas religiosas, contos, orações, etc. – um resíduo folclórico para museus, divertimentos dos ‘letrados’, festivais, por sua vez o populista só consegue admitir a produção cultural se puder ‘melhorá-

¹⁶⁹ Ibid., p. 26.

¹⁷⁰ Ibid., p. 28.

la'. Isto significa que mantém, sem questionar, a divisão social entre trabalho material e trabalho espiritual, entre os 'manuais' e os 'intelectuais' e espera resolver essa divisão colocando os 'espirituais' a serviço dos 'materiais'. Há uma visão assistencialista tanto no intelectual elitista quanto no populista, com relação à cultura popular¹⁷¹.

E ainda diferenciam a existência de dois tipos dos populistas pela compreensão que extraem da cultura popular:

os românticos, que consideram que tudo que vem do 'povo' é bom, libertador, sem nem mesmo perguntar o que significa a palavra 'povo', uma entidade homogênea em plena sociedade de classes, e o que poderia ser a 'bondade' popular numa sociedade feita de alienação; e há os populistas científicos e progressistas que imaginam que basta dar um banho de 'objetividade' e de 'consciência' na cultura popular para que esta se transforme em portadora do progresso (sem perguntar de onde veio a ideologia do progresso, ideologia burguesa por excelência, aliás)¹⁷².

A imagem de cultura popular não integra os elementos discursivos apenas do "populismo cultural" apresentado. Porém, destacam os autores que dentro do universo das práticas político-culturais, à esquerda e à direita, tal representação acabava por expropriar as relações dos agentes históricos que efetivamente constituem e participam na realidade para o que, em abstrato, designam como originado no e do povo. Aliás, a pressuposição mesma de um povo, de maneira homogênea – e daí decorrendo já como adjetivo na figura do popular –, meramente como signo fixo presente dentre os elementos formadores da nação ou do Estado já importaria em conceituação por si só problemática. E aqui retornamos novamente ao problema da constituição das ideias integradas de popular, nacional e estatal, cuja dinâmica e tensionamento também foram problematizados por ocasião da presente publicação. Antes de abordar, portanto, a utilização de tais termos pelas correntes políticas de direita e de esquerda, tal como foi feito pelos autores, vale revisitar a questão da problemática imbricação dos termos mencionados sob o ponto de vista do o que documento do PT propunha.

Inicialmente, segundo os autores, é necessário reconhecer que em sua acepção etimológica primária povo designa: "o conjunto da população que fala a mesma língua, professa os mesmos costumes, afinidades de interesse, irmanados

¹⁷¹ Ibid., p. 28.

¹⁷² Ibid., p. 29.

numa história e numa tradição comuns”¹⁷³. Ou seja, vê-se que são os traços culturais que servem para defini-lo, o uso da língua, das tradições, dos hábitos de ver, sentir e representar sua própria autoimagem e aquele conjunto de fatos históricos que foram moldando, no curso de seu desenvolvimento, tais elementos comuns. Deste modo, percebe-se também que tais elementos são frutos de um processo e não de um acaso, ou seja, as componentes dinâmicas que subjazem ao vocábulo, onde ele não expressa, pelo seu caráter de processo, nem uma entidade abstrata, tampouco estática. O povo muda constantemente, na medida em que é próprio dos seres históricos mudarem; são transformações na língua, nos costumes, nas afinidades, nas tradições, em suma, na sua própria história. Tem-se, então, que:

De um ponto de vista político, portanto, o vocábulo *povo* é entendido como o agente histórico primário, a massa de indivíduos onde as transformações assinaladas estão se dando em processo, e que portanto configuram as mudanças históricas. Esta acepção é apenas teórica e formal. Porque reduz a uma definição aparentemente coerente e estabelecida os elementos que manipula. **Porque só é possível se entender e precisar quais costumes, quais tradições (...) e que formas de auto-representação são exercidas dentro da relação histórica que forja, no curso de seu processo mais lento ou mais rápido, este conjunto de indivíduos. Temos de admitir que o povo muda constantemente, além de não apresentar homogeneamente, coerentemente, totalizadamente aqueles traços que o definem. Primeiramente porque os tempos históricos são diferentes entre si. Depois, porque igualmente todos aqueles traços possuem suas diferenças e se distribuem desigualmente pelos atos e pela consciência dos indivíduos daquele conjunto apontado.**

Se estes traços já revelam, de saída, seu caráter problemático de fixação, visto que mudam constantemente (...). **É a abstração teórica que aniquila com as diferenças reais e, portanto, em suas generalizações operam uma representação ideal dos objetos que quer figurar, sem se deter em perceber suas permanentes contradições internas ou externas.** (...) Entretanto, como este conjunto de indivíduos vive uma forma concreta de relação social, produção econômica e de relacionamentos culturais, o conceito só será inteiramente apreendido se pressupor o entendimento dinâmico destas constituintes. Assim, os relacionamentos culturais dão-se dentro de uma forma determinada de relações sociais e produtivas, que mudam, alteram, interagem, corrompem ou exaltam aqueles traços antes observados para a constituição de um *povo*, fazendo, portanto, com que ele seja visto sempre numa situação concreta, num tempo concreto, num espaço concreto, **deixando de ser uma definição para ser uma ação que nunca se detém e, por isso, não se define**¹⁷⁴. (grifei)

No entanto, com vistas a formação política da nação (abstratamente concebida nos termos de um pacto ou contrato social que regeria em sentido

¹⁷³ Ibid., p. 46.

¹⁷⁴ Ibid., p. 47.

político aquele povo) e do Estado (configurando-se aí os mecanismos institucionais sociopolíticos e normativos para tanto), este conjunto complexo e dinâmico com seu processo próprio de ação seriam “surpreendidos”. E se, de um lado, *povo* demonstra seu caráter dinâmico e permanentemente mutável, o conceito de nação visa exatamente “fechar” ou “limitar” esta ação contínua, introduzindo mecanismos que possam estabilizar algumas destas formas de relacionamentos. “Criam-se normas e interditos, regras e preceitos, totens e tabus. Surge a consciência de que o *povo* é uma *sociedade*, e que pode ser uma república”¹⁷⁵. Embora o próprio surgimento de um pacto social, de um contrato tal como foi construído pelas teorias políticas modernas, de instituições que criam normas de convivência interna e, basicamente, da fundação da soberania, pressuponham a existência de diferenças, interesses conflitantes e uma série de relações mediadas, a ideia de nação mediante tal operação acaba por enfeixar a dinâmica da realidade em formas representacionais. Assim,

o *povo*, tomado naquela expressão anteriormente formulada, já não é unitariamente indiviso – ao contrário –, localiza-se num extrato de difícil apreensão porque, se numa primeira acepção é o agente histórico onde aquelas permanentes transformações estão se dando a todo momento, tornando-se problemática a apreensão de sua dinâmica já não mais efetuada de forma translúcida, instituinte, direta, bem como, neste complicado jogo de contradições, ele já não é mais a totalidade social, mas uma parcela dela, a fração ativa que se contrapõe à fração passiva, a fração agente que se contrapõe à fração paciente, a fração dinâmica que se contrapõe à fração estática. Numa segunda acepção, a própria dinâmica deste agente já não pode mais, pelas articulações das normas vigentes, efetuar-se sem esbarrar todo o tempo com essa realidade mediada, representada, fetichizada. O agente encontra-se ‘enquadrado’ e sua ação posta sobre ‘planos’¹⁷⁶.

Por isso também que nos domínios da cultura quando surgem tentativas de apreensão de nosso processo históricos particular, da complexa trama de relações étnicas e raciais que nos constituem e todos os problemas relacionados com tal formação e o sistema capitalista, como assinalaram os autores após sintetizar alguns aspectos próprios da formação histórica brasileira, pelas expressões *povo*, *nação* e *Estado*, deve-se ter em mente este quadro altamente problemático que representa cada um destes conceitos. E, “da mesma maneira *popular*, *nacional* e *estatal*, ao mesmo tempo substantivos e adjetivos, quando utilizados devem pressupor um emprego voltado na mesma índole. Tomados no sentido de seu

¹⁷⁵ Ibid., p. 48.

¹⁷⁶ Ibid., p. 49.

emprego político, como vistos, devem ser abolidos para caracterizar qualquer fenômeno brasileiro; a não ser que se queira fazer uma caracterização de natureza ideológica”¹⁷⁷. Isso porque,

nenhuma cultura ou nenhuma arte brasileira poderá se apresentar como popular, sem o risco de passar por uma falsificação ideológica. Pois se o *povo* brasileiro é produto daquele contraditório painel que apresentamos, e a cultura e a arte uma expressão setorizada de um ou outro subgrupo desta população, essa forma de generalização é falsa ou inverídica. Pressupõe que não seja a expressão e a representação unitária de um conjunto que não é um conjunto; de uma tradição que já não existe; de um hábito e de um costume que já se transformou; expressão de uma consciência generalizada quando não passa de atividade setorizada. Já que do ponto de vista antropológico, no caso do Brasil, **a expressão é inteiramente desprovida de sentido, seu uso mais corriqueiro é observável a nível político**. Existem pelo menos dois usos distintos: o de *direita* e o efetuado por *certa corrente de esquerda*¹⁷⁸. (grifei)

Com efeito, de acordo com os autores, pela direita o emprego de *popular* para conhecidas manifestações culturais como o “samba de breque, os côcos, os maculelês, rodas-de-samba, cirandas, festas do divino, o artesanato em couro, madeira ou barro etc.” visaria a operação de três formas de utilização política: a) separar a cultura por estamentos, ou seja, perpetuar as formas culturais de classe, originadas de um processo histórico, como forma de salvaguardar seus interesses, transformando-os em mercadorias orientadas pela lógica capitalista, dividindo-se, ao mesmo tempo, de maneira geral, a cultura em três estamentos principais: erudita, de massa e popular; b) ou podendo servir para tergiversar alguma forma de interesse político que não poderia se apresentar em sua verdadeira expressão; c) ou, por fim, instituindo aquilo que segundo eles seria “a forma mais acabada de aniquilamento da cultura popular, o folclore”, cuja utilização transformaria a cultura popular em um conjunto fixo de formas fixas, tornando-se estática. “O conjunto de manifestações englobadas pelo folclore dispõem de mecanismos e instituições que o controlam, supervisionando para que suas normas não sejam ameaçadas. Basicamente utilizado pela indústria turística, o folclore garante um fluxo econômico à custa da exploração da população. Aqui, além da desapropriação econômica, como ocorre como artesanato, também o imaginário popular foi roubado, restando apenas a forma oca”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Ibid., p. 55.

¹⁷⁸ Ibid., p. 55.

¹⁷⁹ Ibid., p. 57.

Ao passo que a utilização do conceito de cultura popular por certas correntes esquerdistas poderiam ser verificados quando é: a) classificada como a expressão da cultura *nacional* e, portanto, quando se procura consigná-la como respaldo de uma forma de *identidade* própria, autêntica e soberana, deslocando os atributivos do conceito de nacionalidade sobre a cultura popular, surgindo, neste caso, com o nome de *naciona-popular* e passando a designar um certo conjunto de fenômenos culturais que, pela sua “possibilidade de globalização, possam compor o substrato de um *bloco histórico* (povo + organização dirigente + elites políticas irmanadas para a conquista do Estado através de uma hegemonia política e cultural)”; b) ou, finalmente, naquela segunda utilização já mencionada do “populismo cultural”, que segundo os autores, seria basicamente representada pelo ex-CPC¹⁸⁰.

Muito embora reconhecidas as diversas matizes nas quais se encontram essas várias utilizações, seria possível identificar pontos comuns entre elas, como uma conceituação estática e preconceituosa, na medida em que tomaria o termo popular longe daquelas contradições que o perpassam cotidianamente e o imobilizaria numa forma determinada, instituída, visando constituir uma mercadoria passível de ser “negociada”, quer no campo econômico, quer simbolicamente, no interior das relações sociais. E, ainda, porque partiriam de uma visão apriorística, determinista, a-histórica do fenômeno povo, cujo objetivo seria: primeiro, “operar um escamoteamento do agente histórico, com evidentes fins políticos. Ou seja, respaldar uma estratégia ou uma tática política que não se apresenta em seu próprio nome, mas em nome de ‘outro’ – no caso o *povo* –, (...) sempre orientadas para a manutenção do poder político dos grupos que as criam, forjam e as colocam em circulação”. Em ambos os casos, por conseguinte, o *povo* seria sempre invocado como força retórica, como conceito abstrato, aquele de quem se fala ou para quem se trabalha, mas que, na realidade, nada por ele se faz¹⁸¹.

Nos dois casos, ainda, observamos a expropriação do *povo*; porque dele falar, por ele trabalhar ou por ele fazer, é a melhor maneira de continuar permitindo que ele não fale, não trabalhe, não faça. Isto é, que ele desapareça na sua verdadeira ação de ser o agente histórico transformador. Pela ação institucional da burguesia ou nas bandeiras de setores de esquerda, o *povo* encontra a toda hora sujeitos que

¹⁸⁰ Ibid., p. 59.

¹⁸¹ Ibid., p. 59.

dizem ser seus representantes; quando ele não deveria necessitar destes ‘representantes’ mas, simplesmente, ser; isto é, agir abertamente como o agente histórico não representado, sem mediação¹⁸².

Ora, mas então como seria possível apreender na esfera da teoria e da prática a *cultura popular* enquanto resultante deste continuado processo de mudança social do *povo*, algo que, segundo os autores, como vimos, se faz e se refaz a todo o momento, sobre o qual qualquer acepção que recaia parece ser restritiva, bem como qualquer tentativa de catalogação, mensuração, modelização, normatização, enfim, de controle? A essa questão o documento do PT propunha a substituição do conceito de cultura popular para a utilização do conceito de *popularização da cultura*, uma vez que por tal denominação a ênfase recairia “sobre o processo de democratização dos bens culturais; e ao mesmo tempo, tenta evitar qualquer daquelas operações castradoras sobre o fenômeno da cultura, que a reduzem de sua força ou de sua complexidade”. Nesta linha, propõem, ademais, que nesta nova acepção, popular e nacional deveriam ser substituídos por *popularidade e nacionalidade*: “evidenciando o caráter problemático e complexo destas duas instituições, que não são tomadas como definitivas ou acabadas mas em processo, em ato, em execução pelo agente histórico, e que, portanto, nunca estão prontas”¹⁸³. Por fim, a proposta sustenta que este processo, em síntese, poderia gerar um efeito de *autonomia*:

A noção de autonomia, que é um vocábulo político, designa a propriedade dos cidadãos se autogovernarem, o direito de se regerem por leis próprias, a independência moral e intelectual. Para que esta forma de autodireção seja conquistada, portanto, é preciso livrar-se dos entraves da ideologia (as proibições e interditos morais e intelectuais), a criação de normas de autocontrole e de autogestão paritárias, onde os próprios interessados estejam presentes e não representados, através de conselhos ou associações (o que configura o direito destes setores se regerem por leis próprias), e que, finalmente, estejam subordinados ao direito mais geral, em todos os níveis, dos cidadãos se autogovernarem. Como já observamos, a extrema complexidade das inter-relações entre *povo, nação e Estado*, o uso da autonomia no tocante às manifestações culturais, esbarra todo o tempo com os mecanismos coercitivos gerados por aquelas três instituições. Da mesma forma, definir o que é *nacionalidade e popularidade*, sob a ótica do espírito da autonomia, ***significa aceitar todas as diferenças e todas as acepções setorizadas, particulares, regionais, grupais e específicas dos grupos produtores de manifestações culturais***, diluindo o caráter abrangente e falso que subjaz o vocábulo de *nacional* e de *popular*¹⁸⁴. (grifei)

¹⁸² Ibid., p. 60.

¹⁸³ Ibid., p. 60.

¹⁸⁴ Ibid., p. 61.

O documento finaliza abordando um quarto ponto que resulta das análises tecidas ao longo de texto. O panorama crítico formulado conduz à conclusão que os diversos usos da cultura tal como apresentados contribuem, em grande medida, para a “espoliação e exploração do saber dos dominados”. Creio não ser necessário voltar novamente às ideias aqui já desenvolvidas, cabe apenas pontuar a partir dos exemplos concedidos ao final que, mesmo nas tentativas bem intencionadas no âmbito da produção intelectual ou artística, ocorreria a espoliação dos saberes na medida em que intelectuais e artistas, comumente, “já possuem uma ideia e um modelo do que acham que dever o trabalhador, o povo, [entre outros], e colocam em suas obras essa ideia ou esse modelo”, uma vez que, e isso talvez constituía o ponto fundamental da análise, substituem “o que são, o que fazem e o que pensam por aquilo que nós achamos que eles são, pensam, sentem ou fazem”¹⁸⁵. Nos setores do mercado e da indústria cultural isso apareceria de forma ainda mais séria na medida em que de fato tais instâncias interferem sobre sua produção cultural. Quanto a esta manipulação, o texto oferece um exemplo da época, acerca do patrocínio concedido pela Globo aos festejos da festa do Divino no estado de São Paulo, “fazendo dela um espetáculo com ‘padrão global’. Para tanto, a Globo decidiu quais tecidos, quais as cores, quais os enfeites, quais instrumentos, que parte dos contos e que parte das danças mereciam ‘ir ao ar’, destruindo o saber da festividade que os festeiros possuíam. Como se não bastasse, por razões comerciais e turísticas, *mudou a data das festas*, interferindo sobre seu sentido religioso”¹⁸⁶.

Destes dois exemplos, pelo arrolamento de um papel secundário aos agentes que são responsáveis efetivamente pelas manifestações culturais, destaca-se o caráter de *diferenciação cultural* gerada entre as relações culturais e o papel coadjuvante outorgado aos inúmeros produtores de cultura dos mais diferentes estratos sociais do país. Em termos de narrativa histórica isso se torna ainda mais claro. Muito embora a cultura seja a relação que todos, homens e mulheres, mantêm com o tempo e, portanto, com a memória de um passado comum, estando a cultura ligada à história, pois, o que pode ser absorvido das narrativas históricas oficiais é justamente o ocultamento de tal sentido. Segundo os autores, a história

¹⁸⁵ Ibid., p. 62.

¹⁸⁶ Ibid., p. 63.

brasileira seria narrada predominantemente a partir das grandes datas e feitos ou mediante as sucessivas transformações institucionais do Estado brasileiro. Além disso, seria possível reconhecer que a história brasileira era construída a partir das seguintes características predominantes e formando-se, conseqüentemente, uma outra imagem dos conflitos e fatos que seguem a corrente (e as contracorrentes) do fluxo histórico brasileiro:

1 – *continuidade*, de modo que as revoltas não provocam grandes alterações e as ‘revoluções’ são feitas para manter as nossas tradições pacíficas e cristãs;

2 – *como feitos de grandes homens* (Cabral, Tomé de Souza, Martim Afonso, Mem de Sá, D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, Feijó, Princesa Isabel, Fernão Dias, Pedro Taques, Caxias, Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas, Marechal Deodoro, Washington Luís, Rui Barbosa, Dutra, JK, JO, JG, Castello Branco etc.), que aparecem como verdadeiros sujeitos históricos que o povo acompanha e aplaude;

3 – *como desenvolvimento progressivo da nação* que vai passando de uma situação de pobreza e de atraso para uma situação de riqueza e de desenvolvimento, a prova disso sendo dada pelas grandes obras do governo;

4 – *omitem-se todas as lutas populares sangrentas, as formas de repressão e de exploração* – assim, por exemplo, Canudos é explicado como um fato provocado por um ‘fanático’ (Antônio Conselheiro), as greves em São Paulo e no Rio, no começo do século, como desordens provocadas por anarquistas estrangeiros (italianos e espanhóis). Isto é, as lutas populares quando são narradas, são apresentadas do ponto de vista dos vencedores e sempre atribuídas ao fanatismo, à ação de estrangeiros, à influência de movimentos de outros países. Jamais são narradas como lutas de sujeitos históricos reais enfrentando problemas reais;

5 – *a memória é construída sobretudo a partir das ações do Estado e dos governantes* – A Abolição e a Princesa Isabel, a República e Marechal Deodoro, 1937 e Vargas, a Legislação Trabalhista e Vargas, o desenvolvimento industrial e Juscelino, etc.. Isto é, as classes sociais não são os sujeitos históricos, mas o Estado¹⁸⁷. (grifei)

Ou seja, no espaço da memória coletiva também sofreríamos formas de espoliação, impedindo que tivéssemos a posse da criação de nossas próprias formas de memória. A *diferenciação cultural* provocada por tais mecanismos ideológicos ainda é abordada pelos autores ao analisarem as distinções que são feitas aos produtores culturais em um sentido estrito. Na divisão mesma operada pelas categorias de cultura de elite, de massa e popular os seus produtores ganhariam tratamentos diversos. Na cultura de elite teríamos a supervalorização da criação individual ou a constituição da imagem de um criador individual, ao qual são atribuídos garantias e direitos especiais. Ao passo que a cultura dita de

¹⁸⁷ Ibid., p. 66.

massa se caracterizaria por uma produção vista como trabalho coletivo, porém, fragmentado, operacionalizado pelo jugo dos especialistas e compartimentado em “linhas de montagem”, onde os imperativos da indústria cultural não deixariam espaço para o reconhecimento da autonomia e da liberdade dos produtores que constituem seu ciclo de elaboração. E ainda mais precária seria a condição daqueles produtores da cultura popular, considerados apenas enquanto “objetos” dentro de uma massa amorfa e indistinta de uma cultura que em tese “seria de todos”. Não gozando estes últimos de possibilidade legítima de intervenção ativa no processo cultural que eles mesmos colocam em movimento, na medida em que, uma vez apreendidos ou explorados no fenômeno totalizante da cultura popular, seriam espoliados de sua concreta participação nas formas de expressão de tais manifestações.

De todos os pontos problemáticos levantados, há um aspecto que considero de especial valor nesta análise proposta sobre a *diferenciação cultural*. Os autores reconhecem que, não obstante a existência das diversas formas de dominação da imagem e da ação dos produtores de cultura no país, ao mesmo tempo, esta relação guarda um caráter ambíguo, já que não é possível, obviamente, conceber que os imperativos e formas de apreensão da “classe dominante” monopolizem totalmente a produção de cultura nos diversos meios, senão não poderíamos pensar nem mesmo na possibilidade de recriação e reprodução criativa de nossa cultura. De sorte que salientam também as respostas afirmativas concedidas pelas classes dominadas, podendo ser “decorrentes do modo como refazem a cultura estabelecida, seja para incorporá-la, seja para resistir a ela, seja para se contrapor a ela”¹⁸⁸. Ou seja, não se deve afastar o cenário dinâmico e afirmativo desta relação, que também não é de mão única, muito mais complexa do que aparece assim resumida em termos categóricos e nos polos contraditórios entre uma possível “cultura de dominados *versus* cultura de dominantes”. Mesmo perante a necessidade de se abordar criticamente a “produção cultural *ideologizada*”, há de se reconhecer dialeticamente que ela não se realiza de maneira tão linear ou homogênea quanto se apresenta. Isto é, não devemos opor dicotomicamente as ideias de uma possível “cultura boa ou verdadeira” a uma “cultura falseada ou ruim” ou a necessidade de enfrentamento

¹⁸⁸ Ibid., p. 61.

ou dizimação da cultura dominante. Seria, pois, um grande simplismo. Nesta linha de argumentação, já na conclusão deste tópico, o texto retira as seguintes conclusões:

Muitos pensam que basta substituir a cultura dominante pela cultura popular para resolver os problemas de uma política cultural. Essa atitude se esquece: 1) do peso determinante da cultura dominante sobre a sociedade como um todo; 2) do peso da alienação no interior da própria cultura popular; 3) das contribuições reais trazidas por uma parte da cultura dominante e que não podem ser afastadas sob pena de cairmos num obscurantismo feroz; 4) não é eliminando uma parte da cultura que se valoriza a outra, mas é tentando compreender as diferenças e as articulações possíveis entre elas que se pode tentar uma nova política cultural¹⁸⁹.

Compreende-se a partir destas considerações finais a razão da inserção ao longo de toda a publicação da importância de se conceber a ideia da construção de novas políticas culturais a partir dos registros da autonomia e da participação. Como já abordado, a autonomia é empregada nesse contexto não sob o signo da independência, mas de uma forma de *diferença* articulada às outras esferas e práticas sociais, ou seja, presume a vivência em coletividade. Contrapondo-se à heteronomia, que estabelece a dispersão e a fragmentação dos sujeitos sociais mediante as formas de unificação pela administração, planificação e a organização, a autonomia requer, ao contrário, a possibilidade de que os cidadãos possam criar e dar a si mesmos de modo conjunto suas próprias regras e leis para pensar, sentir e agir, significando, deste modo, autodeterminação. Ou seja, a autonomia é um conceito que presume inicialmente modos de vida que não são homogêneos, mas conflitivos e produtores das diferenciações, porém, por isso mesmo requer neste processo, finalmente, a participação de todos. Isto é, caso seja encarada nesse sentido de prática, como processo de modificação do poder e como exercício de liberdade, podemos pensá-la como um trabalho social, político e cultural. Trabalho porque seria uma forma de movimento ou atividade pelo qual uma realidade é transformada pela intervenção humana que nega o que está dado:

O trabalho produz obras. As obras são expressão da atividade humana, social e individual, como capacidade para dar ao que existe uma outra forma, um outro sentido, uma outra finalidade, um outro rumo, uma outra compreensão, um ultrapassamento da realidade existente. Se a autonomia é um trabalho social, político e cultural não será algo para o futuro, nem será uma auto-regulação espontânea ou técnica da sociedade, da política e da cultura, mas será a realização, os atos concretos de participação para *fazer* a sociedade, a política e a

¹⁸⁹ Ibid., p. 72.

cultura. E no caso da autonomia cultural, será um trabalho histórico no sentido forte da palavra¹⁹⁰.

A cartilha sobre política cultural fornecida pelo Partido dos Trabalhadores, mais do que um plano de cultura, pode ser lida como um importante documento de referência histórica, pela dimensão de suas reflexões e críticas, mesmo que muito delas hoje pareçam um pouco datadas ou superadas. De qualquer forma, o panorama traçado pelos autores, reconhecidos, sem dúvida, por sua intelectualidade engajada, e a ousadia com que o partido em formação procurava intervir na realidade concreta do país, consubstanciam uma análise que para o presente trabalho muito importa. Suas propostas progressistas permitem contextualizar o momento e nos indicam os principais desafios e obstáculos que uma parcela da sociedade brasileira identificava como sendo fundamental de serem ultrapassados à vista da democratização do campo cultural. Eis a razão porque tal leitura constitui um indicador importante para se compreender as condições materiais e as necessidades que informavam a positivação de direitos à cultura – entre garantias e salvaguardas normativas – nos artigos constitucionais.

A parte seguinte da dissertação cuidará, justamente, da possível incidência ou não das novidades teóricas e da práxis abordadas até aqui por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Antes, no entanto, há um último ponto que merece um maior aprofundamento. Nas linhas anteriores muito foi dito a respeito dos procedimentos ideológicos e das construções imaginativas a respeito de uma ideia de Brasil, de cultura brasileira, do processo sócio-histórico do país e das formas ideológicas e políticas de apreensão de tais fenômenos. Muito embora exaustivamente citados e exemplificados, restam, a meu ver, algumas questões em aberto, as quais, se não trabalhadas, podem comprometer o

¹⁹⁰ Ibid., p. 76. Nessa perspectiva que, segundo os autores, seria possível enxergar algumas características das obras culturais que a tornam capaz de criação histórica sem que a “politizemos à força e sem que que a administremos à força”, tais como: a) uma obra cultural exprime a capacidade social ou individual para transformar uma situação dada numa situação dotada de sentido novo; b) uma obra cultural abre o campo de expressão e um campo de pensamento que sem ela não poderiam vir à existência e que, depois dela, tornam-se parte da experiência social, política e cultural, não podendo mais ser ignorada. “(...) portanto, abre um campo de compreensão que ultrapassa seu ponto de partida porque o compreende e o exprime e abre um campo de ações e de pensamentos para todos os que vierem depois dela, seja continuá-la ou para ultrapassá-la”; c) uma obra cultural desequilibra o estabelecido. “Aliás, é esta capacidade para desequilibrar, desestabilizar o que está instituído é que é a grande marca da obra cultural”; d) uma obra cultural é diferenciada e não pode ser submetida a padrões uniformes. A forma, o conteúdo, a direção, a finalidade, o tempo e o espaço de cada obra cultural de cada grupo ou indivíduo possui sua diferença própria, determinada pela própria natureza da criação em cada campo cultural e de cada criador. In: Ibid., p. 77.

seu real entendimento e não contribuírem para que de fato possamos atualizar a presente discussão.

O que quero afirmar é que, embora tenham sido apontadas críticas da ideologia da cultura brasileira, das maneiras restritivas de se compreender a história brasileira e seus agentes transformadores e falhas na apreensão das manifestações populares de cultura, entendo que a questão de como se formam e se constroem esses procedimentos ideológicos, o porquê de eles serem utilizados, os prejuízos causados por uma determinada leitura histórica, bem como de que modo poderiam ser desconstruídos, criticados e oferecidos outros caminhos interpretativos, com fins de uma maior democratização da cultura, ainda não foram estritamente abordados.

Nesse sentido, proponho na última seção retomar brevemente o conjunto das principais publicações de Marilena Chaui do início da década de 1980, no qual a filósofa trata da questão da ideologia, especificamente, da ideologia da competência (que perpassa todos os meios de produção do saber e, portanto, de produção de cultura) e oferece uma proposta teórico-metodológica, pelo conceito de *contradiscurso* e mediante um novo olhar sobre as manifestações populares de cultura, que desnudariam o caráter antidemocrático das manifestações autoritárias que impregnam o âmbito social, político e cultural, tais como apontados anteriormente.

2.4

As formações ideológicas nas sociedades históricas e uma outra leitura possível das manifestações culturais populares.

Entre 1978 e 1981, época dos textos da primeira edição, nosso país estava mergulhado na luta pelo fim da ditadura e pela democratização. Nossa preocupação voltava-se para os obstáculos à sociedade democrática e para a busca de formas de superá-los. Sob essa perspectiva, a nova forma da divisão social do trabalho, sobredeterminada pela divisão entre competentes, que mandam, e incompetentes, que executam, surgiu como foco principal de nossas considerações, colocando no seu centro a discussão sobre a ideologia da competência e as manifestações populares da cultura, de maneira a elaborar uma noção crítica, a de contra-discurso ou de recusa do uso privado do saber, em nome de sua elaboração como *coisa pública* e como direito dos cidadãos. A primeira edição terminava com um ensaio sobre as relações entre democracia e socialismo, procurando reunir, sob o ponto de vista da história e da prática políticas, as reflexões suscitadas pelas questões de ideologia e cultura e pelo

surgimento político da classe trabalhadora brasileira como sujeito de suas próprias ações¹⁹¹.

Neste pequeno trecho presente na apresentação à 11ª edição da coletânea *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*, tem-se que a oposição das manifestações populares da cultura e do surgimento da classe trabalhadora como sujeito de suas próprias ações ao discurso competente produzido pelas construções ideológicas constituíram os elementos fundamentais para que a autora pudesse formular e inserir uma crítica aos obstáculos que tais noções representavam à construção democrática. Tal oposição não é tão simples assim, mas decorre de um percurso argumentativo que vincula a construção ideológica à formação dos estados modernos, aos seus modos de organização e de reprodução dos discursos dominantes e à leitura histórica que é feita sobre si mesmos. Enfim, a filósofa traça uma série de planos teóricos que se inter cruzam e que, por isso mesmo, complementam e auxiliam a costurar as temáticas até aqui abordadas. Por este motivo, retomamos de muito breve suas principais publicações do período a fim de conectar, finalmente, os temas tratados neste capítulo a um dos sentidos de democratização posto em circulação na transição política brasileira.

2.4.1

Crítica à ideologia da competência e a proposta do *contradiscorso*.

Inicialmente, cumpre esclarecer o sentido que a autora atribui à noção de ideologia e, por conseguinte, a de ideologia da competência. Ambos os conceitos, segundo ela, fazem parte da forma particular pela qual foi construído o imaginário social moderno. Isto é, a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (a qual não toma como mero ilusão ou falseamento), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou dissimulação do real¹⁹². Sua explicação pode suscitar, ao mesmo tempo, uma série de indagações: por que seria a maneira *necessária* de representação do

¹⁹¹ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. Apresentação à 11ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 11.

¹⁹² CHAUI, Marilena, op. cit., p. 15.

aparecer moderno?; por que ocorre um *ocultamento* do real?; e, finalmente, por que se coloca de modo *abstrato* e *mediato* às experiências do real?

Chauí vincula a construção ideológica da sociedade moderna a dois acontecimentos históricos fundamentais para sua compreensão já mencionados, a ascensão do modelo capitalista de produção e a doravante formação dos estados-nações, cujos significados são capazes de responder as questões anteriores vinculando-as às causas responsáveis por seu aparecimento. Como já abordado, as relações de produção capitalistas instauraram divisões internas e antagonismos de interesses inconciliáveis entre os setores da sociedade, no entanto, para garantir sua justificação e a legitimidade dos interesses dominantes que regem as relações de produção, mecanismos foram elaborados a fim de ocultar essa contradição e possibilitar seu desenvolvimento. Por isso mesmo é uma representação necessária, pois assentada em relações materiais, e ocultadas, a fim de que os interesses de alguns (isto é, das camadas dominantes) possam ser considerados como os interesses de todos, logo, suas representações sejam universalizadas e legitimadas. Porém, para que a representação possa ocultar a essência contraditória do social e firmar a aparência indivisa, a imagem necessita de termos nos quais possa assentar a identidade unificada, mas para isso tem de abstrair-se do real mediato que lhe deu causa, afastar-se da dinâmica do *ser* da sociedade, e assim transcendê-la ao significado de seu mero *aparecer*. Segundo a autora, esses termos seriam:

o povo, a nação e o Estado enquanto representações ou abstrações que produzem um imaginário social de identificação e o ocultamento da divisão social, isto é, a luta de classes. O procedimento representador (ou o que o marxismo consagrou com o conceito de ideologia) faz com que a divisão de classes apareça como diversidade de indivíduos, a contradição apareça como contrariedade de interesses de diversos grupos sociais e que o desenvolvimento apareça como o nacional ou o estatal e não como desenvolvimento do capital. Não cabe aqui examinar a extrema complexidade da teoria política marxista, porém cabe mencionar dois aspectos nessa teoria que interessam à nossa discussão. Em primeiro lugar, a impossibilidade para a formação social capitalista de reconhecer-se como geradora de suas próprias divisões e contradições, ocultando-se num imaginário de equivalências abstratas (...). Em segundo lugar, as dificuldades do próprio marxismo para lidar com as divisões e contradições que ele mesmo desentranhou da aparência social, dificuldades que se manifestam com o surgimento de ideologias nacionalistas e populistas de esquerda, sobretudo a partir da social-democracia alemã e do stalinismo¹⁹³¹⁹⁴.

¹⁹³ Ibid., p. 115.

¹⁹⁴ A propósito do Estado, a autora destaca o seu papel fundamental enquanto lócus das abstrações políticas que permitem colocar em funcionamento o modelo de dominação sem que este encontre uma incorporação específica. Como assinala do pensamento marxista, a grande novidade

Povo, nação e Estado não constituem, é claro, os únicos termos ideologizados que poderiam ser identificados nas formas de representação do aparecer moderno, assim como destacado anteriormente. Ao longo de seus textos, a autora também identifica e exemplifica outros que operam enquanto desdobramentos do discurso ideológico. Contudo, o mais importante é reconhecer que a ideologia atinge uma sistematicidade e coerência próprias, pois substitui as dinâmicas constituintes dos fenômenos sociais por termos abstratos que pretendem coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, deste modo, engendra uma lógica de identificação que unifica o pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, mormente procedente das camadas dominantes. É por este procedimento que a formação social moderna resta impossibilitada de reconhecer-se enquanto fruto de diferenças e contradições de interesses. Mas ao mesmo tempo, embora ascenda como lacunar – na medida em que oculta e “apaga” seus conflitos constituintes para a construção das imagens universais consagradas –, o discurso ideológico atinge o pleno funcionamento referido, uma vez que se torna o conjunto de explicações oficiais sobre o real (incapacitando-nos de enxergar sua origem, ao contrário, no real) e a partir de suas representações passamos a conhecer, agir e interpretar o mundo ou como a filósofa explica:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um conjunto de ideias ou

introduzida pelo modo de produção capitalista face aos modos que o antecederam é a separação clara entre a relação social de exploração e de opressão e a relação impessoal de dominação, ou seja, a separação entre a sociedade civil e o Estado: “A forma do Estado capitalista lhe permite aparecer como dominação de ninguém e por isso ser representado como soberania nacional e popular, embora, de fato seja um instrumento de dominação de uma classe sobre a outras. Esse destacamento ou descolamento entre a sociedade civil e o Estado possui uma base material (a fórmula trinitária: capital/lucro, terra/renda, trabalho/salário) que engendra a aparência de três classes igualmente proprietárias relacionadas entre si por contratos e que, por ação de sua vontade geral, dão origem ao Estado, encarregado de velar pelos interesses dos contratantes e de arbitrar seus conflitos. A representação ou imagem ‘povo’ resulta tanto da fórmula trinitária quanto da relação Estado – sociedade civil. (...) A expansão capitalista se realiza, portanto, pela expansão desses mercados que oferecem bases materiais (no caso, territoriais) para o desenvolvimento capitalista. A forma política desses mercados constitui o Estado nacional que nada mais senão o suporte abstrato e político para o capital internacional. A nação é, pois, a base material-territorial de que carece o capital para se desenvolver. E, tal como o povo, é uma abstração política”.

representações com teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada pelas divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento de uma mesma identidade social fundada em referenciais unificadores como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação¹⁹⁵.

Deste modo, este arcabouço representativo e prescritivo do estar no mundo concede aos sujeitos sociais os referenciais primeiros que passarão a se perceber e segundo os quais deverão e poderão agir, quer no campo social, quer no campo político ou cultural, o que permite que o discurso ideológico permaneça não só sempre atual como pareça estar “fora do tempo”. A consequência prática deste conjunto de ideias homogêneo e dominante que se coloca, malgrado as oposições, dissensos e conflitos inerentes ao corpo social, como salientado acima:

É elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (o discurso *do* social ou da prática social) e do discurso político (o discurso *da* política ou da prática política), se transforma num discurso impessoal *sobre* a sociedade ou *sobre* a política. Impessoal porque ninguém parece estar pensando tais ideias, que parecem, assim, emanar diretamente da própria realidade social e política. Essa impessoalidade das ideias por meio da passagem do discurso *de* para o discurso *sobre* constitui o primeiro momento na elaboração da ideologia ou da consciência ‘liberada’ do mundo. As ideias, por si mesmas, magicamente se organizam num conjunto de representações e normas por meio do qual os sujeitos sociais e políticos representarão a si mesmos e à vida coletiva. Esse corpo de representações e de normas oferece aos sujeitos sociais e políticos uma explicação para a origem da sociedade e do poder político, para as formas de relações sociais, econômicas e políticas, determinam as formas ‘corretas’ ou ‘verdadeiras’ de conhecimento e de ação e justificam, por meio de ideias gerais e abstratas (o Homem, a Pátria, a Nação, o Progresso, a Família, a Ciência, o Estado), as formas reais da desigualdade, dos conflitos, da exploração e da dominação, apresentando-as como ‘naturais’ (isto é, universais e inevitáveis) e ‘justas’ (isto é, legítimas)¹⁹⁶.

Estas primeiras considerações indicam a base para se pensar o que a autora denomina de discurso competente, o qual guarda relações com o desenvolvimento do próprio Estado contemporâneo, especificamente em relação ao fenômeno da burocratização e assenta-se, ainda, na ideia de organização. Segundo Marilena, o

¹⁹⁵ Ibid., p. 20.

¹⁹⁶ Ibid. p. 22.

fenômeno da burocratização das sociedades modernas¹⁹⁷ que Hegel e Marx haviam circunscrito à esfera do Estado, passou a devorar toda a sociedade civil, distribuída em burocracias empresariais (na indústria, finanças e comércio), escolares, hospitalares, sindicais etc., e realiza-se sob a égide da organização, ambas entendidas como existência em si e para si de uma racionalidade imanente ao social que se manifesta sempre da mesma maneira, sob formas variadas, desde a esfera da produção material até à esfera da produção cultural¹⁹⁸. A consequência deste processo seria a aparência, concomitante, de que ninguém exerce o poder porque este emana da racionalidade intrínseca do mundo organizado (independente da vontade e da intervenção humanas) ou, em outras palavras, de estruturas (“infra ou supra, pouco importa”) e da competência de cargos, e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados.

Ademais, nesse contexto, de acordo com a autora, seria possível reconhecer as modalidades do discurso competente que se distribuem em três grandes registros, a saber: do administrador-burocrata, do administrado-burocrata e o discurso competente e genérico de homens reduzidos à condição de objetos socioeconômicos e sociopolíticos, na medida em que aquilo que são, aquilo que dizem ou fazem, não dependeria de sua iniciativa como sujeitos, mas do “conhecimento” que a organização, em geral, julga possuir a respeito deles. Isto posto, à vista do brevemente sintetizado acerca de uma verdadeira repartição, circunscrição e demarcação do discurso quanto aos interlocutores, o tempo, o lugar, a forma e o conteúdo, é possível definir a ideologia da competência como:

O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. (...) é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para

¹⁹⁷ Chauvi retira o seu conceito de burocratização das considerações que Claude Lefort tece em seu *Elements pour une critique de la bureaucratie* (Genebra: Ed. Droz, 1971, p. 289), no qual o autor a define como um “processo que se impõe ao trabalho em qualquer nível em que se o considere, seja o trabalho da direção, seja o dos executantes e que, ao se impor, impõe um quadro social homogêneo tal que a estabilidade geral do emprego, a hierarquia dos ordenados e das funções, as regras de promoção, a divisão das responsabilidades, a estrutura da autoridade, tenham como efeito criar uma única escala de *status* sócio-econômico, tão diversificada quanto possível”.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 20.

que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência¹⁹⁹.

Por sua definição vemos que o discurso competente não aparece nas sociedades contemporâneas, seja mediante o discurso sobre o conhecimento adequado oferecido pelos modelos daquilo que se enuncia como cientificidade, seja no campo político arruído pelos tecnocratas, como mero discurso elitista (no sentido daquilo que se enuncia como o melhor) ou populista (no sentido daquilo que se enuncia como sabendo o que é melhor). Aliás, um dos objetivos de Chauí, sobretudo ao demonstrar a gênese desse movimento em compasso com a formação social capitalista, é afastar as dicotomias comumente colocadas entre as oposições elite-massa/elite-popular e, assim, indicar as condicionantes que apresentam e legitimam tal discurso a quaisquer dos componentes sociais, permitindo sua circulação e aceitação por todos. Todos estes que aparecem sob a ótica ideológica como massa ou aglutinado amorfo de seres humanos (ou em concepções totalizadas como povo e nação) divididos e separados por suas “competências”, ao contrário do que, segundo ela, tende a desaparecer em uma cultura democrática, na qual é dado lugar a sujeitos sociais e políticos válidos.

E, neste ponto, finalmente, a questão que interessa acerca do reconhecimento de sujeitos históricos (tal como ressaltado também na produção teórica de Eder Sader tratada anteriormente) que se enunciam enquanto tais e demandam sua autonomia, é fundamental para compreender como a “movimentação destes sujeitos nas inúmeras narrativas da autora permite que ela subverta e desvende os significados do discurso competente e ideológico”²⁰⁰. Segundo Chauí, todas as determinações da linguagem competente não devem nos ocultar o fundamental, isto é, o ponto a partir do qual tais determinações se constituem: “a condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência (...) depende da afirmação tácita e da aceitação tácita da

¹⁹⁹ Ibid., p. 19.

²⁰⁰ O historiador da USP, Edgar De Decca, assinala que “na obra de Chauí, a entrada em cena desses novos sujeitos [o reconhecimento dos novos movimentos sociais da época] é o momento decisivo para a elaboração da crítica ao discurso competente e à ideologia. A movimentação destes sujeitos nas inúmeras narrativas da autora permite que ela subverta e desvende os significados do discurso competente e ideológico”. Cf. DECCA, Edgar De. “Novos sujeitos entram em cena”. In: PAOLI, Maria Celia (org.). *Diálogos com Marilena Chauí*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2011, p. 48.

incompetência dos homens enquanto *sujeitos* sociais e políticos”²⁰¹. Ou seja, para que esse discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais.

Ora, exatamente no instante em que tal condição é preenchida (o discurso administrativo como racionalidade do real) é que a outra modalidade do discurso competente entra em cena para ocultar a verdade de sua primeira face. Ou seja, o discurso competente como discurso do conhecimento entra em cena para devolver aos objetos sócio-econômicos e sócio-políticos a qualidade de sujeitos que lhes foi roubada. Essa tentativa se realiza através da competência privatizada. Invalidados como seres sociais e políticos, os homens seriam revalidados por intermédio de uma competência que lhes diz respeito enquanto sujeitos individuais ou pessoas privadas. (...) essa revalidação é um logro na medida em que é apenas a transferência, para o plano individual e privado, do discurso competente do conhecimento cujas regras já estão dadas pelo mundo da burocracia e da organização²⁰².

Deste duplo movimento, distingue-se que não é apenas no campo da política que os sujeitos são inseridos em modelos pré-constituídos onde encontram a circunscrição para sua ação e cujas normas e organizações próprias os submetem a uma participação restrita e mediada pelas e estruturas e por aqueles que gozam da capacidade adequada para o seu exercício. Todavia, nos mais variados setores da vida em sociedade seus desejos são intermediados e formulados em consonância a um conjunto de modelos idealizados²⁰³ pelas instâncias competentes para tanto que oferecem, por conseguinte, outras elaborações que permitem preencher o vazio instaurado pelas concepções ideológicas lacunares que não dão conta de revelar a complexidade contraditória do corpus social. “Em uma palavra: o homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos a submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente,

²⁰¹ CHAUI, M., op. cit, p. 23.

²⁰² Ibid., p. 24.

²⁰³ Ainda de acordo com a filósofa: “Como escreve Lefort, o homem passa a relacionar-se com seu trabalho pela mediação do discurso da tecnologia, a relacionar-se com o desejo pela mediação do discurso da sexologia, a relacionar-se com a alimentação pela mediação do discurso dietético, a relacionar-se com a criança por meio do discurso pedagógico e pediátrico, com o lactente, por meio do discurso da purificultura, com a natureza, pela mediação do discurso ecológico, com os demais homens por meio do discurso da psicologia e da sociologia”. Ibid., p. 26.

permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber”²⁰⁴; e poderíamos afirmar, em complementação à autora, permite ao não-especialista político a participação controlada e sazonal nos processos decisórios que dizem respeito à condução da vida pública.

Quando Chaui propõe retomar o tema da *cultura* para pensar a questão da *democracia*, ou as *outras falas* para questionar o *discurso competente*, a autora tem uma intenção muito particular. Não é apenas retomar os projetos dos movimentos sociais para conceber “representações verdadeiras” ou falar em nome das lutas políticas e seus projetos opondo à má uma boa ideologia que pudesse oferecer os caminhos para a transformação política. Ou seja, não significa a oposição de termos dicotômicos elaborados pelas classes dominadas, como, por exemplo, opor à ideia de uma elite dominante nacional o papel de uma cultura popular, tampouco em termos conceituais do pensamento de esquerda, opor a ideia de alienação à de consciência verdadeira, ou a de humanismo a de tecnocracia e assim por diante. Porém, a incorporação da ação de tais sujeitos enquanto alternativa teórica e sua inserção no corpo ideológico existente proporcionam, segundo ela, o desnudamento mesmo dos mecanismos pelos quais a ideologia se impõe no real levando, assim, à sua destruição, na medida em que são capazes de tirar a “condição *sine qua non* de sua existência e força: ele [o discurso ideológico] se sustenta porque não pode dizer tudo até o fim aquilo que pretende dizer (...) se for preenchido ele se autodestrói como ideologia”²⁰⁵. Neste sentido que a autora propõe a noção crítica do que denomina de *contradiscurso*.

Para a autora, as lutas sociais que se deram ao longo de toda a história alcançaram vitórias e o reconhecimento de suas demandas porque recolocaram, justamente, os conflitos constituintes dos corpos sociais que não cessam de ser atualizados pelas imagens aparentemente coesas e unificadas dominantes nas quais as sociedades se representam. O movimento colocado em marcha pelas lutas políticas foi e seria capaz de preencher as lacunas ocultadas referidas, revelando seus espaços de inoperância e a necessidade do reconhecimento e da produção, por exemplo, de novos direitos. E é na esteira do movimento contestatório que a luta política promove dentro do corpo de representações, ao destruí-lo pela

²⁰⁴ Ibid., p. 25.

²⁰⁵ Ibid., p. 34.

reposição dos ocultamentos, que Chauí propõe, pois, a elaboração do contradiscurso.

O reconhecimento do contradiscurso significa, por sua vez, um trabalho que envolve a inserção dentro dos modelos instituídos da materialidade que as relações sociais conflituosas carregam em seu seio, presumindo, assim, um trabalho dialético que possa reconectar os modelos instituídos ao movimento instituinte produzido pelas ações dos sujeitos capazes de revelar, em que pese sua condição de dominado, as próprias causas da dominação. Nessa linha, Marilena Chauí sugere passar de uma atitude teórica meramente dicotômica a uma realmente dialética. Isto significa encontrar o caminho na práxis pela qual a contradição interna ao discurso ideológico o faça desconstruir-se ou, em suas palavras, “no qual a contradição ideológica se ponha em movimento – desdobre-se – e destrua a construção imaginária”. Logo, menos como modelo teórico e mais pensado à luz de uma prática democrática, cujo significado pressupõe a participação e a autonomia de sujeitos capazes de colocar no campo político, social e cultural instituído o discurso crítico e assim reatá-lo aos antagonismos provenientes do social. Não a fim de criar consensos ou novas palavras de ordem, porém, com vistas a permitir a conquista de espaços institucionais válidos nos quais possam expressar e lutar pela resolução dos conflitos que designam sua condição de dominados.

Por isso mesmo que ultrapassar a relação dicotômica entre os termos correntes aos discursos ideológicos não significa assumir uma unificação entre seus enunciados, desta maneira se estaria procedendo da mesma maneira ideológica. Com efeito, de acordo com a filósofa, é imprescindível manter a separação entre os termos com os quais teoricamente refletimos acerca da realidade, na medida em que sua aposta é a de pensar o movimento interno ao real pelo qual as noções são construídas, postas e repostas e acabam mantendo uma dualidade aparente e naturalizada.

Não se trata de descartar a separação entre os termos, mas sim partir de um ponto de vista teórico e prático que (...) não descarte essa separação, sim, elas de fato – e quase sempre de direito – existem, mas, ao contrário, significa explorar e exaurir suas diferenças de maneira que tal inflexão nos informe os processos constitutivos, inerentes às relações sociais, pelos quais são produzidos²⁰⁶.

²⁰⁶ Ibid., p. 33.

Aquilo que Marilena designa como um novo “trabalho teórico” nos conduz à crítica que realiza não só sobre a realidade do contexto político no qual emergiram as publicações que ora tratamos, mas, do mesmo modo, à crítica que dirige às interpretações históricas realizadas na academia e que se vincula a um segundo aspecto essencial às manifestações ideológicas, que é o fato de a ideologia, no sentido forte do termo, apenas poder efetivar-se plenamente nas sociedades históricas, isto é, naquelas sociedades para as quais a questão de sua origem ou de sua instituição é não só um problema teórico, mas, sobretudo, uma exigência prática renovada.

Como será abordado adiante, esta aporia fundamental às sociedades modernas, que é o paradoxo que se coloca ao lidarem com o problema de sua origem, instituição e conservação, levou à formulação de categorias ideológicas para se pensar e representar a questão do tempo, mormente relacionadas às ideias de progresso e desenvolvimento dentro das interpretações históricas realizadas, assim como indicado anteriormente. Novamente, a entrada em cena dos sujeitos históricos – e de suas temporalidades distintas que residem nas experiências compartilhadas nas tradições e na memória social, as quais fogem à linearidade do tempo oficial – é essencial para compreendermos os desvios que a autora propõe às concepções historiográficas dominantes²⁰⁷.

2.4.2 Interpretação dos processos históricos, temporalidades múltiplas e as sociedades históricas.

A fim de se entender o percurso reflexivo que a autora seguiu, e que se utiliza simultaneamente de conceitos advindos de variados campos do pensamento – teoria política, historiografia, sociologia, filosofia etc. –, vale mencionar algumas referências analíticas que dialogavam em seus estudos naquele final da

²⁰⁷ Segundo a própria: “portanto, houve um momento em que a noção de tradição e a noção de memória foram para mim fundamentais, porque constituíram o caminho pelo qual era possível pensar uma história que não era a história do progresso, nem a das discontinuidades”. Ou: “Isso permite compreender também por que a crítica do progresso se tornou para mim uma inquietação decisiva. Tanto a esquerda quanto a direita apostaram no progresso. Nesse caso, havia um trabalho feito pela esquerda e um feito pela direita que davam afinal no mesmo, pois o pressuposto dos dois lados era a noção de progresso. (...) Ora, isto foi possível exatamente porque a aposta era a mesma: o progresso da nação”. In: CHAUI, Marilena. “Sujeitos Sociais e Aporias do Tempo”. In: PAOLI, Maria Celia, op. cit., p. 98.

década de 1970. Vê-se que a presença do pensamento do filósofo francês Claude Lefort, principalmente nas elaborações sobre a ideologia, é constante. Todavia, em relação às críticas que passa a tecer sobre as concepções históricas circuladas no Brasil naquele momento, foi fundamental o contato, inicialmente, com as obras de Walter Benjamin, que já a partir da década de 1930 colocara sob suspeita o tempo histórico do progresso e os acontecimentos produzidos pela aceleração desse tempo, bem como os subsequentes efeitos do terror político, da administração burocrática e tecnocientífica do social.

Ademais, sua contraposição ao tempo histórico marxista tradicional vincula-se ao conceito de experiência desenvolvido por alguns historiadores ingleses, como E. P. Thompson e Christopher Hill, cujas abordagens das experiências do proletariado na Inglaterra visam a proposição de um tempo histórico menos linear e irreversível (determinado pelas estruturas), e revalidam, nesse sentido, a concepção de um tempo quase cíclico que retoma os significados das tradições e o peso das experiências passadas na configuração dos sujeitos sociais. Para a autora, coloca-se a questão, portanto, de como repensar a história sob o ângulo dos agentes históricos, abandonando, em concomitância, a concepção de um tempo histórico abstrato, anônimo ou quantificado pelas conjunturas institucionais em direção a um tempo histórico qualitativo, percebido também no campo das estratégias, jogos, intenções e ações dos sujeitos sociais inseridos dentro de conjunturas políticas específicas.

Por fim, a atmosfera acadêmica da USP naqueles tempos não foi menos importante. Mais de uma vez a autora declarou a importância do contato com as análises inauguradas por seus alunos, como Edgard De Decca e Carlos Alberto Vesantini (*A Teia do Fato*). A publicação da tese de doutorado de De Decca, *1930 – o silêncio dos vencidos*, contou com apresentação de Chaui e, segundo ela, foi fundamental para desvendar a visão da história solidária à ideia de progresso que trazia uma percepção empírica do tempo como pura cronologia e enxergar que a prática histórica também contribui para a ocultação da luta de classes. Ao revés, a história no sentido forte do termo teria de ser concebida à luz do encontro com as diferenças temporais colocadas, isto é, aquilo que constitui intrinsecamente o passado em sua diferença diante do presente. A descoberta das diferenças temporais tornaria possível compreender como e porque o passado é construído

como dimensão imaginária do presente, graças à abolição de tudo quanto no passado e no presente é dissimulado pelo exercício real da dominação: uma representação tida como “legítima” do passado, pela “legitimidade” que o presente atribui a si mesmo. Os vencidos passariam a falar porque uma *outra* história é desvendada; o apagamento da ação de determinados sujeitos do tempo histórico do passado, portanto, corresponde ao apagamento de conflitos sociais e políticos também no presente. Nessa linha, sugere tirar da passividade ou do esquecimento as experiências determinantes produzidas pelos movimentos sociais e assim recontar o processo histórico brasileiro a contrapelo.

Pois bem, retomando a finalidade mais específica desta subseção, qual seja, examinar as críticas de Chauí às concepções ideológicas representadas na ideia de progresso e desenvolvimento, cumpre agora discorrer porque a autora as considera expressões próprias às sociedades históricas. No mesmo sentido do abordado nos parágrafos anteriores, as ideologias não detêm uma história particular, como uma história das ideias, porém, sua construção acompanha e advém das determinações de uma série de necessidades históricas que as disponibilizam no real. Como discorrido, a emergência do sistema capitalista de produção foi acompanhada por uma série de institutos que possibilitaram seu desenvolvimento, por exemplo, a figura dos sujeitos de direitos formalmente iguais e capazes para contratar a troca de mercadorias – colocando no mesmo pé os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho – e toda uma decorrência de outras categorias que poderíamos citar que não emergiram independentemente das estruturas econômicas, jurídicas e políticas que regulam a convivência social²⁰⁸.

²⁰⁸ Sobre a correspondência entre a formulação da noção de sujeito de direitos e a emergência do modelo político-econômico na modernidade, ver: MCPHERSON, C. B.. *A teoria do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. E, ainda, sob uma perspectiva mais ampla, sobre a íntima correspondência entre a forma capitalista e as formas jurídicas elaboradas a partir de então, ver o trabalho de PACHUKANIS, E. B.. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988. Assim como o autor expõe nestes trechos: “relação dos proprietários de mercadorias entre si. (...) Pensa-se a relação jurídica como acordo de vontades de homens acabados, mas não é considerado que as premissas naturais do ato de troca se tornam, em função da evolução da economia mercantil, as premissas naturais, as formas naturais de qualquer relação humana, à qual imprimem sua marca”; “Que o proprietário fundiário pode dispor de sua terra do mesmo modo que qualquer possuidor de mercadorias pode dispor de suas mercadorias. O escravo está totalmente subordinado ao seu senhor e é justamente por isso que esta relação de exploração não necessita de nenhuma elaboração jurídica particular. O trabalhador assalariado, ao contrário, surge no mercado como livre vendedor da sua força de trabalho e, por esta razão, a relação de exploração capitalista se realiza sob a forma jurídica do contrato. Acredito

Aliás, o pensamento político moderno oferece um farto substrato teórico para a afirmação do modelo de Estado conforme as necessidades materiais apontadas inicialmente. Na mesma linha, seus teóricos tiveram de lidar com as especificidades decorrentes dessas sociedades que ascendiam junto ao novo modelo de produção econômico e de formação social. As formulações hoje tão naturalizadas de teóricos fundamentais ao pensamento político moderno como Hobbes, Locke e Rousseau nos ajudam a perceber a dimensão do problema anunciado inicialmente quanto ao paradoxo ao lidar com a questão da origem, instituição e conservação das sociedades modernas, consideradas por Marilena Chaui como intrinsecamente históricas.

A despeito das incontáveis diferenças que perpassam os três autores citados, é possível identificar em suas teorias conceitos comuns que ilustram a determinação ideológica de que estamos tratando. Por exemplo, a figura do estado de natureza, do momento de celebração do contrato social e da transferência de poder do corpo social a um ente externo, neutro que corporificaria a soberania ou a vontade geral²⁰⁹ capaz de regular e assegurar a vida em comunidade à vista dos conflitos sociais irresolúveis provocados pelas paixões humanas, são teoricamente emblemáticas desta dificuldade prática da sociedade nascente após as revoluções humanistas que deixaram de contar com os referenciais teológicos e mitológicos que por tanto tempo sustentaram e justificaram imageticamente as razões da desigualdade entre os homens, da organização e distribuição de poderes dos corpos sociais e que concediam os parâmetros e limitações possíveis para se conceber a liberdade humana.

Perdidos tais referenciais, “as sociedades modernas se veem novamente lançadas face ao infinito”. Mas, concomitantemente, elas se veem capazes de lidar e tematizar a todo tempo sua própria historicidade, ou seja, abriu a possibilidade

serem exemplos suficientes para por em evidência a importância decisiva da categoria de sujeito na análise da forma jurídica uma vontade juridicamente presumida que o torna absolutamente livre e igual entre os outros proprietários de mercadorias. Todos devem ser livres e ninguém deve impedir a liberdade alheia. Cada um possui o seu corpo como livre instrumento da sua vontade. (...) E tal ideia de isolamento, do voltar-se da pessoa humana sobre si mesma, deste ‘estado natural’, do qual deriva ‘o conflito da liberdade ao infinito’, corresponde exatamente à produção mercantil, onde os produtores são formalmente independentes uns dos outros e onde se encontram mutuamente ligados somente pela ordem jurídica artificialmente criada”.

²⁰⁹ Que posteriormente ganhou complexidade na figura dos estados nações por uma estrutura racional, objetiva e burocrática que se imagina como a mais eficiente para regular e controlar a vida social. Nesse sentido, ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

de elaborar para si uma história. A construção histórica e simbólica das nações após o século XVIII, tal como já mencionado no início deste capítulo, é ilustrativa desse movimento que tem por objetivo fixar uma identidade una e indivisível com a qual e na qual os sujeitos possam se reconhecer, oferecer saída às necessidades materiais descritas anteriormente e, por fim, responder a algo ainda mais sutil que a filósofa destaca: “a ideologia fornece uma resposta metafísica ao desejo de identidade e ao temor metafísico da desagregação”²¹⁰ mesmo ante todas as suas divisões internas.

Porém, ao mesmo tempo, oculta a matéria da qual são feitas as sociedades modernas: temporalidade e duração combinadas em um regime de constante transformação. Isso porque, partindo de si mesmas como próprio ponto de referência, isto é, partindo de uma certa sociabilidade como anterior à constituição da própria sociedade, decorre, segundo Chauí, a ambiguidade que caracteriza a instituição das sociedades históricas: se a sociedade nasce da ação de homens e mulheres que acordam em constituí-la, presume-se então a existência de seres sociais anteriores à própria ideia de sociedade? A ação fundante seria, pois, já social? Se a resposta é positiva, resta um problema, como um social seria pré-existente à própria sociabilidade representada na sociedade?

De acordo com a autora, a ambiguidade que se traduz constitui a própria impossibilidade, na verdade, em determinar um ponto anterior à existência deste tipo societário, uma vez que nasce da ação das pessoas ao mesmo tempo em que é a condição mesma dessa ação. Com efeito, “a imanência do ato fundador e da sociedade fundada se revela como imanência da sociedade fundadora e do ato fundado. (...) Este duplo movimento de instauração causa dificuldades teóricas, sobretudo para a historicidade”. Por isso ela afirma que a questão de sua origem, legitimação e o modo de lidar com suas transformações tornam-se um problema teórico e uma exigência prática a ser sempre renovada. É claro que a seu ver e em sentido amplo, toda sociedade é histórica, possui data própria, instituições

²¹⁰ Além desse aspecto da vida social que ajuda a reforçar a função da ideologia, a autora sublinha outro que se vincula também a um dos aspectos da historicidade da vida em sociedade que destacamos, isto é, em como lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos e das experiências inovadoras: “o primeiro motivo para que a experiência da vida social e política reforce a ideologia (isto é, a recusa das classes) decorre do caráter *imediato* da experiência, fazendo-a permanecer calcada no desconhecimento da realidade concreta, isto é, do processo de constituição da sociedade e da política, portanto da realidade *mediata* que engendra o social e o político nas suas divisões”. CHAUI, M. *Cultura e Democracia...*, op. cit., p. 38.

peculiares e precondições específicas, portanto, nasce, vive, perece. O que distingue a sociedade histórica, no entanto, é a possibilidade de se reconhecer como um corpo sociopolítico em processo de constante transformação, o que revela a própria temática do tempo em seu interior e todas as implicações práticas que isso denota: a ambiguidade entre os movimentos instituintes e o modelo instituído que se traduz em como lidar com as temporalidades originadas em múltiplas experiências, como repor e contrapor suas diferenças internas e os conflitos fundantes, como conservar o modelo dominante conforme as necessidades trazidas pela imprevisibilidade da ação de homens e mulheres?

Assim, a sociedade propriamente histórica, por tal condição, não está efetivamente no tempo, mas se expressa como tempo, uma vez que ela não cessa de criar a cada instante de transformação sua diferença consigo mesma. O que denominamos de tempo não é senão a criação da diferença interna pela qual uma sociedade possui seu passado e visualiza como seus outros. (...) Estranha a si hoje em relação a ontem e possivelmente outra no amanhã, a alteridade é o produto mesmo de seu processo instituinte²¹¹.

Por mais paradoxal que seja, conclui-se do exposto até aqui que a função da ideologia é neutralizar o perigo da história²¹², ou seja, operar no sentido de

²¹¹ Ibid., p. 39.

²¹² De acordo com a mesma no ensaio, *Considerações sobre o nacional-popular*, a sociedade moderna fez da história o seu grande agente de instauração da *identidade*, em lugar de instituinte das *divisões*. No instante mesmo em que a sociedade se produz, ela produz as divisões internas que a fazem ser e nas quais não pode reconhecer-se porque nelas não encontra a identidade que a definiria. Assim, mesmo pressupondo divisões e repondo a divisão de classes, tenta-se oferecer-se como idêntica identificando-se a uma das classes, contudo, só pode fazer isso recorrendo a um sistema de equivalências abstratas (cuja forma canônica é a mercadoria), à força ou à persuasão. Por isso, conclui que estamos numa sociedade que recusa refletir sobre sua divisão interna e que para isso tem de dissimular tal divisão produzindo identidades e um sistema de identificação imaginárias: a lei, o Estado, o direito, a organização, a família, a ciência, a arte etc.. Com efeito, conclui o tema relacionando-o a questão cultura: “Entendida como continuidade e progresso, a história, além de excluir a ruptura, exclui ainda a diferença temporal entre passado e presente e entre presente e futuro. O primeiro se insere na linha contínua da tradição memorizada; o terceiro é posto como previsível e provável, perdendo a dimensão do possível. Assim como anula a alteridade interna que a constitui, a formação social, a sociedade capitalista anula a alteridade temporal numa história uma e que ordena o espaço social, a memória e o porvir. (...) **Operação semelhante é realizada pela ideia de cultura**, como foi possível notar quando nos referimos ao conceito gramsciano de hegemonia, ao romântico de *Volksgeist*, ao iluminista de civilização. Mais do que eles, porém, a moderna indústria cultural e a cultura de massa nos fazem perceber o fenômeno extraordinário de instauração de identidades e identificações sociais e políticas – “nós, ouvintes”, “nós, telespectadores”, “nós, leitores” –, graças ao seu oposto, isto é, pela reposição das divisões sociais e políticas e sobretudo das exclusões culturais, pois a identificação é operada enquanto os sujeitos são conservados na qualidade de receptáculos coisificados das ‘mensagens’. Nós, consumidores. Mas não só isto. Se pensarmos que a operação da história contínua, progressiva e uma apaga a diferença temporal pela diferença empírica dos tempos, se lembrarmos que a cultura popular é vista como repositório e guardiã da tradição, enquanto a cultura não-popular (erudita, letrada, científica, tecnológica) é vista como inventora e guardiã do futuro, a linha temporal se torna contínua, esfumaça-se a divisão da e na sociedade, e em seu lugar

impedir a percepção da historicidade enquanto possibilidade de contrapor aos esquemas previamente formulados os antagonismos sociais e a dominação imposta pela oposição de suas próprias contradições que revelariam o verdadeiro *ser* social em oposição ao seu *aparecer* naturalizado. Mas para tomar o sentido da prática histórica deste modo transformador é necessário desvinculá-la aos parâmetros utilizados que contribuem ao recobrimento dos dois ocultamentos destacados (o da divisão social e o do exercício do poder por uma classe social sobre as outras) mediante a fixação do significado dos fatos por signos fixos e constantes e, para isso, Chauvi o contrapõe a noção de saber:

O saber é um trabalho. Por ser um trabalho, é uma negação reflexionante, isto é, uma negação que, por sua própria força interna, transforma algo que lhe é externo, resistente e opaco. O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação. A obscuridade de uma experiência nada mais é senão seu caráter necessariamente indeterminado e o saber nada mais é senão o trabalho para determinar essa indeterminação, isto é, para torná-la inteligível. Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias e exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha²¹³.

Finalmente, atinge-se o ponto específico que interessa em sua análise e retorna-se a uma crítica já formulada, mas não aprofundada na seção 2.1., quando foi tratado o tema da criação de uma identidade nacional. As interpretações orientadas pelos modelos pré-estabelecidos do progresso e do desenvolvimento partem de pressupostos ideológicos que tentam conformar as transformações históricas em paradigmas dados que não trabalham a partir das negações e indeterminações (as contradições) postas pela experiência. Ao contrário, partindo de noções abstratas *sobre* o social e o político, as particularidades de nosso processo histórico são substituídas pela ideia de um desvirtuamento do mesmo, por uma ideia de ausência ou privação que não o permitiu atingir, mesmo que ainda, os padrões estabelecidos *a priori*, de maneira que os períodos históricos são largamente explicados por aquilo que lhes falta e não por aquilo que os engendram ou os põem em existência. O modo como tais conceitos colocam

aparecem as 'forças vivas da nação', sua memória e seu porvir. A comunidade restaurada. Foram essas preocupações que me levaram a perguntar se os pesquisadores pretendem levar em conta que lhes foi sugerido como tema o nacional-popular *na cultura*. Mormente quando lemos os projetos de política cultural do Estado, nos quais a cultura popular é posta como *integrável* na qualidade de resíduo (folclore, artesanato), de diversidade empírica (regionalismo, localismo) e de continuidade temporal ou tradição (documentos, monumentos)". In: *Ibid.*, p. 142-143.

²¹³ *Ibid.*, p. 16-17.

obstáculos e desincumbem os historiadores da tarefa de explicação e justificação particular do real é assim observado:

Talvez uma das formas mais extraordinárias pela qual a ideologia neutraliza o perigo da história esteja em uma imagem que costumamos considerar como sendo a própria história ou a ‘essência’ da história: a noção de *progresso*. Contrariamente ao que poderíamos pensar, essa noção tem em sua base o pressuposto de um desdobramento temporal de algo que já existira desde o início como germe ou larva, de tal modo que a história não é transformação e criação, mas explicitação de algo idêntico que vai apenas crescendo com o correr do tempo. Outra noção que também visa escamotear a história sob a aparência de assumi-la é a noção de *desenvolvimento*. Nesta, pressupõe-se um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade e ao qual ela deverá chegar *normativamente*. O progresso, colocando a larva, e o desenvolvimento, colocando a ‘boa forma’ final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é, o *inédito* e a *criação* necessária de seu próprio tempo e *telos*. Colocando algo antes do processo (germe) ou *depois* do processo (o desenvolvido), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela *deve realizar* a qualquer preço. Passa-se da história ao *destino*²¹⁴.

Concretamente, as lutas sociais e os sujeitos históricos colocados em movimento ao final da década de 1970 no Brasil contribuíram para elucidar nas reflexões da autora as determinações teóricas correntes na historiografia brasileira que perpetuavam uma concepção “demiúrgica da história brasileira, oscilando na escolha do demiurgo, que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora é o empresariado (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lenin refulge no esplendor do ocaso). Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado e faz com que a luta de classes, *sempre presente nas análises dos melhores intérpretes*”²¹⁵, os impeça de chegar a assumir a dimensão que lhes é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas. “Com isso, tende a permanecer na sombra algo que é constitutivo nessa luta: a representação recíproca e contraditória que as classes sociais constroem de si mesmas e das outras durante o processo histórico, constituindo-o também tal como lhes aparece. Em suma, permanece na sombra a região da ideologia”²¹⁶.

²¹⁴ CHAUI, M., *Cultura e Democracia*, op. cit., p. 40. Para uma explicação ainda mais detalhada dessas noções em relação ao processo histórico brasileiro ver: “Considerações sobre o Nacional-Popular”, in: *Ibid.*, p. 92 e seguintes.

²¹⁵ CHAUI, M., *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira...*, op. cit., .p. 21.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 22.

Como afirmado anteriormente, a proposição da categoria teórica de contradiscurso pela filósofa presume a inserção da realidade conflitiva para obter a clarificação que a obscuridade da experiência imediata requer ou, ao preencher as lacunas do discurso ideológico, o contradiscurso destrói sua pretensão à cientificidade e põe em movimento um pensamento que desvende as ideologias por sua gênese a partir das classes particulares que as engendram, isto é, a partir da imanência das ideologias à estrutura social e aos seus conflitos constitutivos. Mais do que aprofundarmos em suas críticas sobre os textos históricos produzidos até aquele momento, importa, à vista dos objetivos finais, distinguir os elementos que as manifestações populares da cultura carregam e de que forma seu reconhecimento serviria de antídoto aos obstáculos colocados pelas construções ideológicas e de remédio para a invenção de novos caminhos para se pensar a questão democrática.

2.4.3

Uma outra leitura possível das manifestações culturais populares.

O texto da autora que melhor sintetiza tal proposta teórica é o presente na coletânea *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*²¹⁷. As duas palavras antônimas entre si do título correspondem à relação de um aspecto muito particular da cultura popular pelo qual a autora propõe apreender suas manifestações e assim oferecer uma categoria analítica que possa destrinchar as relações constituintes do processo histórico brasileiro sem recair nas oposições dicotômicas pelos quais os termos representam-se na realidade. Vale ressaltar que essa opção por se voltar às falas, aos fazeres e às configurações cotidianas nas quais se dão as relações das camadas populares, ou seja, o modo como elaboram sua realidade em relação às estruturas e aos outros setores sociais é, a nosso ver, o momento em que mais se aproxima²¹⁸ teoricamente da proposta apresentada por

²¹⁷ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

²¹⁸ Tal aproximação é sentida principalmente quando a autora em uma passagem do prefácio à obra de Sader aponta aquilo que constitui a novidade de sua análise: “Justamente porque busca pensar essa novidade, Eder Sader inovará. Seu trabalho não se volta para a análise das *estruturas* (econômicas, sociais e políticas), mas para as *experiências* populares. Não se trata de simples mudança do ponto de vista, mas de críticas às perspectivas estruturais anteriores, que caracterizaram as análises das esquerdas e das ciências sociais onde, por definição e por essência, o cotidiano é encarado como um espaço-tempo onde ‘nada acontece’. Eder nos mostra o que o

Eder Sader analisada no capítulo anterior a respeito de seus “remanejamentos teóricos” utilizados na compreensão dos novos personagens²¹⁹.

Ao encarar os fatos sociais pelo prisma da oposição, como era feito comumente, de acordo com Chauí, pelas ciências sociais, a filosofia ou mesmo as correntes de esquerda da época, especialmente, aquelas vinculadas ao nacionalismo e ao que denomina de populismo²²⁰, acabava recaindo, quanto à cultura popular, em termos fragmentados, sendo encarada ora como ignorância, ora como saber autêntico, ora como atraso, ora como fonte de emancipação. A fim de uma compreensão adequada da realidade não seria possível manter tais divisões. Por exemplo, ao citar o trabalho de Maria Isaura Pereira Queiroz²²¹, as divisões entre o catolicismo oficial, urbano, espiritualizado, moderno *versus* o catolicismo popular, rural, irracional, arcaico, além de não dar conta dos dois fenômenos, perderiam as razões que colocam na prática sua verdadeira peculiaridade.

Deste modo, Marilena Chauí sugere afastar um tipo de análise que consideraria quase que anatomicamente as partes envolvidas, disponibilizando

quanto aí acontece quando ‘movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso...passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras num conjunto que lhes dá a dignidade um ‘acontecimento histórico’. Não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências. (...) Pequenas lutas que, no dizer de um outro, são ‘lutas por migalhas’ e, ao mesmo tempo, ‘uma luta interessante’. Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes ‘dá a dignidade de um acontecimento histórico’”. In: *Prefácio a Quando novos personagens...*, op. cit., p 12.

²¹⁹ Relembremos uma passagem desta seção: o autor propõe alcançar as mediações criadas entre as estruturas dadas e as ações sociais desenvolvidas, nas quais aparecem os “processo de atribuição de significados, pelos quais uma ausência é definida como carência e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade”. Sader denomina essa mediação de “elaboração cultural das necessidades”, cujo conteúdo excede as lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas de reprodução, e contribuem na revelação das especificidades que envolvem o “modo como o fazem (que tipo de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam”, todos dependentes de uma “constelação de significados que orientam suas ações”.

²²⁰ A autora explora esse tema também no texto “Cultura do povo e autoritarismo das elites”, in: *Cultura e Democracia...*, op. cit., p. 49 e seguintes.

²²¹ Chauí cita a autora: “O dualismo conceitual não parece repousar em definições precisas, e sim originar-se em juízos de valor (...). A dúvida aqui expressa para com a dicotomia ‘religião oficial’ e ‘religião popular’ se estende, na verdade, a toda utilização de conceitos dicotômicos em sociologia que parecem originar-se de um raciocínio sistemático e teórico, tendo como ponto de partida concepções ideológicas de bem e de mal e não uma consulta direta à realidade estudada; como resultado, em lugar de serem apropriadas à análise da realidade social, a deformam no sentido que convém melhor à ideologia do pesquisador”. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, “Messias, Taumaturgos e Dualidade Católica no Brasil”, *Religião e Sociedade*, nov. 1983.

previamente os seus elementos e lugares, malgrado as relações nas quais estão inseridas, e, como alternativa, a autora propõe a utilização da noção de *ambiguidade*, conceito este que toma o fenômeno social enquanto uma “totalidade *sui generis* que transmuta o sentido que as partes teriam se pudessem ser isoladas”. Assim procedendo, é possível afastar as determinações aparentes pelas quais as partes se manifestam ou são apreendidas como se tivessem sido dadas ou colocadas pela contingência ou mesmo pelo olhar do teórico. Ao contrário, ela afirma:

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são *postos* por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para algo seja *isto ou aquilo* e *isto e aquilo* é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais²²².

O que permite concluir que embora ambíguas as expressões sociais, pelas contradições aparentes que as colocam na realidade, não são por isso falhas ou defeituosas, apenas se as comparássemos com um modelo abstrato e final ao qual deveriam corresponder em tese. Porém, caso apreendidas enquanto fenômeno próprio, as manifestações culturais detêm uma razão de ser muito própria que permite por aí captar a história mesma de sua expressão:

Ambiguidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambiguidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que, como dizia Merleau-Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo²²³.

Ao longo do texto, com base em uma farta bibliografia sociológica elaborada naquela época, a autora perpassa as dimensões simultâneas de uma série de manifestações do que considera em sentido lato cultura popular, como as formas de religiosidade populares, da violência urbana, das expressões literárias populares pelo cordel e em folhetins, a divisão de trabalho operário sob o ponto de vista feminino e, por fim, destaca as respostas do público-eleitoral à primeira eleição disputada pelo Partido dos Trabalhadores e o modo como os trabalhadores, ao mostrarem uma recusa ao molde pelo qual a campanha foi concebida, revelaram uma ideia muito específica a respeito de seu representante

²²² CHAUI, M. *Conformismo e Resistência...*, op. cit., p. 122.

²²³ *Ibid.*, p. 123.

ideal indo de encontro ao que os intelectuais e apoiadores do partido tinham em mente com um projeto de identificação popular. Em suma, ao se debruçar sobre seus universos, Marilena Chaui revela, em cada caso analisado, que não necessariamente tais fenômenos deixavam de reproduzir fatores das estruturas dominantes ou replicar relações de poder internamente em suas disputas ou incorporar as ideologias postas em circulação, contudo, no paradoxo mesmo de suas manifestações apresentavam expressões de desestabilização da ordem comum pelas quais é possível considerar brechas e desvios a serem considerados na luta por uma cidadania mais amplificada.

Obviamente, não caberia nos objetivos deste trabalho expor amiúde o esforço empreendido. No entanto, selecionei algumas de suas constatações que creio contribuir para o aprofundamento das discussões consideradas até aqui. Por exemplo, ao examinar as formas de religiosidade popular que se dão à margem da Igreja Católica, a autora constata sua maior ocorrência no interior do país, encontrando-se divididas internamente pelas condições sociais destes lugares, bem como em consonância à divisão das classes da sociedade agrária, sendo expressas, portanto, em conformidade a modos de dominação política, econômica e social muito específicas, com a ocorrência do “favor” e do “apadrinhamento”. Assemelham-se, ainda, às formas de dominação ditas modernas, sendo possível identificar, por exemplo, o predomínio e o controle masculino das atividades atribuídas aos “melhores”, tanto de quem detém o poderio econômico, como daqueles a quem se atribui o saber das práticas religiosas. No entanto, ao mesmo tempo, e embora nascidas de pessoas que também cultuam as formas religiosas tradicionais, elas introduzem saberes e formas de autoridade não previstas e não controladas pelas instâncias oficiais, de sorte que as figuras de curadores, benzedores, do pajé e outras figuras sobrenaturais são essenciais para se perceber o que assim constata: “como se a dinâmica da prática do curador introduzisse a desordem no meio da ordem, ameaçando-a com uma ruptura nascida de seu interior. Situado fora do alcance do saber-poder do padre, o pajé também se situa a distância de um outro saber-poder: o do médico, ‘gente de primeira’”²²⁴.

Ainda no que tange às religiosidades, ela assinala essa dupla distância nas religiões de origem afro-brasileiras, especialmente na umbanda e no candomblé.

²²⁴ Ibid., p. 129.

Distância, aliás, que lhes tem valido perseguição e repressão por toda a história. Não dispomos de espaço para explicar as formas de desestabilização das relações de verticalidade e hierarquia colocadas por tais práticas às religiões tradicionais ou ao saber médico (colocado cientificamente em oposição à magia que deteriam). Mas é interessante notar o que a autora destaca como sendo manifestações da ambiguidade de tais fenômenos, ao repetir fatores da dominação oficial e permitir a abertura dessas brechas que se não contestam o estabelecido, pelo menos assinalam suas contradições. Não à toa, portanto, o aspecto de cisão da ordem estabelecida aparece noutro lugar, de modo criminalizado (tanto pelas instâncias oficiais do Estado – Poder Judiciário e polícia – como aquelas do saber na medicina oficial), não obstante reproduzirem também aspectos da mesma sociedade autoritária que lhes perseguem, vejamos:

Onde a ambiguidade da umbanda? Seibiltz enfatiza a umbanda como ‘religião de negociação’: os oficiantes negociam com os santos e espíritos, estes negociam entre si, os fiéis negociam com os oficiantes, os terreiros negociam entre si e com as federações que, por sua vez, negociam entre si e com o Estado e a sociedade. Esse aspecto, segundo a autora, subverte a ordem religiosa legítima e a ordem social porque quebra a verticalidade e a hierarquia, muitos negociando com muitos, a barganha como regra religiosa e institucional impedindo a formação de um poder último e centralizador. Por outro lado, o sucesso da umbanda junto aos fiéis não decorre tanto do sucesso dos ‘trabalhos’ (...), mas de um fato mais profundo: o fiel *fala* e o oficiante *escuta*; o oficiante *fala* e o santo *escuta*; oficiante e santo *falam* e os fiéis *escutam* – **em suma, a umbanda oferece àqueles que foram excluídos do direito à palavra um campo de fala e de escuta recíprocas. Oferece uma região alternativa, ainda que à margem do social.** Todavia – e aqui a ambiguidade – se na umbanda o espaço das decisões está sempre aberto (na relação terreiro/federação e na relação oficiante/fiel) e sempre precisa ser negociado, **nela prevalece uma forma precisa de relação intersubjetiva e social: a de favor, tutela e clientela. A dependência pessoal. Assim, ao mesmo tempo quebra as regras do jogo institucional oficial e repõe práticas de uma sociedade autoritária**²²⁵. (grifei)

Chauí analisa também os aspectos da violência urbana para pensar as ambiguidades das expressões de autoritarismo da sociedade brasileira que acabam por contribuir com a reprodução dessas relações de clientela e favor, mas que, novamente, suscitam outras práticas para escapar desta mesma patronagem. Com base no texto de Roberto Da Matta, *As raízes da violência no Brasil*, no qual o antropólogo propõe que se perceba o espaço popular configurado por três mundos simultâneos: o mundo da rua, o mundo da casa e o outro mundo (*o pedaço*). Tais

²²⁵ Ibid., p. 133.

mundos, quando perquiridos simultaneamente, deixam à mostra espaços que dialogam e disponibilizam outras possibilidades práticas para se pensar as relações entre o público e o privado no Brasil:

É justamente porque o ‘mundo da rua’ não é senão o ‘*mundo da casa*’ da classe dominante que a ‘rua’ é arbitrária e violenta. Não se trata apenas da violência característica das técnicas racionais de disciplina e de vigilância e da legalidade-impessoalidade da dominação capitalista. No Brasil, da combinação de duas formas simultâneas de dominação, assumindo aspecto paradoxal do arbítrio legal. **E é porque a política brasileira é relação de tutela e de favor, e porque nela o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes, que não há cidadania no país, embora, como assinalamos no ‘Cultura popular e autoritarismo’, haja movimentos sociais e populares para alcançá-la. Sob esse prisma, pensamos ser possível uma outra análise da violência popular, onde transpareça sua ambiguidade fundamental: longe de ser uma luta para ser considerado uma pessoa trata-se de uma luta para ser considerado um sujeito, isto é, alguém dotado de direitos. A contraviolência popular (pois é de contraviolência que se trata no caso dos quebra-quebras, dos movimentos contra a carestia e por transportes) se realiza como revolta antiliberal da ‘casa’ contra a ‘rua’ – esse privilégio do privado sobre o público ou essa apropriação privada do público é a marca da violência dos dominantes, que impõem a ‘sua casa’ à *nossa rua*. Ela se efetua como revolta contra a *rua deles*, em nome de uma rua ideal que poderia ser a *nossa rua*. (...) cremos que é porque o direito aos direitos é recusado pela *rua deles*, isto é, pela sociedade global, que a ‘periferia’ organiza o *pedaço* no qual não prevalecem apenas as relações do ‘mundo da casa’, mas estas se combinam para criar uma *outra rua*. Resistência.** Por outro lado, a violência popular – os crimes cometidos pelos dominados contra os próprios dominados – é um caso exemplar do que, em linguagem maoísta, se denomina ‘contradições no seio do povo’, pois as camadas populares são estimuladas (pela ideologia autoritária, pelos meios de comunicação de massa, pela arbitrariedade policial e pela inoperância do Judiciário), a ‘fazer justiça com as próprias mãos’, porque aceitam as definições de crime e da culpa oferecidos pela classe dominante brasileira. Dessa maneira, incorporam a si mesmas a imagem que delas possuem os dominantes, isto é, como ‘classe perigosa’, na qual os favelados e os ‘marginais’ figuram o outro, perigoso e exterminável²²⁶. (grifei)

Um último exemplo com o qual finalizo esse tópico diz respeito às primeiras eleições disputadas pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores, em 1982. Na campanha para o governo de São Paulo, Lula foi lançado como candidato e a primeira série de propagandas do PT, de acordo com a autora, foi um fracasso entre o público-eleitor. Ela comenta que o *slogan* não destacava o líder sindical combativo, mas enfatizava a origem migrante, as atividades humildes do menino-operário, sua vida presente como metalúrgico e concluía com a frase: “um brasileiro igualzinho a você”. Chauí destaca que a reação do eleitorado foi de desgosto, justamente, porque, diziam alguns, “Eu não quero ser

²²⁶ Ibid., p. 136 e 137.

governado por alguém ‘igualzinho’ a mim, mas por alguém melhor do que eu”. A partir das falas e considerações dos eleitores, a autora oferece mostras dessa percepção em relação à cultura dominante como cultura instruída e os paradoxos por trás do “ter estudo”, no qual melhor se captaria a ambiguidade e a perplexidade dos dominados. A cultura instruída seria, ao mesmo tempo e na mesma relação, percebida como valor positivo, desejável, um direito, e como negativa porque, impossível de ser conseguida, operando como fonte de discriminação, exclusão e dominação. Assim, a aquisição da instrução é valorizada em si mesma e para a profissão, a “consciência popular acredita na ideologia liberal da ascensão social pela educação e respeita a ideologia taylorista, de sorte que o desejo de instrução é uma aspiração ideal e real – ideal porque as condições existentes vedam o acesso À cultura instruída; real porque esse acesso, de fato, transforma a situação individual na divisão social do trabalho sem alterar a situação coletiva, evidentemente”²²⁷. Contudo, em concomitância, a instrução é percebida como instrumento de injustiça e de desigualdades sociais, de maneira que o estudo é encarado, ao mesmo tempo, como direito (ideal) e como impossibilidade (real).

De fato, na medida em que a ideologia taylorista se assenta na ideologia da competência, ou do direito ao mando e as vantagens econômicas e sociais graças aos conhecimentos, a competência é concretamente percebida pelos trabalhadores como criadora de direitos. Simultaneamente, porque esse direito não se universaliza, sua posse também é percebida como privilégio e, conseqüentemente, de direito converte-se em injustiça e arbitrariedade. Numa palavra, **a ambiguidade fundamental da instrução está em ser portadora de dupla consciência: a do direito e a da espoliação, e com esta possui o peso inegável da realidade, enquanto aquele possui a leveza do imaginário, a consciência popular procura lidar com a segunda, oferecendo-lhe justificações plausíveis.** É, então, que permanece prisioneira da hegemonia que seu imaginário poderia contestar. Sob esse prisma, a defesa romântica da cultura popular, longe de contribuir para o trabalho cultural da contestação, reforça a hegemonia²²⁸. (grifei)

Conclui-se que Chuai não condena nem sustenta uma defesa da cultura popular. Ao contrário, a autora identifica nas contradições que convivem e informam seus mundos que as culturas populares estão sempre lidando com os limites e tensões de como de fato a sociedade se organiza, e assim sente a dominação, mas, ao mesmo tempo, tem no horizonte de seus desejos e sobretudo

²²⁷ Ibid., p. 170.

²²⁸ Ibid., p. 171.

– da luta da cidadania –, uma concepção do que deveria ser diferente, brecha esta que abre e permite em alguns momentos que produzam ações que resistem, mesmo operando ainda em um sistema ao qual devem se conformar.

Por isso, a autora prefere tomá-la enquanto manifestação de uma *consciência trágica*. Uma consciência que, à luz do brevemente exposto, opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera “paradoxalmente, porque tecida de saber e não-saber simultâneos, marca profunda da dominação”. A designação de trágica pela autora se filia ao seu sentido originário, tal como revelado pela tragédia grega: não é aquela que se debate com um destino inelutável, mas, ao contrário, aquela que descobre a diferença entre *o que é e o que poderia ser* e que por isso mesmo *transgride* a ordem estabelecida. No entanto, por encontrar-se inserida nos moldes do instituído, não chega a constituir uma outra existência social, embora, mesmo dizendo “sim” na maior parte das vezes, encontre momentos de negação e, portanto, de resistência. E como conclui a autora:

Mas justamente porque essa consciência diz *não*, a prática da cultura popular pode tomar a forma de resistência e introduzir a “desordem” na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira: (...) **a Greve do Zelo, as casas coloridas do BNH, os pajés, o “sair de casa”, a dispersão dos movimentos populares, a organização das comunidades eclesiais de base e das sociedades amigos do bairro, a invenção do ‘pedaço’,** são práticas que desordenam a ordem e expõem ‘qual seria a nossa formação moral e cívica’. Estamos habituados a pensar na história sob o ângulo regressivo dos românticos ou sob o ângulo progressivo dos ilustrados. Pelo primeiro, vemos a cultura popular como a boa origem perdida; pelo segundo, vemos a cultura instruída como *telos* necessário da história. A perspectiva progressista, porque acredita firmemente nas leis objetivas do desenvolvimento histórico, julga ser necessário navegar a favor da correnteza; a romântica desejaria evadir-se do rio do tempo e imobilizar-se na nascente. **A ambiguidade da cultura popular e a dimensão trágica da consciência que nela se exprime poderiam sugerir uma outra lógica, uma racionalidade que navega contra a corrente cria seu curso, diz não e recusa que a única história possível seja aquela concebida pelos dominantes, românticos ou ilustrados**²²⁹. (grifei)

Por todo o exposto, e agora na tentativa de conectar este último ponto à prática historiográfica proposta por Marilena Chaui no outro tópico, concluímos que em relação à apreensão dos movimentos populares, a ótica da ambiguidade revela uma duplicidade de sentido muito importante. Sob um aspecto, retemos que as culturas populares, pelos modos em que se conformam ao ou quando

²²⁹ Ibid., p. 179.

reproduzem o imaginário dominante, cultivam também uma representação muito própria do poder²³⁰. Mas no mesmo passo e na mesma relação, ou seja, por isso e em direção a isso, oferecem *outras* respostas às determinações impostas pela ordem comum. Com efeito, o reconhecimento de tais práticas de resistência que se dão pela reatribuição dos significados correntes, da invenção de novos espaços de ação ou, simplesmente, de inovação no seio das estruturas, revelam experiências instituintes dos sujeitos históricos – imprevisíveis e inovadoras – que nada mais fazem do que recolocar e atualizar os conflitos e as contradições que originam a sociedade dividida em classes.

Ademais, ao ancorar o próprio conflito no método de intelecção da história, tal proposta conserva as diferenças entre o social e o político, essenciais para reconhecer adequadamente a configuração político-social da conflitividade²³¹. Ou seja, que o político é instituição do social, ou melhor, o

²³⁰ No texto *Cultura do povo e autoritarismo das elites*, Marilena Chaui explica que o autoritarismo “existe sempre e toda vez que as representações e normas, pelas quais os sujeitos sociais e políticos interpretam suas relações, sejam representações e normas vindas de um polo ou de um lugar exterior à sociedade e situado acima dela”. A respeito disso, ela sublinha que como não vivemos mais sob teocracias, a fonte e a transcendência do poder encarnam-se no aparelho do Estado e seus instrumentos, mas na realidade engendrado pelo próprio movimento interno da sociedade. Ora, mesmo manifestando-se universalmente para todos ainda sim é visível que há contradições na maneira como dominantes e dominados representam a autoridade e, consequentemente, diferenças naquilo que esperam da política. Assim sendo, seria possível, segundo ela, lançar uma segunda questão que permite enxergar nessa contradição as diferenças fundamentais para se pensar alternativas às concepções autoritárias: “Proponho apenas levantar algumas questões que tornem viável uma outra: se dominantes e dominados possuem maneiras diferentes de representar a autoridade e se, na verdade, tal diferença for uma contradição, haverá nos dominados uma força libertadora porque libertária?”. In: op. cit., p. 52.

²³¹ Essa sua proposta nos evidencia não só a filiação já salientada em relação ao pensamento de Claude Lefort, mas, sobretudo, ao pensamento político de Maquiavel, cujo um dos principais e entusiásticos revisadores dessa época foi justamente Lefort na obra já citada *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Grosso modo, na linha do pensador florentino e de suas elaborações sobre história política presentes no *Príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Lefort propõe uma leitura radicalmente crítica para se pensar o político fundado nas ideias de contingência e conflito que perpassam e são o substrato mesmo dos corpos sociais, ou seja, como mencionado, uma ideia que inaugura o político como instituição do social. A ontologia política da divisão o permite, ainda, explorar uma outra figura essencial às reflexões maquiavelianas que é a instituição de um o povo enquanto manifestação dos conflitos, constituindo o sujeito popular tanto o suporte para o *vivere libero* como uma via para a servidão. Enfim, toma o povo como potência ambivalente e se é possível falar em liberdade quando o tomamos em referência isso se constituiria, de acordo com Sebastián Torres: “Governo popular, república popular ou república democrática (...), designam algo mais complexo que a identificação de um sujeito que por suas propriedades inerentes faz mais livre e igualitária a vida política. (...) Para Maquiavel, o povo é aquela parte da cidade que **expõe à comunidade a impossibilidade da universalidade do bem comum**. (...) Povo não é sinônimo nem de república, nem de democracia, **é o espaço das relações que fazem possível todas as formas de governo: de sua multiformidade se traz o complexo mapa que define a um corpo político, e por esta razão que a plebe, o povo baixo, os pobres, o universal, serão as partes da cidade que permitem expor as múltiplas relações de poder**.”

resultado de como as forças sociais são capazes de lidar com suas disputas internas, de maneira que a transformação possa ser pensada enquanto luta direcionada às relações imediatas entre dominantes e dominados e, igualmente, às mediatas na figura do Estado. Reinsiram-se assim as perspectivas culturais populares (e não mais a totalizada na imagem orgânica do povo) enquanto expressões de um sujeito político que pode intervir de fato na divisão entre dominantes e dominados justamente porque é no campo do seu processo constituinte e, conseqüentemente, nas histórias de sua memória silenciada, que se encontram *as chaves* para compreender os efeitos dessa relação.

Tais conclusões constituem as importantes e potentes novidades, a meu ver, do período da transição política brasileira abordada até aqui. Traçado, pois, este primeiro percurso de intelecção teórica das propostas que contribuíram para se pensar novos rumos para uma transição democrática no país que proponho, finalmente, e com essa bagagem histórica e teórica em mente, passar para uma análise mais detida do contexto histórica e das propostas em jogo por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 em relação à temática da cultura.

Adotar-se a designação de povo como o sujeito político maquiaveliano é a condição de reconhecer que não designa uma identidade, senão a parte que leva a divisão social à superfície da comunidade”. In: *Vida y tempo de la república. Contingencia e conflito político em Maquiavelo*. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 2013, p. 177. (tradução minha e grifei)

3

O processo instituinte dos direitos culturais na Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Entre abril e maio de 1975 foi realizado um ciclo de debates sobre cultura contemporânea no antigo teatro Casa Grande do Rio de Janeiro. O evento contou com a presença de 30 profissionais, entre artistas e críticos, das áreas do cinema, teatro, música popular, televisão, artes plásticas, imprensa, literatura, publicidade e atraiu, por sessão, as quais incluíam debates livres com a plateia, uma média de 1400 pessoas, sendo tal experiência repetida posteriormente em outras capitais do país. Na ocasião, na sessão sobre cinema, Leon Hirszman teceu o seguinte comentário a respeito do efeito promovido pelos aparelhos da ditadura sobre seu filme *São Bernardo*:

A censura queria cortar cerca de 15 minutos do filme correspondente a três cenas, sendo que o corte de uma delas tornaria incompreensível a relação entre Madalena e Paulo Honório, eliminando o conteúdo social do filme. Trata-se da cena do espancamento de um camponês à porta da igreja. Sendo cortada, teria de excluir a discussão entre Paulo Honório e Madalena em que ela reclama contra aquele espancamento²³².

A cena de violência contra um trabalhador repetiu-se ainda em outra película filmada pelo mesmo cineasta quatro anos depois, ao documentar a repressão aos movimentos operários no momento que optaram de fato pela paralisação e toda a mobilização social relacionada, em *ABC da greve*.

A sequência das imagens dispostas revela a imbricação dos planos sobre os quais estou procurando reproduzir o curso investigativo do presente trabalho. Não devemos nos desvencilhar das linhas anteriores na compreensão do objeto que este terceiro capítulo se coloca a examinar. Para o entendimento das temáticas postas em debate na Constituinte e do processo de formulação do texto a respeito do ordenamento constitucional de cultura, há de se ter em mente alguns elementos que estão sintetizados nos acontecimentos descritos acima.

“A cultura em lugar de destaque na nova Constituição” foi um fenômeno reconhecido pelos próprios constituintes à época, como vamos ver. Suas causas residem, em grande medida, e além do contexto considerado nos capítulos anteriores, no fato de que, não obstante o acirrado controle social mantido pelos

²³² Ciclo de debates do teatro Casa Grande. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1976, p. 35.

aparelhos do Estado – cuja eficácia era auxiliada pelos meios de comunicação de massa –, a atmosfera de produção cultural ao longo da década de 1970 não constituiu um “vazio cultural” como normalmente é propagado, mas sim um período de relativa pungência. A qualidade ou a quantidade da produção artística do período não interessa ao objetivo do trabalho, porém, um de seus efeitos práticos. O acirramento da intervenção estatal e as dificuldades da época levaram que artistas, além se verem compelidos a encontrar outros caminhos de experimentação técnica com a linguagem e diálogo com a sociedade, “uniram forças” em prol das garantias de seu exercício profissional frente à conjuntura econômica e política da época. Exemplo disso é não só a ocorrência da experiência revigoradora citada de reunir milhares de pessoas em torno de debates caros ao tema da cultura contemporânea, como a organização de novas entidades de representação de classes ou a rearticulação em torno dos sindicatos existentes.

Talvez isso tenha contribuído para que chegassem à Constituinte da seguinte forma:

A classe cultural atuou bem nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Nos dias 5, 6 e 7 de maio de 1987, os constituintes membros da Subcomissão da Educação Cultural e Esportes ocuparam-se dos temas da Cultura nas audiências públicas realizadas na 19ª, 20ª e 22ª reuniões. Ouviram artistas isolados nas sessões dedicadas aos Esportes e ao Turismo e para completar, no dia 12 de maio, receberam o Sr. Ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado, no transcurso da 24ª reunião. Vinte e duas entre as maiores e mais significativas entidades do setor cultural se fizeram presentes, na fala de seus representantes ou nas páginas dos documentos que enviaram à Subcomissão. Outro tanto compareceu como assistente às audiências, levando o seu apoio às reivindicações e posições de classe, além de artistas que por conta própria se fizeram ouvir por meio de depoimentos ou de cartas, e também dos Movimentos Sociais, que encontraram seu espaço em meio à pauta apertada dos constituintes, trazendo seus apelos em favor da inclusão cultural dos segmentos sociais que representavam²³³.

A presença de Celso Furtado como Ministro da Cultura na Constituinte é um segundo fator que interessa à nossa análise. Aliás, o fato mesmo de existir à época um Ministério da Cultura, independente ao da Educação, é por si um elemento curioso. Isso porque, além de ser a primeira vez que os quadros da Administração Pública brasileira contavam com um ministério deste tipo, era uma época de grande efervescência no campo das políticas públicas de cultura, com

²³³ ANDRÉS, Aparecida. “A Subcomissão 8ª: da educação, cultura e esportes”. In: BACKES, Ana Luiza, AZEVEDO, Débora, ARAÚJO, José Cordeiro de (orgs.). *Audiências da Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Coleções Especiais. Obras Comemorativas 03. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009, p. 565.

inúmeros projetos em implementação, planos articulados com outras secretarias, enfim, tinha-se uma pauta forte nesta instância, bem como diretrizes bem delineadas, as quais se fizeram presentes desde a elaboração do primeiro anteprojeto de Constituição (com a participação de profissionais de seus quadros) até as discussões constituintes propriamente ditas. De modo que importa a este capítulo compreender os antecedentes responsáveis pela formação do MinC e as principais ideias formuladas nesta época que impactaram posteriormente a formulação e o sentido dos artigos constitucionais.

Do até aqui abordado, percebe-se que esta última parte da dissertação se dividirá em três partes. Inicialmente, pela utilização de duas publicações culturais de artigos e críticas significativas do final da década de 1970, serão apontados alguns dos problemas e dificuldades que o meio artístico identificava para a produção da época e que se fizeram presentes mais adiante no conteúdo dos documentos e cartas encaminhados à Constituinte. Em um segundo momento serão abordadas algumas das características e propósitos principais que orientaram a formação do Ministério da Cultura na transição para a década de 1980. Cabe destacar que o interesse não recairá especificamente sobre as políticas culturais do período, mas tão-somente no que diz respeito à compreensão sobre direito à cultura desenvolvida naquele período.

Finalmente, a terceira parte adentrará de fato no acontecimento constituinte. Os anais resultantes da Assembleia Nacional Constituinte encontram-se no arquivo do Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC-Rio e, mediante a análise das atas correspondentes à Comissão e à Subcomissão da Cultura, tentarei esboçar um retrato dos principais temas em debate, dando maior prevalência às discussões ocorridas nas audiências públicas. Assim, espero lograr produzir ao final uma leitura que nos capacite pousar um olhar mais substantivo sobre as normas constitucionais relativas à cultura e, por conseguinte, conceber uma hermenêutica e possibilidades de efetivação que tenham realmente funcionalidade e compromisso com a realidade brasileira.

3.1 As relações entre a cultura e a política (1960-1970).

A mencionada capacidade de articulação com a qual a classe cultural atuou na Constituinte não deve ser entendida apenas como um efeito ou resposta ao controle social provocado pela ditadura ou às dificuldades colocadas pelo contexto econômico daquele período. Não obstante a importância da conjuntura político-econômica para compreender a atmosfera da década de 1970 e, obviamente, as forças propulsoras da distensão, em relação à participação dos setores culturais deve-se levar em conta os movimentos anteriores da produção cultural brasileira nos quais estes deitaram raízes.

O que não quer dizer também que tal engajamento seja resultado direto ou mera continuidade das intensas experiências culturais da década de 1960, contudo, há desdobramentos comuns – tanto num sentido de ruptura como ainda de conservação de questões e obstáculos a serem superados –, que são essenciais para a compreensão da nossa análise.

Como assinala Roberto Schwarz, a década de 1960 é marcada por uma intensa imbricação entre o campo cultural e a atividade política. De acordo com o autor, principalmente pós-1964, imperava uma certa anomalia na vida social brasileira, em que pese os setores de direita possuírem o monopólio do poder político, a esquerda gozava de uma verdadeira hegemonia nas diferentes expressões culturais no país²³⁴. Aliás, nos primeiros anos do regime militar foi possível a convivência entre ambas. Assim como esboçado no capítulo anterior, havia um esforço no campo cultural em direção à construção de uma linguagem ou à consolidação de uma cultura verdadeiramente nacional-popular. Diversas experiências podem ser destacadas neste sentido, como os grupos alternativos de teatro na figura do Teatro de Arena e do Opinião²³⁵. Além disso, contam-se os

²³⁴ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política no Brasil: 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²³⁵ O historiador Marcelo Ridenti sublinha que tais experiências tiveram origem no Teatro Paulista do Estudante, formado por um grupo de secundaristas, em sua maioria filhos de militantes do Partido Comunista (PCB) e vinculados à União Paulista dos Estudantes, como Oduvaldo Vianna Filho, Vera Gertel, Gianfrancesco Guarnieiri, que logo se associaram ao Arena, até então pouco destacado, tendo como responsável o diretor José Renato: “essa associação gerou uma renovação da dramaturgia nacional, especialmente a partir de fevereiro de 1958, com a estreia de *Eles não usam black-tie*, pioneira em colocar no palco o cotidiano de trabalhadores, buscando um teatro participante e autenticamente brasileiro. Surgiram então os famosos seminários de dramaturgia, (...), incentivando a escritura e encenação de peças de autores nacionais que expressassem os

inúmeros núcleos regionais de educação popular organizados no nordeste do país e orientados segundo a filosofia de Paulo Freire, cujos espaços, encontros e convivências eram utilizados também na produção cultural, com a apresentação de peças, programas de rádio de educação popular, cursos de artesanato e costura, publicação de revistas, entre outras manifestações que também se identificavam com aquelas que ocorriam no âmbito dos Centros Populares de Cultura da UNE²³⁶.

Apesar das críticas tecidas posteriormente já no final do decênio de 60, a tais experiências, sobretudo à visão romântica nacionalista elaborada²³⁷, à

dilemas do povo. Não se queria mais apenas importar as peças do Primeiro Mundo, como era usual até então. Nesses seminários, destacou-se a liderança de Augusto Boal, (...). Buscava-se a definição de uma dramaturgia verdadeiramente brasileira, não só pela temática, mas também na direção, interpretação e produção de texto. Os seminários deram fruto fora do Arena, como no caso de outro grupo paulista de teatro paulista que fez época nos anos 1960 e 70, o Oficina (...). “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: *O Brasil Republicano*, op. cit., p. 138-139.

²³⁶ Apesar das muitas críticas dirigidas à experiência dos CPCs cabe notar seu papel aglutinador fundamental naquele período. Inicialmente, da aproximação e da iniciativa de alguns membros dissidentes do Arena, como Vianinha, de figuras do cinema, como Léon Hirszman e da academia, como Carlos Estevam (sociólogo do ISEB), surgiu a vontade de fazer uma arte popular em diversas áreas, teatro, cinema, literatura, música, artes plásticas. Comenta Ridenti que: “O sucesso do CPC generalizou-se pelo Brasil com a organização da UNE Volante, em que uma comitativa de dirigentes da entidade e integrantes do CPC percorreram os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes da política universitária e nacional, em busca de reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. Foi grande o impacto da UNE Volante de 1962, numa época sem rede de televisão nacional, em que a malha viária ainda estava pouco desenvolvida e a comunicação entre os estados era difícil, num país com dimensão continental. A UNE Volante semeou os 12 filhotes do CPC nos quatro cantos do país”. In: *Ibid.*, p. 140. A propósito, a participação de Hirszman reflete a intensa atividade do cinema, que constituindo o notório Cinema Novo se colocou na linha de frente de tais reflexões, envolvendo-se diretamente com a temática da condição de homens e mulheres brasileiros, é possível citar a criação, na Bahia, da Iglu Filmes, e no Rio de Janeiro, por exemplo, a filmagem de *Cinco Vezes Favela*, tematizando o cotidiano em favelas cariocas, nos cinco episódios: “Couro de Gato”, de Joaquim Pedro de Andrade; “O Favelado”, de Marcos Farias; “Zé da Cachorra”, de Miguel Borges; “Pedreira de São Diogo”, de Léon; e “Escola de Samba Alegria de Viver”, de Carlos Diegues. Compunha o plural grupo, ainda, Glauber Rocha, autor do manifesto *Eztetyka da fome*, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, entre outros.

²³⁷ O nacionalismo passou a ser tematizado de modo mais contundente após 1965. Destacam-se nesse contexto as produções culturais que ocorriam no Opinião, aliando uma aproximação com a música popular brasileira através dos músicos responsáveis pelas canções de protestos, como Carlos Lyra e Edu Lobo, os quais propunham uma articulação com os músicos provenientes das classes populares, como Zé Kéti e João do Vale. O Opinião organizou exposições de artistas plásticos, como a mostra *Opinião 65*, da qual participaram artistas como Rubens Gerchman, Hélio Oiticica, Landim, Lygia Clark etc.. Até 1968, reuniu diversos opositores da ditadura e contam-se sucessos teatrais como apresentação das peças *Liberdade, Liberdade*, de Millôr Fernandes e *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Vianinha e Gullar. Outro grupo destacado desta época foi o Teatro Oficina, que ganhou grande impacto artístico e político nacional com a encenação da peça de Oswald de Andrade, *O rei da Vela*, “propondo uma ‘revolução ideológica e formal’, que, em 1967, encontraria paralelo no filme de Glauber, *Terra em transe*, em no

identificação pouco problematizada entre os intelectuais e o que era tomado como o povo, ao fato de que a concepção e gestação destes núcleos não eram protagonizadas pelos próprios produtores das culturais locais, à tentativa de criação de uma “linguagem acessível” às massas²³⁸, entre outras mencionadas no capítulo anterior, é certo que tais tentativas inauguraram uma experiência, cujas marcas e legados podem ser reconhecidos na retomada dos movimentos de base abordada no primeiro capítulo. Ademais, as propostas de incentivar a criação de uma cultura autenticamente brasileira, trabalhando os temas caros à nossa formação e relacionados aos problemas sociais existentes, foram importantes para colocar no horizonte a discussão relacionada à dependência cultural e à necessidade de se propor caminhos para a nossa modernização alternativos aos projetos hegemônicos da ditadura. Tal reflexão, como abordaremos adiante, recobrou forças a partir de 1974, principalmente no discurso daqueles que assumiram os órgãos de cultura competentes do Estado.

A efervescência da produção cultural não perpassava somente os movimentos populares de base. A bibliografia destaca também a intensa criação nos meios universitários e sua contribuição para a música popular brasileira. É a época dos grandes festivais e o surgimento de novas tendências, como o tropicalismo. Apesar de seu proclamado distanciamento da temática nacional-popular, continuou no centro do momento as questões da identidade nacional, do subdesenvolvimento e do caráter do povo brasileiro, ou seja, uma busca ainda por aquilo que nos singularizaria enquanto nação calcada na tensão paradoxal entre o moderno e o arcaico, o local e o externo, a indefinição entre uma nova civilização

tropicalismo musical de Caetano Veloso e plástico de Hélio Oiticica. O impacto dessa montagem seria seguido pelo sucesso da peça de Chico Buarque *Roda-viva*, recriada pelo diretor José Celso Martinez Corrêa”. Aliás, Zé Celso seria um dos principais críticos da tendência nacional-popular, que, segundo ele, “só fazia consolar a plateia acomodada, por intermédio de uma catarse coletiva apaziguadora, enquanto seu teatro pretendia fazer o público de classe média reconhecer seus privilégios e mobilizar-se”. In: *Ibid.*, p. 145.

²³⁸ O poeta e ensaísta curitibano Paulo Leminski, já em 70, tece ácidas críticas à tentativa de formulação de uma “linguagem para as massas” e às propostas de se fazer “obras fáceis e acessíveis”, vejamos: “Invoca-se o interesse das grandes massas para legitimar a mediania e a banalidade. Em nome do povo, produz-se uma literatura ou sublitteratura dos padrões da elite. Essa literatura não é popular, no verdadeiro sentido do termo. Não é efetivamente consumida pelo povo ou - muito menos - produzida por ele. É apenas a média da literatura da classe dominante de gosto médio”. In: “Teses, tesões; Forma é poder”. In: *Ensaio e anseios crípticos*. Organização e seleção: Alice Ruiz e Áurea Leminski. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997, p. 22.

e suas relações com o universal e que soluções propor “à brasileira” nessa conjunção²³⁹.

A relativa convivência entre os movimentos culturais e o regime militar se tornou praticamente impossível depois de 1968. Até mesmo as propostas de elaboração de políticas públicas de cultura foram momentaneamente colocadas de lado. Durante o governo Castelo Branco ventilou-se a possibilidade de reestruturação do Conselho Federal de Cultura, mas os planos decorrentes deste empenho nunca saíram do papel²⁴⁰. Com o recrudescimento do regime, ocorreu o fechamento dos núcleos populares, centros acadêmicos, diretórios estudantis, um alto número de exílios de intelectuais e artistas, e, como é cediço, o controle silenciador da censura operou nos mais diversos âmbitos da sociedade civil, seja indiretamente dentro das universidades ou de forma explícita e bem estruturada em seus escritórios das capitais e em Brasília ou mesmo filtrando a publicação dentro das linhas editoriais dos principais jornais e revistas do país. Já no início de 1970, do lado do governo, por sua vez, ocorreu a separação institucional entre a educação e cultura, coroada com novas políticas para a educação, como, por

²³⁹ Mesmo que sua imagem seja sempre vinculada à produção musical, o movimento – se é possível determiná-lo em tal termo – do tropicalismo transpassava como ideia diversas manifestações artísticas. Seus primeiros traços ganharam contorno nas performances mencionadas do Oficina, não sendo por acaso a encenação da peça de Oswald de Andrade. Na verdade, o conceito de antropofagia inspirou suas diferentes vertentes em uma proposta de subsunção à brasileira da cultura ocidental, como expressado no texto escrito por Oiticica ao seu projeto ambiental, “Tropicália”, de 1968: “tropicália é a primeiríssima tentativa consciente, objetiva, de impor uma imagem obviamente ‘brasileira’ ao contexto atual da vanguarda e das manifestações em geral da arte nacional (...) para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita europeia e americana terá que ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia de nossa terra”. Ou nas palavras de Torquato Neto: “um grupo de intelectuais – cineastas, jornalistas, compositores, poetas e artistas plásticos – resolveu lançar o tropicalismo. O que é? Assumir completamente tudo que a vida dos trópicos pode dar, sem preconceitos de ordem estética, sem cogitar de cafonice ou mau gosto, apenas vivendo a tropicalidade e o novo universo que ela encerra, ainda desconhecido. Eis o que é”. Citado em: AGUIAR, Joaquim Alves de. “Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80”. In: Sosnowski, Saul; Schwartz, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

²⁴⁰ Em 1966 foi proposta a reativação do Conselho Federal de Cultura, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República, com o objetivo de “preservar a nacionalidade”. Em 1968, 1969 e 1973, alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, porém nenhum deles foi integralmente posto em prática. Como questão central, estes planos previam a recuperação das instituições nacionais, dentre as quais a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, etc., objetivando também que pudessem exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas. O CFC tinha a atribuição de analisar os pedidos de verba ao MEC instituindo uma política de apoio a uma série de ações, papel exercido efetivamente até 1974, mas durante muito tempo a estrutura do Ministério esteve toda voltada para a área de educação. O Departamento de Assuntos Culturais (DAC), dentro do MEC, foi criado somente em 1970, por meio do Decreto 66.967.

exemplo, a criação de órgãos de fomento à pesquisa, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) e as mudanças curriculares efetuadas nas escolas e universidades. Estritamente em relação à cultura, e acompanhando a orientação das políticas econômicas, investia-se maciçamente na entrada das empresas multinacionais no país e na modernização dos setores privados de cultura e comunicação.

Com o enfraquecimento das bases de legitimação e apoio sociais à ditadura e, adiante, à vista dos primeiros indícios da crise econômica que imperaria no país ao longo da segunda metade da década de 1970, iniciou-se uma terceira fase na relação entre a cultura e a política. Com relação ao primeiro ponto, o governo instrumentalizou a cultura, justamente, para uma redefinição estratégica com vistas a modificar sua imagem frente à sociedade civil e na tentativa de aproximação da mesma. Ao passo que no âmbito cultural, configurou-se o que o historiador Marcelo Ridenti nomeia de um “rearranjo pragmático” de artistas e intelectuais. A hegemonia cultural de esquerda assinalada por Schwarz, mesmo após toda a repressão sofrida, não perdeu força. Contudo, em decorrência também do cenário internacional e das críticas direcionadas à experiência do socialismo real, ou seja, à vista de uma derrota interna e internacional, há uma retomada deste setor que se via compelido a recompor os meios de engajamento nas questões da vida social brasileira, bem como as formas da produção de sua linguagem artística, provocando, com efeito, a formulação de autocríticas e a identificação de novos impasses frente a um novo contexto institucional. Fato é que os artistas e intelectuais souberam “aproveitar” desta brecha colocada pelo processo maior da abertura, sobretudo a partir do governo Geisel, vendo-se na dianteira, portanto, para, junto à oposição, influenciar os rumos da transição política brasileira.

Assim, o remanejamento do cenário caracterizou o novo momento no qual coexistiam gerações marcadas por uma grande politização de suas atividades, mas, ao mesmo tempo, suficientemente experientes para lidar com este legado de outra forma. Como vamos ver adiante nas discussões da época, as temáticas antes abordadas foram sendo redimensionadas e implicaram que a produção cultural rompesse os vínculos com a vida política que caracterizou o período anterior e se adequasse às novas condições, inclusive da existência agora de um “mercado

cultural” muito melhor estruturado. Além dos incentivos à iniciativa privada, no campo das políticas públicas de cultura, o governo retomou as atividades reestruturando inicialmente, em 1975, o Conselho Federal de Cultura e propondo a elaboração de um Plano Nacional de Cultura, o qual previa a criação de novos órgãos, ações específicas para área e a reformulação daqueles existentes. É possível destacar, por exemplo, a proposta de uma campanha de defesa do folclore nacional, a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), cujo objetivo inicial era conceder apoio à produção de arte contemporânea, a fusão de diversos institutos na EMBRAFILME, a criação de conselhos para tratar dos aspectos legais dos setores ligados à indústria cultural, como o Conselho Nacional do Direito Autoral (CNDA) e o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE). A instância competente pela proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional também sofreu profundas modificações, como vou me ater em tópico posterior, sobretudo com a criação da Fundação Pró-Memória. Ridenti sintetiza da seguinte maneira tais transformações esboçadas nas linhas anteriores:

Paradoxal é que a nova ordem da ditadura – uma vez devidamente punidos com prisões, mortes, torturas e exílio os que ousaram se insurgir abertamente contra ela – soube dar lugar aos intelectuais e artistas de oposição. A partir dos anos 1970, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha esboçando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente por intermédio do Estado. As grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. Ganharam vulto diversas instituições estatais de incremento à cultura, como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, a Funarte (...). À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 1970, quando o governo também passou a ser um dos principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa²⁴¹.

Esta situação paradoxal possibilita que compreendamos, por exemplo, o título do último capítulo da obra analisada no capítulo passado de Carlos Guilherme Mota em relação aos anos próximos a 1974, *Os impasses da*

²⁴¹ RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 154-155.

dependência cultural. A atribuição do sentido de impasse não poderia ser mais adequada para representar este momento de transformações sociais, no qual o tempo dilatava-se em dois sentidos: no meio do caminho entre uma complicada existência real e aquela nova que poderia começar a ser trilhada. Momento este no qual se atestou o que não se queria mais, porém, uma outra existência concreta ainda não era antevista. Em relação à situação de dependência, muitos são os sentidos que podem ser apreendidos deste estamento. Sem dúvida, a mais óbvia, é a da dependência política ante um governo que ainda fazia sentir o seu autoritarismo e o conseqüente impasse no que diz respeito à conquista de novos espaços de atuação, mas sem saber ainda ao certo os limites da liberdade de criação possível. À vista da dominância do capital estrangeiro, da presença maciça das multinacionais e o doravante controle que detinham sobre a produção e circulação de tecnologia no país, a dependência econômica era um fator que influenciava os produtores culturais e seu livre exercício, quer diretamente vinculados ao mercado e à indústria cultural, quer sentindo apenas seus efeitos indiretos e cerceadores. Em acompanhamento, tinha-se a conseqüente dependência social e cultural, mediante o estabelecimento de modelos de consumo, costumes incorporados e transmitidos pelos meios de comunicação de massa, principalmente pelas redes de TV nacionais, ou seja, uma dependência calcada em processos de massificação da cultura.

Tais diagnósticos estiveram presentes também ao olhar da comissão organizadora do ciclo de debates, cuja referência anunciei este capítulo. Eis o balanço que Zuenir Ventura, Max Haus, Moysés Ajhaenblat, Telma Sales, Darwin e Guguta Brandão e Paulo Pontes fizeram na introdução da publicação decorrente dos debates²⁴²:

²⁴² Para dar a dimensão do momento no qual o ciclo foi organizado, vale transcrever um trecho da entrevista concedido ao jornal "Algo a dizer" por um de seus organizadores: "Vou contar a história. Em 1974 nós, da Oposição, tivemos uma imensa vitória. Elegemos (o antigo MDB) 16 ou 18 senadores. E a ditadura (a Arena) elegeu quatro, por aí. Isso foi em outubro, se não engano, a eleição. Em dezembro, se não me engano, o Cabral lançou seu primeiro livro de ensaios sobre as Escolas de Samba, no Clube Marimbas, no Posto 6, em Copacabana, pouco depois de ser oficializado o resultado das eleições de 74. Aí cheguei lá com o Max - e eu nunca vi isso na minha vida! As pessoas se abraçavam... Eu, me lembrando, fico com um nó na garganta, porque foi emocionante demais. Gente chorando, gente se beijando... foi do cacete! Estou arrepiado, porque a mesma reação eu tive na hora... E aí eu cheguei pro Max e disse: "Max, você está vendo o que eu estou vendo?". As pessoas com uma necessidade de se esfregar umas nas outras, comemorar, amalgamar, né? "Max... está na hora dos debates". Nós antes fizemos várias tentativas. O Max tinha um colega de colégio que era sobrinho do cara da censura, Dr. Coriolano. Várias tentativas.

Max tentou. E houve uma em que eu fui com ele. Foi quando o Saldanha foi chutado da seleção, copa do México, se não me engano. E nós fomos lá, o Dr. Coriolano... não lembro se era esse o nome. Bom, o chato da censura da Polícia Federal. Nós fomos lá, ele conhecia o Max, amigo do sobrinho dele... "A gente queria fazer um debate sobre futebol, Copa do Mundo". Ele ouviu tudo... "e nós já consultamos vários jornalistas, e o Saldanha vai participar..." Continuamos falando, e ele: "Não, não vou deixar." "Por que, perguntei?". "Porque vocês vão começar discutindo futebol e vão acabar em Karl Marx". E aí não foi possível. Isso foi por ocasião da copa do México, não lembro quando... 1970... (...) Em 74 a grande vitória. Como disse, saímos do lançamento do livro do Cabral eufóricos, animadíssimos. Eu morava na Tijuca, na Conde de Bonfim, o Max também, na Antônio Basílio. Ficamos três, quatro horas discutindo como fazer. E uma coisa que nós percebemos: na época da ditadura, para estreiar um espetáculo de teatro você tinha que mandar o texto para a censura. Era a primeira providência. E aí vinha com milhões de cortes, você negociava, ia lá, às vezes conseguia reverter, muitas vezes não, mas você só podia estreiar, mesmo com o texto liberado, se você requeresse à Censura o chamado Ensaio Geral - que era o espetáculo como ele era, final, com tudo, roupas, cenário, luz, tudo, tudo, tudo. E geralmente eles marcavam para a véspera da estreia oficial para o público, o que era uma coisa terrível. Porque se eles não marcassem o Ensaio Geral, você não podia estreiar. E na véspera! Na véspera. Eles não te davam resposta, você ia até o último momento... O que aconteceu com Calabar [peça de Chico Buarque] foi exatamente isso. Calabar não foi proibido, Calabar não teve Ensaio Geral. Os produtores, que era Poligram (Philips), a Fernanda, o Fernando e outros que investiram, não aguentaram segurar mais tempo. Tiveram que perder a produção e cancelar a temporada. Mas nós descobrimos... como se ia fazer o Ensaio Geral de um debate? Não tem como, não tem como. E aí o que nós fizemos? Ao invés de solicitar a permissão à censura, o Max redigiu um requerimento, um ofício, melhor dizendo: 'comunicamos que, no dia tal de abril de 1975, faremos realizar em nosso teatro o I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea.' Cinema, teatro, televisão, artes plásticas... Cada segunda-feira um. Foram sete, se não me engano. Mas comunicamos, não pedimos licença. E colocamos o que sempre se colocava nos requerimentos pedindo a realização do Ensaio Geral e a posterior liberação da peça: os horários - era obrigatório - e o valor do ingresso. E colocamos. Digamos: inteira, 5 reais; meia, 2,50 (estudante, na época). Isso foi bom. Porque eles vieram tentar impedir muitas vezes. Houve ameaças de bomba, sequestraram a nossa bilheteira. Mas não adiantava. "É uma atividade profissional, estamos ganhando dinheiro com isso." "Caramba, tem gente que paga para ir a um debate?", diziam os censores. "Ué, você tá vendo... E como soube do debate?". "Isso foi depois. Eu peguei a informação de que a casa estava lotada.". E estava. Um teatro de 629 lugares... O que menos público deu foi 1.200 pessoas. O que mais público deu foram 1.497 pagantes. Pagantes! Fora a imprensa que não pagava, os participantes que podiam trazer seus convidados, e outras pessoas que não pagavam. Então, já imaginou? Acho que tinham quase 1.800 pessoas num teatro de 629 lugares. O público ficava acompanhando do lado de fora, através de alto-falantes. Nesse debate que foi sobre música popular era o nosso grande Chico. O Sérgio Cabral, Albino Pinheiro e, se não me engano, o Sérgio Ricardo, Paulinho da Viola... Naquela vez, quando saímos do lançamento do Cabral, fomos conversar com algumas pessoas. E a primeira pessoa que eu fui ver foi o Chico. Chico Buarque. "Chico, o que você acha disso, disso, assim, assim". "Acho bom". E mais não disse. "Mas podemos contar contigo?". "Bom, na noite de música popular, sim. Mais eu não tenho condições de ajudar.". "Mas você não pode participar do grupo?" "Ah, fala com o Paulinho". O Paulo Pontes. (...) E aí, tenho uma coisa muito curiosa para contar do Sérgio Brito. Aí eu fui ao Paulinho Pontes. Paulinho era membro do Partido [Comunista Brasileiro]. Um quadro extraordinário. Caráter um pouco brabo, né? Mas era um quadro extraordinário. E o Paulo Pontes entrou em contato com o Zuenir, com o Darwin Brandão, a sua senhora... Formamos um coletivo. Mais Telma Sales. E formamos um coletivo que se autodenominou de Grupo Casa Grande. Isso em 1975, início de 75, tanto é que, em abril, abrimos com o 'I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea', que foi esse sucesso, e fizemos vários outros. Tivemos em 78 aquele célebre 'Conjuntura Nacional', e os nomes que participaram são aqueles que tomaram conta do Brasil depois da retirada dos fascistas. (...) O teatro sempre foi usado. Sempre. Não só para finanças, para ajudar as famílias de presos, dos exilados, como também para os movimentos mais generosos que nós já tivemos nesse país. As primeiras reuniões das campanhas, são duas, da Anistia, uma liderada pela dona Yolanda Pires, a esposa do Waldir Pires, e a outra pela mãe de Cid Benjamin e Yramara Benjamim. Todas passaram lá e foram feitas sempre lá. A campanha dos jornalistas para reconquistar o seu Sindicato. Lá começou e foi até a reconquista do Sindicato, com a eleição do Caó presidente e o David como vice. A campanha dos

Depois de um longo silêncio coletivo, a cultura brasileira fez aqui sua primeira autoconfissão pública. O balanço desse ato de corajosa humildade não é alentador. Por ele vimos que, além dos problemas particulares, o cinema, o teatro, as artes plásticas, a televisão, o jornalismo, a literatura, a publicidade, a música, estão esmagados entre dois cerceamentos comuns: de um lado, a censura; de outro, a desnacionalização crescente da nossa produção artística. A nossa cultura hoje ou fala com dificuldade ou fala com sotaque. Num esforço desesperado dá voltas, faz contornos, finge que diz mas não diz e acaba sempre voltando para as gavetas dos seus criadores, quando não é cortada e emasculada. Não chega a se realizar. É uma tentativa tímida e apática ou uma aventura frustradora ou perigosa. Sua outra face é também irreconhecível. A invasão de valores estranhos e duvidosos e a imposição de modelos externos descaracterizaram de tal maneira o nosso perfil cultural que ele hoje tem cara de tudo, menos de Brasil. Censurada ou colonizada, o que se poderia chamar de cultura nacional – crítica, polêmica, refletindo os anseios e angústias de seu tempo e de seu povo – vive uma interminável e assustadora fase de subnutrição e pobreza mental.

A reunião destes debates fornecerá um vasto material de análise aos que são responsáveis pelo desenvolvimento intelectual deste país, sem o qual não tem sentido nenhum outro desenvolvimento. Os caminhos que levam a uma grande nação não são cimentados com números, mas com ideias. **E o Brasil nesse momento é um país que não faz sequer ideia de si.** Até a sua história real está sendo contada em inglês. Ao olhar para trás, os tempos futuros verão muitos governantes de ouvidos tapados e olhos fechados **diante do impasse que vivemos.** A nós, intelectuais responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento deste país, eles nos poderão ver de bocas caladas tentando sussurrar ao menos a nossa impotência. (...)

Em quase todas as mesas-redondas houve sempre um grande número de pessoas que depois das exposições perguntava: 'o que fazer?' Nem sempre foi dada uma resposta satisfatória. O final desse Ciclo, hoje, talvez seja a melhor resposta. À pergunta 'o que fazer?', poderíamos responder agora: *fazer*. Nem sempre o que se quer, mas sempre o que se pode. Nós fizemos o que pudemos²⁴³.
(grifei)

Pois bem, alguns dos principais pontos das apresentações e debates que vieram à tona no ciclo serão explorados na seção seguinte, cuja finalidade é tentar reconstruir, através das divisões temáticas que traçarei, um quadro geral das dificuldades e necessidades que informavam diretamente aqueles relacionados à ação cultural em um sentido estrito. Creio ser fundamental esta segunda etapa de construção de um significado material para a devida compreensão do conteúdo formal arrolado nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988. Embora quase trinta anos nos separe deste momento, vamos ver que muitas das questões

compositores pelo seu direito autoral. Várias assembleias, várias, em que eles criaram a Sombras (sociedade arrecadadora de direitos autorais). Sociedades, músicos, e de direito autoral. Enfim, inúmeras. Até o Brizola solicitou o Casa Grande para as reuniões da comunidade da cruzada na sua campanha pleiteando o título de propriedade de seus apartamentos. Foi tudo lá, durante meses, e até o Brizola foi lá e entregou o título de propriedade para os moradores”. Disponível em <http://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MateriaID=94>, acesso em 20/06/2014.

²⁴³ *Ciclo de Debates...*Op. Cit., p. 08-09.

aventadas ainda são atuais e que outras, talvez esquecidas em seus apelos, deveriam ser atualizadas. O único tema mais relevante às discussões que deixei de fora é aquele relativo à censura explícita do Estado, por aí sim considerar datado o seu teor.

3.1.1

Ideias e culturas em movimento: as principais temáticas abordadas no Ciclo de Debates do antigo Teatro Casa Grande.

Nas ponderações iniciais que abriram este trabalho foi ressaltada a necessidade de – à vista de uma adequada compreensão do texto constitucional – vincular a produção de uma hermenêutica dos direitos culturais aos outros aspectos da realidade que participaram e participam da razão de ser de sua normatização. Ou seja, a necessidade de vincular tal entendimento às condições de possibilidade para o exercício de fato destes peculiares direitos. Com efeito, creio que a fim de refletir, por exemplo, a garantia da liberdade de criação, é essencial que a tomemos sob a perspectiva da existência, tanto de outras garantias que podem limitar seu exercício, como de sua inserção em uma determinada estrutura econômica e social.

Em nenhum outro momento do presente exame, talvez, apareça de maneira tão vívida tal problemática quanto na abordagem das falas e debates dos produtores de cultura ao longo da transição política brasileira, que retomamos a partir de agora. Suas considerações desnudam as condições da produção de cultura na época, nas quais, não por acaso, podem ser encontradas as causas e as justificativas para uma proteção normativa do direito à cultura que se pretendia formular naquele período. Creio, por isso, ser de suma importância retornar a tais pontos, a fim de trazer à baila as principais – e reais – preocupações que envolviam aqueles diretamente relacionados ao tema.

A fim de facilitar a metodologia do presente exame, as falas dos convidados, suas respostas e os debates propostos foram selecionados a partir de um critério: as temáticas comuns e recorrentes às mesas, as mesmas que posteriormente encontraremos na análise das discussões Constituintes. Deste modo, os trechos escolhidos foram sistematizados em quatro pontos objetivos, a saber: a) a questão do mercado e a cultura; b) a questão da afirmação de uma

identidade cultural brasileira; c) a questão da intervenção estatal; d) e a questão do acesso aos bens culturais. Assim sendo, embora os debates, originalmente, tenham sido realizados separadamente conforme as áreas de especialidades já mencionadas, tais questões serão apresentadas de forma integrada com vistas a reconstruir um panorama geral das ideias e propostas colocadas em circulação. Ressalto, por fim, a linguagem informal empregada pelos mesmos, uma vez que se tratou de uma conferência livre e a opção por inserir trechos de comentários formulados por críticos e intelectuais nesse mesmo período com o objetivo de contextualizar, e preservar o rigor histórico e social da análise, a tematização que se propõe adiante.

a) A questão do mercado e a cultura.

Como salientam Heloísa Buarque de Holanda e Marcos Augusto Gonçalves, ao expressar uma nova composição de forças internas e um novo tipo de articulação do capitalismo brasileiro com o mercado mundial, o regime pós-64 trouxe para o processo cultural uma série de implicações. A busca de integração com a produção industrial moderna, as transferências de capitais externos, a importação de novas técnicas e esquemas de organização produtiva exigiam um reaparelhamento da produção cultural. De fato e, em linhas gerais, a questão da formulação de políticas para a cultura – e a tematização necessária de questões como a identidade nacional, a livre produção e acesso aos bens culturais e a possibilidade de intervenção do Estado nesse cenário maior de modernização – deu o tom das principais preocupações geradas nas mesas de debates. Concomitantemente, de acordo com os autores, tal contexto passou a exigir da classe artística:

uma série de redefinições, recolocando em novas bases o debate acerca de suas funções e de seu lugar social, a composição de novas alianças, o estabelecimento de novas táticas. Essa trama complexa de fatores sociais, políticos e econômicos terá, certamente, uma razoável influência nas prioridades estabelecidas pelos artistas e intelectuais com relação aos canais privilegiados para sua atuação e mesmo na opção por determinados esquemas formais de linguagem²⁴⁴.

²⁴⁴ HOLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. “A ficção da realidade brasileira”. In: ADAUTO, Novaes (org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano/Senac-Rio, 2005, p. 98.

Ou seja, a questão da modernização da sociedade brasileira que antes figurava apenas enquanto um elemento temático para se pensar a cultura nacional em termos gerais, passou a ser considerada uma condicionante fundamental para o desenvolvimento da própria atividade na qual estavam inseridos. Em algumas áreas, como cinema, música e teatro, esta discussão apareceu de modo mais latente, tal qual se depreende do seguinte depoimento de Leon Hirszman²⁴⁵ a respeito dos desafios da produção cinematográfica brasileira:

Por exemplo, o problema do mercado para o cinema brasileiro. Sempre que tenho oportunidade de discutir a questão de nosso cinema, abordo esse aspecto, que é um ponto sempre levantado pelo pessoal do Cinema Novo. O cinema é uma indústria, e se você tenta fazê-lo, dar uma contribuição cultural justa em relação a determinado momento histórico, você se choca hoje com dificuldades iguais às que impediam, por exemplo, a implantação da indústria de tecidos no Brasil na década de 20. Quer dizer, vivemos como quixotes, dando uma de herói (...) Vejamos: o sujeito faz um filme com uma quantia qualquer. Mas o problema é introduzi-lo no mercado, exibi-lo. As telas reais, ou seja, as telas dos cinemas e das televisões – estão ocupadas. E é importante esclarecer isto, porque às vezes você consegue exibir o filme num cinema, mas se trata de uma conquista individual, e você transfere essa solução individual para o conjunto e não se dá conta de que o problema é que as televisões estão ocupadas por filmes que nada têm a ver conosco. Será então que as dificuldades que enfrentamos decorrem de nossa incapacidade de pensar, de buscar soluções? A verdade é que nós estamos fazendo cinema e temos a maior dificuldade no processo geral. (...) **E essa divisão não ajuda em nada, porque necessitamos estar juntos para enfrentar os problemas maiores do cinema brasileiro. Outra coisa: não há nenhuma legislação relativa à exibição de filmes brasileiros na televisão no Brasil. E a situação é escandalosa, (...) total de filme exibidos em 1973 nos três canais de televisão do RJ: 1446 filmes; brasileiros, dez (...)** Como disse, é um escândalo. Mas acredito que, no momento há condições para uma relativa melhoria, dependendo da integração de alguns fatores que podemos definir assim: **1. uma adequação real da estrutura econômica do setor às suas necessidades; 2. respeito à liberdade de expressão e criação no país. E, com respeito a nós mesmos, uma ampla tolerância para com as diferentes tendências do cinema brasileiro.** Digo isso porque estou convencido de que o importante é somar *mesmo*. Este não é o momento de se apresentar como antagônica uma contradição que nada tem de antagônica. Deve-se sempre compreender que as contradições sempre existem e que é necessário caminhar com elas, procurando colocar em nível mais elevado as nossas aspirações. No que se refere ao cinema, em particular, é fazer com que o cinema possa contribuir para uma política cultural que tenha relações com o nacional e o popular, isto é, que seja relativo a uma cultura popular, que sua resposta seja o povo e que ele esteja como raiz, como água, nascendo de uma contradição interna existente. Aí já se trata de uma questão que requer aprofundamento do problema da política cultural. **Não implica que não haja um cinema brasileiro, se não houver um cinema nacional e popular. Continuará a haver uma série de relações inéditas determinadas e uma série de experiências ou tendências simultâneas relativas a um determinado processo de desenvolvimento industrial**

²⁴⁵ A mesa de cinema era formada por Alex Vianny, José Carlos Avelar e Leon Hirszman.

particular. Mas pode-se realizar alguma coisa que realmente floresça e contribua, que sirva ao povo brasileiro. E creio que se não houver, no plano político, uma integração do nacional e do democrático, vai ser muito difícil realizar aquele objetivo²⁴⁶. (grifei)

Apesar de não haver previsão legal que obrigasse a exibição de filmes brasileiros nos canais televisivos, naquela época era prevista a obrigatoriedade de exibição de filmes brasileiros ao longo de 84 dias por ano nos cinemas. Contudo, de acordo com o mesmo cineasta, a lei era completamente ignorada em grande parte do país, principalmente nas cidades onde o mercado era maior, como São Paulo. Nesta linha, Leon sustenta: “diante desse quadro você entende por que o cinema brasileiro não conta com a inversão do capital privado. Por que vai o cara investir o dinheiro dele numa atividade que não tem condições para competir no mercado? Se o filme norte-americano entra de graça, se não paga tarifa, enquanto o nacional paga antes mesmo de estar pronto! Quem é que vai entrar num negócio desses?”. Ainda sobre esse tema, Alex Viany complementa no mesmo sentido:

A mesma lei que vigorou durante todo o tempo do Cinema Novo, antes que se chegasse à lei dos 84 dias por ano, que vigora atualmente. Mas se continua lutando para passar isso para 112 dias, e a coisa chegou até ser assinada. Mas a pressão dos exibidores foi tão forte que houve um recuo do Instituto Nacional de Cinema. Não acredito que a indústria de cinema no Brasil possa se manter sem a garantia de pelo menos 50% do mercado. É isso que nós queremos, mas não sei se vamos chegar lá²⁴⁷.

Os mesmos obstáculos estruturais colocados aos interesses dos produtores brasileiros são reconhecidos também na área do teatro. Fernando Torres, ator e detentor da uma das mais bem sucedidas companhias de teatro daquela época, comenta na mesa ligada à dramaturgia:

As dificuldades de um empresário começam no momento em que ele procura a casa de espetáculos para alugar. Ainda que pareça incrível, existe no Rio um déficit de casas de espetáculos. (...) **Não existe esse amparo que faça com que a gente possa levantar o dinheiro em condições melhores. Outra dificuldade é que os teatros, em sua maioria estão situados em pontos de difícil acesso, longe da população que necessita ver teatro.** No Rio, com o gigantesco crescimento da cidade, os teatros ficam confinados na Zonal Sul e no Centro. A Cinelândia – que hoje é um grande buraco – já teve há tempos atrás 10 teatros funcionando. De 1945 em diante, houve um deslocamento dos teatros para a Zona Sul. **Mas a maior parte da população do Rio de Janeiro mora na Zona Norte. Esse é um ponto que discuto sempre com os outros empresários. Nós estamos desprezando a maior parte da população, que é o triplo que se localiza na**

²⁴⁶ Ciclo de debates...op. cit., p. 12.

²⁴⁷ Ibid., p. 23.

Zona Sul, onde nos instalamos comodamente. E nós não vamos lá na Zona Norte²⁴⁸. (grifei)

Vê-se, portanto, que as dificuldades para os produtores de cultura não tinham sua origem apenas nos incipientes incentivos financeiros concedidos pelos programas de governo. O Estado, mesmo que indiretamente, também criava obstáculos ao prever uma política de tributação dos bens culturais pouco favorável à produção nacional e ao conceder primazia às importações e não regulamentar e fiscalizar os meios de circulação e produção cultural, acabando por beneficiar, ao revés, somente aqueles que exploravam a atividade cultural, como, à vista da fala citada, os proprietários das casas de exibição de filmes.

Por outro lado, como já mencionado, a indústria cultural foi um dos campos que mais se beneficiou da modernização de alguns setores da sociedade brasileira. Uma das áreas que sentiu sua expansão foi a música popular brasileira. As ponderações feitas entre críticos e artísticos operavam em torno da massificação deste tipo de expressão e do controle exercido sobre os direitos autorais, os quais estavam longe de beneficiar efetivamente os produtores, ou seja, músicos e compositores. O crítico José Miguel Wisnik, no ensaio *O minuto e o milênio ou Por favor, professor, uma década de cada vez*, considera:

Que tipo de consumo se produz?, é a pergunta que fazemos diante da massa sonora que transborda por todos os lados com o avanço da indústria cultural nos últimos anos, e que inclui o agigantamento das gravadoras e do volume de sua produção, das rádios como excitadores do mercado musical, da televisão e do efeito de ressonância mercadológica que ela extrai da utilização da trilha sonora como *jingle* do produto *novela*, e da novela como chamada para o produto da *trilha sonora em disco*. Em primeiro lugar, é evidente que se trata de um complexo industrial-ideológico que procura explorar ao máximo a força penetrante que a música tem: o extraordinário poder de propagação social que vem de sua própria materialidade, do seu caráter de objeto/objetivo (está fora mas está dentro do ouvinte!), simultâneo (vivido por muitas pessoas ao mesmo tempo), e do enraizamento popular de sua produção no Brasil²⁴⁹.

Embora Wisnik reconheça e pontue em seu texto os perigos ocasionados pelo “tratamento industrial-capitalista”, cujos métodos tendem a conferir às canções populares os traços de mercadoria produzida em série, afeito aos critérios da standardização ou, trocando em miúdos, “a subordinação da linguagem a

²⁴⁸ Ibid., p. 42-43. Da mesa de teatro participaram: Paulo Pontes, Fernando Torres, Yan Michalski e Plínio Marcos.

²⁴⁹ WISNIKI, José Miguel. “O minuto e o milênio ou Por favor, professor, uma década de cada vez”. In: *Anos 70: Ainda sob a tempestade...*, op. cit., p. 28.

padrões uniformizados de vendabilidade”, no mesmo passo, o autor sugere uma interessante observação quanto ao seu caráter multifacetado, o qual a permitiria não se submeter tão facilmente aos caprichos do mercado, por seu enraizamento em nossas práticas sociais. Vejamos:

Ora, no Brasil a tradição da música popular, pela sua inserção na sociedade e pela sua vitalidade, pela riqueza artesanal que está investida na sua teia de recados, pela sua habilidade em captar as transformações da vida urbano-industrial, não se oferece simplesmente como um campo dócil à dominação econômica da indústria cultura que se traduz (...). Aqui seria preciso levar sempre em consideração certas características da prática musical brasileira, e entre elas: no Brasil, a música erudita nunca chegou a forma um sistema onde autores, obras e público entrassem numa relação de certa correspondência e reciprocidade. Lamente-se ou não esse fato, o uso mais forte da música no Brasil nunca foi o estético-contemplativo, ou da “música desinteressada”, como dizia Mário de Andrade, mas o uso ritual, mágico, o uso interessado da festa popular, o canto-de-trabalho, em suma, a música como instrumento ambiental articulado com outras práticas sociais, a religião, o trabalho e a festa. Com a urbanização e a industrialização, esse uso ganhou uma amplitude mais na caixa de ressonância das grandes cidades, com o advento do rádio, do disco e do carnaval moderno. Sobre o batuque coletivo do samba foi se desenhando o *melos* individual do sambista que canta com malícia e altivez a sua condição de cidadão precário, entre a ‘orgia’ e o trabalho, numa dialética da ordem e da desordem²⁵⁰.

Segundo Wisnik por essas razões a música popular pode ser tanto produzida, tocada quanto jogada nas mais diversas frentes, permitindo-a expressar ambigualmente sua origem popular, o que não quer dizer uma procedência popular necessariamente, mas uma origem nas, digamos, causas comuns das alegrias e tristezas partilhadas pelas camadas sociais. Isso porque, ainda de acordo com o autor, tal fenômeno foi capaz de criar uma linguagem particular e misturada ao próprio meio em que se produz, destacando-se as seguintes características: a) embora mantenha um cordão de ligação com a cultura popular não-letrada, desprende-se dela para entrar no mercado e na cidade; b) embora deixe-se penetrar pela poesia culta, não segue a lógica evolutiva da cultura literária, nem filia-se a seus padrões de filtragem; c) embora se reproduza dentro do contexto da indústria cultura, não se reduz às regras de standardização. Em suma, não funciona dentro dos limites estritos de nenhum dos sistemas culturais existentes no Brasil, embora deixe-se permear por eles²⁵¹.

Contemporâneo aos anos que ora tratamos, o texto retrança os caminhos da produção musical popular daquele decênio, demonstrando os acompanhamentos

²⁵⁰ Ibid., p. 29.

²⁵¹ Ibid., p. 30.

sonoros ao processo histórico social pelo qual a sociedade brasileira passava, e que metaforicamente culminava o impasse que estamos tratando na canção de 1976 de Chico Buarque, *O que será* (*À flor da pele* e *À flor da terra*). Para Wisniki, as duas músicas captavam a convergência daquele momento, que o autor sintetiza de maneira poética:

capta o recado das vozes que sussurram na noite de uma realidade desconhecida, nas alcovas, no breu das tocas, nos botecos, nos mercados: (...) sugerem a convergência do erótico e do político, subordinados a um só *princípio*. *O que será* que não tem descanso nem cansaço, esse *inominável* que se recorta no avesso do *princípio de realidade* (*limite, sentido, certeza, tamanho, governo, censura, decência, vergonha*), *realidade* que fica pairando como uma fantasmagoria castradora sobre a expansão da *energia*, ou, como chamá-lo?, libido, desejo, vontade de contato, amor. Podemos, sim, chamá-lo: o *princípio*, seja o que for, ou como for. E no *princípio* reside a espécie de atualidade mítica que percorre essas músicas: a força dos começos, da criação, da gênese, a força do princípio que habita tudo o que vive para sempre, e portanto, agora, nesse preciso momento. Há nisso uma superação mitopoética dos antagonismos: festa, dança, carnaval, alegria.

Podemos já presumir todo esse percurso numa figura, que engloba a tensão em que vive essa tradição da música popular: *ao máximo divisor comum* que baseia a divisão da sociedade de classes, a divisão entre capital e trabalho, a divisão entre a força de trabalho e propriedade dos meios de produção, a música popular contrapõe o *mínimo múltiplo comum* da sua rede de recados (pulsões, ritmos, entoações, melodias-harmonias, imagens verbais, símbolos poéticos) abertos em um leque de múltiplas formas (xaxado, baião, rock, samba, discoteca, chorinho etc. etc. etc.). Trata-se de recuperar permanentemente esse mínimo múltiplo comum como uma força que luta contra o máximo divisor comum. Para que essa luta se sustente como uma tensão, e não se transforme em pura ideologia (que apresentasse afinal a sociedade de classes e a música popular como representantes de um interesse comum), é preciso que ela esteja investida da vitalidade ‘natural’ dos seus usos populares, ou então que seja reconstruída e transfigurada continuamente pelos poetas-músicos conscientes do complexo de forças e linguagens que ela encerra²⁵².

O leve otimismo que encerra as observações teóricas de José Miguel Wisnik distancia-se um pouco das considerações de cunho mais pragmático levantadas no ciclo de debates por aqueles atingidos diretamente pelas normas impostas e colocadas em circulação pela indústria fonográfica. A questão da captação dos direitos autorais, a transformação nos meios de sua produção²⁵³, os

²⁵² Ibid., p. 34-35.

²⁵³ De acordo com Margarida Autran: “Foi em 1971 que alguns acontecimentos aparentemente isolados propiciaram as condições para a deflagração da maciça comercialização que, mais tarde, viria a desvirtuar toda uma cultura popular comunitária, que se expressa não só através do canto e da dança, mas também da linguagem falada, de costumes e até mesmo da culinária. O samba perderia suas características regionais para se transformar em cultura de massa, vendável a todo tipo de público, destina a plasmar a identidade nacional buscada pelo Estado”. Logo mais tarde seria a vez do “filão” das escolas de samba. Em 1975, os presidentes da Riotur e da Associação

incentivos súbitos e sazonais que eram distribuídos a outros gêneros, como ao chorinho, a presença sufocante da música estrangeira, a falta de uma política cultural séria e comprometida de proteção aos compositores, entre outros fatores, são importantes para nos revelar os desafios nada favoráveis à classe artística e ao exercício de seus ofícios. O testemunho de Sérgio Cabral é emblemático desta realidade:

como você está conseguindo desenvolver a sua atividade no Brasil atual? A pergunta é essa. Acho que em relação ao problema da música popular, a grande dificuldade é a ação das chamadas multinacionais, a grande dificuldade é a mesma da vida brasileira em todos os setores, que se define por um palavra muito antiga e fora de moda mas que vou insistir em dizer aqui: é o chamado imperialismo norte-americano. [...] principalmente em relação à música popular de consumo, isto é, aquela música que você cria para fazer discos, para cantar em TV, em rádio, em shows, aquela música que está inserida no campo comercial, industrial (...). No Brasil, o criador o compositor, o cantor, têm que enfrentar primeiramente este inimigo externo. É realmente um inimigo porque disputa uma faixa de trabalho que é a do profissional brasileiro, que aqui de fato não tem vez. Agora, por que é que acontece isso? É o seguinte: para se lançar um disco de música norte-americana no Brasil, basta que a gravadora tenha um convênio com a gravadora estrangeira, e assim recebe a música já gravada (...), e a única coisa que se acrescenta aqui é o slogan: disco é cultura. A única coisa que aparece em português e colocado para livrar a cara no imposto. Mas para se fazer um disco brasileiro a coisa é diferente: precisa estúdio, músicos, técnicos, (...), enfim, gasta-se uma nota. (...) Então, qual é a posição da gravadora? Produzir esse disco a esse preço ou editar o disco norte-americano que vem pronto? Claro, ela prefere o disco norte-americano, e como tem uma máquina de divulgação bem montada, vai às estações de rádio, força a barra, impõe os discos e há o domínio total da música estrangeira (...)²⁵⁴.

Como mencionado em relação ao cinema, quanto às medidas legais inócuas de proteção à produção brasileira, Albino Pinheiro lembrou a existência

das Escolas de Samba assinaram um contrato, no qual as escolas eram obrigadas a participar de todas as atividades programadas no calendário oficial de turismo da cidade e, para desfilar por iniciativa particular fora do calendário, teriam de obter autorização prévia da Riotur, que nos desfiles oficiais arrecadaria 60% da renda resultante. Os sambistas da “velha guarda”, segundo Autran, viam com maus olhos as novas propostas, seria “o decreto de morte da festa, para o sambista e para o povo”. Cartola, por exemplo, declarou que a escola tinha se “transformado em coisa de bacana”. “A gravadora paga uma porcaria – nem todo samba-enredo é bom – e manda para frente. Chega o turismo e faz o que faz com as nossas escolas. Ninguém de dentro tem mais autoridade. A separação do samba e do povo só vai prejudicar os dois”. No mesmo sentido Monarco declarou: “O samba não nasceu para ser disciplinado”. Em outra oportunidade, complementou Cartola: “A gente escrevia as letras aprofundando o enredo, buscando no fundo dele seu significado. Hoje, larga o refrão e está pronto. Dizem que isto é samba-enredo. Eu não me convenço”. E sobre o fato de deixar de frequentar a Mangueira, disse: “Não é por mal, sabe? É que tem um cara novo lá que meteu na cabeça de querer me ensinar. E eu tenho medo de desaprender”. Depoimentos presentes em: AUTRAN, Margarida. “Samba, artigo de consumo nacional”. In: NOVAES, Adauto. *Anos 70: ainda sob a tempestade...* op. cit., p. 73 e 77.

²⁵⁴ *Ciclo de debates...* op. cit., p. 72-73. Participaram da mesa de música popular: Sérgio Cabral, Albino Pinheiro, Chico Buarque de Holanda, Paulinho da Viola e Sérgio Ricardo.

de um decreto presidencial de 1961 que obrigava as emissoras de rádio disponibilizarem em sua programação 50% de música nacional. Sobre sua inoperância, Chico Buarque assinala que a “lei existe mas não existe, porque ninguém vai cumpri-la enquanto não houver interesse por trás. Se as gravadoras que atuam no Brasil são estrangeiras, elas não têm interesse em fazer tocar música nacional”. Já Sérgio Cabral ventila uma opinião mais radical: “O problema que quando a gente discute no Brasil, sempre se cai na grande estrutura. O Chico tem razão, claro. A gente tem que partir que [todas as gravadoras] são estrangeiras. De maneira que a conclusão nossa aqui qual é? Nacionalizar essas empresas? Eu sou a favor. De maneira que se a gente for entrar na chamada ‘grande estrutura’, aí como é que vai ficar?”²⁵⁵.

A reprodução da música brasileira não era o único problema. Como mencionado, a questão do direito autoral aparecia de forma ainda mais complicada, tanto que Chico a compara com o problema da censura. A seu ver, já era hora de a sociedade reconhecer a questão do direito autoral como um problema de todos, não só daqueles que dependem dele para sua sobrevivência. Até porque, de acordo com o músico, não deveria ser tomada como uma questão restrita ao indivíduo criador, mas, antes, deveria ser considerada vinculada à condição dos produtores em sua relação com a produção. Logo a um problema comum que é o de criar as condições de possibilidade justas para a produção cultural do país como um todo. Comparando-a ao problema da censura, coloca-a enquanto problema político e opina que as decisões relacionadas à sua regulamentação deveriam estar nas mãos e serem resolvidas diretamente por aqueles que produzem efetivamente tais bens e sofrem com suas consequências quando estes chegam ao mercado. Sendo necessário, portanto, que compositores e músicos atuem como classe organizada:

Quando Sérgio disse de mim a ‘principal vítima’, eu achei errado, pelo seguinte: no momento em que estamos reunindo como uma classe – pela primeira vez os compositores e músicos estão reunidos como uma classe – a gente tem que tomar consciência de que somos todos, vítimas da censura, mesmo quem não sabe que é vítima dela (...) e porque somos todos também vítimas de problemas do direito autoral, do problema da divulgação da nossa música. Pode haver um ou outro que talvez viva bem, que não tenha problema de direito autoral, mas tem a obrigação de saber que seus colegas estão com o mesmo problema. Seria a mesma coisa que trazer um morto de fome aqui – e tem muita gente morta de fome aqui, músicos

²⁵⁵ Ibid., p. 76

principalmente, que não têm onde tirar dinheiro para o seu sustento. Compositores que ganham dinheiro há pouquíssimos, uns dez. O resto está boiando aí, não tem onde gravar, não tem canto para gravar a sua música. Então o problema da censura e do direito autoral são ambos problemas políticos, que têm que ser discutidos ao mesmo tempo²⁵⁶.

Sérgio Ricardo também destaca o problema da falta de controle dos produtores sobre aquilo que produzem:

Há uma acusação sobre a classe de compositores ou de músicos brasileiros na área de reivindicação de seus direitos. Geralmente se acusa – a corda sempre arrebenta do lado mais fraco – o compositor, o sujeito que faz já a sua música, que tem um trabalho muito grande na realização de sua obra, que tem que empregar sua experiência e sua inspiração na realização de seu produto. A forma como esse produto é utilizado no mercado foge completamente à possibilidade de controle do criador da música. Os oportunistas estão aí mesmo pegar os fracos e sabem o que fazer com o trabalho deles. (...) o indivíduo sozinho não consegue resolver esse problema e nem sequer consegue entendê-lo. (...) A luta em torno dos direitos autorais no Brasil me parece o problema mais grave que cerca o compositor, no plano trabalhista, sem falar do problema político (...). O que se pode dizer em síntese é que a música popular é mal arrecada e mal distribuída, ou seja, o usuário – como eles chamam o indivíduo que paga o direito autoral – não paga como deve, em que distribui o dinheiro arrecadado distribui errado. A culpa está sendo colocada, no momento, sobre o compositor, que não consegue reivindicar seus próprios direitos em termos coletivos. Com a criação da Sombras surgiu pelo menos uma esperança de que o problema acabe, de que se encontre uma solução. Os compositores se juntaram e criaram uma entidade para poder resolver o problema do direito autoral junto às entidades arrecadadoras, junto às TVs, rádios, junto ao governo e junto a qualquer entidade que deva se entender²⁵⁷.

A Sombras que Sérgio Ricardo se refere foi uma entidade formada no início da década de 1970 por compositores, como ele, Chico Buarque, Hermínio Bello de Carvalho, entre outros, a fim de pleitear a regulamentação dos direitos do autor (não havia lei nesse sentido, embora houvesse para os direitos conexos), a modernização das operações de arrecadação/distribuição dos direitos (que ocorriam sem critérios, de modo quase artesanal) e a renovação do modelo de gestão em prol da substituição das múltiplas agências subordinadas ao controle e nepotismo dos agentes econômicos por uma entidade centralizada e que permitisse a gestão coletiva em parceria com os próprios interessados. Em meio à relativa receptividade do governo perante a classe artística já mencionada, seus apelos são concretizados em parte com a edição da lei 5.988/1973 e com a criação do ECAD.

²⁵⁶ Ibid., p. 77.

²⁵⁷ Ibid., p. 75.

A partir do segundo quarto daquela década, as iniciativas autônomas de proteção aos direitos e tradições de músicos e compositores se multiplicam pelo país. Margarida Autran comenta, por exemplo, que, em 1977, um grupo de sambistas liderado por Candeia, com o apoio de Paulinho da Viola e Elton Medeiros, entre outros, juntaram-se para criar uma nova escola onde pudessem “fazer seus sambas como antigamente”. E assim nasceu a Quilombos, “que mais do que escola de samba pretende ser um núcleo de resistência à descaracterização da arte popular de origem negra. A Quilombos não está ligada à Riotur e não participa do desfile oficial”. Já no final de 1979, surge outra entidade independente com a finalidade de defender a música popular: o Clube do Samba, presidido por João Nogueira. “Além de promover bailes, pretendia ocupar o lugar deixado vago pela Sombras na luta pelos direitos do músico. Sua primeira iniciativa nesta área foi enviar aos ministros da Educação, das Comunicações e da Comunicação Social um documento denunciando a violação da legislação que estabelece a obrigatoriedade de execução de música brasileira nas emissoras de rádio, questão que até hoje ninguém consegue resolver”²⁵⁸.

b) A questão da afirmação de uma identidade cultural brasileira.

À luz do recém-abordado, quanto às dificuldades frente a um contexto econômico que impunha a influência imediata do mercado e a mediata do capital estrangeiro e da absorção de outros padrões de reprodução e sociabilidade para a criação cultural brasileira, tornavam-se ainda complexas as discussões quanto à produção de uma linguagem artística que fosse eminentemente nossa. Aquelas contradições abordadas, nas linhas iniciais, pelas gerações anteriores a 1970, reaparecem, portanto, redimensionadas em novas circunstâncias. Exemplifica tal postura o comentário do já citado artista plástico Rubens Gerchman, que em sua fala associa o fortalecimento de uma linguagem artística eminentemente brasileira ao desenvolvimento dos outros setores políticos, econômicos e sociais do país:

Gostaria de falar sobre dois assuntos que, me parece, estão intimamente ligados: o problema do provincianismo cultural e o problema do colonialismo cultural. Poderíamos dividir esta coisa de duas maneiras: de um lado, os grandes centros criadores da cultura, que seria as grandes metrópoles, (...), enfim, dependendo do momento, que teriam a iniciativa das atividades. Do outro lado, teríamos o pessoal aqui de baixo, que seriam os da província, os da submissão. Teríamos,

²⁵⁸ AUTRAN, Margarida, op. cit., p. 78.

por um lado, iniciativa e, por outro, submissão. O problema do provincianismo, parece-me, surge, primeiramente como uma atitude de subserviência às grandes metrópoles. Existe uma hierarquia de valores culturais que nos são impostos de fora para dentro e esses valores atuam independentes da nossa história colonial ou da nossa localização geográfica. Sabemos também que é possível viver dignamente, fazendo boa cultura, sem estarmos voltados para esses quadros, esses modelos referenciais (...). Por outro lado, um país só é culturalmente forte e só pode se impor culturalmente no momento em que ele é forte, política e economicamente²⁵⁹.

Para lidar, portanto, com a influência estrangeira seria necessário não só que nossas fontes culturais fossem preservadas, mas também o fortalecimento de uma base econômica e política que pudesse favorecê-la e assim colocá-la em pé de igualdade com aquilo que é recebido de fora. O que não significa que só conquistaremos um estágio de boa arte quando o mesmo for atingido nos outros níveis. Assim como a discussão apareceu em outras mesas, a preocupação estava voltada, na verdade, para a necessidade de se reconhecer que a arte brasileira não crescerá nem se multiplicará por si só até que o problema de sua produção não fosse relacionado ao do acesso, fruição, prática e reprodução por toda a população.

Outro tópico presente nos debates era o relacionado ainda à insígnia do subdesenvolvimento que acompanhava a determinação de nossa história. Ele é muito bem sintetizado no trecho citado por Alex Viany da dialética análise de Paulo Emílio Sales Gomes, professor da USP, presente na *Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento*:

O cinema norte-americano, o japonês e em geral o europeu nunca foram subdesenvolvidos, ao passo que o indiano, o árabe ou o brasileiro nunca deixaram de sê-lo. **Nem os filmes europeus nem os americanos do Norte mais destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. Até a construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o ser e o ser outro. O filme brasileiro participa do mecanismo e o altera através de nossa incompetência criativa em copiar. Qualquer estatística de variada origem que a imprensa divulga confirma o que percebe a intenção ética a respeito da deformidade do corpo social brasileiro. Toda a vida nacional, em termos de produção e consumo que possam ser definidos, envolve apenas 30% da população. O leque extremamente variável de produtos que o cinema nacional hoje propõe ao mercado confirma a provocação em exprimir e satisfazer a complexa graduação de nossa cultura. (...) Se em determinado momento, o Cinema Novo ficou órfão de público, a recíproca teve consequências ainda mais aflitivas. O núcleo de espectadores recrutados na *intelligentsia*, particularmente em seus setores juvenis, tendia, por um lado, a se**

²⁵⁹ Ibid., p. 107. Da mesa de artes plásticas participaram: Roberto Pontual, Frederico de Moraes, Olívio de Tavares de Araújo e Rubens Gerchman.

ampliar socialmente, e por outro lado a se interessar por outras faces do cinema brasileiro além do cinemanovista. A deterioração da conjuntura estimulante do início de 60 fez com que o público intelectual que corresponde hoje ao daquele tempo se encontre órfão de cinema brasileiro e inteiramente voltado para o estrangeiro, onde julga ver alimento para sua inconfidência cultural. **Na verdade, ele encontra apenas uma compensação falaciosa, uma diversão que o impede de assumir a frustração, o primeiro passo para ultrapassá-la. Rejeitando uma mediocridade com a qual possui vínculos profundos em favor de uma qualidade importada das metrópoles, com as quais tem pouco que ver, esse público exala uma passividade que é a própria negação da independência a que aspira.** Dar as costas ao cinema brasileiro é um forma de cansaço diante da problemática do ocupado e indica um dos caminhos de reinstalação da ótica do ocupante. **A esterilidade do conforto intelectual e artístico que o filme estrangeiro propicia faz da parcela de público que nos interessa uma aristocracia do nada, uma entidade muito mais subdesenvolvida do que o cinema brasileiro que desertou.** Não há nada a fazer senão constatar que esse setor de espectadores nunca encontrará em seu corpo núcleos para sair da passividade, assim como o cinema brasileiro não tem força própria para escapar do subdesenvolvimento. **Ambos dependem da reanimação sem milagres da vida brasileira e se reencontrarão no processo cultural que daí nascerá**²⁶⁰. (grifei)

O conteúdo da citação faz com que as discussões se voltem para o nível da dominação que acontece internamente no país, bem como da reprodução de um subdesenvolvimento “fagócito”, por assim dizer. Seria a recusa da *intelligentsia* em assumir as condições de sua existência.

Em meio a tal discussão, surge uma pertinente pergunta da plateia que sugere aprofundar a questão entre a proximidade da influência estrangeira e a dominação interna que ocorre no país, sendo necessário, portanto, identificar as contradições internas principais que participam deste processo e, pensar, por outro lado, que a contradição entre o cinema nacional versus o estrangeiro fosse, talvez, secundário. Eis o teor da pergunta:

Essa posição tem como pressuposto que a contradição principal, no nível cultural e nem por isso menos no nível político, é entre cultura/cinema brasileiro e contra cultura/cinema estrangeiro. Ora, parece-me claro que vivemos num país politicamente ocupado e neocolonizado pelo estrangeiro. É claro que essas forças existem e influenciam uma visão a serviço dos grupos dominantes dentro do país. é válido não só politicamente, como culturalmente, pois esses grupos se utilizam da cultura, do cinema estrangeiro, para manter e ampliar sua dominação. **Não será que a contradição principal está entre grupos dominantes nacionais e grupos dominados nacionais? Colocar num saco só todos os grupos nacionais não será fazer o jogo dos grupos nacionais dominantes? Não será secundária a contradição com o estrangeiro? Não é certo que não existe uma cultura brasileira em geral, mas uma cultura de classes?** (grifei)

²⁶⁰ Ibid., p. 13-14.

Hirszman pede para responder a tais questões:

Minha posição em relação à pergunta feita é a de que não se deve juntar todos os inimigos para enfrentá-los juntos de uma vez. É necessário saber distinguir o que é secundário e o que é principal. **No plano econômico, o principal está exatamente na importação de filmes, e não na condição de competição do produto brasileiro com o filme importado. No plano cultural, isso não significa o abandono das questões de classe, de que toda obra de arte participa. Quer dizer, a história continuará caminhando numa relação em que o fundamento principal estará apoiado sobre essa questão. Parece-me que, se no momento se puder somar, para ampliar a frente que luta pela independência nacional e pela democratização, isso é que é o importante.** São etapas da luta. Para nós, o cotidiano de fazer cinema, a prática dessa luta, envolve questões para as quais as respostas teóricas são muitas vezes insuficientes, principalmente, repito, num país como o Brasil, que exige de nós criatividade, imaginação política permanente. **Para nós, há diferença entre fundamental e principal.** Compreender a relação fundamental é entender, por exemplo, a contradição entre o avanço das forças produtivas no país, e a manutenção das relações de produção. Isto é de base, é uma contradição do sistema capitalista em qualquer país onde ela exista. Por outro lado, a contradição principal se coloca entre o sistema como um todo, em seu projeto de desenvolvimento, e a necessidade de se tornar independente. Paulo Emílio, nos trechos citados, coloca com bastante clareza a questão do ocupante e do ocupado como sendo a questão principal. Bem entendido, a questão não elimina a fundamental nem exclui outras. Desde que essa questão, que hoje é principal, seja resolvida a principalidade pode se deslocar para outra contradição. **É nesse sentido que se necessita da mediação do tempo, através da prática política possível. E essa prática é que vai ajudar a todos nós na solução do problema. Não devemos cair no dogmatismo de que, desde que tenha a resposta justa, o problema estará resolvido. A resposta justa virá do erro da *práxis***²⁶¹. (grifei)

O desenvolvimento nacional não pode ser pensado, portanto, sem essa contradição com aquilo que vem de fora. Podemos pensar maneiras de desenvolvimento que dialoguem mais com a nossa realidade, inclusive em níveis externos, mas ainda sim regionais, voltado para um diálogo com aqueles países que compartilhem de realidade semelhante. Ainda em continuidade à fala de Leon, resalto sua opinião:

Há uma coisa que gosto sempre de destacar e que me parece interessante: é o problema das relações internacionais do cinema brasileiro. A gente já tem uma experiência disso. Na medida em que você é pequeno-burguês, intelectual, universitário e tenta se afirmar, você tem que dizer: poxa, acreditem em mim, a situação é difícil, é preciso fazer cinema no Brasil. Então você vai procurar o aval de quem te coloniza, vai a Cannes, à França, e consegue manter uma ação dialética. Evidentemente que ninguém deixou de ter consciência em nenhum momento de táticas e objetivos: buscava-se a afirmação de valores através da valorização do trabalho das pessoas que faziam nosso cinema. Mas hoje a questão já é outra (...). **O outro lado da moeda seria uma integração efetiva com a problemática latino-americana e africana. As relações internacionais do**

²⁶¹ Ibid., p. 31-32.

cinema brasileiro, na minha opinião, devem se encaminhar para uma ligação aprofundada com o cinema latino-americano e africano²⁶². (grifei)

E completando mais adiante sua fala, explica:

Está bem compreendido aí o problema da categoria universal. Concordo que a universalidade está em cada brasileiro, existe uma relação de universalidade nesse grau também. Mas se deve distinguir entre universal e internacional. Quando falei de um processo de política internacional do cinema brasileiro, **estava me referindo a intercâmbio cultural mas também a interação objetiva de mercados**. Noutras palavras: não vejo nenhum filme latino-americano passando no Brasil. Fala-se do caráter universal da arte e coisa e tal, mas de acordo com os dados de exibição dos filmes vai ter 99% somando EUA, Inglaterra, Itália e Japão. **Então a questão da universalidade está determinada por uma estrutura comercial existente, que decide...** Quanto ao problema de nossas relações com a América Latina e África, trata-se de recuperar uma história que é nossa e que é verdadeira, sem discriminar os outros povos e países. Uma história que está mais ligada ao destino latino-americano e ao destino africano. **Um projeto de independência nacional que está mais próximo de nós que um projeto universal idealista**. Não vejam nisso nenhum propósito africanista ou latino-americanista, mas de um tipo de política cultural pelo menos em parte já experimentada. (...) na América Latina promovemos coisas limitadas, como a semana de cinema em Caracas, que só nos permitiu contato com cineclubistas, grupos de fanáticos do cinema, que nenhuma perspectiva de mercado podem nos oferecer²⁶³. (grifei)

c) A questão da intervenção do Estado e a cultura.

Em relação ao tema da intervenção, pelo contexto histórico autoritário no qual os debates se inseriram, tal questão foi tratada mais sob o ponto de vista da necessidade premente e óbvia de aliar forças contra a censura. Por outro lado, ocorreram interessantes contribuições no sentido de pensar meios, utilizando-se dos incentivos oficiais, para conquistar mais o mercado e fortalecer a produção interna. Na mesa de cinema, por exemplo, Hirzsmann destacou a necessidade de investir nas tentativas de utilização de novas técnicas, mais baratas, e, portanto, nas próprias pesquisas e no desenvolvimento tecnológico desta área. Ele ressalta a necessidade de investimento na produção, por exemplo, de curtas metragens e salienta a necessidade dos próprios cineastas de se prepararem para: “o crescimento populacional do Brasil indica que o mercado brasileiro de cinema duplicará em 20 anos. E nós temos que nos preparar para ocupá-lo. Qualquer

²⁶² Ibid., p. 22.

²⁶³ Ibid., p. 25.

recuo, hoje, em qualquer dos setores do cinema, seria uma derrota antecipada” e, em complementação, destaca:

As perguntas para o Estado, o Estado responderá. Nós aqui temos que tratar de nossas reivindicações. Isso é importante. Nós não podemos nos descaracterizar. Se o Estado caminha numa direção justa em relação a determinado setor, ele vai ter o meu apoio relativo especificamente àquele setor particular. Agora, quanto às possibilidades do Estado fazer isso ou aquilo no setor que interessa ao cinema, isso só pode ser respondido pelos homens que respondem pelo governo²⁶⁴.

Ou seja, o cineasta ressalta uma postura – que a propósito é a da maioria dos participantes – de não esperar tanto o que as políticas de cultura de Estado poderiam oferecer, mas de que modo poderiam se articular internamente a fim de endereçar suas demandas com vistas a lutar por uma melhor organização das condições de trabalho, de seu exercício e, conseqüentemente, os meios para que pudessem ser desenvolvidos com liberdade.

Nessa linha, pelo caráter nitidamente reflexivo, e ao mesmo tempo voltado para o terreno de suas práticas, tem-se ainda o oferecimento de diagnósticos concretos e de outras propostas, como a da fala de Fernando Torres, que destoa um pouco das discussões atuais em relação às estratégias de participação do Estado na área de cultura. Vejamos o que argumenta sobre o papel da subvenção estatal:

Sou contra toda e qualquer subvenção estatal. Acho que a subvenção é um mecanismo paternalista do governo, criado num período em que Vargas era o governante e criou a SNT [Sistema Nacional de Teatro] e a política de subvenções, para permitir a montagem de determinados textos convenientes ao regime. O empresário, hoje, para conseguir subvenção tem que se registrar numa junta comercial qualquer, tem que estar quites com o INPS e o Imposto de Renda, tem que ser uma firma registrada como qualquer outra, tem que obter da SBAT um documento que prove que ele é um empresário em dia com o pagamento dos direitos autorais, tem que escolher uma peça que tenha sido aprovada pelo SNT ou pela Comissão Estadual de Teatro, conforme o caso. E há condições a preencher: que a peça seja de caráter eminentemente cultural, trate de problemas relevantes (...) A subvenção é paga após a montagem da peça e, como o governo nunca dá nada de graça, o empresário fica obrigado a fazer um número determinado de espetáculos a preços populares – é a chamada “temporada popular”. (...) A tese que eu defendo é a seguinte. Devia-se criar – e aí é que falta amadurecimento empresarial brasileiro – uma política que viesse de baixo para cima, ou seja, uma política em que o empresariado brasileiro tivesse condições de poder melhor exercer a sua atividade. Em vez de distribuir 1 bilhão de cruzeiros velhos – essa foi a verba ano passado no Rio –, diluindo essa entre quantia entre 15 ou 20 companhias, mais correto seria destinar esse dinheiro à construção de cinco ou seis grandes teatros no resto do Rio de Janeiro, no Grande Rio, que está

²⁶⁴ Ibid., p. 34.

totalmente desprovido de teatros. Isso redundaria na possibilidade de criação de núcleos em cada um dos pontos em que fosse construído um teatro desses, incentivando assim o surgimento de novos grupos teatrais, novos autores, estabelecendo-se um rodízio de companhias que poderiam iniciar a carreira no teatro Gláucio Gil, que é do governo, e terminar, digamos, no teatro Artur Azevedo, que fica em Campo Grande. Existe uma população faminta de teatros e de diversão em todos os subúrbios cariocas e nós continuamos aqui²⁶⁵.

d) A questão do acesso aos bens culturais brasileiros.

O último tema corrente entre as discussões é a questão do acesso aos bens culturais e que se vincula a todos os abordados até aqui. De certa forma ele sintetiza as discussões travadas, o fato de que não existiria possibilidade tampouco liberdade de criação sem que fossem oferecidos e garantidos os meios para que pudessem de fato ser exercitados, gozados, produzidos e reproduzidos, ou seja, demanda, aí sim, uma ação positiva do Estado. Nesse sentido, Hirzsmann afirma:

É muito difícil elaborar qualquer crítica que seja positiva, no sentido de contribuir para a definição de uma política que seja positiva, no sentido de contribuir para a definição de uma política cultural, se não partir de uma análise do processo cultural em termos de verificar a quem serve a cultura produzida em determinado país. No nosso caso, essa questão traz evidentemente uma série de problemas. Se você coloca a questão de “a quem serve” em relação ao filme produzido, a questão do popular se resume ao problema da comunicação efetiva, medida a partir de indicadores como renda, ou outros tipos de sucessos. A verdade é que o filme muitas vezes não tem comunicação popular – e essa é uma crítica que se faz ao Cinema Novo –, mas tem posições “legais”, ele se identifica com as aspirações e os interesses do povo. Resolver essa contradição não é um ato de vontade nem dependa da intenção, da ideia da gente. Não bastava a vontade dos que participam, das pessoas que querem transformar a realidade social. E para compreender isso é preciso levar em conta os verdadeiros atores dessa inter-relação social, da situação em que se encontra hoje a sociedade brasileira. Ou seja, como não somos nós os protagonistas desta cena, não podemos adotar na prática uma política cultural justa, na medida em que não haja um mútuo respeito às posições discordantes no país. A existência preliminar do respeito mútuo, da maturidade democrática no Brasil, está ligada fundamentalmente às condições de poder se desenvolver no país um trabalho que a cultura brasileira tem desenvolvido de modo geral, a partir praticamente do momento em que Prestes, e depois a Revolução de 30, assumem o papel de continuidade noutro plano, de homens do porte de Machado de Assis. Ou de outros homens que, de uma forma ou de outra, estiveram perto do palco de Canudos ou do palco da Inconfidência, mas que ainda não tinha colocado o problema que hoje está claro para nós: o problema de dependência do país. Alguns o colocaram antes, mas noutro nível, e quando a situação era diferente. Entretanto, as posições assumidas com respeito a este problema, no plano político cultural, fizeram com que relações mais profundamente brasileiras se fossem manifestando na arte. O Cinema Novo não abandonou a herança que esse processo histórico lhe trouxe, mas é certo que, no

²⁶⁵ Ibid., p. 61-62.

campo da cultura, as flores só desabrocham plenamente quando existe uma efetiva abertura democrática no país²⁶⁶.

Do trecho destacado, vê-se que Hirszman acredita que não adianta a cultura tentar expressar os anseios populares, falar com uma linguagem especificamente voltada aos problemas da nossa formação e aos outros atores sociais que participam dela, se, de fato, não houver um processo democrático maior, que possibilite a absorção mesma de um projeto que, por vezes, ficou restrito apenas ao campo cultural. Até porque, como registra Roberto Pontual, na mesa de artes plásticas, a própria divulgação, circulação e recepção da cultura pelas camadas sociais era muito restrita, como bem nota a partir de formulações retóricas:

Por que se conhece tão pouco de arte entre nós? Por que se conhece menos ainda a arte brasileira, passada ou presente, popular ou erudita, tradicional ou experimental? Por que o circuito da arte no Brasil é ainda tão fechado, um prazer e um jogo exclusivos das elites que a produzem, manipulam, consomem e definem? Por que, no Rio, esse circuito se concentra maciçamente do Centro para a Zona Sul, fazendo com que as zonas Norte e Rural dele praticamente não participem, a não ser quando se deslocam de suas bases? (...) Por que um estado não conhece de fato o que se faz no outro, valendo isso inclusive para o caso do Rio e São Paulo? Por que não há a menor sombra de intercâmbio da arte brasileira com a arte latino-americana, ambas praticamente desconhecidas uma da outra? (...) Por que as verbas oficiais, que agora cresceram muito no setor, são ainda mal distribuídas, muitas vezes com um fausto que não corresponde às necessidades reais? Por que, finalmente, a impressão que se tem da arte brasileira de agora é a de um comportamento geral de todos criando sem maiores preocupações, onde se ressaltam alguns bons artistas, mas raras ousadias de mergulhos mais drásticos no presente e raras tentativas de puxada em direção ao futuro?²⁶⁷

Acerca deste pouco conhecimento sobre nós mesmos, Paulinho da Viola comentou a respeito da tênue memória que cultivamos sobre aquilo que foi produzido de modo informal pelas tradições:

Eu não queria falar porque sou muito inibido, mas acho que realmente existem problemas com relação à nossa música tradicional, que é a nossa música, e houve um certo momento em que as pessoas tinham vergonha de dizer isso. (...) Mas existem problemas, sim. Tudo isso que se falou aqui – é preciso que se saiba que, ao lado disso, desses problemas da música que a gente faz, da música que o Chico faz e que é censura, há também um outro tipo de censura – é um negócio um pouco mais complicado, mas eu acho que vocês vão perceber e que é o seguinte: de repente é como se nós não tivéssemos memória e tudo aquilo que se refere à música que já foi feita no Brasil pelos compositores brasileiros – por aqueles que criaram uma linguagem realmente brasileira, críticos ou não, dessa realidade – é

²⁶⁶ Ibid., p. 19.

²⁶⁷ Ibid., p. 104-105.

sempre visto como uma coisa assim, sempre rotulada de nostalgia, e através disso as gravadoras também vendem, vendem esse negócio rotulado como nostalgia. O problema é que há gente que se esquece muito facilmente das coisas, ou nos fazem esquecer, pessoas que fazem questão de que a gente se esqueça. Eu falo isso porque são poucos os que conhecem, por exemplo, a obra de Pixinguinha. A gente fala muito Pixinguinha, todos amam a sua música, mas não conhecem realmente a obra dele, e também a de outros autores (...)²⁶⁸.

Paulo Pontes, na mesa de teatro, reforça a observação colacionada anteriormente. A seu ver, a dificuldade de acesso da população ao teatro causaria um processo de empobrecimento também da variedade das peças que poderiam ser produzidas no país, na medida em que as que conseguiriam fazer bilheteria estariam voltadas a um nicho muito particular da sociedade, aquele, justamente, beneficiado pela política econômica do Estado. Segundo Pontes, naquela época o teatro brasileiro nunca esteve, como em nenhum outro momento da história, tão omissos e pouco vital, “com tão poucos problemas brasileiros em cena. (...) Praticamente, essa imensa geografia humana que é este país, cheio de problemas por resolver, uma sociedade emergente, país que está por se fazer, onde ninguém sabe praticamente de nada, (...) esse país tem um teatro nas condições atuais em que nenhum problema brasileiro que realmente faça parte da vida diária dos cidadãos está sendo discutido e aprofundado”.

O autor atribui esse problema a duas “forças de pressão”. Um seria a mais explícita através da censura oficial e a outra retratava a própria situação sócio-econômica da população:

e do outro lado, um processo que agora volta a se acentuar: a política de concentração de rendas do governo que concentrou em 5% da população o esforço da maioria trabalhadora do país; essa política que faz do Brasil, hoje, um país deformado, com um contingente minúsculo do povo a comprar, comprar, comprar cada vez mais; este país que, por ter uma estrutura deformada, importa uma tecnologia cuja função é tornar cada vez mais sofisticado o produto que a população já compra (...). De certa forma, essa política beneficiou vegetativamente o público que potencialmente poderia ir ao teatro. (...) E de repente, essa gente começou a ir ao teatro, mas não encontrou um teatro colocando um repertório problematizado. E isso porque está nascendo no Brasil uma rede de produtores absolutamente desvinculados da tradição teatral brasileira e que descobriu o teatro como bom negócio. Então, o golpe atualmente é dar um giro pela Europa, nos EUA, descobrir peças que pode ser feitas e montadas aqui. E acontece o que está acontecendo hoje: um repertório de teatro absolutamente desvinculado da vida brasileira e com bons resultados de bilheteria. (...) há um número maior de espectadores que havia há dois anos. Quer dizer, de um lado, a renda concentrada nas mãos de uma classe média cada vez mais alienada deu condições potenciais,

²⁶⁸ Ibid., p. 89.

isto é, criou novos compradores de ingressos de teatro; por outro lado, a censura impede que esses novos compradores de ingressos assistam a um teatro desalienado, a um teatro problematizado. O teatro no Brasil é uma extensão do que está acontecendo na sociedade brasileira como um todo: um reduzido número de pessoas que vive como os habitantes privilegiados das grandes capitais do mundo, com televisão a cores, moda sofisticada, automóvel de luxo, ao lado de uma população à beira da fome (...); ou seja há um novo repertório para esses novos compradores²⁶⁹.

O que podemos retirar das falas coletadas até aqui que, apesar da realidade econômica ser diferente hoje, é importante perceber como a produção de cultura acompanha e é, de certa forma, dependente do curso do processo econômico. A economia do país constitui, assim também, uma das dimensões do acesso à cultura do qual não se deve furtar na abordagem do tema. Acerca deste último tópico, concluo citando o depoimento do escritor Antônio Callado que, em sua fala, construiu uma bela metáfora, associando a situação da literatura brasileira, e relacionando as atividades dos escritores à condição dos leitores, com a situação da posse de terra no Brasil.

Para ele, falar sobre a literatura de ficção seria necessário abordar uma problemática que não esbarrava apenas na censura, mas, a seu ver,

no fundo obstáculo maior para o seu cultivo liga-se à própria evolução política e econômica do país. A primeira condição para o pleno desenvolvimento de um romance nacional é que um grupo substancial de escritores possa dedicar tempo integral a escrever livros, e a primeira condição para que isso seja possível é que existam leitores, os quais, comprando os livros, remunerem o escritor. Não há política de prêmios literários ou outros incentivos do mesmo tipo que substitua o incentivo do poder aquisitivo de uma massa de leitores subsidiando os autores. Esta é a verdadeira ligação, o grande nexos entre os que trabalham para transformar em ficção, em símbolo, a realidade material e mental de um país, e aqueles que absorvem essa ficção.

Para o autor, a premiação, embora contenha um caráter prático, serviria mais para escamotear a necessidade do segundo estímulo, a seu ver, vital. Ainda, o prêmio constituiria,

talvez inconscientemente, um dos instrumentos com que se mantém no Brasil os dois Brasis: um, vasto, ignorado e desassistido; e um outro, pequeno e cioso de seus privilégios. Este último pode, oficial e privadamente, pagar àqueles que o servem e o divertem. O Brasil me parece um grande país com vocação para país pequeno. Tem muita terra, mas desde o primeiro século e até hoje só admitiu nela um pequeno número de pessoas. Nunca se conformou, mesmo depois de abolir,

²⁶⁹ Ibid., p. 54-55.

tão tardiamente, a escravidão negra, em abrir suas terra para formar a grande classe média rural que daria envergadura e substância ao grande país²⁷⁰.

Dando prosseguimento à sua comparação, o autor passa a descrever os diversos movimentos sociais que tentaram, à custa de muito esforço e sangue, romper as fronteiras deste Brasil pequeno. Embora a uma primeira vista seu relato tenha ares de uma revisão histórica e literária sobre Canudos, os Sertões, a revolta da Chapada do Araripe, entre outros, trata-se da abordagem de um processo social que, na verdade, é um só: “manifestação mais extraordinária da consistência, da coerência secular do Brasil pequeno é provavelmente a que se cinge a esse problema fundamental da posse da terra. Tanto assim que esse Brasil pequeno conseguiu o milagre de confinar sistematicamente, a uma espécie de curral de bandidos e de místicos, todos aqueles que se revoltam em nome da posse da terra”. E concluiu:

Eu me detive um pouco em lembrar esses episódios porque eles naturalmente não são fruto da decisão de alguma espécie de imutável grupo de homens maus instalados no poder. Representam, antes, um estado de coisas que nos envolvem a todos nós. Eu não acho que escritores devam ser necessariamente engajados, quando escrevem, mas devem sê-lo como cidadãos. Escritores e todos os demais membros da classe pensante que, queira ou não queira, goste ou não goste, beneficia-se da injustiça que tem dominado a história do país, ou pelo menos não sofre muito com ela. E os escritores devem preocupar-se mais ainda com uma situação que lhes cerceia o público e não lhes concede o tempo integral de criação. Afinal, somos poucos no mundo inteiros os que escrevemos e lemos o português, e o que se observa no Brasil é que casas de favelados frequentemente têm o seu televisor, mas dificilmente conterão um livro. Uma literatura não se faz com fatalismo e partindo-se do princípio de que os gênios sempre se manifestarão, quaisquer que sejam as condições de um país e de uma cultura. Os grandes e ricos períodos de literatura, em qualquer lugar, em qualquer época, apresentam o mesmo quadro de uma sólida produção literária em todos os níveis. Em volta dos quatro gregos cujos nomes todos nos lembramos em matéria de teatro havia mais de uma centena de autores teatrais contemporâneos em Atenas. Com o analfabetismo e o pauperismo vedando a literatura, o Brasil menor, (...) reduz-se a muito pouco o espaço criador no país. A luta pela ampliação desse espaço, de tanto tempo que dura, com tão poucos frutos, pode parecer improfícua e inútil, mas é a única luta que temos, nos livros ou fora deles²⁷¹.

²⁷⁰ Ibid., p. 180. Participaram da mesa de literatura: Antonio Cândido, Antônio Callado, Alceu Amoroso Lima e Affonso Romano de Santanna.

²⁷¹ Ibid., p. 181-182.

3.1.2

O conceito de cultura e as mudanças institucionais na transição política.

Além da garantia à liberdade de expressão, o único direito à cultura em sentido estrito previsto pelas Constituições brasileiras anteriores a de 1988 era o relacionado ao patrimônio cultural. Isso se deve a um importante processo histórico e jurídico que guarda suas raízes na Revolução de 1930, na promulgação da Constituição de 1934, a primeira a prever os direitos sociais no Brasil, e no denominado movimento modernista, cujos intelectuais e artistas foram responsáveis por participar da construção de uma plataforma em prol da defesa de nosso patrimônio histórico e artístico nacional e da criação de um instituto voltado à sua proteção, o então SPHAN. Como veremos, o artigo 216 da recente Constituição ampliou significadamente o escopo que o Decreto-Lei 25/37, originado naquela época, concedia ao que era considerado como bem cultural digno de valoração e proteção, inclusive com a inovação no que diz respeito à noção de patrimônio imaterial.

A ampliação concedida pelo novo texto constitucional originou-se em uma mudança de rumo interna ao mencionado órgão de proteção a partir da década de 1970, aliás, não coincidentemente, na mesma época que o governo militar voltava-se ao campo das políticas públicas de cultura na tentativa de reaproximação da sociedade civil, mencionado anteriormente. Assim sendo, a fim de que compreendamos o já abordado, no que se refere à inauguração de uma nova compreensão acerca de cultura naquele período, a criação de uma estrutura e de planos de cultura mais bem desenvolvidos que teve seu ápice na criação de um Ministério da Cultura independente, em 1985, considero importante abordar brevemente este momento de transformações.

A “Fase Moderna” do IPHAN, segundo as publicações do próprio instituto, iniciou-se após a aposentadoria de Rodrigo de Mello Franco, no final da década de 1960. Conforme afirma o antropólogo Antônio Arantes, a década de 1970 coroa um progressivo desgaste do modelo de atividade da instituição, o qual, nos anos anteriores, “não se renovou, tecnificou-se”²⁷². Segundo Joaquim Falcão

²⁷² ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documento de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 22, 1987, p. 52.

isso se deve a uma desimportância relativa²⁷³ concedida à questão patrimonial, o que a provia, de um lado, de autonomia e independência do jogo político ou econômico, todavia, de outro, a instituição se tornou uma ilha à parte das questões nacionais e distante dos interesses sociais. A isso podemos incluir a crônica falta de recursos, de renovação das pessoas que não os discípulos dos arquitetos modernistas e a difícil relação com os poderosos adversários da especulação imobiliária. “Lograram em sua tecnicidade e rigor ético, porém, falharam no objetivo de mobilizar governo e sociedade”²⁷⁴.

A procura por alternativas no final dos anos 1960 pode ser explicada pela conscientização do IPHAN de que sua orientação marcadamente cultural era inadequada ao modelo de desenvolvimentismo econômico da época. Com o escopo de se adequar à orientação de modernização iniciada com a presidência de Juscelino Kubistchek, a instituição recorre, em 1965, à UNESCO. O braço das Nações Unidas que cuida das questões relativas à educação, ciência e cultura propôs à instituição a criação de uma imagem de “negociador”, a qual teria por propósito conciliar os interesses sociais por meio da articulação entre preservação e desenvolvimento. Isso se daria através de duas direções: primeiro, considerando os bens culturais como mercadorias de potencial turístico e, segundo, como indicadores culturais para um adequado desenvolvimento.

Um dos passos iniciais para a execução desse projeto foi a ratificação das Normas de Quito de 1967, o Compromisso Brasília de 1970 e o Compromisso Salvador de 1971, sendo os dois últimos os responsáveis pela criação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) de 1973. Tais encontros propuseram um aumento da descentralização das políticas federais de

²⁷³ Tal desimportância não foi apenas por parte dos Governos. A falta de acesso às políticas de preservação talvez explique o que Joaquim Falcão também argumenta quanto ao fato de que a política que prevaleceu não pode ser reduzida a uma intenção deliberada de mistificação cultural por parte do Estado ditatorial e da elite brasileira. Isso por duas hipóteses, primeiro, por ter inexistido por parte dos opositores dos regimes políticos, e mesmo por parte das classes populares, movimentos reivindicativos, com suficiente força política nacional, a favor de uma política de preservação alternativa ou concorrente. A proposta de Mário de Andrade teria sido politicamente solitária. Não teria sido sustentada por nenhuma força social de âmbito nacional politicamente organizada. Segundo, porque os escassos recursos federais atenderam a uma demanda social real. Foram captados por uma elite e uma clientela cultural que no Estado e no mercado cultural pretenderam transformar a experiência cultural da nova elite urbano-industrial em experiência nacional. In: FALCÃO, Joaquim. “A favor de nova legislação de proteção ao bem cultural”. *Ciência e Trópico*, 30, set./dez. 1982, p. 29. Cabe destacar que o jurista Joaquim Falcão foi um dos autores do anteprojeto originado na Comissão Afonso Arinos.

²⁷⁴ *Ibid.* p. 29.

preservação, indicando, para tanto, a colaboração supletiva dos Estados e Municípios mediante, quando necessário, a criação de legislação e institutos próprios visando a proteção de bens de valor regional. O papel dos outros entes passou a ser visto como importante para a criação da infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte das atividades turísticas e ao uso dos bens culturais como fonte de renda para as regiões carentes do Nordeste. A descentralização implementada supriria, ainda, a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN.

No entanto, externamente a esse movimento surgem críticas às bases conceituais com as quais ainda eram formuladas as políticas patrimoniais. Para um certo grupo de intelectuais e políticos era necessário uma atualização e abrangência do conceito de patrimônio e, conseqüentemente, de nosso próprio acervo. Os autores dessas propostas formavam o grupo que depois se tornaria o Centro Nacional de Referência Cultural. Suas formulações críticas não surgem no interior da burocracia estatal, nem como alternativa crítica ao IPHAN e muito menos, como sustenta Joaquim Falcão, elaborados pela “clientela cultural tradicional dos órgãos públicos repassadores de recursos financeiros para a área cultural”²⁷⁵. Porém, são frutos de conversas de um pequeno grupo de amigos de Brasília composto por professores da UNB, Ministros de Estado²⁷⁶, servidores públicos e o futuro diretor do Centro Nacional de Referências Culturais e do IPHAN, o bacharel em direito e designer, Aloísio Magalhães.

A conceituação nova e mais abrangente formulada por Aloísio Magalhães sobre bens culturais são essenciais para entendermos os objetivos do CNRC, bem como para compreendermos a própria quebra de continuidade das políticas de preservação do IPHAN. Os seminários conferidos por Aloísio, entrevistas e outros de seus escritos, estão compendiados no livro “E Triunfo?”,

²⁷⁵ Ibid., p. 30.

²⁷⁶ Como Severo Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio. Joaquim Falcão aduz que isso indica a nascente formulação de políticas de preservação dotadas de espírito empresarial e economicamente vivas, integradas ao cotidiano econômico do cidadão. E para o autor indica mais ainda: “reconhece que qualquer intervenção na área de preservação cultural, para ser nacionalmente abrangente, necessita dos recursos federais e do poder de regulamentação do Estado. Por outro, reconhece que o Ministério da Educação e Cultura permanecia, ainda, operacionalmente conservador, culturalmente tradicionalista e submisso ao controle político-ideológico do regime”. (Ibid., p. 32)

onde é possível identificar as reflexões iniciais e a seguinte elaboração de uma nova noção de bens culturais desenvolvida pelo designer.

Inicialmente, aquilo que motivou seus questionamentos diz respeito aos aspectos da realidade econômica e política do país à época já mencionados. Aloísio Magalhães sustentava que, pela velocidade e abrangência que o avanço tecnológico e informacional tomara, os países, principalmente, os “novos” como o Brasil, estariam perdendo suas identidades culturais. Isso porque, embora positivo sob outros aspectos, o processo de integração pelo desenvolvimento tecnológico e pelos meios de comunicação se baseou em parâmetros universais de aproximação e de produção em massa. Assim, a seu ver, países “novos” como o Brasil, possuidores de uma frágil cultura, isto é, despossuídos de referências culturais bem constituídas, estariam mais suscetíveis face as consequências geradas por esse processo.

Tendo em vista o diagnóstico, Aloísio Magalhães passa a considerar a essencialidade dos valores culturais para qualquer política de desenvolvimento nacional. Essa importância, vale lembrar, insere-se no contexto de abertura política no qual ele se via à época, tanto que afirma: “tentamos descobrir caminhos, tentamos abrir a nação a uma reflexão mais nova. Estamos num processo nítido de querer encontrar nossa identidade política. Como se encontrará? Onde se encontrará?”²⁷⁷ E em seguida indica o que considera relevante: “(...) a identificação, a consciência coletiva, a mais ampla possível, dos nossos bens e valores culturais”²⁷⁸. É, portanto, a identificação e valorização desses elementos que podem servir de pontos de referência e portos de sustentação para a implementação das políticas de desenvolvimento que o país precisava necessariamente implementar neste momento de renovação social²⁷⁹.

Porém, o que compõe, ao olhar de Aloísio, os bens e valores culturais do Brasil? A seu ver, por anos, o conceito de bem cultural ficara restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação

²⁷⁷ MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 41.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 42.

²⁷⁹ Ele bem sintetiza sua ideia: “As políticas econômica e tecnológica do país necessitam reinserir os bens culturais nacionais para concretizarmos um desenvolvimento autônomo”. (*Ibid.*, p. 52)

individual espontânea, obras que constituíam o acervo artístico (música, literatura etc.), quase sempre de apreciação elitista. Ele não nega a necessidade de se continuar sua preservação, apoios para difusão e garantia de sua liberdade de expressão²⁸⁰. Entretanto, crê que, permeando tais categorias (considerando o bem cultural como o gênero do qual o patrimônio histórico e artístico era espécie) existiria ainda uma vastíssima gama de bens – procedentes, sobretudo, do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não eram considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas públicas, infelizmente, pois para ele, esses bens culturais seriam os representativos de nossos valores autênticos, de nossa tradição.

Nesse sentido, tradição deve ser entendida como a continuidade histórica das práticas sociais passadas, modificadas e enriquecidas na dinâmica do processo, e novamente reveladas no presente. Os bens culturais vivos, deste modo, são resultados de um processo criativo próprio da dinâmica do social, cuja potência e resultado guardam uma intensa capacidade reflexiva e de inovação. Assim, ao considerarmos os tantos contrastes e adversidades nos quais os cidadãos brasileiros se encontram, é possível compreender as tantas diversidades que compõem a cultura nacional. A heterogeneidade, portanto, seria inerente à natureza dos costumes, hábitos e modos de ser brasileiros.

Com efeito, a identificação e valorização de tais bens culturais emergem, para Aloísio Magalhães, como uma saída à homogeneização cultural avassaladora causada pela importação de tecnologias e informação que já se prenunciava na década de 80. Preservá-los e valorizá-los seria, então, o modo mais adequado de se proteger “as coisas nossas” (referindo-se a Mário de Andrade), permitir um processo de desenvolvimento adequado à nossa realidade, e sobretudo garantir a própria continuidade desse processo de “regeneração” e ruptura social.

Feitas essas considerações iniciais é possível entender, agora, a questão com a qual o grupo fundador do CNRC se envolveu: a já conhecida questão da identidade nacional e, decorrente, indagação: “Por que não se reconhece o produto brasileiro? Tratava-se de uma nova maneira de equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento”, afirma Cecília Londres. Para a autora: “o interesse que movia

²⁸⁰ Ibid., p. 53.

esse grupo era, em princípio bastante próximo das preocupações dos modernistas de 22 – atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira e buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura no contexto brasileiro contemporâneo²⁸¹.

Em um primeiro momento objetivaram criar um centro de documentação e bancos de dados, se aproximando, assim, de um trabalho etnográfico. No Relatório Técnico nº 01 de 1975, o propósito do CNRC era definido como o “traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”. Pela inteligência do enunciado é possível reconhecer, preliminarmente, a modificação de algumas noções de cultura: a sua caracterização como dinâmica e sua função referencial. Após delinearem tais premissas, partem para uma finalidade mais ambiciosa: a busca de indicadores culturais para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais. Com tal intenção, os gestores do CNRC se direcionam ao centro do interesse da época e articulam a cultura às áreas politicamente mais fortes do governo. Contudo, sua aplicação demanda, antes, a remodelação das práticas conceituais e administrativas da política patrimonial, o que será formulado – juntamente a sua criação oficial – em junho de 1975.

O CNRC começou a funcionar nas dependências da antiga Reitoria da UNB, em função de um convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Indústria e do Comércio, por meio da sua Secretaria de Tecnologia Industrial. No ano seguinte, foi firmado um novo convênio, ao qual aderiram a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os seguintes Ministérios: Educação e Cultura, Interior e Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal e a Fundação Universidade de Brasília²⁸². A articulação dos diversos órgãos e a opção por tal modelo jurídico deram azo a uma maior autonomia de atuação e agilidade administrativa permitindo-os desenvolver um projeto mais ousado na área cultural (segundo Falcão: projetos plurideológicos e pluridisciplinares).

Tais inspirações guiarão a nossa abordagem. A primeira delas é quanto às suas características gerais e a segunda à sua metodologia de trabalho. A fim de

²⁸¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997, p.163.

²⁸² Ibid. p. 164.

participarem do projeto de desenvolvimento do país, o grupo de trabalho do CNRC propõe, inicialmente, uma revitalização da noção de cultura e bens culturais, de acordo com os ideais de Aloísio supramencionados.

A coleta de bens em sua prática logo ganha outros contornos transformando-se em produção de referências, as quais irão responder à problematização formulada inicialmente em relação à falta de um caráter nacional do produto brasileiro. Com efeito, a questão da tradição passa a ser considerada como produção e reconhecimento de algo vivo, devendo ser apreendida em sua dinâmica e pluralidade própria, em seu “potencial criativo”.

Dessa maneira, a proposta de atuação do CNRC se posta contrariamente às políticas de preservação efetivadas até aquele momento. A proposta de valorização da cultura viva se contrapõe à imagem da cultura brasileira delineada pelo Serviço de Patrimônio, para eles, morta, o testamento de um passado selecionado de modo elitista e de expressões artísticas individuais. Criticou-se, ainda, o fato desse tipo de seleção não levar em conta a vinculação utilitária e simbólica dos bens com a vida social e econômica da população.

Isso porque, os agentes de preservação não enxergariam os valores mais autênticos de uma nacionalidade: o popular. Pela perspectiva do CNRC deveria haver, portanto, uma valorização das raízes populares a partir de um olhar não mais etnográfico ou românticamente folclórico, mas a partir de uma apreensão antropológica e que pudesse, através de seu valor econômico, auxiliar o desenvolvimento do país. Ademais, levantavam: “indagações, sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de quais interesses e de quais grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costumava ser vista como eminentemente técnica”²⁸³.

Deste modo, o grupo habilmente alinhou uma mediação oficial e inédita entre a cultura popular e os interesses nacionais. E não só isso, ao ampliar a noção de bem cultural e abranger manifestações populares tradicionais e suas intersecções com o mundo industrial e urbano, ofereceu função, visibilidade e lugar às manifestações do presente (“vivas”), inserindo-as, nas preocupações das práticas contemporâneas. Os termos utilizados ainda são nebulosos, mas,

²⁸³ Ibid. p. 173.

posteriormente, “cunharam as manifestações até então não reconhecidas pelo patrimônio oficial e nem compreendidas, em sua especificidade, pelas camadas cultas de: patrimônio cultural não-consagrado”²⁸⁴.

O reconhecimento dos indicadores culturais que, no nível micro, poderiam corrigir as desigualdades e descaracterizações causadas pelos modelos e estruturas de desenvolvimento do nível macro, nem sempre adequados aos contextos locais, demandava outra metodologia de trabalho, a segunda inspiração que exporemos nessa breve abordagem.

Uma primeira inovação nesse campo se refere ao corpo de trabalho interdisciplinar formado por profissionais originados de diversas áreas do saber, como matemáticos, físicos, historiadores, antropólogos, cientistas sociais, a fim de melhor apreender a dinâmica específica do processo cultural estudado. Tal interpretação não poderia acontecer por meio de modelos ou quadros conceituais já prontos, imprescindível seria, porém, a formulação de tipologias *a posteriori*.

O CNRC parte, assim, de uma orientação de trabalho pouco ortodoxa (e por vezes criticada de assistemática) e inovadora que permitiu o desenvolvimento de projetos culturais em áreas temáticas e locais diversos, além de ser capaz de gerar uma maior amostragem de aspectos pouco estudados da realidade brasileira e a não obediência aos critérios rígidos na seleção de manifestações culturais. Exemplos dessa produção²⁸⁵ foi a iniciativa do Museu ao Ar Livre em Orleans,

²⁸⁴ Ibid. p. 174.

²⁸⁵ Em publicação do próprio IPHAN a instituição resume sua atuação além das citadas: “(...) a realização, nos anos 80, de seminários com as comunidades das cidades históricas de Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), Cachoeira (Bahia) e São Luis (Maranhão), sempre sob a égide de Aloísio Magalhães, promoveu a implementação das seguintes ações: 1) levantamentos sócio-culturais em Alagoas e Sergipe; 2) inventários de tecnologias patrimoniais; 3) implantação do Museu Aberto de Orleans, em Santa Catarina; 4) tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, na Paraíba; 5) uso do computador na documentação visual de padrões de tecelagem manual e de trançado indígena; 6) debate sobre a questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos; 7) desenvolvimento da idéia de criação de um selo de qualidade conferido a produtos de reconhecido valor cultural, como o queijo de Minas e a cachaça de alambique; 8) inclusão das culturas locais no processo de educação básica; 9) proteção da qualidade cultural de produtos artesanais nos programas de fomento governamental à atividade; 10) reconhecimento, como patrimônio, de bens da cultura indígena e afro-brasileira; 11) documentação da memória oral das frentes de expansão territorial e dos povos indígenas ágrafos. **Um dos grandes feitos de Aloísio Magalhães no comando do CNRC e, posteriormente, da FNPM, foi a ampliação da proteção do Estado em relação ao patrimônio não-consagrado, vinculado à cultura popular e aos cultos afro-brasileiros. Em Alagoas e na Bahia, o Iphan tombou, respectivamente, a Serra da Barriga, onde os quilombos de Zumbi se localizaram, e o Terreiro da Casa Branca, um dos mais importantes, antigos e atuantes centros de atividade do candomblé baiano**”. (grifamos) (BENS IMATERIAIS. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: a trajetória da

SC, a produção de banana-passa, na região fluminense, a exposição de carrancas do Rio São Francisco, a documentação do processo de trabalho do ceramista Amara de Tracunhaém, PE, a exposição volante sobre Pedro II e seu tempo, a documentação e análise da atividade de tecelagem no Triângulo Mineiro, entre outros²⁸⁶.

Após um tempo de experiência de trabalho, o CNRC se estruturou em 4 programas. Cabe fazermos breves comentários quanto às suas propostas inovadoras. Tem-se, primeiramente, o *Mapeamento do Artesanato brasileiro*, considerado seu projeto de melhor resultado pela estruturação em tipologias do artesanato brasileiro e a atividade emblemática da abordagem do Centro. Na medida em que, a fim de “entender os processos de transformação e/ou de resistência dessas atividades, sempre tentando se aproximar o máximo possível do ponto de vista dos produtores e dos consumidores, de modo a apreender, sem ‘preconceitos’, essas trajetórias, e a fundamentar uma visão prospectiva”²⁸⁷.

Aloísio considerava as manifestações pesquisadas como

um momento da trajetória, e não uma coisa estática. (...) A política paternalista de dizer que o artesanato deve permanecer como tal é uma política errada e culturalmente impositiva, pois o caminho, a meu ver, não é esse; o caminho é identificar isso, ver o nível de complexidade em que está, qual é o desenho do próximo passo e dar o estímulo para que ele dê o próximo passo²⁸⁸.

Nesse sentido, qualquer intervenção deveria ser precedida do conhecimento da especificidade daquele saber-fazer, em sua trajetória e em sua inserção no contexto atual. Consequentemente, as formas de ação deveriam ser necessariamente diferenciadas e adequadas a cada caso no momento e envolvendo a participação da comunidade que se envolve com aqueles bens²⁸⁹. Receitas, pois, haveriam de ser descartadas.

Do mesmo modo são naturalmente afastadas as noções convencionais como a de *autenticidade*, na medida em que o que importa conhecer é o próprio processo cultural e não o produto. O objeto passa a ser a manifestação a ser

salvaguarda dos bens imateriais no Brasil (1936 – 2006). Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em 20/05/2011).

²⁸⁶ MAGALHÃES, Aloísio. Op. Cit., p. 57-62.

²⁸⁷ Ibid., p. 166.

²⁸⁸ Ibid., p. 172

²⁸⁹ Ibid., p.167.

conhecida e referenciada para que a sua memória seja preservada e, caso necessite, sejam fornecidos elementos para o apoio ao seu desenvolvimento.

Cumpramos observar que o resultado desse trabalho documentado no *Bases para um trabalho sobre artesanato brasileiro hoje*, produzido em 1979, foi utilizado pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato do Ministério do Trabalho. Tem-se ainda, como mencionado, outros três campos de trabalho do CNRC, mas que alcançaram resultados limitados, são eles: os *Levantamentos Sócio-Culturais*; a *História da Ciência e da Tecnologia no Brasil*, em prol da memória do processo de fabricação, porém, a limitação de instrumentos de reconhecimento levou ao tombamento de uma fábrica de vinho de caju apenas; e, finalmente, o *Levantamento de Documentos sobre o Brasil*, programa que realizou interessantíssimas experiências de indexação de documentos, catálogos relativos à cinegrafia sobre a construção de Brasília e filmes produzidos pelo DIP no Estado Novo e, ainda, a indexação e microfilmagem da documentação presente no depósito do Museu do Índio, cujo objetivo transcendia o mero registro, mas estava subsidiando o processo de demarcação das terras indígenas.

A utilização de registro e dessa metodologia descrita se assemelha às propostas de acautelamento do patrimônio imaterial presentes no texto constitucional de 1988. Vale transcrever a síntese que o próprio Aloísio Magalhães elabora a seu respeito:

Procurando nos inserir na realidade brasileira, podemos identificar situações que se caracterizam por serem peculiares à nossa cultura. Na verdade essas situações não foram procuradas em razão de formulações apriorísticas mas emergiram naturalmente no curso de um processo quase fenomenológico de interação entre a realidade e os que buscavam conhecê-la. Daí os três estágios principais em que se estabeleceu essa relação: a **identificação** do fenômeno como relevante, subentendendo a interação para o conhecimento de sua dinâmica própria (metodologia não necessariamente conhecida, linguagem para uma comunicação adequada, interdisciplinariedade para apreciação do conjunto); o **registro** através dos instrumentos adequados ou mais convenientes (fotografia, cinema, gravação fonográfica, etc.) para classificação e **indexação** que resultem numa memória; a **devolução** à comunidade pela ação mais adequada a cada caso. Os três momentos se intercomunicam e interagem continuamente num processo de **reflexão**²⁹⁰. (grifei)

²⁹⁰ Ibid., p. 56.

As propostas e experiências do trabalho desses primeiros anos do CNRC foram resumidas por Aloísio Magalhães e entregues ao general Golbery do Couto e Silva para que fossem discutidas as alternativas de continuidade do seu projeto. O resultado da requisição, auxiliada pela continuação no governo de João Figueiredo do processo de abertura política, foi a incorporação do CNRC ao IPHAN e o primeiro passo para a criação da Secretaria da Cultura do MEC, em 1981, quando, pela primeira vez no Brasil, se reuniu em um só órgão a gestão da política cultural federal.

A unificação da política federal de preservação subordinada à Secretaria Cultural do MEC (sendo Eduardo Portella o Ministro do MEC), em 1981, representou um essencial passo para uma maior organização e democratização das políticas culturais, como observa Cecília Londres, reuniu-se em um só órgão, formado pela fusão do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, o CNRC e o IPHAN e dirigido por Aloísio Magalhães:

os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e inovadora do CNRC. Foi criada uma nova estrutura: um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e um órgão executivo – a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)²⁹¹.

Por conseguinte, a junção dessas estruturas propiciou a possível operacionalização do CNRC e a almejada revitalização do IPHAN pelo suprimento teórico e prático trazido do Centro de Referências, os quais amadurecerão no conceito antropológico de cultura que passou a orientar a instituição e, paralelamente, a reelaboração de novas “categorias” na valoração dos bens culturais, as quais serão expostas a seguir.

À luz da análise de Joaquim Falcão, no artigo “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”²⁹², de 1981, para compreender a política de preservação, após a fusão e sob a orientação de Aloísio, cumpre precisar o conceito de cultura que a orientou. Dois aspectos para o jurista são importantes: “a) a noção de cultura enquanto processo, e b) a atitude do cidadão diante deste processo. A noção de cultura enquanto processo

²⁹¹ LONDRES, Cecília. Op. Cit., p.175.

²⁹² FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo. Difel, 1984.

cultural compõe-se basicamente de dois elementos: o elemento continuidade e o elemento heterogeneidade/complexidade”²⁹³.

Em relação ao primeiro elemento, *continuidade*, o autor aduz que seu reconhecimento transformaria o processo cultural, conhecido antes por si só, em um processo histórico. Da mesma forma, à vista do segundo elemento, *heterogeneidade/complexidade*, a noção processual se situaria no interior de uma noção geográfica, étnica, social e tecnologicamente diversificada e paradoxal. Cultura se constitui, assim sendo, de um processo histórico, contínuo, heterogêneo e complexo com o qual o cidadão intimamente se relaciona.

Adiante, Falcão argumenta que o que contiver de conteúdo ideológico é proveniente, na verdade, das “contínuas intervenções (no caso intervenção do Estado) que tendem a reduzir heterogeneidade e complexidade e a ressaltar como sendo a identidade cultural de uma nação, o que é apenas um dos inúmeros traços ou ‘identidades’ culturais”. Com efeito, o que permitiria, para o autor, a minimização do reducionismo provocado pelas intervenções acadêmicas ou administrativas, seria a *continuidade*, ou seja, a atividade de preservação e proteção das manifestações culturais, agora dotadas de outro sentido, senão vejamos:

Só a continuidade deste processo permite às gerações se darem conta tanto de seu caráter acumulativo quanto das omissões, deturpações e reduções ideológicas a que ele está inevitável e contingencialmente submetido. E por se dar conta destas reduções é que a atitude diante deste processo **não é de submissão** e passividade²⁹⁴. (grifei)

Muito embora conectada ao passado, a atividade de lembrar deve, assim, assumir uma conotação política ativa voltada ao presente, não devendo mais ser vista como fim em si mesmo que atinge sua consecução com o tombamento (uma conservação estática). É forçoso, portanto, reconhecer sua presença dinâmica no instante, uma vez que o patrimônio cultural a preservar será sempre “refeito” hoje, e, permitir seu questionamento a fim de que mais grupos participem da reconstrução do passado e da elaboração de sua narrativa. Até mesmo o fato da rememoração pertencer ao presente deve ser revisto, na medida em que aqui tratamos de um outro tempo, o “tempo cultural” de Aloísio Magalhães. Cabe

²⁹³ Ibid., p. 33.

²⁹⁴ Ibid., p. 33.

destacar o que o diretor do IPHAN revela ao seu Conselho Federal de Cultura em Pronunciamento de 1977:

Essa relação de tempo é curiosa porque é preciso entender **o bem cultural num tempo multidimensional. A relação entre a anterioridade do passado, a vivência do momento e a projeção que se deve introduzir é uma coisa só.** É necessário transitar o tempo todos nessas três faixas, porque o bem cultural não se mede pelo tempo cronológico. O tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro²⁹⁵. (grifei)

E acrescenta:

Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo pela sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência. (...) Relembrar a importância da continuidade do processo cultural a partir de nossas raízes, **não representa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas a certeza de que estão ali, os elementos básicos com que contamos para a preservação de nossa identidade cultural**²⁹⁶. (grifei)

A síntese das últimas exposições nos permite chegar à elaboração das novas categorias que basearão a preservação brasileira. A primeira delas, o conceito essencial, descrito no início desta seção, de bem cultural em sentido amplo desenvolvido pelo grupo do CNRC, como elemento auxiliador na produção de riquezas para a comunidade e referências para um adequado desenvolvimento. Em segundo, a vaga e reduzida expressão “de excepcional valor histórico e artístico” oferece lugar no rol das valorações às noções reelaboradas de memória e continuidade, delineadas acima. Essas últimas apropriam o exercício da coleta, guarda e preservação com a finalidade de “dinamização da memória nacional”, que para Aloísio deveria seguir a mesma função da memória biológica: “guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver”²⁹⁷. Novamente, a atividade de proteção não podia se esgotar nela mesma. Era necessário pô-la a serviço da sociedade, o que considerava ser também responsabilidade dos organismos culturais.

Deste modo, sob o paradigma de uma ação projetiva, articulando passado, presente, futuro e tendo como pressuposto a diversidade de nossa composição

²⁹⁵ MAGALHÃES, Aloísio. Op. Cit., p. 66-67.

²⁹⁶ Ibid., p. 44.

²⁹⁷ Ibid., p. 67.

societária, a nova política de preservação conduzida diagnosticada pelo menos três “reduções” insatisfatórias concretizadas nos 42 anos iniciais do IPHAN e prescreve outros programas para a Secretaria da Cultura do MEC:

A primeira é a redução do patrimônio histórico e artístico nacional ao patrimônio da etnia branca. Programas são então desenvolvidos para preservar a cultura ameríndia e a cultura negra. A segunda é a redução do patrimônio nacional ao patrimônio da elite vitoriosa. Programas são desenvolvidos para preservar a cultura popular. Finalmente, a terceira é a redução do patrimônio nacional ao mimetismo estrangeiro. Programas são desenvolvidos para detectar a criação autenticamente nacional²⁹⁸.

Considerando o breve resumo tecido quanto às mudanças ocorridas nos “anos de abertura” e a procura do IPHAN e da Fundação Pró-Memória em prol da legitimação de seu trabalho pela via da participação social²⁹⁹, é possível concluir, que os órgãos de preservação se voltaram ao objetivo político de se inserir na luta mais ampla que mobilizava a sociedade brasileira na então década de 80: a reconquista da cidadania. Além disso, o fortalecimento institucional da cultura tem grande repercussão na década de 1980, sobretudo com a criação, em 1985, de um ministério da cultura independente e com a continuidade das diretrizes formuladas nos anos anteriores, cujo legado é visivelmente reconhecido nas palavras do então ministro da cultura, Celso Furtado, em sua participação na audiência pública da Subcomissão Temática VIII da Constituinte, como vamos apresentar a seguir.

²⁹⁸ FALCÃO, Joaquim, Op. Cit. p. 34.

²⁹⁹ Não nos alongamos nas descrições quanto às propostas de participação popular, contudo, cumpre mencionar que desde 81, Aloísio Magalhães, através do lançamento de Diretrizes, propõe medidas para elevar a democratização nas políticas culturais, em um primeiro momento pretendendo que os agentes atuassem como mediadores entre o Estado e as comunidades ainda não organizadas. Visam atingir esses objetivos levando em conta o atendimento às necessidades culturais, econômicas e políticas dos grupos simbólica e socialmente excluídos, e ainda, pretendendo, que participassem da produção cultural brasileira. Desta forma, a preservação seria legitimada. Tal plano, efetivamente, irá se concretizar em 1985 sob o governo de Tancredo Neves e quando da criação do Ministério da Cultura ao serem criadas assessorias especiais dentro do Ministério (para os negros, índios, deficientes físicos, etc.), realizados Seminários reunindo intelectuais e artistas e, posteriormente, pela implantação da Lei Sarney de incentivo fiscais que depois se transformará na Lei Rouanet. (LONDRES, Cecília, Op. Cit., p.182)

3.2

A cultura e a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Retomando agora as linhas iniciais que abriram o presente trabalho, devemos lembrar que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte compunha uma das principais bandeiras da luta pela democratização que tomou o país na transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980. Assim como visto, a demanda das diversas entidades de classe que participaram deste processo requeria a organização de uma constituinte “livre, soberana e exclusiva”. O arranjo das forças políticas conservadoras conseguiu impor certas limitações ao apelo popular. Mas não, contudo, desvirtuá-lo completamente, de sorte que, entre aquilo o que era desejado e o efetivamente conquistado, restou um considerável espaço onde foi possível, senão realizar, ao menos demonstrar e fazer-se sentir, os principais anseios e conflitos sociais da época³⁰⁰.

Em 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney encaminhou mensagem ao Congresso Nacional com a proposta de convocação; aprovada, dela resultou a Emenda Constitucional 26, de 27 de novembro de 1985. Assim, os parlamentares eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 – 487 Deputados Federais e 49 Senadores – e mais 23 dos 25 Senadores eleitos em 1982, num total de 559, deram início ao trabalho constituinte, na modalidade congressional (unicameral), em 1º

³⁰⁰ Nesse sentido: “A ANC (...) foi um evento político da mais alta expressão. Ao par de produzir momento único na vida nacional, reunindo as mais diversas correntes do pensamento nacional em torno dos grandes temas de interesse da sociedade brasileira, produziu vastíssimo material, que, certamente, servirá de referência para inúmeros debates, estudos e investigações. Os números que registram a tarefa constitucional são impressionantes. Como exemplos podem ser citados os mais de 212 mil registros eletrônicos relativos a emendas, projetos e destaques, espalhados em mais de uma dezena de bases de dados passíveis de serem acessadas por mais de 150 instituições públicas e privadas do País; as mais de 2 mil caixas com documentos originais da Assembleia; os 308 exemplares do Diário da Assembleia Nacional Constituinte, reunidos em uma coleção sintética de 16 e em outra expandida de 39 volumes; as 215 fitas de videocassete, as 1.270 fotos e as 2.865 fitas sonoras de gravação dos trabalhos constituintes; e uma extensa coleção de documentos catalogados pelas bibliotecas”. In: OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993. Ou, como expõe Adriano Pilatti: “(...) foi palco de grandes conflitos de interesse e opinião que haviam permanecido latentes, irresolutos ou agravados, durante os anos de repressão. Tais conflitos ensejaram mobilizações de intensidade e extensão inéditas na história das Constituintes brasileiras. O edifício do Congresso Nacional, em Brasília, transformou-se em ponto de afluência de múltiplos setores organizados da sociedade brasileira. Ali aconteceu um processo decisório caracterizado pelo dissenso, pela intensa e permanente mobilização de atores (...)”. In: PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris/PUC-Rio, 2008, p. 01.

de fevereiro de 1987, data da instalação da ANC, tendo-o concluído em 5 de outubro de 1988, quando seu presidente, Ulysses Guimarães, deputado federal do PMDB de São Paulo, em sessão solene, promulgou a Constituição Federal.

O trabalho constituinte desenvolveu-se em 7 etapas, as quais, por sua vez, desdobraram-se em 25 fases distintas, conforme se resume nos quadros a seguir:

Etapas	Fases
1. Preliminar	– Definição do Regimento Interno da ANC – Sugestões: Cidadãos, Constituinte e Entidades
2. Subcomissões Temáticas	A: Anteprojeto do Relator B: Emenda ao Anteprojeto do Relator C: Anteprojeto da Subcomissão
3. Comissões Temáticas	E: Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão; na Comissão F: Substitutivo do Relator G: Emenda ao Substitutivo H: Anteprojeto da Comissão
4. Comissão de Sistematização	I: Anteprojeto de Constituição J: Emenda Mérito (CS) ao Anteprojeto K: Emenda Adequação (CS) ao Anteprojeto L: Projeto de Constituição M: Emenda (1P) de Plenário e Populares N: Substitutivo 1 do Relator O: Emenda (ES) ao Substitutivo 1 P: Substitutivo 2 do Relator
5. Plenário	Q: Projeto A (início 1.º turno) R: Ato das Disposições Transitórias S: Emenda (2P) de Plenário T: Projeto B (fim 1.º; início 2.º turno) U: Emenda (2T) ao Projeto B V: Projeto C (fim 2.º turno)
6. Comissão de Redação	W: Proposta exclusivamente de redação X: Projeto D – redação final
7. Epílogo	Y: Promulgação

Segundo Mauro Oliveira, duas características metodológicas marcaram a Constituinte: o funcionamento concomitante com os trabalhos rotineiros do Congresso Nacional e o início do processo em 24 diferentes subcomissões temáticas sem nenhum texto básico preliminar, a despeito de, anteriormente à sua instalação, terem sido dadas a conhecer inúmeras sugestões de anteprojetos de

constituição, como foram o Anteprojeto Constitucional (da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais³⁰¹, Decreto 91.450/85), o de Fábio Konder Comparato, o de Henry Macksoud, entre outros.

Após a instalação da ANC, em 01/02/1987, e de um período inicial dedicado à elaboração e votação do Regimento Interno, a partir de 01/04/1987 foram instaladas 8 comissões temáticas e, em 07/04/1987, suas 24 subcomissões decorrentes (3 subcomissões por comissão). No tocante à cultura, interessa-nos especialmente a *Comissão 08: Da Família, Da Educação, Cultura e Esportes, Da Ciência, Da Tecnologia e Da Comunicação* e a *Subcomissão 08a: Da Educação, Cultura e Esportes*³⁰².

Diferente das subcomissões que trataram da comunicação e da educação³⁰³, é possível depreender do exame dos anais um tom mais consensual

³⁰¹ Eis a redação formulada pela Comissão Afonso Arinos dos artigos referentes aos direitos culturais: “Art. 395 – Compete ao Poder Público garantir a liberdade da expressão criadora dos valores da pessoa e a participação nos bens de cultura, indispensáveis à identidade nacional na diversidade da manifestação particular e universal de todos os cidadãos. § 1º – Esta expressão inclui a preservação e o desenvolvimento da língua e dos estilos de vida formadores da realidade nacional. § 2º – É reconhecido o concurso de todos os grupos historicamente constitutivos da formação do País, na sua participação igualitária e pluralística para a expressão da cultura brasileira. Art. 396 – Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará: I – o acesso aos bens da cultura na integridade de suas manifestações; II – a sua livre produção, circulação e exposição a toda a coletividade; III – a preservação de todas as modalidades de expressão dos bens de cultura socialmente relevantes, bem como a memória nacional. Art. 397 – O Poder Público proporcionará condições de preservação da ambiência dos bens da cultura, visando a garantir: I – o acautelamento de sua forma significativa, incluindo, entre outras medidas, o tombamento e a obrigação de restaurar; II – o inventário sistemático desses bens referenciais da identidade nacional. Art. 398 – São bens de cultura os de natureza material ou imaterial, individuais ou coletivos, portadores de referência à memória nacional, incluindo-se os documentos, obras, locais, modos de fazer de valor histórico e artístico, as paisagens naturais significativas e os acervos arqueológicos.”

³⁰² Sob a Presidência do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, com a presença dos seguintes Constituintes: José Queiróz, João Calmon, Paulo Silva, Florestan Fernandes, Octávio Elísio, Pedro Canedo, Bezerra de Melo, Sólton Borges dos Reis, Chico Humberto, Cláudio Ávila, Márcia Kubitschek (relatora), José Moura, Louremberg Nunes Rocha, Átila Lira e, ainda com a participação do Constituinte Arthur da Távola.

³⁰³ Por conta das discordâncias em relação a tais temas, a Comissão VIII não conseguiu concluir seus trabalhos. O seu relator, o constituinte Arthur da Távola (PMDB) teve de escrever três substitutivos ao mesmo anteprojeto. Ainda, em decorrência dos conflitos surgidos, ficou a tarefa ao final, a cargo do relator da Comissão de Sistematização I, o constituinte Bernardo Cabral (PMDB), que o apresentou juntamente ao anteprojeto de Constituição (fase I). Cabe ressaltar que na Subcomissão da Educação, Tecnologia e Comunicação, o constituinte Pedro Canedo destituiu-se e as principais disputas ocorreram em torno dos temas da regulamentação dos meios sociais de comunicação, do repasse de verbas públicas para a educação e a participação das entidades privadas no sistema educacional e, quanto à tecnologia, a questão da substituição das importações e os incentivos à produção nacional. Outros acontecimentos tumultuosos ocorreram também durante a votação do substitutivo do relator da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (VI-c), ocasião em que o texto final ficou reduzido a apenas dois artigos. Nesse sentido, ver: PILATTI, Adriano, op. cit..

no que diz respeito às proteções e garantias a serem deferidas à regulamentação da cultura. O perfil dos parlamentares que compunham a subcomissão permitiu um envolvimento aprofundado com a temática e considerável absorção das propostas e emendas encaminhadas pelos setores artísticos e movimentos sociais, bem com daquelas feitas presentes por ocasião das audiências públicas. Quanto ao primeiro ponto, percebe-se isso pelas atribuições concedidas ao vocábulo cultura – sob uma perspectiva próxima à antropológica e evitando-se recair em fragmentações ou considerações dicotômicas sobre suas expressões –, e, em segundo, pela incorporação dos pontos sugeridos nas audiências entre as discussões formuladas pelos constituintes.

Pelos anteprojatos enviados à ANC, revela-se que entre a classe jurídica e política daqueles anos era comum a opção por dedicar um capítulo autônomo voltado para a previsão dos direitos culturais. Restavam ultrapassados, assim, os modelos constitucionais anteriores que dedicavam artigos esparsos e voltados apenas para a previsão do direito à cultura enquanto proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e liberdade de criação.

Do mesmo modo, em termos gerais, uma perspectiva próxima à antropológica sobre cultura compartilhada por alguns constituintes contribuiu para que, inicialmente, assumissem a necessidade de ampliar o rol das previsões e dos próprios objetos correlatos ao exercício dos direitos culturais³⁰⁴. No mesmo passo,

³⁰⁴ Cumpre notar que a influente inserção dos antropólogos no IPHAN e nos meios acadêmicos foi fundamental para inaugurar no Brasil estudos mais aprofundados com relação a uma perspectiva antropológica sobre a cultura e, sobretudo, no que diz respeito a uma ideia de patrimônio cultural. De acordo com Regina Abreu, na década de 1980, o já citado Antônio Augusto Arantes, foi um dos nomes de maior destaque. Nesse sentido, a autora afirma que “algumas teses e pesquisas sobre o patrimônio elaboradas por antropólogos contribuíram para abrir uma nova área de estudos. O trabalho de Antonio Augusto Arantes, *Produzindo o Passado*, publicado em 1984, é uma referência nesse sentido”. In: ABREU, Regina. “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. Anais do Seminário *Quando o campo é o Arquivo*. Centro de Pesquisa e Documentação em História (CPDOC)/FGV, 25 e 26 de novembro de 2004. Sobre sua influência na ANC, estritamente, Arantes afirmou em entrevista que: “Em 1988, por exemplo, participei de audiências públicas relativas à mudança da Constituição e um dos artigos sobre os quais eu mais me interessei e para o qual procurei contribuir – até por ser, naquela época, presidente da Associação Brasileira de Antropologia –, foi o Artigo 216, que define patrimônio cultural brasileiro. Esse conceito vinha sendo utilizado no Brasil desde 1937, com a criação do IPHAN, porém pautado numa concepção de patrimônio que se referia a valores estéticos e históricos de uma cultura, digamos, hegemônica no país, uma cultura de elite. Havia dificuldade em absorver o fato de que a cultura brasileira foi construída a partir da contribuição de diferentes grupos sociais, em diferentes momentos e contextos históricos. Tinha-se aquela visão do patrimônio branco, católico, português, bem representado pelas edificações do período colonial”. In: Labate, Beatriz C. & Goldstein, Ilana (2009). “Ayahuasca - From Dangerous Drug to National

a questão da valorização da diversidade das expressões culturais do país, das tradições, das manifestações populares e de todo o legado absorvido pelo processo histórico brasileiro constituía uma preocupação uníssona entre eles. Ou seja, revela-se, antes de tudo, uma maturação da sociedade na forma de se relacionar com a temática cultural. Esta não era mais considerada apenas um elemento integrante da “boa educação” ou objeto de estudo e interesse de poucos intelectuais e especialistas, tampouco era vista como uma frivolidade ou mero objeto de gozo e fruição voltado para o entretenimento e lazer.

A abordagem em torno da liberdade de criação, além de considerar as preocupações quanto à censura do Estado, como era de se esperar, incluiu também a necessidade de se criar os meios para a garantia de acesso e de sua produção, fazendo tangenciar, por conseguinte, os aspectos da captação de receitas para a cultura advindas do orçamento fiscal e a ampliação dos investimentos, tanto públicos como privados. Como ocorreu com a educação, alguns parlamentares apontaram para a possibilidade de fazer prever no texto constitucional uma percentagem fixa do orçamento que deveria ser destinada para área. No entanto, as propostas foram rechaçadas sob o argumento de que uma previsão neste sentido deveria constar em lei infraconstitucional.

Salienta-se que apesar da extensão dos assuntos tratados, restava sempre a noção restritiva entre os parlamentares que se tinha como trabalho, obviamente, a elaboração de uma Carta fundamental para o país, assim, ao mesmo tempo que deveria ser concedida a devida proteção ao exercício destes direitos, ponderava-se o imperativo de condensar-se em poucas previsões as problemáticas levantadas.

O papel do Estado entrou em cena ao se tratar das políticas públicas de cultura. Marcava os discursos, no entanto, a importância de abrir espaço para a participação direta e o controle da sociedade, sobretudo para aqueles a quem as políticas se dirigissem, como no caso da salvaguarda do patrimônio cultural, falava-se em para isso considerar, por exemplo, a responsabilidade das populações locais aonde ele se encontra referido. Alinhava-se ainda com esse tema, a ação do Estado quanto à proteção dos direitos dos produtores de cultura, a uma possível regulamentação mais extensa do campo – como aquela em relação à

regulamentação das profissões conexas –, inclusive no sentido de conferir maior organicidade ao ordenamento sobre cultura que, como hoje, encontrava-se fragmentado em leis esparsas e desatualizadas. O assunto da democratização dos meios de produção, reprodução e circulação de informações e dos bens culturais esteve presente também em alguns debates. Se na subcomissão relativa à comunicação tal tema rendeu discussões calorosas, de maneira reativa e muito em decorrência do controle estatal sobre as informações feito até então, por outro lado, quanto à cultura, a necessidade de preservação das diferenças regionais e seu esmagamento frente à massificação cultural transmitida via satélite para todo o país foi partilhada pela maioria.

Tal qual afirmado no início, não havia estritamente um anteprojeto oficial acerca do tema desde o início dos trabalhos constituintes nesta área. Por essa razão muito dos pontos debatidos nas audiências públicas e das contribuições oferecidas por escrito pelas entidades foram vitais para que a partir daí fossem se desenrolando os objetos e garantias a serem previstas. As audiências realizaram-se em maio de 1987 e contaram com a presença de 24 convidados. Conforme assinala Aparecida Andrés, os principais assuntos colocados em debate podem assim ser sistematizados:

O conjunto dos temas debatidos pela classe cultural revela ampla visão da área, com traços muito expressivos da conjuntura sociopolítica da época. Num contexto de saída de vinte anos de ditadura militar e nos primórdios do processo de democratização, inevitável a perspectiva crítica que perpassava praticamente todas as falas dos depoentes na Constituinte, dirigindo-se contra um vasto aparato de realidades e regramentos construídos por décadas, que afetava duramente a cena da Cultura. Os assuntos discutidos e as respectivas posições da classe cultural, muitas vezes defendidas em acalorados debates, podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- 1 - o acesso à cultura como direito do cidadão;
- 2 - pelo fim da censura e pela liberdade de criação e de expressão cultural e artística;
- 3 - o respeito à identidade/diversidade cultural e pela democratização da cultura;
- 4 - a crítica à dominação, monopolização e submissão da cultura ao mercado e à influência estrangeira;
- 5 - relação entre desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio e das manifestações e bens culturais;
- 6 - pela ampliação do orçamento público e do investimento privado para a cultura;
- 7 - necessidade de políticas públicas para o patrimônio, os museus, o livro e a leitura, o teatro, a dança, as artes plásticas, o folclore, a música, o cinema, a fotografia;
- 8 - desoneração da importação e exportação de insumos e bens culturais;

- 9 - valorização e proteção dos autores, artistas e professores;
 10 - a Cultura em lugar de destaque na nova Constituição³⁰⁵.

Os três primeiros pontos enquadram-se no grande tema da democratização da cultura, cujo embasamento pressupõe a possibilidade do exercício dos direitos culturais sobre três perspectivas simultâneas: a garantia do amplo acesso à cultura por todos os cidadãos, a proteção à liberdade de criação e expressão, e o respeito à identidade e à diversidade cultural brasileira. Porém, concretamente, o que significaria para aqueles que protagonizaram as audiências públicas a representação destes princípios na realidade?

Na visão do antropólogo, e à época secretário de cultura de Campinas, Antônio Augusto Arantes, ao participar da 19ª reunião:

A cultura é parte integrante da ordem social. Consideramos absolutamente fundamental que o ser humano em nossa sociedade tenha a possibilidade de se desenvolver culturalmente. (...) esse princípio mais geral exige que a pluralidade cultural seja respeitada (...). A produção artística e cultural não deve ser tarefa do Estado, mas de toda a sociedade. (...) é nas cidades, vilas e povoados que desenvolvemos o nosso modo de vida (...) o município deveria ter papel preponderante no processo cultural. A ordem social brasileira deve ter por base, entre outros, o princípio democrático do direito dos vários grupos de segmentos sociais desenvolverem as suas especificidades culturais. Inclusive, quando for o caso, ter o seu espaço vital, o seu espaço assegurado pelo Estado³⁰⁶.

E, posteriormente, na 20ª reunião, cabe destacar o posicionamento de Fábio Magalhães, pertencente aos quadros da EMBRAFILME e da FUNARTE:

Quando se legisla na questão cultural, há um princípio absoluto, primeiro, fundamental, que é o da liberdade (...). Numa sociedade plural como a brasileira, onde convivem na diversidade grupos culturais diferentes, grupos étnicos diferentes, religiões diversas, é fundamental o respeito a essas minorias. (...) Na verdade, a identidade cultural é a questão fundamental de um país e, quando um país perde sua identidade cultural, ele se degenera, ele se acredita ser uma sociedade de 2ª classe, que imita outra sociedade. (...) Isso é lamentável³⁰⁷.

Mas, para tanto, seria necessário, segundo documento encaminhado pelo Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN): “A primeira garantia que deve constar na futura Constituição é o dever do Estado em propiciar a todos os cidadãos iguais condições de participação no *processo social da cultura*”³⁰⁸. E

³⁰⁵ ANDRÉS, Aparecida. “A Subcomissão 8ª: da educação, cultura e esportes”. In: BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah; ARAÚJO, José Cordeiro de (orgs.). *Audiências da Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Coleções Especiais. Obras Comemorativas 03. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009, p. 565-566.

³⁰⁶ *DAnc* – Suplemento, 18/07/1987, p. 199-200.

³⁰⁷ *DAnc* – Suplemento, 18/07/1987, p. 215 e 218-219.

³⁰⁸ *DAnc* – Suplemento, anexo à ata da 20ª reunião, 18/07/1987, p. 243.

especificamente à classe artística, Sandro Ramos de Lima, da Confederação Nacional de Teatro Amador, defendeu: “Aos produtores culturais deve ser garantida a liberdade e condições de realização. (...) O Estado não pode chamar a si o direito de tutelar a atividade artística, em nenhum momento”³⁰⁹.

Em relação à liberdade de produção e a possibilidade de criação de meios para sua realização as demandas não provinham apenas dos setores artísticos. Interessante notar as manifestações de Sérgio Lacerda, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e de Fábio Magalhães, respectivamente, que se posicionaram a favor do oferecimento de uma proteção especial ao mercado brasileiro, vejamos: “Somos uma indústria que só pode prosperar com liberdade. A liberdade editorial é condição da nossa existência (...) A reserva de mercado, expressão em moda por razões legítimas em alguns campos, não se coloca, a meu ver, em qualquer terreno da produção intelectual”³¹⁰; e:

nada menos socializado no país do que o acesso à cultura. É raro o cidadão que tem horas do seu dia em que pode se dedicar à leitura, a uma atividade cultural. Podemos dizer que uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à cultura, não tem acesso à escola, não tem [como] usufruir da atividade cultural existente no país, **e muito menos de produzir uma linguagem própria de produção cultural**³¹¹.

Cabe assinalar que as discussões em torno da censura transcenderam em muito a mera questão do controle estatal sobre a produção cultural. Diferente do que se pode imaginar, as contribuições dadas pela sociedade civil não repudiavam toda e qualquer intervenção que pudesse ser requerida do Estado e, ademais, não pensavam o cerceamento à criação como atributo próprio ao poder público daqueles tempos, contudo, endereçavam suas críticas a outros setores da sociedade que também identificavam como obstáculos à livre produção e acesso aos cidadãos, tal como os agentes econômicos.

Neste outro ponto de vista, a presença do Estado era considerada enquanto lugar ou espaço onde a população interessada poderia intervir e atuar, mediante a presença em conselhos, por exemplo. Assim se posicionou Luiz Paixão, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado de Minas

³⁰⁹ *Danc* – Suplemento, 18/07/1987, p. 200-202.

³¹⁰ *Danc* – Suplemento, anexo à ata da 22ª reunião, 19/07/1987, p. 211 e 216.

³¹¹ *Op. cit.*, p. 214.

Gerais, cuja opinião foi endossada também por Eduardo Fagundes, da Associação Baiana de Empresários Teatrais e da Associação Nacional de Artes Cênicas:

oficialmente a censura surgiu no Estado Novo, através da criação do DIP, e até hoje a censura tem tido uma participação, uma atuação extremamente policialesca. É exatamente esta questão que estamos querendo modificar, **transformar a censura policial num conselho de ética civil, de fortalecimento da sociedade civil**³¹². (grifei)

Ou na fala de Carlos Pereira de Miranda, do INACEN:

Acho pacífica a questão da liberdade de expressão e a não-utilização do sistema censório, para limitação do direito do adulto de assistir ou não a determinada ação cultural restrita a um espaço físico. Acho, com relação à televisão, que é o sistema de comunicação onde você liga o botão e a imagem entra diretamente sem prévio conhecimento do que você vai ver, **é de vital importância a criação de um conselho de liberdade de expressão, onde esses sistemas todos sejam debatidos e aprofundados**³¹³. (grifei)

E quanto ao segundo ponto mencionado, vejamos a opinião de Gustavo Dahl, do CONCINE:

Não é verdade quando se diz que há uma indiscriminação nas atribuições dos critérios, nem compromisso com a produção pornográfica. (...) A respeito da censura, não posso deixar de registrar o fato de que ao mesmo tempo em que vejo discursos e eloquência feitos sobre os critérios e opressão da censura, defendendo cineastas, **vejo raríssima atenção ao que representa a censura econômica na produção cultural**³¹⁴. (grifei)

É claro que em relação à estrutura instituída de cerceamento às liberdades, sem dúvida, os posicionamentos foram completamente favoráveis ao seu fim, como concluiu a constituinte Márcia Kubitschek (PMDB), ao resumir os principais pontos debates na subcomissão: “É consenso que a censura deve ser absolutamente abolida”³¹⁵.

Outros três pontos presentes no debate (do rol constante na citação colacionada acima) aproximavam-se da consideração tecida por Gustavo Dahl quanto à censura provocada pelos agentes econômicos. A atuação do próprio mercado cultural e das empresas de telecomunicações, por exemplo, foi muitas vezes objetos de críticas pelos representantes das entidades. Não houve uma espécie de demonização da figura de tais setores, apenas foi reiteradamente colocado em pauta que seus mecanismos de funcionamento e objetivos diferem e

³¹² *Danc* – Suplemento, 19ª reunião, 18/07/1987, p. 182.

³¹³ *Danc* – Suplemento, 19ª reunião, 18/07/1987, p. 220.

³¹⁴ *Danc* – Suplemento, 20ª reunião, 18/07/1987, p. 219.

³¹⁵ *Danc* – Suplemento, 20ª reunião, 18/07/1987, p. 221.

estão muito distantes do interesse daqueles que verdadeiramente produzem as culturas multifacetadas que nos particularizam enquanto país. Deste modo, quando hoje lemos a previsão que visa garantir a diversidade cultural brasileira é necessário ter em mente este contexto no qual a sociedade clamava pelo “fim da dominação, monopolização e sujeição da cultura ao mercado e contra a invasão estrangeira”.

Para Fábio Magalhães, a atuação minguada do Estado na área cultural e a ausência de legislação cultural adequada no país combinavam-se de maneira a inverter “aquilo que se chamava antes de ditadura das minorias, para uma ditadura de majorias, onde apenas as grandes plateias, as grandes linguagens de massa têm acesso à divulgação”, conduzindo a uma amortização das minorias culturais e da diversidade, por isso, argumenta:

É muito importante que as regiões tenham as suas identidades próprias, é muito importante que as diversidades sejam contempladas a nível nacional recebam o amparo e a possibilidade de difusão entre outras manifestações culturais existentes no país e isto não ocorre. E eu chamaria a atenção dos Srs. Constituintes para este fenômeno grave que é a da monopolização da indústria cultural no Brasil. A nossa legislação inadequada, o é também ao processo de industrialização, não apenas no setor das telecomunicações, mas em toda a produção cultural, aquela produção, aquela cultura chamada cultura material e que, na verdade se traduz no produto hoje altamente levado a estruturas de mercado.

E assim complementa:

A legislação das telecomunicações é excessivamente centralizada e monopolística, assegura a primazia das grandes linguagens de massa, relegando para segundo plano as minorias culturais, prejudicando e empobrecendo a diversidade cultural, descaracterizando as identidades regionais. É o perigoso fenômeno da monopolização da indústria cultural no Brasil e da submissão dos produtos e produção cultural às estruturas de mercado, emergente na indústria do disco, na TV e também na área editorial. (...) a questão fundamental é a da adequação da produção nacional com a indústria de telecomunicações. Há países como os EUA que têm leis que obrigam a TV a comprar produções cinematográficas para não derrubar a poderosa produção local³¹⁶.

Da mesma forma se posiciona Hildebrando Pontes Neto, vice-presidente do Conselho Nacional do Direito Autoral:

Os programas produzidos no eixo Rio-São Paulo são transmitidos em rede para todo o Brasil. Essa reiteração tem provocado uma descaracterização e uma fragilização profundas de toda uma cultura regional, porque sabemos que a cultura do Nordeste não é a cultura de Ipanema (...) outro tópico diz respeito ao Decreto nº 50.929/61, conhecido como Lei Jânio Quadros, que estabelece a

³¹⁶ Op. cit., p. 214-215 e 219.

proporcionalidade da execução pública nas rádios do país, reservando 50% à música popular brasileira e 50% à música estrangeira. Todos sabemos que esse percentual não é cumprido³¹⁷.

Quanto ao cinema, Gustavo Dahl acrescenta que seria necessário proceder a soluções práticas a fim de que a cultura brasileira tivesse uma participação no mínimo, proporcional à participação que a cultura estrangeira tem aqui. Ele ressalta algo abordado nas discussões colacionadas do Teatro Casa Grande:

(...) estranhamente, qualquer produto cultural importado custa mais barato que o produzido no país. Pensar um disco estrangeiro é mais barato que produzir um disco (...); importar um filme é mais barato que produzir um filme. Então essa é a função do fomento que é indispensável para que a atividade não seja esmagada. (...) Existe legislação de proteção ao filme nacional mas não há para o relacionamento exibidor-filme estrangeiro, entregue às relações de mercado, o que significa pagamento de 60, 70 e às vezes até 80% a mais, demonstrando o tratamento discriminatório, abuso de poder econômico e relação hegemônica do produto estrangeiro³¹⁸.

E concluiu os debates o constituinte Chico Humberto (PDT), utilizando-se em sua fala conceitos trabalhados também ao longo da nossa análise, vejamos:

É preciso resgatar para a sociedade brasileira a integridade, a autonomia, e a identidade de cada região, de cada local. Quando verificamos que somos massacrados (...) pela grande imprensa, hoje grande formadora de opinião, que é a televisão brasileira, que não respeita locais nem cultura individual de cada cidadão, chegamos à conclusão que temos de dar um basta nisto agora, nós temos que frear esta dominação que se faz hoje, em termos de divulgação de uma suposta cultura, formada e forjada dentro de salas com ar refrigerado, bem iluminadas, bem maquiadas, de atores que muitas vezes não representam a nossa realidade³¹⁹.

O que poderia ser feito para frear a dominação cultural provocada por uma atuação ilimitada do mercado e da massificação dos processos culturais, do ponto de vista jurídico partilhado pelos presentes na Constituinte, não seria impor meramente o seu controle, mas sim propor e criar mecanismos de proteção e incentivo às outras expressões culturais por vezes desprivilegiadas neste contato. Decorreram de tais diagnósticos passados, pois, as sugestões relacionadas ao financiamento cultural, mediante a ampliação do orçamento público e do investimento privado. Muitos convidados, como René Dotti, do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura e Carlos Pereira de Miranda, do INACEN, dividiam a opinião de que deveria ser previsto na Constituição um percentagem específica a

³¹⁷ *Danc* – Suplemento, 19ª reunião, 18/07/1987, p. 192.

³¹⁸ *Op. cit.*, p. 219-221.

³¹⁹ *Danc* – Suplemento, 20ª reunião, 18/07/1987, p. 218.

ser destinada para os outros entes federais a fim de que aplicassem em projetos ou atividades de natureza cultural. Suas sugestões de inclusão de uma quantia de pelo menos 1% do orçamento da União estiveram presentes no primeiro anteprojeto de artigos consubstanciado nesta subcomissão e depois rechaçado pelos constituintes das comissões de sistematização por atribuírem a competência da matéria à lei infraconstitucional.

A aplicação de tais recursos, de acordo com a contribuição de Otávio Augusto, ator, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do RJ, muito semelhante à fala de Fernando Torres exposta na seção anterior, deveria se dar de maneira que: “o Estado não dev[a] subvencionar a arte. Deve, sim, criar condições para que ela exista independentemente”³²⁰. Por fim, um último ponto sempre presente acerca deste assunto era o relacionado à imprescindibilidade de desoneração da importação e exportação de insumos e bens culturais.

Os debates em torno da intervenção estatal colocaram-se ainda pela necessidade de políticas públicas para o patrimônio, os museus, o livro e a leitura, o teatro, a dança, as artes plásticas, o folclore, a música, o cinema, a fotografia; os interesses conexos a cada área específica foram defendidos por seus representantes e, em linhas gerais, apreende-se um senso comum na defesa de uma abertura de tais áreas à participação popular, de um maior investimento da formação técnica e artística das pessoas envolvidas nestes circuitos de produção, de o Estado estabelecer políticas nacionais integradas à educação com a criação de institutos profissionalizantes, de teatros escolares, entre outras experiências, ou no caso do livro e da leitura, expôs Valda de Andrade, do Instituto Nacional do Livro:

O estabelecimento de uma política nacional do livro terá que explicitar necessariamente parâmetros que de forma equilibrada definam e consolidem os direitos e deveres dos autores, produtores, distribuidores e consumidores do livro e o papel do Estado. (...) reconhecendo-se no livro o fulcro de todo um sistema de criação, produção, divulgação e consumo da informação (...) com vinculação natural com a formação do leitor (...) uma política de leitura pública, apoiada na criação de um sistema nacional de bibliotecas públicas e escolares³²¹.

Tomar de maneira ampliada e integrada todo este circuito de produção cultural que se vislumbra de sua fala conduz a pensar que não é só necessária a

³²⁰ *Danc* – Suplemento, 19ª reunião, 18/07/1987, p. 187.

³²¹ *Danc* – Suplemento, 20ª reunião, 18/07/1987, p. 223.

proteção e o incentivo direcionados aos bens culturais, porém, emergia dos debates o aspecto de se “valorizar e proteger os autores, os artistas e os professores”, ou seja, toda a cadeia de produtores que, em um sentido lato, participam da atividade cultural. Decorreria, pois, desta produção integrada precípua os seus direitos decorrentes, tal como o direito autoral, pensado de maneira a garantir diretamente aos “autores e artistas o direito de utilização de suas obras e de sua imagem como forma de moralização e ampliação do mercado de trabalho”³²². Nesse sentido, Noel Fabrício da Silva (nome artístico: Noel Guarany), artista, em documento enviado à subcomissão, argumenta em favor dos artistas regionais, que não integravam o eixo tão protegida entre Rio e São Paulo, sendo, para isso, necessário descentralizar as funções do ECAD³²³.

Em relação à educação, especialmente, Afrânio Coutinho, da Academia Brasileira de Letras e do Conselho Nacional de Educação,

Merece atenção especial dos constituintes o estado a que chegou a classe do magistério, do qual o país espera um benefício real para o desenvolvimento de suas pesquisas e de sua cultura. Por último, já é tempo de se pensar em dar à língua que falamos no Brasil a denominação justa: língua brasileira³²⁴.

E, finalmente, tem-se a seguinte conclusão da constituinte Márcia Kubistchek: “A profissão do artista deve ser incrementada com capacitação nas escolas, via educação integral, tanto nas salas de aula quanto nos institutos profissionalizantes de arte”³²⁵.

Um dos momentos de maior relevo das audiências públicas foi a visita do então ministro da cultura do governo José Sarney, Celso Furtado. Sua participação se deu na 24ª reunião da subcomissão da educação, cultura e desporto, realizada em 12 de maio de 1987 e versou sobre os seguintes temas: “a importância da preservação do patrimônio e da memória cultural, os custos culturais do desenvolvimento, a reconhecida criatividade do nosso povo, a defesa da

³²² *Danc* – Suplemento, Documento do Instituto de Artes Cênicas (INACEM) à Subcomissão, anexo à ata da 20ª reunião, 18/07/1987, p. 243.

³²³ *Danc* – Suplemento, Documento enviado à Subcomissão, anexo à ata da 21ª reunião, 19/07/1987, p. 190.

³²⁴ *Danc* – Suplemento, em artigo jornalístico intitulado “À Constituinte”, Belém, PA, 08/12/1986, anexo à ata da 21ª reunião, 19/07/1987, p. 201.

³²⁵ *Danc* – Suplemento, 20ª reunião, 18/07/1987, p. 221.

identidade cultural do país e a democratização do acesso aos valores e bens culturais”³²⁶.

O primeiro aspecto abordado na intervenção de Furtado foi em relação às políticas de desenvolvimento implementadas no país. A seu ver, seria completamente inadequado pensar a modernização econômica ou social sem levar em conta os indivíduos ou as comunidades aos quais elas se dirigem, ou seja, pensar o desenvolvimento divorciado das reais condições e necessidades da matéria humana a qual deveria se reportar. O ministro tece uma crítica aos projetos de desenvolvimento que são considerados em si mesmos, enquanto mero acúmulo econômico voltado a um objetivo final de crescimento e progresso a qualquer preço. A questão passaria, portanto, pela pergunta: a quem serve uma política de desenvolvimento?

Por que não preocupar-se, perguntamos nós, prioritariamente, com o significado das coisas, com os constrangimentos que modulam as condições essenciais dos indivíduos, com as lógicas dos fins? Se a política de desenvolvimento com o objetivo de enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, e os objetivos que se propõem alcançar os indivíduos, e a comunidade. Em outras palavras, a política de desenvolvimento não pode existir sem uma política cultural.

Ao mencionar “lógicas dos fins” refere-se à conveniência de se formular tais políticas de desenvolvimento em consonância com os fins, isto é, com os significados que as comunidades atribuem ao seu modo de ser e agir, às suas tradições, à razão mesma de sua existência/identidade, que revelariam, no fundo, as referências culturais que deveriam nortear a atuação estatal.

(...) é antigo o entendimento de que os processos de desenvolvimento dissipam energia e destroem recursos naturais não renováveis. (...) Mas o que só tardiamente se chegou a perceber é que o custo em termos de valores culturais, incluindo os valores paisagísticos do desenvolvimento, é também considerado. (...) Essa destruição criativa, esse custo em termos de destruição nunca havia sido contabilizado e nunca se teve em conta que podia representar um custo incomensurável pelo fato de que os processos culturais não são recuperáveis. (...) Novos padrões de urbanização podem conduzir à destruição de um patrimônio cultural secular. É natural, portanto, que o desenvolvimento material de países de economia dependente apresentem um custo cultural particularmente grande (...) daí a importância do conceito de identidade cultural que enfeixa a ideia de manter com o nosso passado uma relação enriquecedora no presente.

As identidades culturais de uma comunidade enfeixariam, deste modo, um processo acumulativo de conjunção entre o passado, o presente e o futuro muito

³²⁶ ANDRÉS, Aparecida. “A Subcomissão 8ª...”, op. cit., p. 572.

importante para conservar a coerência e a adequação dos valores em jogo ao longo das transformações sociais:

[a identidade cultural] deve ser observada simultaneamente como um processo acumulativo, acumulação simplesmente como um sistema, vale dizer, algo que tem coerência e algo em que o todo não se explica cabalmente pelos significados das partes (...). Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a coerência de nosso sistema de valores, do duplo ponto de vista sincrônico e diacrônico, simultaneidade e no tempo. Esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção de nossa identidade pode instilar sentido e direção ao nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. (...) **Como a herança cultural e a criatividade se inserem na pluralidade étnica do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como a ampliação de nosso horizonte cultural. (...) A visão tradicional da cultura como simples enriquecimento do lazer é profundamente antidemocrática, pois nada é mais desigualmente distribuído em nossa sociedade do que o tempo do lazer.** (grifei)

Tais concepções quando transmutadas para as políticas de preservação da memória, especificamente em relação ao patrimônio cultural, deveriam ser concebidos, por sua vez,

(...) não apenas como acervo da herança cultural, como a que vem do passado, mas como um todo orgânico cuja significação cresce à medida que se integra no viver cotidiano da população. Assim, procura-se articular o trabalho de preservação de nosso patrimônio com o estímulo à inovação, dentro da concepção de que o ato criativo é tanto ruptura como um processo que se alimenta da herança da herança cultural e se mantém dentro de uma identidade. Esta herança cultural é captada no seu recorte histórico regional, em suas relações com o ecossistema e, também, levando em conta a estrutura social na qual ela emerge. Em outras palavras, herança cultural não é vista em abstrato, mas dentro do recorte da história, do recorte do ecossistema e do recorte das estruturas sociais. **Como ato de ruptura, a criatividade se alimenta com frequência da ação de grupos contestadores que, em uma sociedade aberta, devem encontrar espaço para atuar.** (grifei)

E estes atos de ruptura que emergem do labor criativo seria, a seu ver, um dos aspectos mais importantes a nortear tanto a ação do ministério, como os próprios princípios a serem consagrados na Constituição, de modo que contribuam para a produção constante do “começo de algo novo”:

Portanto, no Ministério da Cultura que eu entendo a minha grande ambição, minha grande preocupação é conseguir que a população, essas forças todas, vamos dizer, de ruptura, que são jovens, que são os movimentos feministas, os movimentos dos negros, toda essa força de ruptura hoje em dia, e que refletem a tensão que existe nos controles sociais que sobre elas prevaleceram tanto tempo, que essas forças encontrem possibilidade de ser, de se manifestar, e de abrir espaço para que possa o processo criativo abrir a sua superfície de ampliação. Essa a nossa filosofia última e **creio que se a Constituição também se voltar para isso para a valorização daquilo que é contestação, que é ruptura e que**

portanto é o começo de algo novo, e a negação que dentro de uma dialética é a coisa mais criativa que a negação, se nos voltarmos para isso, creio que seria uma Constituição altamente moderna e estaríamos dando exemplo a muitos povos, essas classes oprimidas que são agentes históricos, como dizia Florestan Fernandes, e que tiveram um papel importante, mas, quase sempre oculto, escondido dentro da nossa vida³²⁷. (grifei)

Comparando as contribuições oferecidas pelos convidados ao ordenamento constitucional cultural existente é possível dizer que boa parte deste panorama gerado nas audiências públicas foi absorvido no texto formulado pelos constituintes. Talvez, suas sugestões e o largo espectro elaborado sobre os objetos que circundam a produção cultural no Brasil tenham sido responsáveis, na verdade, pela amplitude temática que se logrou alcançar em 1988.

E mais, é interessante notar que a proposta de anteprojeto saída da subcomissão 08a, embora já previsse os principais apelos propostos inicialmente, só teve o seu conteúdo acrescido nas etapas seguintes do processo constituinte. Ao longo das propostas de substitutivos formuladas pelos relatores, o capítulo sobre a cultura sofreu, praticamente, apenas modificações que expandiram o seu conteúdo, foram poucas as previsões excluídas pelas comissões de sistematização.

A análise das atas referentes à comissão de sistematização indica que o seu trabalho foi muito mais o de “enxugar o texto constitucional” e deixar de fora os assuntos específicos à regulamentação do legislador infraconstitucional. A respeito do capítulo gerado nesta primeira etapa, o constituinte Arthur da Távola (PMDB - Rio), assim se manifestou sobre o seu conteúdo:

O Capítulo da Cultura foi, realmente, pouco mexido, na oportunidade de sua apresentação há 72 horas, e hoje. É um capítulo que amplia muito o conceito da cultura como um produto natural do trabalho humano, da reflexão humana e da criatividade, sem aquela clássica distinção entre a cultura, propriamente chamada de cultura de elite, que se convencionou chamar cultura, quando se diz que alguém é culto no sentido de cultivado, mas a cultura espontânea que brota em todos os segmentos, ou seja, a disposição do legislador, aqui é a de não fazer distinções e preservar ambas as formas de cultura³²⁸.

A propósito, na apresentação da redação final à Comissão 08a, o mesmo constituinte, também relator desta comissão, fez questão de oferecer uma longa explicação sobre as ampliações concedidas ao anteprojeto, muito interessante à nossa análise, uma vez que tangenciou os principais fundamentos utilizados por

³²⁷ DANC – Suplemento, ata da subcomissão 08ª: da educação, cultura e esportes, 24ª reunião, 17/05/1987, p. 205.

³²⁸ Ibid., p. 215.

ele na consecução do texto final em decorrência das discussões travadas nas reuniões preliminares. O inteiro teor de suas considerações encontram-se no anexo II deste trabalho.

A título de registro, cabe destacar alguns dos tópicos abordados em seu parecer que ilustram a absorção, em grande medida, das temáticas trabalhadas até aqui pelos parlamentares constituintes.

Inicialmente, Arthur da Távola destaca que o primeiro artigo constitucional geral prevendo os direitos culturais tem por finalidade garantir a cada um dos brasileiros e brasileiras o pleno exercício dos direitos culturais, o que pressupõe a participação igualitária de todos no *processo cultural*, exigindo do Estado e da sociedade, para tanto, o apoio e incentivo às ações de valorização, desenvolvimento e difusão da cultura. De acordo com o parlamentar, os parágrafos a este artigo cuidam e fixam os princípios basilares pelos quais deve ser propiciada a participação nos bens culturais e a ação do Estado.

Távola enumera em sua fala oito princípios que depreende das contribuições e emendas recebidas pela mesa. São eles: *I – liberdade de expressão, criação e manifestação do pensamento; de produção, prática e divulgação de valores e bens culturais; II – Livre acesso à informação e aos meios materiais e não materiais necessários à criação, produção e apropriação dos bens culturais; III – reconhecimento e respeito às especificidades culturais dos múltiplos universos e modos de vida da sociedade brasileira.* Vale salientar que sobre esse item, em especial, o parlamentar comentou que:

Eu tenho a impressão de que este é um item oriundo do que os sociólogos e antropólogos brasileiros, de há muito, levantam a ideia de que se tenha um reconhecimento e, ao mesmo tempo, um respeito de natureza cultural aos múltiplos universos e modos de vida da sociedade brasileira. Até recentemente, tinha-se como manifestações de cultura, exclusivamente a expressão de alguns universos específicos, em geral os universos oriundos das chamadas classes dominantes. Eles seriam os gestores da chamada “cultura”, no sentido de algo cultivado, que separava os cultos dos incultos, os que tiveram o saber dos que não tiveram o saber. E, no entanto, nós vivemos num País, no qual, talvez, **as principais manifestações, ou pelo menos as mais potentes e autóctones manifestações culturais provêm justamente dos setores chamados dominados.** (...) Os Srs. Constituintes me perdoarão essa digressão longa e até um pouco pretensiosa, **mas é que a introdução da ideia dos bens materiais, dos bens imateriais, como constitutivos do valor cultural, parece-me um fundamento importantíssimo para a orientação da política cultural brasileira, ou seja, um País com essa força cultural, talvez quem sabe, o destino deste País não seja o de ser potência, seja ser feliz. E, para ser feliz,**

talvez, é da sua cultura variegada, múltipla, plural, multiforme e riquíssima que ele terá que viver.

Essa é a razão pela qual o livre acesso à informação e aos meios materiais e não materiais que são necessários à criação, à produção e à apropriação dos bens culturais. (grifei)

Em prosseguimento, o parlamentar enumera os pontos: *IV – recuperação, registro e difusão da memória social e do saber das coletividades; V – Garantia da integridade e autonomia das culturas brasileiras.* Tal ponto, segundo ele,

(...) é uma velha reivindicação dos sociólogos. O Professor Florestan Fernandes fez eminentes e brilhantes intervenções a este respeito na subcomissão. Os membros das outras subcomissões não tiveram oportunidades de acompanhar. E aqui está abrigado o conceito de culturas brasileiras, ao invés do conceito de cultura brasileira, ou seja, é a ideia, repito, de que este País é um conjunto de culturas, e todas são merecedoras do acatamento e do respeito, sem nenhuma forma de distinção. Se fosse a cultura brasileira, ela, evidentemente, subentenderia uma só cultura, e no caso, a cultura dominante.

E ainda, sublinha: *VI – À adequação das políticas públicas e dos projetos governamentais e privados, às referências culturais e a dinâmica social das populações,* com efeito, distingue que:

Aqui, Srs. Constituintes é o mesmo princípio já explicado, em pormenor, apenas ajustando aos projetos e políticas públicas, e projetos governamentais e privados. Ou seja, eles deverão se ajustar às referências culturais e à dinâmica social das populações. Vejam que a palavra aqui está no plural, não é a população, são as populações. Vale dizer, nas populações respectivas de cada unidade sócio-geopico-econômico-étnico do País. Cada uma tem o respeito na política governamental. (...)

Soma-se ao rol formulado o ponto *VIII – preservação e ampliação da função predominantemente cultural dos meios de comunicação social e seu uso democrático;*

Após as observações iniciais, chega ao artigo que, de acordo com o mesmo,

toca um dos centros da decisão do Relator nesta matéria. É a configuração do conceito de patrimônio cultural brasileiro. Tínhamos, até aqui, a ideia de patrimônio cultural cingida ao que seja de caráter histórico e traduzida no que seja de caráter objetual, ou seja, sítios, prédios, etc. O próprio patrimônio histórico é constituído de edificações e documentos. Aqui, creio que está uma ampliação do anteprojeto, que já fizeram um trabalho magnífico de delimitação deste tema, aqui está uma ampliação, eu dizia, do anteprojeto que já fizeram um trabalho magnífico de formulação. (...) Esse artigo mereceria, sozinho, uma palestra, pela ideia, em primeiro lugar, de **desmaterialização do conceito de patrimônio histórico, levando a tomar patrimônio até o modo de viver das comunidades, como está aqui dito, os modos de fazer da sociedade** e tomando, como patrimônio cultural brasileiro, criações científicas, criações artísticas,

tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico – o conceito de "paisagístico" já estava no anteprojeto – artístico, arqueológico, ecológico e científico (...). (grifei)

Findas as primeiras etapas temáticas, o capítulo sobre cultura seguiu, finalmente, para a fase de apreciação das comissões de sistematização. Como mencionado, o texto apresentado pelo constituinte Arthur da Távola à Comissão 08a não sofreu grandes modificações ao longo do resto do processo constituinte. Apenas as questões mais próximas à matéria de comunicação, as relacionadas à censura, das garantias fundamentais e sobre a regulamentação de profissões foram modalizadas ou transferidas para suas respectivas áreas. O único momento que o texto sofreu restrições foi na apresentação do primeiro substitutivo elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização I, o constituinte Bernardo Cabral (PMBD). Tal projeto eliminou a competência dos municípios para o controle e salvaguarda de seu patrimônio cultural em concorrência com os demais entes e as noções diferenciadas de patrimônio cultural material e imaterial. Entretanto, os outros constituintes, através do encaminhamento de propostas de emendas e discursos, sobretudo os constituintes Octávio Elísio (PMDB-MG), José Fogaça (PMDB-RS) e Afonso Arinos, tão logo colocaram-se contra as supressões, destacando a importância de manter o conteúdo dos artigos fiel e em consonância aos apelos e considerações surgidas nas comissões temáticas. Eis alguns trechos de seus posicionamentos:

O Sr. Constituinte José Fogaça: – Nobre Constituinte Octávio Elísio, a proposta de V. Ex.^a, sem dúvida, é enriquecedora do ponto de vista do trabalho que vem sendo feito por esta Assembleia Nacional Constituinte, em relação à questão do patrimônio histórico. V. Ex.^a acrescenta, parece-me, com toda a propriedade, uma concepção que entendo ser absolutamente inovadora, ela é uma perspectiva nova no próprio conceito de cultura em nosso País, e no próprio conceito de patrimônio histórico. A concepção de patrimônio histórico tem sido balizada, tem sido restrita a uma concepção de cultura dos vencedores, ou a cultura dos dominadores, das obras mais opulentas, que representam quase sempre a expressão do poder e da riqueza de uma determinada classe. Já recentemente, o Ministério da Cultura, através do Ministro Celso Furtado, iniciou uma reversão desta concepção, introduzindo inclusive o tombamento das chamadas obras da memória cultural, ou daquilo que seria o patrimônio histórico e cultural dos vencidos, dos humilhados ou dos oprimidos”.

O Sr. Constituinte Octávio Elísio: – Agradeço aos apartes feitos e quero dizer da minha total concordância ao aparte do eminente Constituinte José Fogaça e salientar que concordo inteiramente com as observações que faz através do atual desempenho do Ministério da Cultura que tem procurado, realmente, dar uma dimensão nova àquela Pasta. Penso que o faz com muita competência, porque traz uma contribuição das mais importantes dada ao Ministério pelo falecido

Aloísio Magalhães, que promoveu, sem a menor dúvida, a segunda revolução, em termo de patrimônio, na medida em que a primeira veio com Gustavo Capanema quando, há 50 anos, criou o ISPHAN. Quero dizer que os objetivos das emendas que apresento são fundamentalmente dois: de um lado, compatibilizar a preservação do patrimônio cultural brasileiro e o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, estabelecer o compromisso de que a comunidade não pode ficar à margem disso. (...) solicito do eminente Relator-Substituto, o nobre Senador José Fogaça, que encaminhe estas nossas solicitações ao nobre Relator Bernardo Cabral, esperando o acolhimento de S. Ex.^a a essas emendas. A lei não muda os fatos, mas estabelece instrumentos efetivos para que a sociedade venha mudá-los. O que não é possível é que o Brasil continue a construir o seu futuro em cima da destruição do seu passado, que os administradores públicos destruam o patrimônio cultural brasileiro em nome de uma suposta modernização e eficiência administrativa – que se preservem cidades patrimônios-culturais, sem levar em consideração os cidadãos que nelas vivem.

Muito obrigado!

(Muito bem! Palmas.)³²⁹

Em comparação ao texto existente hoje na Constituição de 1988, percebe-se que as comissões de sistematização lograram criar uma síntese minimamente respeitosa ao amplo material colocado em discussão até aqui. Conclui-se que os principais temas abordados pelos setores culturais e as novas concepções geradas na experiência das políticas institucionais do período foram absorvidos pelo ordenamento constitucional da cultura.

Em suma, a Constituição reconhece como princípio basilar a pluralidade das manifestações culturais. Estas deixaram de estar previstas no texto constitucional pela fórmula restritiva de “cultura nacional”. A produção simbólica da sociedade brasileira resta, assim, legalmente guarnecida, sobretudo no que se refere ao complexo sistema de identidades, de memórias e às ações dos diversos grupos formadores de nosso processo civilizatório. Ademais, é requerido do Estado um papel fundamental para a criação de igualdade no acesso e na fruição dos bens culturais, bem como positivou-se a necessidade de que este formule ações afirmativas para sua democratização, haja vista a previsão de estabelecimento de um plano nacional de cultura. Finalmente, o texto constitucional considerou os aspectos concretos para sua realização ao prever todo o processo de produção dos bens culturais e disponibilizar instrumentos diversos, por exemplo, para o acautelamento dos bens culturais.

³²⁹ DANC, Comissão de Sistematização I, reunião de 10/09/1987, p. 598.

4 Considerações Finais

Após o longo percurso investigativo trilhado até aqui nada mais natural do que retornarmos aos princípios que inauguraram este trabalho na formulação de seu balanço final. Os objetivos gerais anunciados na introdução propunham uma busca pelas causas materiais que participaram do processo constituinte dos direitos culturais ao longo da transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980 com a finalidade de contribuir para a formação de uma leitura mais substantiva do texto constitucional existente.

Reconheceu-se inicialmente que a atual doutrina jurídica sobre o ordenamento constitucional da cultura já tratou de indicar a natureza e os principais direitos correlatos ao seu exercício. Como observado, afirma-se, hoje, o pertencimento dos direitos culturais ao rol dos direitos sociais, o seu caráter fundamental e a sua contribuição para o fortalecimento dos princípios gerais sacramentados na Constituição de 1988. Assim sendo, quais seriam as implicações do material histórico e teórico produzido nesta análise para o entendimento do que, nas considerações iniciais deste trabalho, foi explicitado sobre o conteúdo dos direitos culturais sob uma perspectiva estritamente formal?

Na primeira etapa, a transição política brasileira foi abordada à luz da remobilização dos movimentos sociais daquela época. Atestou-se um processo de rearticulação de forças provenientes de diversos setores da sociedade que resultou em novos discursos e formas de exercício político. A fecundidade do momento permitiu que teóricos e militantes reconhecessem o surgimento de uma novidade no período: o aparecimento de novos sujeitos coletivos. Seu caráter inovador não foi tributário apenas do fato de pertencerem a um cenário maior de oposição ao regime militar, porém, justamente, a novidade não dizia a respeito ao que carregavam de antagonismo ao modelo existente, mas por fazer-se a partir de novos padrões. Isso ficou demonstrado mediante a análise do aparecimento sutil de novos locais de articulação política, do encontro das matrizes (setores da esquerda provenientes da luta armada, comunidades eclesiais de base e o novo sindicalismo) examinadas, após toda uma década de intensa experiência política e, ainda, a partilha de novos valores de sociabilidade, solidariedade e

conscientização. Muitos destes movimentos eram independentes às estruturas oficiais do Estado e até mesmo de partidos políticos e constituíram-se através de processos de auto-organização, pelo que foram aos poucos desenvolvendo um complexo sentido de autonomia e participação. Ou seja, além de uma negação ao modelo vigente foram capazes de inovar naquele momento, consistindo assim o sentido profundo de sua ruptura.

Além disso, como visto, o emprego do vocábulo sujeitos históricos não foi utilizado apenas por intelectuais ou militantes, mas abrigavam-se nos próprios discursos dos novos movimentos. Tal vocativo, contudo, não invocava uma determinada identidade específica que pudesse definir seus apelos. As análises realizadas nessa época marcaram, muito mais, o que citamos como um “agenciamento coletivo de enunciação”, na medida em que se referia mais diretamente a expressões subjetivas caras aos processos de constituição coletiva. Ou seja, relacionavam as novas formas de produção de subjetividades com as mudanças ocorridas nos modos de produção da vida social.

De sorte que, na mesma linha, não há um endereçamento de uma identidade coletiva. Havia, na verdade, o aparecimento de sujeitos sociais que se expressavam em múltiplas dimensões, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber. Tais experiências que proporcionavam, por sua vez, aquilo que foi denominado como a “elaboração cultural das necessidades”: uma forma de mediação entre as estruturas dadas e as ações sociais desenvolvidas, nas quais apareceram processos de atribuição de significados, pelos quais uma ausência é definida como carência e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade. Essa mediação permitiu – e foi além das lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfizessem suas necessidades básicas de reprodução – a revelação das especificidades que envolviam o “modo como o fazem (que tipo de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam”, todos dependentes de uma constelação de significados que orientavam suas ações.

É claro que a experiência de terror de Estado dos anos anteriores contribuiu para que teóricos reconhecessem também nesse momento um

movimento de “descentramento do político” e, conseqüentemente, uma procura da sociedade nela mesma. Contudo, o processo de rearticulação inaugurou novas maneiras de sociabilidade por si só. Associados à nova categoria de sujeito que anunciavam foi possível reconhecer na ação política deste período a emergência de novos projetos difusos relacionados à prática daquilo que os diferentes grupos entendiam como o exercício de sua cidadania. Tais ocorrências foram tratadas na obra de Eder Sader pelo estudo das experiências das associações de bairro da Grande São Paulo, as quais demandavam diretamente da prefeitura a resolução de seus problemas locais, desde saneamento a transporte, ou seja, os assuntos relacionados à precarização de vida dos grandes centros urbanos; dos primeiros conselhos de saúde, cujos apelos iniciais por uma maior transferência de recursos, por uma saúde pública e universal foram fundamentais posteriormente para uma participação fortalecida do movimento pela organização de um sistema único de saúde na ANC; e, por fim, mediante a análise das origens do novo sindicalismo, o movimento de maior impacto político daquele período e que, sem dúvida, gerou inúmeras transformações, não só em relação aos direitos trabalhistas, mas também na vida pública do país.

Ou seja, deste cenário retira-se que a ação política daquela época estava intimamente relacionada à produção de direitos e garantias que realizassem, no mesmo passo, as condições de possibilidade para o exercício da cidadania. Do recorte histórico proposto revela-se um dos múltiplos aspectos para se pensar a positivação dos direitos sociais na Constituição de 1988 sem que para isso tenhamos que recorrer a teorias genéricas sobre as “gerações de direitos”.

Ademais, das análises propostas depreende-se que no plano político a representação passou a ser articulada de forma mais direta com a possibilidade concreta da participação daqueles interessados. O exame da última seção do primeiro capítulo, mediante a bibliografia contemporânea a tais fatos históricos, realizada por Chauí, considerou que no âmbito da política as demandas não estavam mais associadas estritamente a projetos pela “tomada do poder”, mas pelo direito de se organizar politicamente e pelo direito de participar das decisões, rompendo, por conseguinte, com a lógica da verticalidade do poder autoritário. Em paralelo, no plano social, tinha-se a luta para conquistar o próprio direito à cidadania, pelo reconhecimento de novos direitos e, portanto, de novos sujeitos

sociais autônomos. Sendo entendidos os sujeitos sociais autônomos, como vimos, não aqueles livres de toda e qualquer determinação externa (aliás, pura criação voluntarista), mas sim cidadãos capazes de reelaborar as condições dadas em fundação daquilo que definem como suas vontades. Isto é, se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia é porque é pensada, antes, como constituição comum coletiva e por essa dimensão de um imaginário criativo comum que é capaz de dar-se algo além daquilo que está dado.

Decorreram deste entendimento, finalmente, os conceitos acerca de democracia e democratização que nortearam o restante de nossa análise e podem ser capazes de, hoje, iluminar uma leitura democrática a ser realizada em relação aos direitos culturais. Logo, a repercussão concreta de uma cidadania que também se pretenda cultural. Ou seja, em última análise, a democracia não é um modelo final a ser inaugurado ou atingido, porém, a criação dos meios pelos quais é possível instaurar práticas democráticas em todas as esferas da sociedade. É através do reconhecimento de cidadãos ativos, o que pressupõe a distribuição de condições básicas e igualitárias de ação e participação para todos – e, portanto, os capacita lutar pela indiferenciação dos espaços ainda marcados pelos signos dos privilégios e das hierarquias colocadas entre o saber, poder e o agir –, que a sociedade se abre, simultaneamente, para um processo de democratização e criação de uma ordem comum que admita na pluralidade mesma que a compõe a participação de seus sujeitos nos processos decisórios e a invenção, portanto, de modelos econômicos, políticos e culturais verdadeiramente republicanos segundo suas necessidades particulares.

No primeiro capítulo, junto à leitura apresentada de Sader e Chauí, foi destacado um nítido deslocamento da produção teórica na transição política brasileira no que diz respeito à necessidade de criação de novas categorias de representação do real à vista dos movimentos sociais colocados em marcha. Paralelamente, o segundo capítulo teve como finalidade esboçar um pequeno mapa conceitual em relação às novidades no campo da cultura. Para tanto, concentramo-nos nas críticas formuladas à ideologia da cultura brasileira naquele período.

Inicialmente, foi proposta a discussão essencial da relação entre o vocábulo cultura e a ascensão dos estados nacionais na modernidade. Foi

destacado o processo de criação de um imaginário nacional comum responsável pela produção de um sentimento recíproco de reconhecimento entre os cidadãos e de pertencimento a um determinado Estado nacional. O que foi realizado materialmente através do estabelecimento de uma língua oficial, de datas festivas, a elaboração de uma história oficial e de lugares de memória, entre outros artefatos, alegorias e elementos simbólicos. Tal seleção não é feita de modo aleatório, mas corresponde a critérios e reproduz os interesses dos setores dominantes de determinada sociedade. Ela é responsável por constituir o portfólio ideológico que se reproduz atemporalmente no mencionado imaginário comum, cujo legado tanto apaga como legitima as próprias diferenciações e conflitos inerentes aos corpos sociais. E ao final, acaba por participar na constituição, por conseguinte, da imagem política de uma sociedade una, indivisível e homogênea.

À vista desta contextualização mais genérica elaborada na primeira parte do capítulo, debruçamo-nos, em um segundo momento, nas discussões relacionadas à criação da leitura de uma certa imagem de Brasil e do caráter nacional brasileiro. Para isso, lançamos mão das obras de Dante Moreira Leite e Carlos Guilherme Mota. Ambos os autores elaboram um panorama crítico sobre estes dois tópicos relacionados anteriormente apontando o pouco comprometimento da produção cultural brasileira com critérios objetivos de análise da realidade material do país. Os autores estudados observam a utilização de categorias e elementos casuísticos responsáveis por conceder preponderância, por exemplo, ao clima, ao encontro das raças, a características fisiológicas dos nativos, em suas explicações sobre a formação social brasileira, restando em segundo plano as condições materiais de dominação, as relações entre as classes (e não apenas intraclasses como ficava subentendido daquelas análises) e a influência dos modos de produção sociais.

Carlos Guilherme Mota e Marilena Chaui observam, ademais, na passagem da década de 1950 para 1960, a tentativa de formulação de uma identidade nacional. Não obstante acadêmicos, artistas e militantes estarem comprometidos com a temática nacional e com as consequências das transformações provocadas pelo sistema capitalista no país, ainda sim, seus diagnósticos da realidade deitavam raízes em “dispositivos ideológicos”, como sugere Mota. Isso porque, eram pautados em modelos externos de uma sociedade

capitalista plenamente realizada ao qual poderíamos atingir no futuro mediante um processo de modernização. Com efeito, os projetos de desenvolvimento calcados na ideia de progresso e dos interesses nacionais constituíam as palavras de ordem deste período. As temáticas da superação do subdesenvolvimento, do atraso, do arcaico em conflito com um projeto em despontamento do “moderno” – à luz dos modelos das nações ditas desenvolvidas –, que, em tese, constituiriam a identidade nacional, perpassavam a maior parte dos discursos daquela época. Com isso, mesmo as tendências mais progressistas, perdiam de vista todos os pressupostos problemáticos que residem nesta lógica e nas origens dos conceitos que dispunham. E, principalmente, distanciavam-se das causas próprias e imbricadas ao nosso processo social que poderiam determinar, de fato, os elementos constitutivos e singulares das nossas diferenças, bem como dos agentes transformadores que participam dos fluxos e das contracorrentes do curso nada linear da história brasileira. Justiça seja feita, como vimos, estes mesmos autores apontam o surgimento de análises inovadoras no campo acadêmico, representadas nas obras de Florestan Fernandes, Antônio Candido e Raymundo Faoro.

As críticas formuladas a ideologia da cultura brasileira refletiam, agora já no avançado da década de 1970, importantes mudanças de perspectivas que estavam ocorrendo não só na academia, mas também no campo político e cultural. Utilizamos como exemplo a criação do Centro de Cultura Contemporânea por iniciativa de intelectuais e militantes preocupados em discutir de modo integrado e interdisciplinar questões essenciais para refletir e imprimir mudanças durante a transição democrática que ganhava fôlego naquela época. A temática da cultura, sob uma perspectiva eminentemente antropológica, é inserida nos debates a fim de se retomar os aspectos das experiências e tradições inscritos nas práticas dos mais diferentes estratos sociais. Do mesmo modo, o conceito de democracia tornou-se o horizonte constante das discussões.

Outra iniciativa utilizada como exemplo foi a cartilha sobre política cultural elaborada por filiados do Partido dos Trabalhadores, entre intelectuais e artistas. Tal documento é representativo da aproximação que se deu no país entre a classe trabalhadora, militantes e o meio artístico. Além disso, a cultura passava a ser reconhecida como direito de todos os cidadãos.

Por fim, tendo em vista as considerações iniciais sobre a formação de um imaginário comum nacional e sua utilização como recurso na legitimação dos conflitos sociais e, ainda, considerando o amplo emprego do conceito de ideologia relacionado à cultura pelos mais diferentes teóricos analisados, optei por revisitar a bibliografia acerca desta temática contemporânea ao período descrito. Para tanto, foi escolhido o conjunto de artigos e falas apresentados por Chauí em seminários e congressos na transição da década de 1980, cujo conteúdo aprofunda-se nas causas que proporcionam o fenômeno descrito.

É possível apreender dos textos de Chauí as razões de ser e os mecanismos das formações ideológicas nas sociedades modernas. A filósofa nos explica que a ideologia não deve ser entendida como um conjunto lógico e coerente de ideias sobre o real, mas sim como a representação peculiar ao aparecer, social, político, econômico e cultural das sociedades modernas. Na tentativa de conceber uma totalização de sentido unificada para a realidade, as ideias hegemônicas se colocam e se conferem legitimidade por meio do ocultamento dos antagonismos e contradições internas ao corpo social. No tocante à cultura, tais manifestações são representadas, por exemplo, nas imagens simbólicas da nação que fazem garantir uma identidade cultural unificada para o país, seja por sua língua oficial, pelo lugar que é concedido aos agentes nos processos históricos, no reconhecimento de determinados componentes ao povo – “ordeiro, pacífico e cordial” –, seja, finalmente, nas divisões colocadas entre cultura de elite e cultura popular. Baseia e legitima tais concepções, ainda, o que a autora denomina de discurso competente, justamente, o discurso proferido pelos especialistas aos quais caberia a posse do conhecimento e da verdade sobre a realidade. Em decorrência, tem-se a continuidade da separação entre os competentes e os não-competentes na participação das mais diversas instâncias sociais, tanto nas decisões políticas sobre a vida comunitária como no na formação de uma imagem de Brasil e o decorrente reconhecimento das expressões culturais que nos constituem.

A autora salienta, ainda, o fato da formulação de categorias ideológicas apenas poder efetivar-se completamente nas sociedades modernas, essencialmente históricas, isto é, naquelas sociedades para as quais a questão de sua origem, instituição e conservação não é só um problema teórico, mas uma exigência prática renovada. Como vimos, as manifestações ideológicas vinculam-se ao fato

das sociedades históricas terem que lidar com o paradoxo moderno descrito, para se pensar e representar a questão do tempo, mormente relacionadas às ideias de progresso e desenvolvimento dentro das interpretações históricas, como naquelas identificadas na crítica feita à ideologia da cultura brasileira. Portanto, a fim de evitar uma representação ideologizada sobre a identidade nacional, isto é, assentada apenas sobre os pressupostos de uma linearidade do tempo ou concebida a partir da comparação com modelos exteriores, Chaui sugere a apreensão das experiências dos diversos grupos formadores desta identidade, de suas tradições e das diferenças internas que nos constituem. Ou seja, resgatar as histórias silenciadas, as rupturas esquecidas e os diversos aspectos simbólicos que ambigualmente se expressam na vivência comum dos brasileiro(a)s e reinserir tais manifestações populares da cultura nas representações hegemônicas a fim de atingir um processo mais democrático na formação de nossa imagem sobre nós mesmos.

Por todo o exposto neste capítulo, vemos a proposição de conceitos sobre a cultura e a sociedade que se colocaram a superar os obstáculos à realização democrática no país. A cultura, nessas perspectivas, ganha um significado essencial à formação do cidadão. A cidadania cultural a partir deste momento passa a ser expressa e requerida como um espaço que pudesse permitir a produção de uma história e de uma política democrática relacionada à cultura ou, até mesmo, de uma cultura democrática. Trabalhando, assim, em torno da disputa pela memória social, que constantemente desmonta os mecanismos de institucionalização do significado que a sociedade constrói a respeito de si mesma – de seus cidadãos, de suas diferenças, de suas identidades e de suas desigualdades.

O reconhecimento do direito ao passado, por exemplo, esteve ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitava e evita até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que tem de aceitar os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Assim como escreveu Maria Célia Paoli em texto da época: “orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa

dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, com o sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla. Por isso inventa novos meios de operar e de se produzir como espaço público, onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade”³³⁰.

Finalmente, o terceiro capítulo deixou em aberto todos os elementos materiais que informavam as diferentes necessidades reconhecidas pelos setores culturais. No início do capítulo, foi abordado o remanejamento prático de intelectuais e artistas que, aproveitando o processo de abertura, colocaram-se na dianteira das discussões pela democratização do país. Além disso, observamos que tais setores, em continuidade a politização da década de 1960 e ao decorrente engajamento nas principais questões do país, adotaram uma postura madura e profissional em relação aos seus próprios anseios, dirigindo contundentes críticas não só à situação política, como às condições de trabalho da produção cultural, agora ainda mais ameaçadas pela crescente indústria cultural, massificação dos meios de comunicação e influências externas. Testemunhamos, por conseguinte, a criação de entidades de classe autônomas, as quais contribuíram para que chegassem às instâncias oficiais, inclusive à Constituinte, com demandas objetivas a respeito de uma possível regulamentação para as suas áreas de trabalho.

As discussões travadas neste momento, e reproduzidas nas audiências públicas da Constituinte, permitem que consideremos o texto constitucional levando em consideração todo o complexo cenário no qual se realiza a produção cultural do país. De sorte que, os preceitos constitucionais relativos à liberdade de criação, acesso e fruição dos bens culturais devem ser entendidos em sintonia aos aspectos materiais suscitados, ou seja, os direitos culturais devem ser compreendidos à luz do sistema econômico e político nos quais se inserem. Nesse sentido, deve ser entendida também a ação cultural a ser desenvolvida pelo Estado, de modo que minimize os efeitos antidemocráticos causados pelos problemas estruturais do país.

³³⁰ PAOLI, Maria Célia. “Memória, história e cidadania: o direito ao passado”. In: *O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), 1992, p. 23-24.

Finalmente, reconhecemos que as mudanças institucionais relativas à formulação de políticas públicas de cultura trabalhadas no final do segundo capítulo reverberaram na maior parte dos posicionamentos encampados pelos constituintes. A continuidade dos princípios inaugurados por Aloísio Magalhães em relação aos bens culturais, sobretudo quanto à proteção de nossas “tradições vivas”, foi essencial para absorção da noção de patrimônio imaterial, o que ficou aparente na fala do então ministro Celso Furtado.

No discurso do ministro, atesta-se a fundamentalidade da cultura produzida pelos mais variados estratos do corpo social brasileiro. É possível depreender de sua fala que tradição ou cultura, nesse sentido, passam a significar tanto as práticas sociais passadas, como aquelas modificadas e enriquecidas na dinâmica do processo cultural e reveladas a todo tempo no presente. Os bens culturais vivos, como denomina, seriam, assim, o resultado de um processo criativo social, cuja potência guarda uma imensa capacidade reflexiva e de inovação no real.

Creio que reside em todo este emaranhado de causas e fatos tecidos anteriormente os substratos capazes de constituir os pressupostos analíticos que se depreendem dos direitos culturais. Logo, ao considerarmos a necessidade de formulação de políticas públicas, o seu caráter social ou a categoria fundamental que a Constituição lhe outorga ou a natureza comum que reside em sua origem e na possibilidade de seu exercício, devemos retornar, sem dúvida, aos princípios fundantes do processo de democratização em curso da sociedade brasileira das últimas décadas.

5 Referências Bibliográficas

ABRAMO, Lélia; CANDIDO, Antonio, CHAUI, Marilena; MOSTAÇO, Edélcio. **Política Cultural**. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ABREU, Regina. “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. Anais do Seminário **Quando o campo é o Arquivo**. Centro de Pesquisa e Documentação em História (CPDOC)/FGV, 25 e 26 de novembro de 2004.

ADAUTO, Novaes (org.). **Anos 70: ainda sob a tempestade**. Rio de Janeiro: Aeroplano/Senac-Rio, 2005.

AGUIAR, Joaquim Alves de. “Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80”. In: Sosnowski, Saul; Schwartz, Jorge (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994.

ALMEIDA, M. H. T.. “O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas”, In: **Debate e Crítica**. São Paulo, Hucitec, n. 6, jul. 1975, p. 60.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Anais da XIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Belo Horizonte, 1990.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. 2º ed. London: Verso, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1988, p.27.

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documento de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 22, 1987.

ARENDT, Hannah. “A crise na cultura: sua importância social e política”. In: **Entre o passado e o futuro**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2001.

Arquidiocese de São Paulo. 1985. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Editora Vozes.

BACKES, Ana Luiza, AZEVEDO, Débora, ARAÚJO, José Cordeiro de (orgs.). **Audiências da Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna**. Coleções Especiais. Obras Comemorativas 03. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009.

BARBOSA, Leonardo Martins. **Crise e Transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982)**: uma análise do momento da Abertura. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, orientador Luiz Resnik, 2010.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores**: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-80). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora Suely Queiroz. São Paulo, 1991.

BORDIEU, Pierre. “Violência simbólica e lutas políticas”. In: **Meditações**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAUÍ, Marilena, NOGUEIRA, Marco Aurélio. “O pensamento político e a redemocratização do Brasil”. In: **Lua Nova**. 30 anos CEDEC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>. Acesso em 12/10/2013.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Organização de André Rocha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, (Escritos de Marilena Chauí, vol. 02).

_____. “Crítica e Ideologia” (edição revista). **Escritos de Marilena**. Organização de André Rocha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. Apresentação de “A Invenção Democrática”. In: LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Autêntica, 2011.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p. 558.

_____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. Apresentação à 11ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

Ciclo de debates do teatro Casa Grande. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1976.

COMPARATO, Fábio. **Muda Brasil! Uma Constituição para o desenvolvimento democrático**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964 : a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1984.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCÃO, Joaquim. "A favor de nova legislação de proteção ao bem cultural". **Ciência e Trópico**, 30, set./dez. 1982.

_____. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia, de Almeida (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano vl. 04). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997.

FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática.

GUIMARAENS, Francisco de. **O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri**: um conceito muito além da modernidade hegemônica. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB – 1966/79. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

KONDER, Leandro. "História dos Intelectuais nos anos 50". In: FREITAS, Marcos (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

Labate, Beatriz C. & Goldstein, Ilana (2009). "Ayahuasca - From Dangerous Drug to National Heritage: An Interview with Antonio A. Arantes". **International Journal of Transpersonal Studies**, 28, 53-64.

LEFORT, Claude. **Le travail de l'ouvrier: Machiavel**. Paris : Gallimard, 1972.

- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia.** 3º ed. rev., refundida e ampl. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LEMINSKI, Paulo. **Ensaio e anseios crípticos.** Organização e seleção: Alice Ruiz e Áurea Leminski. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MCPHERSON, C. B.. **A teoria do individualismo possessivo de Hobbes até Locke.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).** São Paulo: Editora Ática.
- MOTTA, Marly. “Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...”- a OAB na redemocratização brasileira (1974-80)”. **Revista Culturas Jurídicas.** Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008.
- MOTTA, Marly. “Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...”- a OAB na redemocratização brasileira (1974-80)”. **Revista Culturas Jurídicas.** Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008.
- NEGRI, Antonio. **Poder Constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2002
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.
- PACHUKANIS, E. B.. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PAOLI, M. Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. In: **Revista de História.** São Paulo, Marco Zero, 3/6, set. 1983.
- PAOLI, Maria Celia (org.). **Diálogos com Marilena Chaui.** São Paulo: Editora Barcarolla, 2011, p. 30.
- PAOLI, Maria Célia. “Memória, história e cidadania: o direito ao passado”. In: **O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), 1992, p. 23-24.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

RODRIGUES, L. M.. “Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro”. In: **Revista de Administração de Empresas – ERA**. Rio de Janeiro, FGV, 19, out./dez., 1979.

ROLLEMBERG, Denise. “Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-1974”. In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SADER, Eder, **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TELLES, Vera da Silva, “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TORRES, Sebastián. **Vida y tempo de la república. Contingencia e conflito político em Maquiavelo**. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 2013.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

6 Anexos

ANEXO I

I – Centralização das decisões culturais nos Ministérios e Secretarias de Educação e Cultura. Dizemos Ministérios no plural porque a política cultural do MEC passou a ter as suas atividades diretamente controladas pelo Ministério do Planejamento no tocante a investimentos, orçamentos e prioridades, pois uma das grandes inovações da política cultural pós-64 (e sobretudo nos anos 70) foi a sua industrialização, ou seja, a visão da cultura como investimento econômico gerador de lucro e não apenas como suporte ideológico do regime político. Também, e pelo mesmo motivo, os planos culturais do MEC estiveram ligados à necessidade do Ministério do Trabalho (caso do Mobral e do Projeto Minerva), da Agricultura (caso dos cursos dedicados à formação de mão-de-obra para o campo mecanizado), das Minas e Energia (criação e ampliação dos centros de pesquisa nuclear), do Interior (Projeto Rondon) e mesmo das empresas estatais como a Embrafilme, a Embratel e a Embratur. A centralização implicou na confecção de planos nacionais por um pequeno grupo de pessoas diretamente ligadas aos interesses econômicos e políticos do grupo no poder, realizando-se por meio de intrincada rede vertical de burocracias regionais ligadas à burocracia em Brasília, cortando toda e qualquer possibilidade de interferência dos interessados (ou das vítimas desses planos) na política cultural;

II – Vínculo entre cultura e segurança nacional. Os planos culturais sempre estiveram subordinados aos critérios da Lei de Segurança Nacional, ao SNI e à Escola Superior de Guerra. Aqui, a cultura foi diretamente colocada como instrumento fundamental do controle ideológico (bastando lembrar a introdução nas escolas de 1º grau dos cursos de Educação Moral e Cívica, e nos de 2º e 3º graus, os cursos de Organização Social e Política do Brasil e de Estudos de Problemas Brasileiros). Na mesma linha de controle ideológico foram ampliados e estimulados os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão e os investimentos Embratel-MEC. A marca principal da cultura sob a LSN e sob a vigilância do SNI foi a presença direta da censura sobre a produção cultural (proibição de livros, jornais, peças teatrais, filmes, músicas; repressão sobre jornalistas e artistas) ou sua presença indireta (por meio da triagem ideológica, especialmente nas escolas, nas universidades e nos centros de pesquisa). Além, desses recursos repressivos, o MEC empregou um outro, mais eficaz, qual seja, o controle das atividades culturais por meio da distribuição dos recursos e da colocação das verbas, de sorte que muitas vezes não era sequer preciso reprimir e censurar os produtores de cultura, bastando cortar-lhes os recursos financeiros para trabalhar;

III – Vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional, isto é, a subordinação dos planos culturais ao modelo econômico de desenvolvimento capitalista implantado (portanto, baseado na forte concentração da renda e na superexploração do trabalho e no arrocho salarial). Essa subordinação produziu os seguintes resultados:

a) Intervenção estatal direta sobre a produção cultural, uma vez que o Estado é um agente econômico da acumulação do capital e a cultura foi colocada como investimento que deve gerar lucro;

b) Industrialização da produção cultural (chamada de ‘Modernização’ cultural) para atender a três necessidades principais: formação rápida de mão-de-obra alfabetizada para o mercado de trabalho em expansão; formação de consumidores alfabetizados para um mercado de consumo moderno; criação de bens culturais de consumo para a classe média em ascensão para compensá-la por sua falta de participação nas decisões políticas pela posse de bens culturais;

c) Controle ideológico da população para o consumo de bens culturais não só conformados às exigências das produções implantadas pelo modelo econômico, mas sobretudo conformado à segurança nacional, isto é, os bens culturais ‘não subversivos’;

d) Importação de conhecimentos e práticas no campo da tecnologia e da ciência pura para permitir a posterior implantação de fábricas e de usinas multinacionais desenvolvidas segundo determinados padrões que iriam transformar o país em ‘grande potência’;

IV – Vínculo entre cultura e integração nacional, isto é, o uso da cultura como fator de unificação nacional (visando à criação de um sentimento nacional de ‘grande potência’). Os planos culturais, ao mesmo tempo em que deveriam ser regionalizados, deveriam também possuir as mesmas características para todo o país porque a cultura teria dupla função: a) despertar o sentimento e a consciência nacional; b) formar o caráter nacional. A marca principal da ideia de integração nacional, marca presente nos outros pontos, mas não tão clara neste último, é o *nacionalismo*. O nacionalismo dos planos culturais possui três características principais:

a) Através da ideia de unidade nacional, ocultamento das divisões sociais de classes, das diferenças raciais, culturais, sexuais, etc., oferecendo a imagem de um sociedade homogênea e indivisa, dotada do mesmo ‘caráter nacional’;

b) Imposição vinda do alto (do Estado) da ‘verdadeira’ e da ‘correta’ consciência nacional;

c) Preparação ideológica para o espírito do ‘Brasil potência’”.

ANEXO II

“Terminado o Capítulo de Educação, vêm os artigos referentes ao Capítulo de cultura. E eu relembro ao Srs. Constituintes que disponho em minhas mãos de um texto do qual cada emenda, de cada Constituinte, está considerada com o parecer.

Art 15 – O Estado garantirá a cada um o pleno exercício dos direitos culturais, a participação igualitária no processo cultural e dará proteção, apoio e incentivo às ações de valorização, desenvolvimento e difusão da cultura.

É o mesmo texto do anteprojeto, acrescentado apenas da ideia da participação igualitária no processo cultural. É a ideia de que, no processo cultural, a participação de todos os grupos, independente de classe, grupo sócio-econômico, raça, se faça de um modo igualitário.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo será assegurado por:

E, aqui, Srs., vêm os pontos que fixam os princípios pelos quais se fará a participação nos bens culturais e se orientará a ação do Estado nesse momento.

I – liberdade de expressão, criação e manifestação do pensamento; de produção, prática e divulgação de valores e bens culturais.

Aqui, eu ampliei o item 1º do anteprojeto que dizia: Pela liberdade de criar, produzir, praticar e divulgar. Nós colocamos “pela liberdade de Expressão, pela liberdade de criação e de manifestação de pensamento, que são os três pontos básicos para uma expansão cultural. E, ao mesmo tempo, pela liberdade de produção, prática e divulgação de valores e bens culturais. Trata-se do mesmo, com uma redação um pouco mais pormenorizado.

II – Livre acesso à informação e aos meios materiais e não materiais necessários à criação, produção e apropriação dos bens culturais.

Aqui, eu também ampliei o item III do anteprojeto, que dizia: “Pelo livre acesso aos meios e bens culturais”. Mantive a ideia do livre acesso, mas acrescentando “livre acesso à informação e aos meios materiais e não materiais necessários à criação, produção e apropriação”. **A ideia dos meios não materiais é a ideia do livre acesso da população àqueles bens da cultura que não são transformados em objetos culturais, em bens culturais definidos, como, por exemplo, a música. Nem sempre uma manifestação está caracterizada materialmente**

III – reconhecimento e respeito às especificidades culturais dos múltiplos universos e modos de vida da sociedade brasileira;

Esse é um item próprio, baseado no item V do anteprojeto. Eu separei as formas de expressão que formam a memória e a identidade para um outro item e especifiquei aqui “o reconhecimento e respeito às especificidades culturais dos múltiplos universos e modo de vida da sociedade brasileira.” **Eu tenho a impressão de que este é um item oriundo do que os sociólogos e antropólogos brasileiros, de há muito, levantam a ideia de que se tenha um reconhecimento e, ao mesmo tempo, um respeito de natureza cultural aos múltiplos universos e modos de vida da sociedade brasileira.** Até recentemente, tinha-se como

manifestações de cultura, exclusivamente a expressão de alguns universos específicos, em geral os universos oriundos das chamadas classes dominantes. Eles seriam os gestores da chamada “cultura”, no sentido de algo cultivado, que separava os cultos dos incultos, os que tiveram o saber dos que não tiveram o saber. E, no entanto, nós vivemos num País, no qual, talvez, **as principais manifestações, ou pelo menos as mais potentes e autóctones manifestações culturais provêm justamente dos setores chamados dominados.** Na música popular brasileira, temos o exemplo padrão; são os extratos esmagados da sociedade, até porque eles são proveniente de cultura milenares da sua origem, que constroem um tipo de cultura, que, em choque com a cultura dominante, com a cultura branca e europeia, acaba por gerar o produto cultural que vinha a ser adotado pelas elites. Basta ver, não os desfiles das escolas de samba, uma maravilhosa forma cultural, que têm, por sinal, em um dos Constituintes presentes aqui, o Constituinte Simão Sessim, um dos seus principais cultores e defensores, basta ver, não o desfile, mas os camarins que cercam o desfile e o preço dos mesmos e o luxo dos mesmos, e a cobertura dos mesmos, para verificar que aquela cultura oriundas dos estados inferiores, pela sua profundidade, tomou-se, de alguma forma, a cultura que se espalhou pelos segmentos dominantes. E é também curioso. As classes dominantes da sociedade raramente possuem uma cultura própria. Ou elas possuem uma cultura herdada de padrões de fora – era clássico, na formação brasileira, as classes dominantes terem a cultura portuguesa, ou a cultura da Corte, ou a cultura que seus filhos iam beber na própria Europa. E, até, numa certa fase da vida brasileira, antes da entrada vertiginosa do processo tecnológico e do processo industrial, quando as formas da cultura norão [sic] de auto dinamismo passou elites, num choque muito curioso entre o modelo norte-americano e o modelo europeu, choque que, até hoje, se dá nas elites brasileiras. Eu dizia, as elites brasileiras, por falta de uma cultura própria, adotam os modelos culturais de fora. Já o povo, exatamente porque fechado à intervenção das culturas de fora, acentua e aprofunda os seus próprios valores culturais. Então, temos, na cultura brasileira, sobretudo na cultura musical, uma presença marcante da cultura do dominado, que, por é uma cultura milenar, profunda, de grande base. A cultura negra, por exemplo, é uma cultura de tal força que nem todo esmagamento feito ao negro no Brasil, nem toda a expulsão das formas da cultura negra da vida, proibição, massacre, repressão, ela não foi removida. E, hoje, ela vem se constituir na cultura de todo o povo brasileiro, ou pelo menos, no timbre principal da cultura de todo o povo brasileiro.

Os Srs. Constituintes me perdoarão essa digressão longa e até um pouco pretenciosa, **mas é que a introdução da ideia dos bens materiais, dos bens imateriais, como constitutivos do valor cultural, parece-me um fundamento importantíssimo para a orientação da política cultural brasileira, ou seja, um País com essa força cultural, talvez quem sabe, o destino deste País não seja o de ser potência, seja ser feliz. E, para ser feliz, talvez, é da sua cultura variegada, múltipla, plural, multiforme e riquíssima que ele terá que viver. Essa é a razão pela qual o livre acesso à informação e aos meios materiais e não materiais que são necessários à criação, à produção e à apropriação dos bens culturais.**

III – reconhecimento e respeito às especificidades culturais e múltiplos universos e modos de vida da sociedade brasileira;

IV – recuperação, registro e difusão da memória social e do saber das coletividades;

Aqui, também colocamos o saber das coletividades como matéria digna da recuperação, registro e difusão da memória social. Quer dizer, a memória social faz-se também pela recuperação do saber das coletividades.

V – Garantia da integridade e autonomia das culturas brasileiras.

Isso é uma velha reivindicação dos sociólogos. O Professor Florestan Fernandes fez eminentes e brilhantes intervenções a este respeito na subcomissão. Os membros das outras subcomissões não tiveram oportunidades de acompanhar. E aqui está abrigado o conceito de culturas brasileiras, ao invés do conceito de cultura brasileira, ou seja, é a ideia, repito, de que este País é um conjunto de culturas, e todas são merecedoras do acatamento e do respeito, sem nenhuma forma de distinção. Se fosse a cultura brasileira, ela, evidentemente, subentenderia uma só cultura, e no caso, a cultura dominante.

VI – À adequação das políticas públicas e dos projetos governamentais e privados, às referências culturais e a dinâmica social das populações;

Aqui, Srs. Constituintes é o mesmo princípio já explicado, em pormenor, apenas ajustando aos projetos e políticas públicas, e projetos governamentais e privados. **Ou seja, eles deverão se ajustar às referências culturais e à dinâmica social das populações. Vejam que a palavra aqui está no plural, não é a população, são as populações. Vale dizer, nas populações respectivas de cada unidade sócio-geo-psico-econômico-étnico do País. Cada uma tem o respeito na política governamental. (...)**

VIII – preservação e ampliação da função predominantemente cultural dos meios de comunicação social e seu uso democrático;

Tenho uma certa pena que, hoje, alguns Constituintes, ligados a movimentos religiosos, salvo dois não estejam presentes, porque eles estão um pouco assustados com a nossa postura contrária à censura, e possivelmente não verificaram ainda que, se temos uma posição de preservação da plena liberdade de criação, temos também uma posição ligada à responsabilidade de quem usa a própria liberdade. Portanto, criar, com dispositivo constitucional, parte da cultura do Governo, e há um outro da mesma natureza, no Capítulo Ciência e Comunicação, como função predominante dos meios de comunicação cultural, e isso não é novidade deste substitutivo, já estava no anteprojeto, e é, o que me parece, vontade de todos, significa dar rumos. Saímos de um período neste País de proibições e não construímos nada significativo com proibições. A Constituição deve ser um código de propostas. Muito mais um código do que não fazer, a Constituição é um código do que fazer. E fazer, os meios de comunicação, com características predominantes, culturais, parece ser o código de propostas para a sociedade brasileira.

Finalmente, intercâmbio cultural interno e externo.

“Art. 16 A lei estabelecerá prioridade, incentivos e vantagens para a produção e o conhecimento da arte e outros bens e valores culturais brasileiros, especialmente quanto; à formação e condições de trabalho de seus criadores,

intérpretes, estudiosos e pesquisadores; à produção, circulação e divulgação dos bens e valores culturais; ao exercício dos direitos de invenção, do autor, do intérprete e do tradutor.”

Aqui, apenas estendi o art. 16 do anteprojeto quanto à formação e condições de trabalho, acrescentei os pesquisadores. No anteprojeto, consta criadores, intérpretes e estudiosos. Acredito que os pesquisadores merecem idêntico incentivo. (...)

§ 1º O Estado estimulará a criação e o aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos necessários à produção cultural no País.

Este é um item acrescentado ao substitutivo. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes: pintores, músicos, escultores, são pessoas que trabalham com a matéria-prima, com o insumo, em grande parte não fabricados no Brasil. Os músicos têm grandes problemas com os instrumentos. Os bailarinos têm grandes problemas com algumas de suas indumentárias. Os escultores, com material específico. Os pintores, com tinta e tela. **Colocar, como obrigação do Estado, estimular a criação e o aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos necessários à produção cultural parece uma necessidade para o desenvolvimento artístico deste País.** Este é um País curioso, de grande produção principalmente amadorística de arte. Poucos países no mundo possuem a produção artística, na variedade e amplitude de produção brasileira. Não me refiro à produção especificamente profissional. Qualquer cidade brasileira, aos sábados ou aos domingos, encontrará uma infinidade de pintores, uma infinidade de pequenos grupos musicais, jovens. A atividade artística explode neste País. **Eu até diria, talvez para merecer a raiva de todos os presentes, que hoje, possivelmente, as principais lutas do nosso tempo estejam dando-se muito mais no terreno da arte do que no terreno da política. A arte está trazendo cogitações, preocupações, que, muitas vezes, a política, no seu rigor e nas suas ortodoxias, ainda não alcançou. Este País tem-se manifestado, por forma de arte popular e erudita, de uma maneira absolutamente rica. É talvez um dos processos mais abertos da sociedade brasileira. E curiosamente, nos anos da repressão política, em que a classe política estava esmagada, em que o parlamento estava sem poder, em que a censura impedia o debate de ideias, a arte foi a grande forma, através da qual, esses mecanismos se estabeleceram. Mas, no campo comportamental, que faz parte do ser, as conquistas existenciais, os avanços nessa área hoje vêm, pela arte, formas de intercâmbio entre jovens de todo o mundo, em que pese a enorme diferença contextual da sociedade de cada um, promove um avanço de natureza cultural.** Um jovem suíço, inglês, africano ou brasileiro, via música popular, encontra hoje formas de extroversão de inquietações que lhes são comuns enquanto jovens. Portanto, acredito que garantir a produção nacional para fabricar insumos parece um avanço que esta Constituição poderá fazer.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão instituir impostos sobre o livro, o jornal, os periódicos, assim como sobre o papel destinado a sua impressão.

Essa é uma matéria que provém da Constituição de 1946. É uma matéria bastante importante. Ali, ela estava prevista nos casos da competência da União e

brevemente explico aos Srs. Constituintes a razão da sua presença aqui. Antes da redemocratização do País em 1946, a forma que o governo ditatorial tinha de reter a imprensa nas suas mãos era em relação à cota de papel. As cotas de papel só eram liberadas para os grupos ligados ao governo. E o governo eventual tinha a possibilidade de matar ou consagrar qualquer empresa jornalística ou editora. O assentimento do Senador Constituinte Pompeu de Sousa, que viveu como sempre lutando, o saber sofrido, confirma isso. O legislador de 1946 garantiu para livros, jornais, revistas periódicas, não a isenção, mas o princípio da imunidade. A imunidade é um direito inerente. A isenção ainda é uma concessão. De forma que o que está aqui abrigado é apenas esse direito, que é a reivindicação dos editores brasileiros. A liberdade de expressão depende também da liberdade do editor para aquisição do insumo necessário. Aqui, está apenas a repetição de um dispositivo constitucional de 46.

§ 3º São assegurados a ampliação e o aperfeiçoamento da regulamentação das profissões do setor de arte e espetáculos de diversões.

Podemos ter dúvidas sobre a constitucionalidade desse item. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para isso. **Por que garantirmos apenas a ampliação e o aperfeiçoamento da regulamentação das profissões do setor de artes? Por que não dos metalúrgicos? Por que não dos ferroviários, bancários? A presença desse parágrafo aqui está talvez até como tentativa de iluminação aos demais setores desta Constituinte, para que garantam e ampliem direitos dos trabalhadores já consagrados. Não tem sentido apenas tratarmos disso na matéria de arte. Está tratada na matéria de arte, porque este é o capítulo de cultura. Mas acredito que isso deva ser até uma recomendação desta Comissão no sentido de garantir e ampliar direitos trabalhistas em geral.** Os artistas brasileiros demonstraram uma enorme preocupação, porque o avanço por eles conseguido, com a regulamentação, foi tão sofrido, tão pequeno e tão penoso que eles ficaram com receio de perdê-lo, aqui, na Constituição, e fizeram uma emenda, de certa forma inócua, porque era emenda que garantia a lei já existente; ora, um texto constitucional não existe para garantir uma lei que está em vigor. A lei que está em vigor só é retirada, ou se houver um dispositivo constitucional em sentido contrário, ou outra lei que a revogue. Mas não tinha sentido fazer um dispositivo para dizer que a lei que está em vigor está garantida, razão pela qual, encontrei essa forma que é discutível, do ponto de vista da técnica constitucional, mas muito defensável quanto ao seu conteúdo, não só quanto ao seu conteúdo referente a artistas e profissionais do setor de arte e espetáculos de diversão, porém em relação a todo movimento do trabalhador brasileiro.

"Art. 17. A União aplicará, anualmente, nunca menos de 2% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 3%, no mínimo, da receita resultante de impostos, em atividades de proteção, apoio, estímulo e promoção das culturas brasileiras – não incluídas, nesses percentuais, despesas com custeio."

Parágrafo único. "A lei definirá as atividades culturais a serem beneficiadas pelo disposto neste artigo."

Aqui, está praticamente repetido o anteprojeto anterior e é a velha discussão se cabe ou não ao Estado deferir mínimos orçamentários para setores. Se é verdade, como disse o Constituinte José Serra, que as várias Subcomissões já preservaram 145% do orçamento, com disposições como essa, não há dúvida de que esse

mínimo pedido para a cultura – e defendido tão brilhantemente pela Constituinte Márcia Kubitschek – deva ficar no campo da cultura. Aqui, infelizmente, como em várias outras, não pude acolher uma série de emendas, que eu chamaria emendas **exocet**, do nobre Constituinte Joaci Góes que, simplesmente, cortou do texto do anteprojeto, como matéria não constitucional, que é uma tese defensável, uma série de dispositivos que aqui foram acolhidos. Eu não acolhi – e devo uma explicação ao Constituinte – no sentido de que me parece que, no campo da cultura, os conceitos que estão aqui são muito novos e fogem à formalística constitucional tradicional. Eles são oriundos da sociedade industrial e a própria preocupação com a cultura, num nível tão especificado, é nova e ainda não está devidamente coberta por uma teia de formulação jurídica desenvolvida, como em outros setores. **Pareceu-me, portanto, em que pese a ideia saneadora de uma construção definida mais generalizante e não específica, que S. Ex^a medite sobre o fato de que, sobretudo no campo da ciência, tecnologia ou da cultura, sobretudo nesses dois campos, há um sem-número de matéria-prima constitucional nova que ainda não teve configuração legal e que ainda merece, por parte do legislador, alguma preocupação específica.**

O art. 18 toca um dos centros da decisão do Relator nesta matéria. É a configuração do conceito de patrimônio cultural brasileiro. Tínhamos, até aqui, a ideia de patrimônio cultural cingida ao que seja de caráter histórico e traduzida no que seja de caráter objetual, ou seja, sítios, prédios, etc. O próprio patrimônio histórico é constituído de edificações e documentos. Aqui, creio que está uma ampliação do anteprojeto, que já fizeram um trabalho magnífico de delimitação deste tema, aqui está uma ampliação, eu dizia, do anteprojeto que já fizeram um trabalho magnífico de formulação.

Art. 18. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, de novo aqui o conceito de bens de natureza imaterial – tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadoras da sociedade brasileira ai incluídas as formas de expressão, os modos de fazer e de viver, as criações científicas, artísticas, tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

Esse artigo mereceria, sozinho, uma palestra, pela ideia, em primeiro lugar, de **desmaterialização do conceito de patrimônio histórico, levando a tomar patrimônio até o modo de viver das comunidades, como está aqui dito, os modos de fazer da sociedade** e tomando, como patrimônio cultural brasileiro, criações científicas, criações artísticas, tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico – o conceito de "paisagístico" já estava no anteprojeto – artístico, arqueológico, ecológico e científico. A colocação de padrões como os ecológicos, os paisagísticos, os artísticos no patrimônio cultural brasileiro – chamo a atenção dos Srs. Constituintes – passa a ter uma importância muito grande, sobretudo contra algumas investidas das chamadas especulações imobiliárias, que, particularmente no patrimônio paisagístico invadem. (...)

Parágrafo único. O Estado protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, o patrimônio e as manifestações da cultura popular, das culturas indígenas, das de

origem africana e dos vários grupos imigrantes, que participam do processo civilizatório brasileiro.

Aqui, se no artigo está a preservação do patrimônio cultural brasileiro, considerado patrimônio cultural como vimos, mas abrigando a chamada cultura propriamente dita, a alta cultura, aqui é a ideia de proteger o patrimônio cultural popular, seja cultura popular, seja a indígena, seja a africana, e uma novidade aqui introduzida: **"os vários grupos imigrantes que participam do processo civilizatório brasileiro"**. **Acredito que, se nós abrigarmos as culturas dos vários grupos imigrantes, que fazem parte do processo civilizatório brasileiro, estamos dando aos povos e raças que nos ajudam a ser e a transformarmo-nos em grande nação, estamos dando um status cultural, que é esse caldeamento notável que este País sabe fazer como poucos, a aceitação, a incorporação de culturas abertas, possa também ser considerada patrimônio cultural.**

"Art. 19 O Poder Público, respaldado por conselhos representativos da sociedade civil, promoverá e apoiará o desenvolvimento e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, através do inventário sistemático, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, aquisição e de outras formas de acautelamento e preservação, assim como de sua valorização e difusão."

Vimos já, então, o art. 18. no art. 19, que eu já havia lido, há duas novidades para as quais chamo a atenção dos Srs. Constituintes: **a primeira é a ideia de que o Poder Público se respalde em conselhos representativos sociedade civil.** A questão da arte e da cultura envolve o conhecimento especializado que não está todo nas mãos do Poder Público. Quantos especialistas em arte barroca, enfim...; segundo, a sociedade civil, principalmente as comunidades, elas são muito interessadas, às vezes, na preservação do sentido histórico da sua cidade, da sua comunidade. **Ninguém mais do que cada pequena cidade conhece a importância dos seus sítios históricos. De forma que integrar a sociedade civil na organização desses conselhos, parece-me sadio, do ponto de vista da preservação. (...)**

"Parágrafo único. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão, anualmente, recursos orçamentários para a proteção e difusão do patrimônio, assegurando prioritariamente:

I – conservação e restauração dos bens tombados, de sua propriedade ou sob sua responsabilidade;

II – criação, manutenção e apoio ao funcionamento de bibliotecas, arquivos, museus, espaços cênicos, cinematográficos, radiográficos, ideográficos e musicais e outros espaços a que a coletividade atribua significado."

Nesse item II, eu ampliei o que, no anteprojeto, mais ou menos, sob a forma clássica, estava previsto: (...)

Aqui chegamos ao tema da censura.

Art. 20 – É assegurada a liberdade de criação, produção, circulação e difusão da arte e da cultura.

(...) Eu preferi não frear a presença de textos, até porque essa tarefa de compatibilização não é muito nossa. A nós cabe a tarefa de preservar a presença de princípios. Caberá à Comissão de Sistematização o longo e penoso trabalho de

articular todas essas questões. Mas o que é fundamental aqui? Garantir a liberdade de expressão, criação, produção, circulação e difusão da arte e da cultura.

"§ 1º – Não haverá censura, de qualquer espécie, sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, filmes, vídeos, peças teatrais e outras formas de expressão e espetáculo cultural ou diversões públicas."

Aqui, tomamos uma posição, porque é muito difícil haver posições intermediárias em relação à censura. Ou se é a favor ou se é contra. Aquilo que não é matéria de princípio, o Relator procurou buscar sempre a forma intermediária. (...) Porém, há dois conteúdos nesta matéria: Cabe ao Estado o direito de censurar? Qual é a qualificação necessária para exercer esse papel? Se não dividirmos os dois conceitos em cursos, nesta matéria, não pensaremos com clareza em relação a ela. Foi o que o Relator procurou fazer, **e tomou uma posição, em relação ao direito de censurar, de que não cabe ao Estado este direito, porque este é um típico direito que cabe às comunidades ou às pessoas, na escolha do seu material, ou às sociedades, em tudo que lhes pareça ético e que seja comum aos seus membros.** A primeira posição do Relator foi a de que não cabe ao Estado o direito de exercer este papel, que até é um papel que deve ser exercido. Porém, como o Estado já desenvolveu, ao longo do tempo, profissionais nesta matéria, acreditamos que lhe caiba sim, especificamente nos casos de espetáculos de diversões, que são espetáculos, pela sua natureza, públicos, que lhe caiba opinar do ponto de vista da classificação, do ponto de vista da adequação a idades e a faixas etárias. **Mas cabe-lhe opinar tecnicamente, no sentido de informar a população. A ideia que está por trás disso é uma ideia liberal;** é a ideia de que cabe ao cidadão e à sociedade o direito de discernir, e que, se nós, na aurora de um novo tempo nesse País, não devolvermos à cidadania o exercício desses direitos, nunca teremos uma cidadania efetivamente desenvolvida, efetivamente responsável, efetivamente participante do processo. A maneira mais cômoda é passar para o Estado; a maneira mais difícil é passá-la para o âmbito pessoal. Quantos de nós têm plena clareza em relação ao que desejam que seus filhos vejam ou acompanhem? O tema é polêmico, é difícil, é confuso. Mas, se nós cidadãos abrímos mão de que esse direito é nosso e não do Estado, estaremos perdendo a chance de estimular a responsabilidade da cidadania nesta matéria. Portanto, foi feita, no substitutivo, uma espécie de articulado. Aqui, está garantido o direito à liberdade de expressão, criação, produção, circulação e difusão da arte e da cultura. Aqui num outro capítulo, na parte de comunicação, está prevista a possibilidade de sanções a quem não use devidamente este direito. **Portanto, o que se está eliminando é a censura e não a responsabilidade do mau uso. Está se eliminando aquela instância que previamente determina o que a Nação vai ver, consumir, pensar, em matéria de arte e cultura. É isto que se está fazendo. É pena que não estejam presentes os nossos queridos pastores, tão zelosos e defensores dessa forma de cuidado e de cautela com a sociedade, para compreenderem que aqui está articulado um sistema em que a liberdade se garante, mas a responsabilidade se exige.** Há também, na questão da censura, e todos irão aceitar, mesmo os que a defendem, uma vivência muito recente da sociedade brasileira. **Em nome do confuso território da defesa dos bons costumes e da moral, camufla-se o que, neste País, se viveu com muita dor, que foi a censura de natureza política e ideológica. Nós temos uma Constituição que, em todos os seus itens, está consagrando o pluralismo ideológico.** Estamos fazendo, no fundo, esta Constituinte, em nome do pluralismo

ideológico, porque ele existe e porque nós estamos, neste momento, querendo dizer. "Srs., a sociedade brasileira vai ser uma sociedade organizada, de maneira a que todas as formas de pensar estejam respeitadas". Se o pluralismo ideológico é a matéria-prima da Constituinte, nós não podemos deixar de contemplá-lo em todas as passagens. Se esta fosse uma Constituição revolucionária, evidentemente, ela não seria uma Constituição pluralista; ela seria a Constituição garantidora do estabelecimento ideológico no poder. É exatamente porque ela é a celebração de um pacto plural que o pluralismo passa a ser a matéria-prima. E por essa razão que não se pretende ter censura, porque ela significa uma interferência de um dos blocos, de uma das entidades da sociedade – o Estado – na decisão de matéria tão profunda, como a matéria de cultura. (...) Srs. Constituintes, porque aqui está o Direito à liberdade de criação. O mau uso da liberdade de criação está cominado em outro artigo, que prevê, evidentemente, que cada pessoa arque com aquilo que fizer. Há até uma emenda, se não me engano, do Constituinte Pompeu de Sousa, que chega a falar em ética pública. Justamente S. Ex^a, que é um defensor dessa liberdade, é também alguém que trouxe, eu utilizei o conceito, de respeito à ética pública que, evidentemente, existe e precisa ser acautelada.

Então, com estes princípios, o artigo ficaria assim:

“§ 1º Não haverá censura de qualquer espécie sobre livros, jornais e revistas, e outros periódicos, filmes e vídeos, peças teatrais e outras formas de expressão e espetáculo cultural ou diversões públicas.

§ 2º A ação do Estado, em relação às diversões e espetáculos, limitar-se-á a informar o público sobre a natureza, o conteúdo e adequação da faixa etária; e, em relação à programação de telecomunicações, a indicação do horário e faixa etária.

§ 3º A Lei disporá sobre a criação de conselhos de ética vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, composto por membros da sociedade, com competência para informar sobre a natureza e o conteúdo do espetáculo de diversões em análise.”

Esta ideia de que cada comunidade possa organizar o seu conselho ético, ou seja, está proibido proibir. Enfim, a proposta da música está consagrada aqui, mas não está proibido informar, e informar as comunidades sobre o conteúdo. E é justo que isso seja feito ao nível de cada comunidade, pelos seus maiores, pelos seus grupos, pelas suas assembleias, e não propriamente por um serviço centralizado, que é capaz de determinar para uma pequena cidade do Piauí, ou para a Capital de São Paulo, o que é conveniente, ou o que não é conveniente. A ideia de um conselho de ética, como instrumento de informação, acautela os interesses da sociedade e informa os grupos, de acordo com a sua formação. Porém, não tem o poder de interferir na liberdade de criação. Eu tenho a impressão de que, compreendido o assunto, os Srs. Constituintes não serão tomados da perplexidade que a leitura isolada de cada um dos itens poderá determinar.

“Art. 21 – Os danos e ameaças contra o patrimônio cultural e turístico serão penalizados na forma da lei. O direito de propriedade sobre bens do patrimônio cultural será exercido em consonância com a sua função social.”

Aqui há uma outra ideia, a de que a função social do patrimônio determina também o direito de propriedade sobre bem do patrimônio cultural. **Quer dizer, nunca haverá a ideia do patrimônio desvinculado da função social do mesmo.**

Cabe a toda pessoa física ou jurídica a defesa do patrimônio cultural e turístico do País. Cabe ação popular nos casos de demissão do Estado em relação do patrimônio cultural. Aqui criou-se também a ação popular, nos casos de omissão do poder público.

Art. 22 O poder público assegurará incentivos especiais à pequenas e médias empresas, editoras de livros, jornais e periódicos.

Esta é uma matéria de discutível presença aqui. Eu apenas a mantive para deixar à consideração dos Srs. Constituintes. Primeiro, ela não tem um caráter puramente constitucional, segundo não fica claro o que é pequenas e médias empresas editoras. Agora, a ideia dela, eu não quis matá-la no nascedouro, **era preservar justamente pequenos movimentos jornalísticos e, sobre tudo, jornais de partido político de sindicatos, publicações, que normalmente possuem grandes dificuldades de material e, portanto, deveriam merecer alguma forma de ajuda.** (...)

"Compete à União aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios a legislação comum sobre cultura, comunicação social, propaganda e publicidade em todas as suas formas."

(...)

As emendas estão todas indicadas aqui, foram examinadas uma por uma, estão como parecer, a maioria foi escolhida no mérito devo dizer isto ao Srs. Constituintes – e eu lhes agradeço, sobretudo, a extrema paciência com que ouviram a metade deste relatório, agradecendo, ainda muito mais, o trabalho das Subcomissões, que é o verdadeiro herói, que é a verdadeira base do trabalho que aqui foi feito, um mero trabalho de síntese e de sistematização daquilo que a inteligência dos Srs Constituintes soube criar até agora.

Muito obrigado pela atenção”